

ANAI S
da
BIBLIOTECA
NACIONAL

Vol. 129 • 2009



*Rio de Janeiro
2011*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANÁIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, V. 127, 2010

Presidenta da República
DILMA ROUSSEFF

Editor
Marcus Venicio Toledo Ribeiro

Ministra da Cultura
ANA DE HOLLANDA

Conselho Editorial
Carla Rossana C. Ramos, Eliane Perez, Irineu E. Jones Corrêa e Marcus Venicio T. Ribeiro

Secretário-Executivo
VÍTOR ORTIZ

Revisão
Bruna Cezario, Mônica Auler e Rosanne Pousada

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Capa e Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

Presidente
Galenó Amorim

Diagramação
Conceito Comunicação Integrada

Diretora-Executiva
Loana Maia

Fotografia
Cláudio de Carvalho Xavier e Hélio Mesquita

Diretora do Centro de Processamento Técnico
Liana Gómes Amadeo

Diretora do Centro de Referência e Difusão
Mônica Rizzo

Coordenadora Geral de Planejamento e Administração
Gabriella Ferraz

Coordenador Geral de Pesquisa e Editoração
Aníbal Bragança

*Coordenadora Geral do Sistema Nacional
de Bibliotecas Públicas*
Eliisa Machado



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROLER: UM ESTUDO SOBRE A SUA IMPLANTAÇÃO	9
<i>João Batista Coelho</i>	
AS POLÍTICAS PARA A BIBLIOTECA, O LIVRO E A LEITURA NOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: BREVE ESTUDO COMPARATIVO	57
<i>Carla Rossana Chianello Ramos</i>	
O LIVRO DE HORAS DITO DE D. FERNANDO – MARAVILHA PARA VER E REZAR.....	83
<i>Vânia Leite Fróes</i>	
O LIVRO NO OCIDENTE MEDIEVAL	137
<i>Ana Lúcia Merege</i>	
O SURGIMENTO DA ENCADERNAÇÃO E DA DOURAÇÃO.....	151
<i>Cida Mârsico</i>	
A HISTÓRIA DA ESCRITA: UMA INTRODUÇÃO	167
<i>Ana Lúcia Merege</i>	
PRECIOSIDADES DO ACERVO HORTUS NITIDISSIMIS.....	177
<i>Monica Carneiro e Luciana Muniz</i>	

Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-

v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.

APRESENTAÇÃO

As bibliotecas existem desde que os homens começaram a colecionar textos, não importando o seu suporte material. Já na Antiguidade elas se tornaram instrumentos de poder do Estado, mas se enobreceram com o tempo, ao ganharem o status de *lugar de memória*. Com a formação das sociedades de massas, criaram-se as primeiras bibliotecas públicas, como também cresceram as bibliotecas particulares. São incontáveis e inestimáveis os serviços por elas prestados à cidadania, ainda mais agora na era digital, em que eles se diversificam e surpreendem.

Foi no curso dos séculos XIX e XX, como um dos elementos constitutivos dos modernos Estados nacionais, que as bibliotecas nacionais se consolidaram no Ocidente como casa de memória. E em torno de uma tríplice missão: colecionar e preservar o patrimônio bibliográfico do país, em especial os livros e periódicos; tratá-los com os recursos da biblioteconomia e proporcionar o amplo acesso, sob diferentes meios, às informações contidas nesses magníficos acervos. Criados em 1876, na memorável gestão de Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, os *Anais*, vale lembrar, são o mais antigo veículo de cumprimento pela Biblioteca Nacional desta terceira missão, além de ser hoje um dos principais símbolos da Instituição.

Nas últimas décadas do século passado, porém, a missão da Biblioteca Nacional foi ampliada devido à incorporação, pela área federal da cultura, de novas atribuições. Duas delas, que andavam um tanto esquecidas, dizem respeito ao cuidado com as bibliotecas públicas e com a democratização do livro; outra, inédita no âmbito federal, é promover no país a *leitura*, sem a qual, afinal, o livro não tem sentido. Como efeito do processo de democratização do país, os novos dirigentes nacionais da Cultura passaram a se inquietar com o fato de que boa parte da população brasileira não lia ou não sabia ler. Em 1992, 22 anos depois de a UNESCO lançar a Carta do Livro (“Todo ser humano tem direito à leitura”), 36,9% dos brasileiros, segundo regista o primeiro dos estudos publicados neste volume, eram analfabetos funcionais, ou seja, capazes de identificar signos e números, mas não de compreender os textos e raciocínios formados a partir deles. E em 2010, segundo dados recentes do IBGE, 9% da população acima de dez anos de idade ainda é analfabeto, um dos fatores que levam o Brasil, sexta economia mundial, a ocupar a 84^a posição no índice de desenvolvimento humano (IDH). E isto não obstante o fato de que, em decorrência de políticas econômicas e sociais adotadas nas duas últimas décadas, mais de 9 milhões de brasileiros tenham sido retirados da miséria, 30 milhões da pobreza e 10 milhões do analfabetismo.

A criação, em 1987, da Fundação Nacional Pro-Leitura, que passou a abranger, na Secretaria de Estado da Cultura, a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (INL), foi o primeiro sinal dessa inflexão. Extinta poucos anos depois pelo Governo Collor, a Pro-Leitura cederia seu lugar, em 1990, à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que absorveu o antigo INL, e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e criou o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler).

O SNBP, que havia sido criado no Governo Geisel, passou à coordenação central da Biblioteca Nacional, mantendo-se a coordenação regional das bibliotecas públicas estaduais. Como cabeças do sistema, essas instituições teriam a incumbência de modernizar as cerca de 4 mil bibliotecas municipais então existentes no país, criá-las onde não havia e integrar, de fato, a rede. Já o Proler, idealizado por Eliana Yunez, mestre em Letras e com pós-doutorado em Leitura pela Universidade de Colônia, e pelo então presidente da FBN, Affonso Romano de Sant'Anna, destinava-se a valorizar a leitura no país. Inspirado em educadores como Paulo Freire, o programa deveria constituir uma “rede nacional de unidades promotoras de práticas leitoras”, na qual teriam papel-chave os “mediadores de leitura”. Proler e SNBP, bem como o Departamento Nacional do Livro, criado em substituição ao INL, integravam o projeto Biblioteca Ano 2000, lançado por Affonso, que firmava na FBN o tripé *biblioteca – livro – leitura*.

O Proler foi recebido, segundo Affonso, com indiferença pela grande maioria das prefeituras municipais e com estranheza por alguns editores, escritores e bibliotecários, que não acreditavam em algo chamado “formação do leitor”. Outros achavam que não cabia à Biblioteca Nacional assumir a nova atribuição. Em 2002, com o Proler já sob outra orientação, o Governo Fernando Henrique criava o projeto Uma Biblioteca em Cada Município, ao qual se seguiram, no Governo Lula, o programa Livro Aberto, que aumentou o número de bibliotecas no país, e o Plano Nacional do Livro e da Leitura. Segundo Galeno Amorim, seu primeiro dirigente e atual presidente da Fundação Biblioteca Nacional, o PNLL materializa, desde sua primeira versão, todas as visões e estratégias que compõem as *Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro, Leitura e bibliotecas – 2005-2022*, conduzindo hoje dezenas de programas e projetos nessas três áreas.

Esse rico momento inicial da ação do Estado num segmento decisivo da cultura é o objeto de dois estudos publicados neste volume: “Proler: um estudo sobre a sua implantação”, de João Batista Coelho, pós-graduado em Formação de Leitores, e realizado com bolsa do Plano Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP), da FBN, e “A política para a biblioteca, o livro e a leitura nos governos FHC e Luiz Inácio Lula da Silva: breve estudo comparativo”, de

Carla Rossana Chianello Ramos, bibliotecária especializada em gestão pública e hoje coordenadora de Publicações Seriadas, na FBN.

Também efetuado com recursos do PNAP é o artigo “O Livro de Horas dito de D. Fernando – maravilha para ver e rezar”, de Vânia Leite Fróes, professora titular de História Medieval na Universidade Federal Fluminense e coordenadora do Scriptorium-Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. Há dois anos a FBN lançou, com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, belíssima edição fac-similar desse livro, que pertenceu à Real Biblioteca de Portugal. Agora publicamos este estudo que, a despeito de sua abrangência e densidade, a autora ainda considera preliminar. Organizado em cinco partes, trata, sobretudo, das relações do historiador com as imagens, do conteúdo e procedência desse códice, das polêmicas em torno de sua identificação, datação e destinatário, dos padrões de visualidade do mundo cristão medieval e das relações entre imagem e texto nos livros de horas.

Compõem ainda este volume dos *Anais* três comunicações apresentadas por técnicos da Biblioteca Nacional na jornada O Livro: uma Trajetória, organizada por esta Casa em 2009. A conservadora e restauradora Cida Már-sico, mestre em História da Arte e especialista em Ciência da Conservação, Restauração e Encadernação, apresenta, em “O surgimento da encadernação”, um panorama da história desse ofício artístico, além de oferecer um glossário e um roteiro para se identificar estilos de encadernações; a bibliotecária Ana Lúcia Merege, mestre em Ciência da Informação e técnica em documentação na Divisão de Manuscritos, assina “O livro no Ocidente Medieval” e “A história da escrita: uma introdução”, redigidas com rigor conceitual e didático.

Em Preciosidades do Acervo, a historiadora Luciana Muniz e a bibliotecária Monica Carneiro, da Divisão de Iconografia, revelam aos leitores uma das mais belas obras de botânica do século XVIII, *Hortus Nitidissimis Omnem Per Annum Superbiens Floribus Sive Amoenissimorum. Florum Imagines*, do artista Georg Dionysius Ehret e do horticulturista Christoph Jacob Trew. Em três volumes (a Biblioteca Nacional só tem o primeiro e o terceiro) e com 188 pranchas gravadas e coloridas a mão por diversos artistas, pertenceu à biblioteca do conde da Barca, que em 1818 foi arrematada em leilão pela então Real Biblioteca.

Marcus Venicio Ribeiro

Editor

PROLER: um estudo sobre a sua implantação

João Batista Coelho

Graduado em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense e
pós-graduado (*lato sensu*) em Formação de Leitores pelas
Faculdades Integradas de Jacarepaguá. É editor da *Revista Biblios Informativo*





Resumo

Esta monografia é um estudo de caso sobre a implantação do Proler – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O estudo regista os cinco primeiros anos de ação do Programa e lança um olhar sobre as implicações políticas, o alcance e as contribuições do Proler para as reflexões pedagógicas, tendo por base, em especial, os depoimentos de pessoas que se envolveram diretamente na criação do Programa.

Palavras-chave: *leitura, livro; política pública; Biblioteca Nacional do Brasil; Proler; Programa Nacional de Incentivo à Leitura.*

Abstract

This monograph is a case study about the implementation of Proler – Reading Incentive National Program – by the National Library of Brasil, in Rio de Janeiro. The study records the first five years of the Program's action, and briefly analyzes Proler's political implications, scope, and contributions to the pedagogical studies, based specially on the testimony of people who involved themselves directly in the Program's creation.

Keywords: *reading, book; public policy; National Library of Brazil; Proler; Reading Incentive National Program.*



Esta monografia foi elaborada com recursos do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.

Introdução*

O objeto deste estudo é a implantação do Proler (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), órgão gerido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), implantado no primeiro semestre de 1991, durante a gestão na presidência de Affonso Romano de Sant'Anna.

Entre os diversos problemas que afetam a nossa nação, a ausência do hábito de ler é um dos mais graves. A leitura exerce uma função essencial e decisiva para o salto civilizatório de uma nação. Não há país plenamente desenvolvido sem população leitora. Na sociedade contemporânea, a leitura tornou-se necessidade básica. Do simples operário que precisa ler instruções e ordens de serviço ao grande empresário diante de um importante contrato; do eleitor na hora do voto ao presidente do país que precisa ler seus discursos e estar atento a tudo o que outorga; dos pais ao acompanhar a educação dos filhos aos pensadores dos sistemas educacionais, todos em uma sociedade civilizada são obrigados a utilizar múltiplas formas de leitura e interpretação de textos (livros, jornais, revistas, computadores, relatórios, pareceres, documentos, tabelas, correspondências, cálculos e uma infinidade de formas escritas).

Em meio à necessidade de se promover a leitura a uma população que pouco lê, assistimos, desde o século passado, a um tímido crescimento das ações em prol da leitura. São projetos que, com frequência, se repetem nos métodos, mas, pela boa imagem que produzem, raramente são questionados quanto à eficácia.

Para se erradicar a ausência do hábito de ler, não basta colocar o sujeito diante do livro. Essa mudança se processa de maneira muito mais complexa. Caminha por questões relacionadas tanto ao campo afetivo quanto às questões de ordem política. Transita pelo universo da interdisciplinaridade, indo da pedagogia à sociologia, da linguística à psicologia, passando pelas letras, comunicação e diversas áreas das ciências humanas.

Atento a essas questões, o Proler foi pensado para ser um programa de estímulo à leitura que não se limitasse à criação de bibliotecas e à distribuição

*À minha irmã, Graça Coelho, in memoriam,
e à meus filhos,
João Alberto e Teresa Coelho

Agradecimento

Aos funcionários da Coordenação de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional pela paciência que tiveram comigo, diante de tantos percalços e atropelos: a todos os entrevistados, que gentilmente disponibilizaram parte de seu tempo, contribuindo, significativamente, para este estudo, e aos amigos Vera Machado e Francisco Tebaldi, que se envolveram intensamente no debate sobre os diversos aspectos da formação de leitores e na revisão dos originais desta monografia.

de livros. Implantou uma nova visão sobre a leitura e voltou suas ações para a capacitação de recursos humanos, formando uma rede nacional de mediadores de leitura.

Gerido pela Fundação Biblioteca Nacional, atuou mediante sistemas de parcerias e voluntariado. Sua coordenação nacional estabeleceu-se no bairro de Laranjeiras (Rio de Janeiro), na Casa da Leitura, inaugurada em agosto de 1993.

Este estudo privilegiou os cinco primeiros anos de existência do Proler (1991 a 1996), quando o programa esteve sob a gestão de seus criadores.

Sabe-se que, para se formar público leitor no país, é necessário combater problemas básicos como o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, pois sem educação não se formam leitores. Mas, paralelamente, há que se pensar na formulação de políticas de estímulo à leitura que sejam realmente eficazes e é importante retirarmos da própria vivência histórica as soluções para enfrentarmos o problema. Olhar para o passado, como aqui é proposto, deve ser visto como um exercício de reflexão crítica, que pode possibilitar redirecionamentos de condutas e, em consequência, o desenvolvimento de ações mais eficazes no momento presente.

Dessa forma, o presente trabalho de pesquisa, ao propor um registro do passado, tentou não se reduzir apenas a uma contribuição para a preservação da memória. Ao se debruçar sobre um período recente, tendo como objeto de pesquisa um programa que foi implantado em meio à falência do Governo Collor, e que ainda assim logrou êxito, constrói a possibilidade de uma reflexão sobre o caminho que vem sendo percorrido no processo de formação de leitores em nosso país.

Metodologia

A proposta desta pesquisa, ao ter como base um estudo de caso, foi construir um registro histórico.

Caso é todo e qualquer resultado de uma ação provocada pelos sujeitos a qualquer tempo, podendo se dar no campo do real ou do fictício. Sua extensão permite-nos abordagens amplas ou pontuais na sucessão cronológica em que se produz. Constrói-se a partir de narrativas, que são a exposição do acontecimento, ou da série de acontecimentos, utilizando a palavra, escrita ou falada, ou a imagem. Vem acompanhado de particularidades que nos permitem olhares diversos, que se estendem pelo campo da interdisciplinaridade.

Marlene Grillo, professora titular do Departamento de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ressalta que o estudo de caso, além de possibilitar um “amplo exame e intercâmbio de experiências”, resulta numa oportunidade de se obter múltiplas análises

a partir de “conhecimentos, experiências, perspectivas particulares e muitas vezes originais, sem necessariamente se chegar a uma solução única e convergente”.¹

Este estudo de caso concentrou-se na análise de depoimentos orais e documentos escritos. Como se trata da construção de um registro sobre um Programa instaurado em período recente, tornou-se possível a coleta de depoimentos mais precisos.

As entrevistas foram gravadas. Foi organizado um roteiro que privilegiou abordagens de tópicos semelhantes para todos os entrevistados da equipe inicial do Proler, a fim de se perceber mais claramente as diferenças e semelhanças no pensamento de cada indivíduo envolvido. No entanto, questionamentos sobre aspectos mais pontuais das ações individuais não foram esquecidos.

O registro construído a partir das fontes orais sempre suscitou discussões sobre sua confiabilidade.² Mas, como se trata de um estudo em que a maior parte dos envolvidos ainda está em plena atividade e foi possível obter uma boa quantidade de registros em papel sobre o assunto, tornou-se possível uma avaliação mais pormenorizada da fala dos envolvidos.

A metodologia adotada, por se tratar de um estudo de caso e pelas especificidades que cada caso sempre carrega, afastou-nos da possibilidade de adotar métodos prontos ou que resultassem em cópias fiéis de modelos alheios. Estudos de caso sempre resultaram na construção de um caminho mais original para a pesquisa.

Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica mais ampla com certo caráter exploratório, que identificou enfoques diversos na literatura sobre a formação de leitores. Alguns princípios teóricos que inspiraram o Proler tiveram uma investigação mais apurada.

Vale ressaltar ainda que as abordagens sobre as ações que visem ao estímulo à leitura não devem prescindir de um olhar sobre o conjunto de fatores históricos. Assim, ao longo desta pesquisa, não se desprezaram os fatores externos que envolveram a conjuntura embrionária do Proler. Logo, fez parte das intenções deste trabalho desenvolver um relato sobre as ações governamentais que, porventura, tenham interferido de forma direta, de maneira positiva ou negativa, no desenvolvimento do hábito de ler no país.

I – O início de tudo

1. *O país do Proler*

O Proler é um programa de abrangência nacional, desenvolvido pela Biblioteca Nacional, que visa estimular o hábito de ler. Promoveu múltiplas

ações em todo o território brasileiro, construindo, de fato, uma Política Nacional de Leitura.

O Programa deu seus primeiros passos em 1991, num momento de grandes conturbações na vida social da nação, quando a Presidência da República era ocupada por Fernando Collor de Mello (1990-1992).

A crise nacional que se estabeleceu naquele momento ia além das repercussões advindas com as medidas econômicas adotadas pelo Governo. Os desgastes moral e político do presidente tinham origens em decisões desastrosas nos mais diversos campos. O setor cultural havia sido abruptamente atingido. Os principais órgãos gestores de cultura, logo nos primeiros meses do Governo Collor, haviam sofrido modificações radicais; alguns tinham sido reestruturados, outros, extintos. As reestruturações mexeram em projetos de vital importância, tornando-os, em muitos casos, inoperantes. A Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar) é um desses casos. Foi extinta e logo em seguida ressuscitada pelo Ministério da Educação do mesmo governo, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) – criado com o objetivo de financiar iniciativas dos setores público e privado na área de ensino escolar. As comissões formadas para a sua administração não tiveram qualquer gerência sobre os recursos que deveriam a ele ser destinados. Abandonado pelo governo, sem verba, não conseguiu sobreviver ao segundo ano de existência.

Fundações nacionais como as de Artes (Funarte), de Artes Cênicas (Fundacen), do Cinema Brasileiro (FCB), a Pró-memória e a Pró-leitura também foram extintas.

Em decorrência dessas extinções, o Instituto Nacional do Livro (INL), que integrou a Fundação Pró-memória de 1981 a 1984 e, dessa data em diante, em conjunto com a Biblioteca Nacional, passou a compor a Fundação Pró-leitura, também foi atingido. O Instituto havia sido criado em 1937 e, entre suas diversas funções, ao longo de 53 anos de existência, teve a missão de implantar bibliotecas, propiciar meios para estimular a produção e a distribuição de livros em todo o território nacional e formar público leitor.

A lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que extinguiu todas essas fundações, determinou que as atribuições, o acervo, as receitas e as dotações orçamentárias da Fundação Pró-leitura fossem transferidos para a Biblioteca Nacional. Parte das funções e atribuições do INL também ficou ao seu encargo, entre tais a missão de promover a leitura no país. Somente em 3 de setembro do mesmo ano, por meio do decreto nº 99.492, a Biblioteca assumiu legalmente a natureza jurídica de fundação.

Com destinação de recursos prevista no orçamento anual da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), mas necessitando de parcerias no âmbito dos setores público (em níveis federal, estadual e municipal) e privado para expandir suas metas, o Proler, diante da conjuntura que se apresentava, correu sérios riscos

de naufragar. Mas tal não se deu; o projeto consolidou-se como um exemplo de iniciativa em prol da construção de práticas leitoras pelo país afora.

2. Novos rumos para a Biblioteca Nacional

A gestão de Affonso Romano de Sant'Anna à frente da Biblioteca Nacional pode ser considerada uma das mais singulares. Não somente por ter conseguido, em meio a uma complexa conjuntura político-administrativa e econômica, sanar uma série de graves problemas estruturais da Instituição que já vinham se arrastando por longas datas. Nem por ter conseguido colocar o precioso acervo no lugar onde sempre deveria ter estado, em nível de importância nacional e internacional. Mas por ter conseguido imprimir e expandir um olhar sobre a função da Biblioteca Nacional que ia além das visões herméticas sobre o seu acervo. A leitura tornou-se o símbolo da dinamização do conhecimento acumulado naqueles milhões de livros.

Affonso, que já havia sido cogitado para ocupar a Secretaria de Cultura do Governo Collor e recusado a proposta – como noticiado no “Informe” do *Jornal do Brasil* de 6 de novembro de 1990 –, aceitou o convite para ser presidente da Biblioteca Nacional.

Nomeado em 23 de novembro daquele ano, assumiu uma instituição cujo “quadro era de desmonte físico, moral e institucional”.³ Cinco anos depois, e um ano antes de deixar a presidência da FBN, teve a oportunidade de ler no mesmo *Jornal do Brasil* que a Biblioteca Nacional fora eleita uma das três instituições que melhor funcionava no Rio de Janeiro.

Quando Affonso, que viria a ser o primeiro presidente da Fundação Biblioteca Nacional, assume, Eliana Yunes, sabendo das suas intenções de fazer uma gestão em que a leitura ocupasse um lugar de destaque, lhe apresenta a proposta para a implantação de um conjunto de ações de estímulo à leitura a ser desenvolvido em nível nacional.

Para o presidente da Biblioteca, que havia estipulado como pauta de trabalho o Projeto Biblioteca Ano 2000, o qual se sustentava no tripé biblioteca-livro-leitura, a professora Eliana Yunes tinha o perfil ideal para participar da nova empreitada, pois detinha grande bagagem prática e teórica sobre o assunto.

3. De onde veio a proposta do Proler

Em meados de 1985, Eliana Yunes havia deixado o cargo de assessora na Funarte para, a convite de Laura Sandroni, assumir a direção da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

A passagem pela referida instituição enriqueceu sua bagagem no tocante à organização de projetos – da formação de parcerias e captação de recursos à execução. O projeto Recriança, por exemplo, realizado a partir de um

convênio entre a FNLIJ e o antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), foi responsável pela implantação de 250 bibliotecas comunitárias no Brasil.

Uma pesquisa coordenada por Eliana já havia traçado um panorama sobre a necessidade de se estabelecer uma política nacional de estímulo à leitura em nosso país. Com o financiamento da Finep, conseguido em 1986, a pesquisa *Por uma Política Nacional de Leitura*, que havia sido iniciada na PUC, dois anos antes, com o apoio do CNPq e a participação de seus alunos, pôde ter continuidade.

A investigação implicou um segmento que mapeava o engajamento do Estado em favor da leitura e do livro desde o século XVIII. O recorte de um século – 1889 a 1989 –, de um Brasil já inserido no modelo republicano, teve no acervo da Biblioteca Nacional a sua base de averiguação. A busca se concentrou na legislação do Estado brasileiro que, porventura, pudesse ter contribuído, de alguma forma, para a formação de políticas em prol da leitura.

Ao final de 1989, quando terminava sua segunda gestão na FNLIJ, agora engajada no projeto do Centro de Documentação e Pesquisa que havia implantado na Fundação, Eliana decidiu começar a se afastar dessa instituição e convidou Elizabeth Serra para assumir a direção.

Nesse momento, ela havia optado por ampliar o campo de investigação da pesquisa e centrou-se em uma busca documental sobre o que havia sido feito e ainda se fazia em prol da leitura, do ponto de vista estatal, ou institucional, fora do país.

A pesquisa básica, que ela define como “em estado bruto”, havia sido concluída em 1989 e foi contemplada, pela sua relevância, com uma distinção da Finep (que, à época, tinha uma área importante dedicada somente à educação).

Eliana resolveu então apresentar os resultados da pesquisa pelo mundo. Do final de 1989 até 1991, passou por vários países: México, Espanha (Galícia), Chile, Bogotá etc. A boa repercussão, evidenciada pelo reavivamento das discussões sobre a importância de se desenvolver políticas de estímulo à leitura, deu a ela entusiasmo para continuar suas apurações sobre o assunto. O tema era comumente discutido por um amplo viés – interligando educação e cultura, biblioteca e sala de aula, especialização e interdisciplinaridade etc.

Ao final de 1990, resolveu partir para a Alemanha, a fim de aprofundar sua pesquisa. Fez um curso de aperfeiçoamento em Recepção e Literatura Infantil, na Universidade de Frankfurt, tendo como orientador Richard Bamberger.

Durante esse período, manteve-se em contato com o Centro de Pesquisa em Literatura Infantil de Frankfurt. Bamberger, que havia sido diretor do Centro logo após a sua fundação no início da década de 1970, foi o fundador da cadeira de Literatura Infantil da PUC-Rio, em 1974.

Em seguida, Eliana vai para a Johannes *Gutenberg*-Universität, em *Mainz*, e dali para Colônia onde, por um mês, ministra um curso sobre literatura brasileira. Nessa viagem, ela coletou dados sobre quem eram os grandes pesquisadores de leitura, identificou especialistas em história da leitura, em pedagogia da leitura, entre outros, e decidiu-se por um pós-doutorado na área.

Em março de 1991, ainda na Alemanha, quando já estava com todo o material reunido e começando a escrever seu projeto, recebeu o convite de Affonso Romano de Sant'Anna, que havia sido o seu orientador de tese no doutorado, para implantar o projeto nacional de fomento à leitura.

O convite foi aceito, mas, como ainda havia uma forte ligação entre Eliana e a FNLIJ, ela preferiu que o projeto fosse fruto de um convênio entre essa instituição e a Biblioteca Nacional. Destarte, ao voltar para o Brasil, redigiu a proposta da FNLIJ, que se chamou: “Para uma política nacional de incentivo à leitura”.

Em 26 de março, foi publicada no *Jornal do Brasil* a criação de um programa de incentivo à leitura na FBN. Tinha como objetivo a estruturação de um plano de ações para transformar a realidade de pouca leitura no país.

Como se tornou muito complexa a proposta de instauração de uma política, logo aos primeiros meses de atuação junto à Biblioteca Nacional, Eliana repensou o título, que passou a ser conhecido como Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler.

O programa tinha como objetivo a criação de uma rede nacional de unidades promotoras das práticas leitoras. Propunha uma ação interministerial e interinstitucional – envolvendo governos estaduais, municipais, organizações não governamentais, instituições acadêmicas, bibliotecas, associações comunitárias, empresas privadas, entre outros – a fim de se alcançar os recursos e a estrutura necessária. O cerne da proposta era o resgate da cidadania através do livro e da informação, ou seja, promover, através da leitura e do acesso aos bens culturais, a inclusão social. Propunha ações básicas como a capacitação permanente de recursos humanos; a ampliação e a dinamização de acervos; a estruturação de uma rede de informação sobre a leitura etc.⁴

Como Eliana ainda se encontrava vinculada à Funarte, foi solicitada a sua transferência para a Biblioteca Nacional. Em 1º de agosto de 1991, ela passa a integrar, oficialmente, o quadro funcional da FBN, ocupando o cargo de Técnica em Promoção e Divulgação Cultural. Além disso, para poder se dedicar integralmente ao Proler, nesse mesmo mês, ela foi oficialmente liberada de seus compromissos pedagógicos junto ao Departamento de Ciência da Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, também, em setembro desse ano, foi liberada do exercício de docência na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Para que fosse efetivada a sua cessão da UERJ, foi estabelecido um acordo para implantação de um núcleo pedagógico do Proler na referida Universidade.

Para efeito de titulação na Biblioteca Nacional, Eliana Yunes passou a responder como assessora especial da Política Nacional de Leitura.

Em maio de 1991, com a visita do presidente Fernando Collor à Biblioteca, o projeto passa a ter a chancela da Presidência da República, marco importante para o início da estruturação do Proler.

4. Os primeiros passos

A princípio, somente uma funcionária do quadro, que já estava na FBN há oito anos e já havia chefiado diversos setores, se envolveu com o projeto: a bibliotecária Marilia Amaral.

Eliana e Marília, inicialmente, tiveram que compartilhar uma única mesa nas dependências da Presidência. Com a chegada dos demais membros da equipe, o Proler, com as dificuldades de instalação de novos setores no edifício sede da FBN, foi acomodado em uma pequena sala do primeiro andar. Administrativamente o Proler ficou vinculado ao Departamento Nacional do Livro (DNL), porém reportava-se diretamente à Presidência da Biblioteca.

A equipe inicial, formada para dar início ao Programa, tinha seis pessoas. A coordenação executiva da equipe ficou com Francisco Gregório Filho, egresso da extinta Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen).

A presença de Gregório foi fundamental para o Proler. Não somente por assumir com dedicação ímpar as desafiadoras atribuições, que não eram poucas, do cargo que se delineava, a fim de que Eliana pudesse estar mais livre para divulgar o programa e viabilizar parcerias em níveis nacionais e internacionais, mas também pela significativa colaboração que deu na construção metodológica do Programa, tendo em vista a vasta experiência que possuía no território da dramaturgia.

O primeiro passo foi contatar, via correspondência, cerca de 100 pesquisadores de literatura infantil e profissionais da área com o propósito de se instituir um conselho para desenhar uma política nacional de leitura. Muitos não se pronunciaram; outros fizeram críticas severas, ressaltando a importância do projeto, mas duvidando de seus resultados, em virtude da associação com o Governo Collor, que já se encontrava profundamente desacreditado pela população brasileira. No geral, a iniciativa não foi bem vista pela grande maioria dos indagados. Eliana lembra que:

Pessoas próximas, que atuavam na área, cujas cartas eu guardo, disseram que eu estava embarcando numa canoa furada. Eu resolvi, então, mudar de estratégia e não buscar aliança com as “autoridades” da leitura e da literatura infantil, que nessa época já eram muitas.

Vale lembrar que, na década de 1970, a literatura infantil já começava a criar lastro, alcançando na década seguinte repercussão internacional.⁵

Através do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), conseguiu-se o endereço de todas as prefeituras do Brasil a fim de se estabelecer contato em nível nacional. Em junho de 1991, foram enviadas às prefeituras municipais e governos estaduais correspondências apresentando o Programa. Era a primeira tentativa de se perceber como se poderia agir e com quem se poderia contar nos mais diversos pontos do país. Anexo ao ofício de apresentação, encontrava-se um formulário para as secretarias de Educação e profissionais correlatos. O questionário buscava informações sobre tipos de trabalho de formação de leitores que, porventura, estivessem sendo desenvolvidos no estabelecimento/localidade; a existência de alguma parceria estabelecida nesse sentido; o nível de abrangência; bem como o aparelhamento cultural envolvido (quantas bibliotecas, cinemas etc.).

Do total de quase 4 mil municípios contatados, apenas 75 responderam. As respostas foram as mais variadas; muitos manifestaram descrédito quanto à eficácia de uma política nacional de leitura.

A partir daí, novos contatos foram feitos com aqueles que responderam. Apenas 20 ratificaram o interesse em participar do Programa.

Paralelamente, diversas universidades, em variados pontos do país, foram contatadas a fim de dar suporte para a realização dos primeiros encontros do Proler. As universidades funcionavam como um espaço agregador. Por serem instituições de grande visibilidade e credibilidade, atraíam representantes das municipalidades vizinhas. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, por exemplo, que foi parceira no primeiro encontro que o Proler realizou em outro estado, reuniu 23 pequenos e médios municípios de suas proximidades.

Via de regra, estabeleceu-se o seguinte modelo de parcerias: ficavam ao encargo das universidades e prefeituras o espaço físico, o transporte local, a hospedagem e a alimentação; o Proler arcava com as passagens aéreas, com o *pro labore* dos especialistas convidados, além de fornecer todo o material pedagógico e de divulgação.

À medida que o Programa cresceu, as equipes que viajavam deixaram de ser compostas apenas de pessoal do Rio de Janeiro. Formou-se uma Equipe Brasil, que incluía profissionais de diversos pontos do país. Destarte, atividades realizadas no Rio Grande do Norte, por exemplo, contavam com profissionais do Rio Grande do Sul, aproximando, respectivamente, especialistas como Tânia Rösing (RS) e Marly Amarilha (RN). O Programa tinha como objetivo interligar pessoas de todos os cantos do Brasil, produzindo trocas de experiências. Focava a diversidade sócio-cultural e, também, as peculiaridades locais para promover a leitura.

Para a expansão do Programa – que no primeiro semestre de 1996, quando se encerrou a gestão de Eliana Yunes, contava com 40 comitês interinstitucionais, distribuídos por 18 estados – contou-se basicamente com o “boca a boca” e o apoio da mídia local. Não havia verba para publicidade, mesmo sendo uma reivindicação permanente. Sua difusão nos meios de comunicação sempre dependeu de mídia espontânea.

Maria Helena Ribeiro, técnica em projetos, que passou a integrar a equipe do Proler logo ao início, relembra que os veículos locais, nos municípios onde o Programa atuava, sempre faziam uma excelente divulgação:

Os módulos sempre agradavam muito e aí a notícia ia se espalhando pela região e agregando municípios das cercanias. As rádios faziam programas dedicados ao Proler, os jornais noticiavam; sempre queriam entrevistar as pessoas da equipe (...)

II – Contextos que antecederam à implantação do Proler

1. Educação e leitura traduzidas em números

A leitura tem sido, historicamente, um privilégio das classes dominantes; sua apropriação pelas classes populares significa a conquista de um instrumento imprescindível não só à elaboração de sua própria cultura, mas também à transformação de suas condições sociais.⁶

Em um breve panorama da nossa realidade, perto do início do Proler, encontramos um Brasil que se debatia com um alto índice de analfabetismo.

No início da década de 1990, registravam-se aproximadamente 20 milhões de analfabetos absolutos entre 10 e 69 anos de idade. Nessa mesma década, atendendo a uma recomendação da UNESCO, o IBGE passou a auferir também o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF). Definindo-se como analfabetas funcionais as pessoas acima de 15 anos que possuíam menos de quatro anos de escolaridade (mesmo não se apurando se quatro anos seriam suficientes para garantir a alfabetização funcional), o IBGE registrou, em 1992, o quantitativo de 35,5 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, 36,9% da população brasileira. Esse índice não levava em consideração critérios como a capacidade de localizar informações em textos de variados tamanhos ou a capacidade de ler números (naturais, decimais etc.), e de fazer operações matemáticas usuais – mais tarde eles passariam a ser analisados também. Cinco anos depois, em 1997, havia 34,5 milhões de analfabetos funcionais, o que, à época, representava 32% da população.

Em 1972, Ano do Livro, a UNESCO havia publicado a Carta do Livro, decretando que todo ser humano deveria ter direito à leitura, ou seja, ter “a

possibilidade de fruir o prazer” que ela proporciona. A carta expressava que o acesso à leitura deveria ultrapassar os limites urbanos, alcançando o campo.

(...) onde há falta de ofertas de livros, toda escola ou comunidade deve possuir uma biblioteca, com pessoal qualificado e com verba suficiente para sua manutenção.⁷

Dados do IBGE, projetados em seus anuários estatísticos, no ano anterior à publicação da Carta do Livro, mostravam que, no Brasil, havia 2.516 bibliotecas, não se levando em conta o tamanho do acervo. Incluíam-se aí todos os tipos de bibliotecas: as universitárias, as especializadas e as populares – públicas e particulares. Concentradas nas capitais dos estados, existiam 785. Tomando-se o contingente populacional do país de 95 milhões de habitantes, tínhamos uma média de 2,7 bibliotecas para cada 100 mil habitantes. Considerando-se apenas o quantitativo de bibliotecas de acesso irrestrito, geridas pelo poder público, existia 1,2 biblioteca para cada 100 mil habitantes.

Para o conjunto total de moradores das 27 capitais das unidades federativas, existentes à época, a relação subia para 3,9 bibliotecas para cada 100 mil habitantes, quando considerados todos os tipos de bibliotecas (com acessos livres e restritos). O censo não possibilitava uma percepção sobre a realidade do campo no Brasil. Mas, sabendo-se que existiam 3.952 municípios no país (dados de 1970), e que o total de bibliotecas fora das capitais era de 1.731 unidades e, levando-se em consideração que grande parte dessas bibliotecas, apesar de não estarem nas capitais, se concentrava nas cidades mais desenvolvidas, conclui-se que o acesso à biblioteca no campo refletia uma realidade bastante cruel.

A década de 1980 e o início da seguinte foram marcadas pela retomada do processo democrático no Brasil. O país cresceu, mas, mergulhado numa crise financeira, pouco se fez para modificar o quadro acima descrito. O anuário estatístico de 1989, do IBGE, apresentando dados relativos a 1985, mostra que existia, nas redes pública e privada, um total de 12.914 bibliotecas escolares. O conjunto de estabelecimentos de ensino público e privado somava 190.983 unidades escolares em todo o Brasil.⁸ Conclui-se que existia, aproximadamente, uma biblioteca para cada 15 estabelecimentos de ensino fundamental.⁹

Em 1984, o número de bibliotecas públicas, com acesso livre para a população brasileira, era de 4.175. Nesse mesmo ano, a população estimada alcançava 133 milhões de habitantes e o número de municípios já se aproximava de 4,3 mil. Apesar dos censos não informarem a quantidade de municípios, à época, que não possuíam bibliotecas públicas, percebe-se que esse quantitativo ainda era muito elevado, visto que os municípios mais desenvolvidos e com maiores contingentes populacionais sempre concentraram maior quantidade

de bibliotecas públicas. Segundo consta em “Leitura no Brasil, leitura do Brasil”, de Helena Bomeny, em 2003, 21% dos municípios brasileiros ainda não tinham bibliotecas públicas.¹⁰

Os dados sobre a produção de livros no mundo, divulgados pela UNESCO, demonstram que, em 1995, quando o Brasil já possuía 160 milhões de habitantes, foram publicados 25.540 títulos no país. A Espanha, com uma população quatro vezes menor que a nossa, publicou 48.467 títulos, quase o dobro da produção brasileira.

2. Conquistas no decorrer do processo político

Na década de 1970, sob os auspícios do “milagre brasileiro”, o aporte de capital estrangeiro, a título de empréstimos para promover o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, gerou consequências nefastas para a economia durante a década seguinte. Os altos juros cobrados sobre a dívida externa implicaram um elevado endividamento do país. A dívida pública alcançou proporções assustadoras na década de 1980, e o Brasil entrou num processo de estagnação econômica que agravou o quadro de distribuição de renda e riqueza. Apesar da crise econômica que se abateu sobre a Nação, reduzindo em muito os investimentos públicos, o processo de redemocratização possibilitou um maior debate sobre a nossa realidade.

Essa década foi marcada por fortes mobilizações populares. No final de 1983, surge um dos maiores movimentos de massa do país: a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República. Mesmo tendo sido derrotada no Congresso, a emenda Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas, o pleito presidencial, que aconteceu em janeiro de 1985, foi marcado por forte participação popular a fim de pressionar os membros do Colégio Eleitoral a votarem na chapa de “oposição” formada por Tancredo Neves e José Sarney, que representaria a possibilidade de ampliação do processo democrático.

Em maio de 1985, as eleições diretas foram estabelecidas e, paralelamente, ocorreram outras conquistas, como o direito de voto para os analfabetos. Ainda naquele ano foi oficializada a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte a ser formada no pleito que se sucederia em 1986.

O voto do analfabeto suscitou polêmicas. Se, por um lado, alegava-se que, por não saber ler e escrever, seria limitada sua capacidade para desenvolver raciocínio crítico sobre o funcionamento da estrutura político-administrativa, por outro, destacava-se o fato de que, por viver em sociedade, convivia permanentemente com normas e condutas sociais e, naturalmente, deveria ter discernimento quanto às decisões político-administrativas que o afetavam.

As mobilizações em torno da Assembleia Nacional Constituinte e a participação popular na elaboração da nova Constituição foram um marco no processo de retomada da democracia em nosso país. A redação da Carta Máxima

trouxe à tona as discussões sobre as grandes complexidades da sociedade brasileira. O grande diferencial dessa Constituição, em comparação com as anteriores, foi o destaque dado à ordem social, mediante a criação de um título específico – Título VIII, Da Ordem Social –, que dava, inclusive, ênfase à educação, englobando também a cultura e o desporto.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição ressalta, em seus Princípios Fundamentais (artigo 3º), “que constituem objetivos fundamentais da República (...) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”. No Título III, artigo 23, atribui competência à União, estados e municípios, no sentido de “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”.

As mazelas na administração política da sociedade e os altos níveis de desigualdade e exclusão social tornaram-se ainda mais visíveis durante a década de 1980 e passaram a ser alvo de campanhas e ações não governamentais. O Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica – IBASE – desenvolveu, sob a coordenação de Betinho, duas campanhas de amplitude nacional: “A Ética na Política” (1989) e a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (1993). Esta última, além de mobilizar todos os setores da sociedade e contar inclusive com o apoio do poder público, em diversos níveis, representou, acima de tudo, uma denúncia da inoperância do Estado no sentido de tomar iniciativas para desenvolver políticas sociais eficazes que combatessem as desigualdades sociais.

Dessa forma, a política de formação de leitores, que implicou na estruturação do Proler, não deve ser vista como um fato isolado dentro da conjuntura histórica nacional, apesar de suas singularidades no campo de atuação. Urgia, naquele momento, que diversos esforços fossem empreendidos a fim de mudar o lastimável quadro sócio-cultural que se apresentava. Os altos índices de analfabetismo absoluto e funcional só poderiam ser revertidos se houvesse esforços em nível federal, estadual e municipal, como rezava a Constituição. Affonso Romano de Sant’Anna, que sempre se mobilizou, junto com a coordenação do Proler, pelos corredores do Planalto, a fim de reunir, em prol do Programa, o maior número de ministérios, ressalta:

Mas, mais do que isto, esforçamo-nos de maneira até ousada para fazer chegar aos diversos presidentes da República com quem tivemos contato [Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique], que a questão da leitura tinha que ser algo ao nível da “segurança nacional”. Ou seja, tinha que ser um projeto da Presidência e uma ação interministerial. Essa questão, portanto, transcendia o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação.¹¹

3. O que se fez pela leitura no país

Antes da iniciativa do Proler, outras experiências foram desenvolvidas no bojo das políticas públicas voltadas para o segmento da leitura e da formação de leitores.

Assim se deu, por exemplo, em 1937, quando o Governo Federal criou o Instituto Nacional do Livro (INL). A decisão, que partiu de Gustavo Capanema, quando era ministro da Educação no governo ditatorial de Getúlio Vargas, objetivava a publicação de obras de interesse para a cultura nacional. Dessa forma, estabeleceu-se como meta prioritária a organização de um dicionário e de uma enciclopédia que registrassem os valores nacionais. A elaboração e publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional ficaram sob a coordenação do escritor e pesquisador Mário de Andrade. A política desenvolvida por Capanema centrava esforços também na criação de bibliotecas públicas e dava especial atenção ao fortalecimento do mercado editorial, que era pouco desenvolvido àquela época.¹²

As dificuldades de desenvolvimento do mercado editorial, que já eram uma constante na história do país, podem ser notadas nas palavras de Monteiro Lobato, dirigidas, em carta, ao recém-nomeado presidente da República, Washington Luís (1926-1930), 11 anos antes das medidas de Capanema:

Trata-se duma triste realidade que até hoje não mereceu o menor olhar de simpatia dos nossos homens de governo – o livro. V. Exa. sabe que o Brasil vive atolado até as orelhas na ignorância, como sabe que só um instrumento existe capaz de contrabater a ignorância – o livro. Mas o livro no Brasil é vítima de uma verdadeira perseguição, dando até a entender que o Estado é contrário à sua expansão e o considera perigoso. Hoje o livro só é acessível às classes ricas, e no andar em que vai, nem a elas, acabando por figurar nas vitrinas das casas de joias, como objeto de luxo. (...) Podemos sem receio de contestação afirmar que o Brasil é a terra por exceléncia do livro caro. Por quê? Primeiro, porque o imposto que grava o papel é mais matéria-prima que entra na sua composição é um imposto feroz, e além de feroz, criminoso, porque recai sobre o desdobramento do custo da cartilha de maior voga entre nós; por esse cálculo se vê como a quota do papel onera uma cartilha.¹³

No conjunto das iniciativas, Capanema objetivava o estímulo à produção nacional de livros, melhorando sua qualidade e promovendo a queda nos custos, além de facilitar a importação de livros. Desta forma, o Governo passou a comprar livros das editoras para doá-los às bibliotecas públicas. Paralelamente, passou a incumbir-se também da publicação de livros didáticos, uma medida que culminou, inclusive, em 1938, na criação da Comissão Nacional do Livro Didático.¹⁴ As iniciativas governamentais que se sucederam durante

a existência do INL (de 1937 até sua extinção, em 1990), como a Fundação Nacional de Material Escolar (Fenamc), em 1967, e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, todas voltavam suas ações principalmente para a criação de bibliotecas e distribuição de livros didáticos.

Fundamentais e de grande valia foram essas iniciativas para o estímulo à leitura no Brasil. Mas poucas fugiram a esse modelo, não implementando práticas novas. Somente a partir da década de 1970 veremos ações mais diferenciadas, advindas principalmente de iniciativas não governamentais, como a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Apesar de não se afastar da necessidade básica de fomentar o processo de implantação de bibliotecas, nas diversas parcerias que estabeleceu, a FNLIJ buscou atingir públicos antes esquecidos. Assim, criou minibibliotecas em favelas, hospitais, fábricas e outros locais; investiu na formação de professores e bibliotecários; realizou oficinas, cursos, seminários; promoveu programas de leitura destinados às crianças que não frequentavam a escola etc. A FNLIJ desenvolveu parcerias com diversas entidades públicas e privadas, realizando projetos como “A Ciranda de Livros”, em parceria com a Hoescht e a Fundação Roberto Marinho, que distribuiu livros e incentivou a literatura infantil e juvenil.

Outras poucas iniciativas, buscando novas linhas de ação, aconteceram no país. Vale aqui ainda destacar a Associação de Leitura do Brasil, criada em 1981, numa parceria com a Unicamp, aberta a quem estivesse interessado em estudar e discutir questões relativas à leitura. Tal iniciativa vem reunindo pesquisadores, professores, estudantes, bibliotecários, jornalistas, editores, livreiros, historiadores etc. Sua trajetória tem sido marcada pela realização de cursos, núcleos de pesquisa que enfocam a leitura do ponto de vista de diferentes áreas do conhecimento, congressos, seminários e jornadas. Destaca-se em suas atividades a realização do Congresso de Leitura do Brasil (COLE), que vem sendo realizado, bianualmente, desde 1980, na Unicamp.

Implantado poucos meses após o início do Proler, em 1991, o projeto Leia Brasil, que até 2001 foi um programa exclusivo da Petrobras, também merece destaque. O projeto criou um sistema de bibliotecas volantes montadas em caminhões-baú. Os caminhões adaptados levavam um acervo de cerca de 20 mil livros para as escolas desprovidas de bibliotecas. Percorriam 32 municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Essas bibliotecas não atendiam somente às escolas de localidades mais carentes, mas também às grandes escolas dos centros urbanos mais desenvolvidos, que fossem desprovidas de programas de incentivo à leitura. Além do trabalho com as escolas, as bibliotecas volantes ocupavam as praças das cidades.

O Leia Brasil se uniu ao Proler para que este desenvolvesse um trabalho de capacitação com os professores das escolas que receberiam os caminhões.

O objetivo era preparar esses professores para que, quando das visitas das bibliotecas volantes, o projeto produzisse melhores resultados. Também eram realizadas atividades de estímulo à leitura, tais como contação de histórias, encontros com os autores, círculos de leitura, apresentação de teatro, música e exposições.

Observando-se as linhas de ação empregadas em prol da leitura que foram desenvolvidas no Brasil, vamos encontrar no Proler o projeto que mais se diferenciou em propostas e ações. O sentido e a aplicabilidade dados à leitura não se restringiram ao universo das palavras. As práticas de leitura foram além do texto, exploraram múltiplas linguagens: pintura, cinema, dança etc. Os espaços para promoção da leitura foram os mais variados: praças públicas, estações de transportes urbanos, hospitais, escolas, entre outros. O alcance do programa era amplo: ia das atividades desenvolvidas na favela do Pereirão – no bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da Casa da Leitura –; incluía a criação, em parceria com o Governo do Acre, de casas de cultura; envolvia consultorias para a rede municipal de bibliotecas do Rio de Janeiro ou atividades nas livrarias da cidade e chegava às práticas promotoras de leitura, desenvolvidas em pequenos municípios de regiões longínquas do país, que possuíam tradições locais bem diferenciadas.

Projetos foram desenvolvidos em parceria com a Rede Ferroviária Federal para a implantação do “Trem da Leitura”, onde ações foram desenvolvidas, tanto nas estações ferroviárias urbanas como nos vagões dos trens, em estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Projetos em conjunto com o Ministério da Marinha elaboraram a criação de bibliobarcos para o rio São Francisco e partes da Amazônia. No Ministério da Justiça e nas secretarias de segurança pública estaduais desenvolveram-se ações nos presídios. Com a Secretaria de Meio Ambiente montou-se um projeto piloto no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e projetos para serem realizados em parques ecológicos. Com o Ministério da Saúde, elaboraram-se programas de leitura nos hospitais. Até nos quartéis o Proler entrou, realizando programas de leitura tanto para os soldados como para os oficiais.

Os mapas ilustrativos das ações do Programa em todo o território nacional mostram que, em 1996, no momento em que a equipe criadora se desliga de sua coordenação, aproximadamente 30 mil colaboradores e cerca de 300 municípios já haviam sido mobilizados pelo Proler.

Vale destacar, em relação a esses dados, que o primeiro número refere-se ao total estimado de agentes de leitura e que o segundo leva em consideração todos os municípios que foram envolvidos, não somente os municípios-sede. Normalmente as ações se irradiavam do município que sediava o núcleo pedagógico para outros nos arredores. Como existiam 96 municípios-sede já mobilizados à época, levou-se em consideração que o alcance do projeto seria,

no mínimo, três vezes maior. Esse fator multiplicativo era, no entanto, bem reduzido, pois comumente o Programa chegava a se expandir para mais de cinco municípios das cercanias, chegando em alguns casos, como no núcleo de Vitória da Conquista, a mais de vinte.

Orgulhoso dos resultados alcançados, Affonso Romano de Sant'Anna observa que o Programa foi de fato um marco na história da formação de leitores no Brasil. Ele declara:

Não tenho dúvida nem vaidade alguma ao afirmar que a história da leitura no Brasil tem na criação do Proler o seu divisor de águas. Quase vinte anos depois de sua criação, cerca de quinze anos depois que deixei a FBN e que a equipe original do Proler de lá saiu, em qualquer recanto do país – de Passo Fundo a Rondônia, de Uberlândia a Maceió, de Cuiabá a Fortaleza – sempre se encontram pessoas que tiveram sua vida modificada pelo Proler e que continuaram a trabalhar apesar das distorções impingidas pela administração central. Verifica-se também que centenas de núcleos esparramados pelo território nacional prosseguiram por conta própria seu trabalho, tentando superar a descontinuidade administrativa.¹⁵

III – Pedagogia em processo

1. *No que se acreditava*

Pensar uma política de estímulo à leitura para um país que sempre amargou o baixo índice de letramento de sua população seria, sem dúvida, um grande desafio. Ao ser convidada para implantar o Proler, Eliana redigiu um projeto que somava esforços múltiplos e que não era fechado em si mesmo. Ela não acreditava na eficácia de modelos prontos. Sabia que deveria evitar o velho estilo da política de gabinete, caso contrário o projeto poderia estar fadado a não atingir seu potencial transformador. Propôs um trabalho de equipe do qual todos deveriam participar ativamente, inteirando-se e discutindo todo o processo. Sugeriu, inclusive, um modelo de administração descentralizado – para que fossem possíveis sua expansão e autonomia em nível nacional – que, segundo a unanimidade dos depoentes, foi muito bem planejado e executado por Francisco Gregório, o coordenador do Proler.

A linha de ação do Programa não se centrou no trabalho de difusão da literatura infantil. Havia a preocupação de se realizar um trabalho que fosse mais transformador. Suas ações se voltaram para a formação de leitores e mediadores adultos: pais, professores, bibliotecários, profissionais das mais diversas áreas (cineastas, músicos, comerciantes etc). Havia o entendimento de que, para se formar novas gerações de leitores, não bastavam dar às crianças e aos jovens o acesso ao livro, mas, prioritariamente, inserir mudanças na

mentalidade das pessoas a quem cabia o papel de conduzir e transmitir os hábitos vigentes aos futuros adultos.

A experiência de Yunes na FNLJ a fez perceber mais claramente as complexidades do sistema educacional no tocante à leitura. Por isso, uma das bandeiras do Proler era a desescolarização da leitura. Ela destaca que:

(...) lidar com criança e literatura é algo muito fácil. Criança ama literatura, adora histórias, ama narrativas. É uma relação quase que ontológica, intrínseca, a relação do homem com a palavra narrada, com a narração. No entanto, ao final das quatro primeiras séries de escola, as crianças começam a se distanciar, perdem o gosto pelo livro, pela leitura. É nesse momento que a leitura deixa de ser “bota no colo e conta uma história bonita”, deixa de ser livro bonito, passa a ter prova, começa a ter professor perguntando sobre as figuras de linguagem existentes nos textos, falando sobre o uso dos “quês”, dos pronomes relativos ou substantivos etc.

Na conjuntura pedagógica do país, muito pouco se fazia pela leitura, e o que se fazia e a maneira como se fazia não vinham contribuindo de forma eficaz para a formação de leitores. No entendimento geral da equipe do Proler, o modelo utilizado nas escolas para aproximar os alunos da leitura estava fadado ao fracasso. Além de ser mal aproveitada como veículo de instrução, não resultava numa atividade prazerosa de construção do conhecimento.

Era [a leitura] conduzida de maneira muito estreita, sendo confundida com ensino de gramática, reduzida ao viés do certo e errado.¹⁶

A leitura nas escolas não era vista como uma possibilidade de se explorar imaginários, como algo capaz de despertar reações subjetivas, mesmo quando carregada de objetividade em suas mensagens.¹⁷

(...) isso eliminava toda a sua atratividade e, consequentemente, não fazia com que os estudantes se sentissem estimulados a levá-la para além da vida acadêmica.¹⁸

O caminho escolhido para se desenvolver o Programa foi sair da escola. Evitar a linha de ação mais frequente de centrar seu foco unicamente na vida escolar, que vinha se repetindo ao longo das políticas de formação de leitores em nosso país.

Sair da escola não significava, porém, a anulação de sua importância no processo de formação de leitores, mas, sim, romper com os métodos usuais. Vale ressaltar que o Proler atuou em conjunto com a Secretaria Nacional de Ensino Básico (Seneb) a fim de articular, compartilhar e desenvolver ações de promoção da leitura no âmbito da educação básica.

Mas buscava-se, naquele primeiro momento da política que estava por ser construída, a descoberta, a partir de novas vivências, de maneiras qualitativamente mais eficazes de se apresentar a leitura. Procurava-se estimular essas descobertas a partir de processos participativos com os mais diversos tipos de mediadores de leitura. Era preciso mudar a forma de se relacionar com a leitura, transformar metodologias que já estavam cristalizadas.

Dessa forma, o objetivo do Programa, no primeiro momento, foi, sem desvalorizar o papel da escola na função de promover leitores, apresentar uma leitura que não estivesse associada à obrigação escolar. Desejava-se cativar o leitor em potencial, nos mais diversos segmentos sociais, para depois, então, numa segunda etapa do Programa, se voltar para dentro da escola, mas aí, já levando outras noções e fundamentações sobre o ato de ler, a partir de reflexões elaboradas nos trabalhos desenvolvidos em cada núcleo pedagógico construído. Eliana diz:

Não concentrar suas ações nas escolas, nesse primeiro momento, além de ser uma atitude inovadora, era um ato estratégico, uma forma de se sensibilizar os profissionais de educação à medida que o projeto amadurecia.

Apesar da enorme presença de professores nos encontros e módulos organizados pelo Proler, isso não representava uma contradição no tocante aos princípios teóricos do Programa que propunham a desescolarização. Yunes lembra que a participação desses profissionais e de todos os que participavam dos encontros e seus desdobramentos sempre foi espontânea.

A maior parte dos frequentadores eram professores sim e isto era algo excelente porque queríamos envolvê-los a partir de seus desejos e interesses e não por uma convocatória específica. (...) A presença dos professores nos encontros era importante porque o intuito também era lhes mostrar que a escola poderia ter leitura com alegria, que instruir-se deveria ser algo feliz, não apenas uma obrigação.

Poderia suscitar dúvidas também a participação do Proler no programa de implantação dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs), projeto do Governo Collor que criava espaços para a educação fundamental em tempo integral. Nessa parceria, o Proler chegou a atuar emitindo parecer técnico que repensava as dimensões físicas das bibliotecas dos centros, ampliando-as de 70 m² para 400 m². As demais atividades que seriam desenvolvidas pelo Proler nos CIACs seguiam as linhas similares de atuação do Programa, mas nem chegaram a se concretizar devido à queda do Governo Collor.

Eliana ratifica que o projeto pedagógico do Proler, em sua totalidade de ações, sempre foi de desescolarização:

A escola entrou como uma instituição social idêntica a um museu, hospital, associação comunitária; idem as bibliotecas. O que fizemos foi não pensar a leitura como prática apenas escolar, instrumental. (Alfabetização é coisa básica, mas de que serve se quem lê nem entende o que lê?). A leitura era apresentada como uma prática de vida em linguagens e suportes diferentes.

No tocante à atuação das bibliotecas escolares no processo de formação de leitores, o Proler ressaltava a necessidade de mobilização e capacitação de recursos humanos a fim de que as bibliotecas escolares pudessem atuar de forma mais dinâmica e, desde cedo, já ir desmitificando nos alunos a visão reinante de que as bibliotecas são espaços privilegiados para gente culta. O objetivo era apresentar a biblioteca para a comunidade escolar como um espaço democrático de troca de ideias e conhecimento, produzir um espaço de prazer e assim fortalecer os hábitos de leitura junto aos estudantes. A biblioteca escolar não deveria ser vista pelos mediadores de leitura da escola (professores e bibliotecários) apenas como um lugar que disponibilizava informação e conhecimento, mas, prioritariamente, atuar no sentido de formar gostos e produzir consciência crítica.

Alguns anos depois, o Manifesto da IFLA (Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias), em 1999, inspirando-se no manifesto que a UNESCO havia publicado em 1994, e com a chancela desta, veio a falar dessas questões. Isso mostra o caráter precursor do Proler. O manifesto, direcionado às bibliotecas escolares, fala que seriam objetivos da biblioteca escolar, entre os diversos pontos abordados:

- oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e ao uso da informação voltadas ao conhecimento, à compreensão, à imaginação e ao entretenimento;
 - proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- (...)
- incentivar a cooperação entre professores, gestores experientes na área escolar, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais da informação e grupos interessados da comunidade.¹⁹

O Proler não adotou a prática de procedimentos verticalizados. Havia traçado apenas as linhas gerais para o seu plano de ação, apesar de ter objetivos bem claros. As novas condutas deveriam surgir a partir do exercício crítico de seus agentes. Esse procedimento que compunha os princípios pedagógicos do

Proler – os quais aparecem descritos em *Para entender a proposta do Programa Nacional de Incentivo à Leitura* – é intitulado de “pedagogia em processo” e ressalta a importância da observação e da avaliação contínua dos resultados, a médio e longo prazo, das práticas desenvolvidas.

Para o Proler, as primeiras ações deveriam centrar-se na construção de um diálogo com os mediadores de leitura. Era preciso atuar junto aos formadores, em potencial, dos futuros leitores. Era preciso, também, fomentar as discussões sobre a maneira como as práticas leitoras vinham sendo conduzidas nas escolas. O debate deveria ser amplo e as ações não deveriam ficar restritas somente aos estabelecimentos de ensino; toda a sociedade deveria participar.

O objetivo do Programa era alcançar os estratos mais diversificados da população, desconstruindo a ideia da leitura como dever acadêmico. Buscava-se fazer compreender que a leitura não se resumia ao ato em si da decodificação do que fora expresso por sinais gráficos escritos, mas a uma percepção de mundo. Destarte, a leitura no Proler ia além das palavras: lia-se a dança, a pintura, os filmes etc. O objetivo era fazer uma leitura de mundo, provocar uma ampliação da visão do sujeito, despertar o seu olhar. Esse era um ponto onde a concepção teórica do Programa se aproximava das proposições pedagógicas de Paulo Freire, que propunha uma leitura que se distanciasse dos conceitos tradicionais. Para ele, “a leitura do mundo deve preceder a leitura da palavra”.²⁰

O Proler levava a leitura para todos os cantos. Contadores de histórias liam nas praças, hospitais, estações de transporte etc. O contato com a leitura despertava o interesse de pessoas que nem sabiam ler, como rememora Eliana:

(...) Pessoas sentiam o interesse em se alfabetizar a partir do contato com a leitura. Nós nos surpreendíamos. A receptividade era imensa. Pessoas nos mais diversos pontos do país discutiam a leitura, viam filmes, produziam interpretações e questionamentos ímpares sobre o que liam, viam e ouviam. Havia uma revolução silenciosa sendo processada através do Programa. As pessoas que não eram alfabetizadas começaram a entender que leitura não era alfabetização, era algo além.

2. Desenvolvimento e desdobramentos do Programa

Como o Proler não contava com verba para mídia paga e dava seus primeiros passos num momento em que o uso dos computadores nas repartições públicas era incipiente, e ainda nem se falava de Internet, sua expansão aconteceu a partir do interesse pessoal de quem tomava conhecimento de sua existência. Muitas vezes as informações que lhes chegavam eram bem exíguas. Normalmente, as pessoas que manifestavam interesse já trabalhavam com a leitura, ou já haviam desenvolvido alguma atividade similar na região de domicílio.

Quando as pessoas faziam contato, manifestando o interesse de que o Proler realizasse trabalho em suas cidades, recebiam a solicitação de que mobilizassem alguma entidade local para dar o suporte inicial, como, por exemplo, o SESC ou uma associação de moradores. A partir desse momento, dava-se início à estruturação do Encontro Mobilizador, quando membros da equipe do Proler iam até o local expor a filosofia, os objetivos, as propostas políticas e metodológicas do Programa.

A expansão do Proler em nível nacional teve como base os comitês interinstitucionais. Estes eram formados a partir de uma iniciativa conjunta entre as entidades locais e o Proler. A linha de ação utilizada para consolidar essas bases locais do Programa foram os módulos. O objetivo destes era a capacitação de recursos humanos para atuarem na formação de leitores. Aconteciam nos encontros intermunicipais promovidos a partir das parcerias estabelecidas. Na realidade, módulos e encontros tornaram-se atividades sinônimas, pois estes aconteciam em função da realização daqueles.

Organizavam-se em cinco etapas (do Módulo Zero ao Módulo IV) e se operacionalizavam através de mesas-redondas, palestras, oficinas e práticas leitoras, contação de histórias, círculos de leitura, encontros com autores e apresentações culturais. Os encontros iniciavam com um momento de sensibilização (Módulo Zero) que vinha seguido de mais quatro módulos, com a periodicidade entre eles girando em torno de seis meses. Na realização dos módulos, o programa contou com uma ajuda financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que supria as despesas com passagens, nos deslocamentos da equipe.

Os módulos foram sendo concebidos dentro do processo evolutivo da proposta pedagógica e foram trabalhados em cima de questões como “leitura e memória”, “leitura e linguagem” etc.

Recorda Marília Amaral que:

A intenção dos módulos consistia no fato de que, trabalhando segmentos importantes do ato de ler, se poderia chegar a uma produção, onde o mediador teria capacidade de atuar como produtor do seu próprio “texto”, ou seja, isso se traduzia no entendimento que ele construía sobre a leitura, sua visão, fosse ela poética ou crítica. Daí, iria repassá-la através de seu próprio texto, fosse atuando como poeta, contador de histórias, ou como crítico de sua própria realidade (...) era a construção de textos vivos, digamos assim (...)

O objetivo era que o Proler, através dos módulos, fosse mais atuante apenas nos primeiros anos de trabalho nos municípios-sede – que abrigavam o Programa. Depois, o conteúdo depreendido dos encontros deveria ser levado adiante pelos próprios comitês locais. Essa estratégia permitia que os

Para entender a proposta do



PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA

Eliana Yunes

Assessora Especial do PROLER / FBN



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

No documento acima, Eliana Yunes, idealizadora do Proler, ao lado de Affonso Romano de Sant'Anna e Francisco Gregório Filho, apresenta os dez princípios pedagógicos do programa: O “(...) prazer de ‘ler’ se constitui desde a mais tenra idade, quando as crianças se familiarizam com narrativas orais. As estruturas narrativas (...) Movem as emoções, provocam imagens, suscitam a reflexão e promovem um trânsito permanente entre imaginário e real, ficção e história.” – afirmava o primeiro desses princípios.

Maio, 1992

Acervo FBN

Valorizar a oralidade e recuperar a cultura das minorias étnicas e sociais eram também objetivos do Proler, como neste programa da série “Contação de Histórias”, transmitida semanalmente pela Rádio MEC, no Rio de Janeiro. Francisco Gregório entrevista o índio Siaw Kaxinawa, que conta histórias de seu povo. Rio de Janeiro, 1994 *circa*.
Foto: autor desconhecido
Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio.



Buscando uma nova ‘relação amorosa’ com a leitura, o Proler optou pelos textos literários, mais capazes de mobilizar a inteligência e a afetividade. Grupo de contadores de histórias em ação na Casa da Leitura, 1993.

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio.

Foto: Lúcia Antabi



Além de oficinas de leitura e contação de histórias, o Proler criou 'espaços teóricos', como conferências, seminários, mesas e painéis, com a participação de especialistas de diversas áreas". Na foto, trupe do programa em Campo Grande (MS), integrada por bibliotecárias, professores, escritores e artistas. A partir da esq., Júlio Diniz, Gregório Filho, Vera Varela, Nanci Nóbrega, Amir Haddad, Joel Rufino, Marli Amarília, Tania Rösing, Glória Kirineu e Rê Fernandes; agachadas, Marina Colassanti, Eliana Yunes,

Maria Lúcia Martins e Marília Mendes. S.d.

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio.

Foto: autor desconhecido



"A formação de recursos humanos (...), processo continuado e sistemático a se desdobrar em atualização permanente e que carece de um impulso longo (...)" . Nanci Nóbrega, Júlio Diniz, Francisco Gregório e Eliane Yunes com Tania Rösing, coordenadora do Proler em Passo Fundo (RS) e da Jornada Nacional de Literatura, ainda hoje realizada anualmente naquela cidade, no lançamento do livro *Leitura e animação: repensando a escola*. 2002.

Foto: autor desconhecido

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio



“(...) sendo a leitura percebida como prática de vida, ela não pode estar confinada às aulas de língua e literatura e deve percorrer todo o espaço da aprendizagem, da história à matemática, da ciência à filosofia.” – outro dos princípios pedagógicos traçados para o Proler. Numa praça pública de Campo Grande (MS), o músico e professor de Letras Sílvio Carvalho, da Universidade Estadual da Bahia, coordena roda com mediadores de leitura. 1994.

Foto: autor desconhecido

Acervo Sílvio Carvalho



“[o leitor] se transformará em agente de promoção da leitura no seu espaço de convivência: escola, trabalho, família, comunidade. Para isto é dada especial atenção ao processo que vai de sua sensibilização à sua capacitação como promotor de leitura e produtor de textos.” Na Casa da Leitura, Mônica Coronel, assessora de imprensa e também mediadora de leitura, participa de oficina com crianças e professores de uma escola municipal do Rio de Janeiro.

Foto: autor desconhecido

Acervo FBN

“(...) os encontros de capacitação têm por objetivo o exercício de aprofundamento teórico-prático e a ampliação dos recursos para os agentes de leitura nas áreas de abrangência geográfica do núcleo local formado em torno do PROLER.” Reunião do Comitê do Proler com mediadores de leitura em Curitiba.

Foto: autor desconhecido

Acervo Silvio Carvalho





A existência em cada município de espaços adequados, ou mesmo exclusivos, para a leitura, com acervo especial, é uma das propostas do Proler. Em agosto de 1993, o programa inaugurou sua sede, a Casa da Leitura, na Rua Pereira da Silva, em Laranjeiras no Rio de Janeiro.

Foto: Osório Mendes
Acervo FBN



A experiência e sugestões de grandes escritores e especialistas balizaram a implantação do Proler. A foto registra o encontro, na Casa da Leitura, do escritor uruguaio Eduardo Galeano com os coordenadores nacionais do Proler.

Foto: autor desconhecido

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio



Coleção Ler & pensar, um dos primeiros materiais pedagógicos e de reflexão sobre a leitura preparados pelo Proler. Nestes volumes, o tema *Leitura e leitores* e as resoluções das *Reuniões internacionais de políticas nacionais de leitura*.

Acervo FBN



mediadores envolvidos tivessem autonomia e assim irradiassem a proposta do Proler para outras localidades das imediações. Isso permitiu que a pequena equipe do Proler pudesse ampliar seu raio de ação. Os encontros sempre eram organizados em conjunto com os mediadores das localidades e, além dos profissionais que eram levados pelo Proler (palestrantes, oficineiros etc), contavam com a participação dos especialistas da região. Marília Amaral complementa que:

Para a construção de uma rede nacional de estímulo à leitura, era necessário valorizar as iniciativas locais, pois estas seriam as responsáveis pela expansão do Programa. A ideia era ir lá, incentivar. Começava com mediadores daqui e de lá. Com o tempo nós iríamos nos retirando do projeto e eles assumindo cada vez mais e dali irradiavam o programa para outros pontos do estado.

Os módulos compunham-se de uma programação que durava cinco dias. Eram realizadas de 12 a 16 horas de oficinas, programadas para acontecerem após as mesas redondas. Os profissionais locais que se destacavam eram convidados para integrarem os encontros que aconteceriam em outros pontos do país.

O conteúdo programático dos módulos, apesar de contar com o aporte pedagógico do Proler, era construído em conjunto com as pessoas do lugar. Desse forma, cada módulo desenvolvido nos mais variados pontos do Brasil carregava suas peculiaridades, em decorrência de sua interação com os profissionais locais. O mesmo se observava em relação à linha de conduta dos comitês, que, apesar de se orientarem pelas propostas pedagógicas do Proler, desenvolviam modos específicos para pô-las em prática. Cada comitê tinha o seu perfil e, comumente, entre os comitês que se localizavam dentro de um mesmo estado ou região do Brasil, as diferenças já se faziam visíveis. Valorizavam-se as tradições locais, as histórias de cada povoado, seus legados culturais. Tudo isso era absorvido como material de trabalho dentro de cada núcleo regional.

No momento de sensibilização, reuniam-se as pessoas e falava-se do conceito de leitura, bem como do tipo de leitura que seria utilizado. Explicava-se que ler para o Programa não era querer saber o que o autor quis dizer com a sua construção textual. Isso era uma análise para ser desenvolvida no adiantando do ensino acadêmico ou pelos pesquisadores da área. Para o Proler, o que interessava era como o leitor participante se relacionava com o texto, o que ele via, o que ele sentia. Explicava-se também a proposta de se praticar a leitura para além das palavras. Lia-se de tudo e estimulava-se o contato com as mais diversas linguagens da expressão artística: dança, pintura, fotografia etc.

A narrativa pessoal era bastante valorizada. Exploravam-se as memórias de infância – cantigas, histórias que eram contadas, histórias de família etc. Era

uma maneira de se mostrar que na vida das pessoas que não tiveram, e ainda não tinham, acesso ao livro também existia acervo, que este não se reduzia apenas às obras impressas. Apesar de muitos habitarem longe dos grandes centros urbanos ou estarem submetidos a condições econômicas e sócio-culturais restritivas, possuíam um patrimônio imaterial que não deveria ser desprezado. Ali estava a chave da construção de uma identidade cultural forte.

O movimento para se suprimir a incultura literária não deveria resultar na aculturação do sujeito, ou seja, tinha-se o cuidado para que não acontecesse uma sobreposição da cultura da cidade grande, de onde procedia a equipe gestora do Proler, à cultura local.

Nos encontros, havia sempre um momento em que se realizava a leitura de um conto. Entre a equipe era conhecido como “oficina”, mas, para o público, não era anunciado assim. Evitava-se essa nomenclatura para não criar expectativas ou receios antecipados no grupo. Marília Amaral esclarece que o objetivo era deixar os participantes desarmados. Nesse momento, explorava-se a sensibilidade, a capacidade de reação diante do que ouviam:

Sempre a gente trabalhava muito com a questão do afeto.

Um dos significados da palavra “afeto”, em sua origem no latim, *affectus*, é “disposição de alma”.²¹ Sem um aprofundamento maior nas questões conceituais, seja no campo da linguística, psicopedagogia, filosofia etc., poderíamos deduzir aqui, pela simples conceituação etimológica, que trabalhar com o afeto implica um quadro onde ocorrem mudanças no estado de sensibilidade do sujeito.

Nesse sentido a equipe sempre se surpreendia com as reações dos participantes. O público alvo do Programa eram os mediadores – não significando com isso que a equipe do Proler não tivesse contato com os receptores finais das ações propostas pelos mediadores. O nível de participação nos módulos, segundo consenso geral da equipe, era muito bom. Os relatos dos participantes, após as oficinas, eram um indicativo do quanto elas eram eficazes, mexendo, positivamente, com o ânimo de todos e repercutindo na consciência geral do grupo.

(...) após o exercício da leitura, fosse um conto, uma pintura, ou filmes sempre nos surpreendíamos com a felicidade das pessoas por estarem debatendo assuntos que elas não paravam para discutir em seu dia a dia.²²

Lembro-me da satisfação dos participantes ao perceberem que conseguiam ler uma pintura, que projetávamos numa parede, ver um filme como *Cortina de Fumaça*, por exemplo, e entendê-lo além da simples narrativa, isso fazia com que se sentissem cada vez mais seguros, inteligentes, dava-lhes ânimo.²³

(...) nesses momentos o público manifestava seu encantamento, seduzidos pela leitura rompiam barreiras, emitiam depoimentos espontâneos, emotivos, que despertavam reflexões profundas (...) ²⁴

No resultado de um debate, após uma leitura, uma sessão de contação de histórias ou após o contato com uma outra linguagem artística, os propósitos do Programa ficavam mais evidentes para todos. O exercício de percepção sobre o que estava explícito ou implícito nas leituras apresentadas, sobre o nível de mobilização dos afetos, resultava no entendimento de que, no olhar sobre a narrativa, realizavam uma leitura de si e uma leitura de mundo. Efetuava-se através dos módulos um caminho natural de desenvolvimento do pensamento crítico. Gregório lembra que:

(...) ali [nas oficinas] se percebia mais claramente o que era o exercício de cidadania (...) na descoberta pessoal, no reconhecimento da possibilidade de atuarem como sujeitos pensantes.

Durante a gestão de Eliana, não foram produzidas pesquisas que analissem os resultados obtidos com o Programa. Mas a equipe observava, permanentemente, os efeitos de suas ações através do diálogo com os mediadores. Como o Programa propunha um alcance nacional e a equipe sempre foi muito enxuta, atingindo o contingente funcional máximo, em meados de 1996, quando possuía cerca de 70 pessoas, entre funcionários e profissionais autônomos que se ligaram à equipe, ficaria difícil fazer o acompanhamento direto com o público final. O Programa centrava sua atenção sobre a atuação dos mediadores, logo os resultados eram percebidos a partir do depoimento destes. Comumente eram realizadas reuniões de avaliação com os comitês.

3. Driblando as resistências

Fato relevante em todo esse processo é que, pela primeira vez, uma instituição do Ministério da Cultura, cuja única missão, desde a sua fundação, vinha sendo a guarda e a construção de nosso maior acervo (bibliográfico, documental, iconográfico etc), tinha a incumbência de promover uma política nacional de estímulo à leitura. Esta sempre havia sido um privilégio das escolas, sempre esteve sob a alçada do Ministério da Educação. Logo, como era de se esperar, houve resistências e estranhamentos. De acordo com Francisco Gregório:

Dentro do próprio quadro administrativo [da Biblioteca Nacional] havia muita reação ao Proler. O corpo de funcionários era predominantemente de bibliote-

cários, preocupados unicamente com o acervo (...) precisávamos [no Proler] de pessoas com uma outra visão do livro, pessoas formadas em Letras e Comunicação.

Affonso Romano de Sant'Anna também comenta essa resistência:

Devo revelar, por outro lado, que a criação do Proler encontrou resistências, sobretudo onde deveria encontrar aliados, ou seja, entre editores, entre bibliotecários, entre um ou outro escritor, dentro do próprio Departamento Nacional do Livro. Isto tem a ver com algo que chamei num artigo de “discurso duplo”, da prática divorciada da teoria. Nunca lhes havia passado pela cabeça que existe uma coisa chamada “formação do leitor”. Para eles a função do estado era só alfabetizar e comprar livros. É como se estivessem dizendo que o leitor é uma consequência. Bastaria editar e botar livros em livrarias e estantes e um milagre ocorreria. Não se apercebiam que o processo é complexo exigindo a interação do livro, da biblioteca e do leitor, nem se apercebiam de que o leitor pode ser despertado e formado em qualquer idade e não apenas na idade infantil, como tolamente alguns apregoa-vam.²⁵

Os estranhamentos ao Proler iam além do quadro funcional da FBN e de algumas autoridades no assunto. O contato com instituições e profissionais que seriam importantes para que o projeto tivesse alcance nacional, desde o início, revelou reações adversas. Eliana lembra que, quando foram encaminhados os questionários para se fazer um levantamento, em todo o país, do nível de interesse dos municípios para desenvolver um trabalho junto ao Proler, as respostas foram surpreendentes:

(...) muitos formulários que encaminhamos inicialmente foram respondidos por profissionais da educação que não entendiam porque uma biblioteca, no Rio de Janeiro, estava fazendo aquele levantamento (...) alguns sabiam de sua importância, mas muitos nem sabiam o que era e como era a Biblioteca (...)

Francisco Gregório comenta o mesmo assunto:

Muita gente achava que a Biblioteca era muito Rio de Janeiro. Muitos a associavam à Academia Brasileira de Letras (...) Quando não caíam nesses olhares e sabiam o que era realmente a Biblioteca Nacional, questionavam por que ela estava saindo do cantinho dela, de guardar livros, para dialogar com populações tão distantes, com povos de outras regiões [do país]. Em minhas andanças para explicar o Proler, apesar de estar vinculado à Biblioteca Nacional, sofri preconceitos (...) as pessoas entendiam que era importante promover leitura, mas não percebiam como e de onde deveriam partir as ações.

As primeiras ações promotoras do hábito de ler, desenvolvidas pelo Proler, tiveram o intuito de sensibilizar os funcionários da Biblioteca. Ao desenvolver um programa-piloto para dar início às suas atividades, optou-se pelo começo dentro de casa. Dar os primeiros passos dessa maneira, além de representar uma atitude cautelosa, significava também a possibilidade de se quebrar a resistência dos funcionários em relação às ideias de valorização da leitura que propunha a nova administração. Era fato também que ali na Biblioteca, convivendo com o corpo de servidores, dos quais muitos eram letrados, existiam os empregados da empresa terceirizada, encarregada da limpeza, que, em sua quase totalidade, não possuíam bom nível de instrução, nem o hábito da leitura. Nada mais acertado para a nova filosofia que se implantava na Casa do que mobilizar esse contingente. O Programa-piloto se chamou “Prazer de Ler” e executou os seguintes projetos: “Ouvindo Histórias”, “Conto a Conto” e “Hoje é Dia de História”.

Affonso, ainda se referindo aos empregados da empresa terceirizada, cuja jornada de trabalho, pela natureza do serviço, era sempre mais rigorosa, com uma carga horária maior que a dos servidores da FBN, lembra que:

Para nós seria incongruente pregar a leitura para comunidades longínquas esquecendo os próprios trabalhadores. Operários da BN tinham a hora da leitura dentro de seu parco tempo de almoço (...) ²⁶

O projeto “Ouvindo Histórias” foi programado para acontecer durante todas as quartas-feiras de setembro de 1991, no saguão principal do prédio, e teve a participação do grupo Morandubetá, narrando histórias aos ouvintes. O público-alvo eram os funcionários, mas o projeto foi aberto também aos usuários, visitantes e a quaisquer pessoas que manifestassem interesse. Segundo o Relatório Proler relativo ao exercício de 1991, pela “falta de apoio para a adequada divulgação interna do Projeto, só se alcançou um público satisfatório nas duas últimas semanas, cerca de 70 pessoas em cada sessão”.

Segundo o mesmo relatório, o projeto “Conto a Conto”, nos mesmos moldes do “Ouvindo Histórias”, deu sequência à agenda das quartas-feiras, durante o período de outubro a dezembro de 1991. O projeto chegou ao terceiro mês tendo um público semanal de 18 funcionários. Desse número, 80% eram de terceirizados e prestavam serviços de manutenção e limpeza para a Biblioteca. A média de servidores por sessão era quatro.

Marília Amaral lembra que este projeto agradava bastante, mas entre os servidores da Casa não teve o alcance desejado. Segundo ela, poucos funcionários compareciam:

Essas atividades não chegaram a atingir o grupo [corpo de servidores] como um todo, porque, se tivessem conseguido uma grande repercussão, mais pessoas teriam ido trabalhar no Proler.

As sessões eram conduzidas pelos leitores-guia, que realizavam a leitura das histórias e provocavam as discussões.

Apesar dos números não muito animadores, o resultado do projeto, conforme mostra o relatório, foi bastante positivo. Constatou-se que, no seu decorrer, a participação do grupo tornou-se unânime e que “as pessoas se inseriam no bate-papo de uma maneira muito mais livre e participativa”. Affonso Romano de Sant’Anna lembra que:

(...) numa dessas sessões uma trabalhadora depois de ler um conto de Machado de Assis, exclamou: “Mas esta estória foi escrita pra mim!”²⁷

O projeto “Hoje é Dia de História” foi pensado para extrapolar os limites da Instituição. Foi dividido em dois segmentos. Um dos segmentos buscava mobilizar os menores de rua das proximidades da Biblioteca. A estratégia foi atuar juntamente com os educadores que já trabalhavam com esse público e com a Associação São Martinho. Apesar da boa estratégia operacional, o projeto não deu certo e foi suspenso.

O outro segmento aconteceu no pátio do Palácio Gustavo Capanema, no Centro do Rio de Janeiro. O projeto, que aconteceu de outubro a dezembro de 1991, teve como objetivo parar as pessoas na rua para ouvirem histórias. Apresentou bons resultados, mas não chegou a formar plateia em decorrência do curto período em que se manteve em vigência.

Uma outra estratégia para minimizar as resistências entre os funcionários e aumentar a empatia pelo Programa foi possibilitar e estimular que os funcionários acompanhasssem a equipe do Proler em suas viagens aos municípios onde realizava ações. Assim, os funcionários tinham a oportunidade de participar e perceber a importância da iniciativa. A decisão revelava também o espírito democrático que caracterizou o Proler durante a gestão de Affonso, pois possibilitava que todos pudessem se envolver com o Programa. Affonso, em sua entrevista para esta pesquisa, recorda:

Foi uma luta tão dura quanto estranha: tentar convencer bibliotecários e escritores de coisas que eles deveriam saber, mas não sabiam. Como a parte burocrática da Instituição resistia às inovações, criando dificuldades ao funcionamento do Proler, tive que levar esses funcionários para reuniões dentro da Casa da Leitura para que vissem na prática o que estávamos fazendo. Houve, portanto, um processo de “alfabetização” dos funcionários. Nós os estávamos ensinando a “ler” a “leitura”.

Depois começamos a mandar alguns bibliotecários para os módulos que o Proler realizava pelo Brasil, aí voltavam maravilhados como convertidos.

Mônica Carneiro, atualmente lotada na Divisão de Iconografia da FBN, e que não fazia parte da equipe do Proler, teve a oportunidade de participar de uma viagem para Caxias do Sul, onde o Proler havia instalado um comitê. Ela lembra que:

(...) os funcionários tinham a oportunidade de participar e também de perceber a importância daquela iniciativa, dos encontros, e se envolver com o projeto, que era de vital importância para o nosso país, que pouco lia. Poderia não parecer, mas a decisão do Affonso de estimular os funcionários a verem de perto o que se fazia, foi muito acertada. As pessoas [funcionários] se envolviam e passavam a defender o Proler. E, assim, o Proler foi ganhando a simpatia de muita gente dentro da Biblioteca e lentamente quebrando as resistências. (...) Eu sempre gostei da forma como ele [Affonso] tratava a leitura e da maneira como se preocupava com os funcionários.

IV – Percepções teóricas

1. *Inpirações para um modelo teórico-pedagógico*

Não lemos todos um mesmo texto da mesma maneira. Há leituras respeitosas, analíticas, leituras para ouvir as palavras e as frases, leituras para reescrever, imaginar, sonhar, leituras narcisistas em que scres e sentimentos inesperados se materializam e saltam diante de nossos olhos espantados.²⁸

As reflexões sobre como seduzir um não leitor e motivar-lhe o gosto pela leitura, através de conteúdos que despertem não somente a afetividade, mas também proporcionem desenvolvimento intelectual, capacidades crítica e analítica, alicerçaram os princípios pedagógicos do Proler. Tais reflexões nos remetem a um campo de discussões teóricas que envolvem diversas correntes do pensamento.

Precedendo todas as análises que podem ser desenvolvidas sobre a “formação de leitores”, encontramos no entendimento básico do que é leitura e como ela se processa enquanto parte fundamental da linguagem verbal o ponto de partida para a construção de uma rede de significações sobre o ato de ler e seus encadeamentos.

Para se comunicar com seus pares, o ser humano sempre utilizou variadas formas de expressão: da linguagem oral à verbal, dos gestos e imagens aos textos e falas. Mas foi no exercício de interação social que a palavra tornou-se

dominante. O processo civilizatório trouxe consigo a necessidade do registro escrito. Da escrita cuneiforme, desenvolvida pelos sumérios, há mais de três milênios a.C., ao alfabeto grego, datado do século VIII a.C., adotado atualmente, em quase todo o mundo; dos textos manuscritos à invenção da imprensa, no século XV, dando velocidade à reprodução dos textos escritos, a história retrata uma relação de inerência entre o homem e a palavra escrita.

A invenção da língua de sinais para surdos e mudos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), pode servir como um exemplo singular de ponte entre o verbal e o não verbal, mas também demonstrar a necessidade de dominância do primeiro sobre o segundo, tendo em vista que a estruturação da língua teve como base o alfabeto que utilizamos. Uma placa de trânsito, um bocejo, um filme do cinema mudo, uma bandeirada ao final de uma corrida automobilística são símbolos não verbais que carregam significações próprias, mas são espontaneamente traduzidos em palavras quando pensamos neles.

No artigo “Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo”, em que Eliana Yunes reúne as principais reflexões teóricas que a inspiraram durante os anos de Proler, ela descreve a similitude entre o ato de ler e o de pensar:

Ler é um ato homólogo ao de pensar, só que com uma exigência de maior complexidade, de forma crítica e desautomatizada. Quem não sabe pensar mal fala, nada escreve e pouco lê. Não seria, pois, o caso de inverter o processo e investigar como a formação do leitor pode fazer passar da mera alfabetização à condição efetiva de ‘pensador’?²⁹

A leitura requer compreensão, logo envolve todo um processo cognitivo, um processo de construção de sentidos. Como elemento substancial da linguagem verbal, ela resulta da relação estabelecida entre o leitor e o texto.

O ato da leitura não se resume à capacidade de reconhecimento dos signos verbais. Ele pressupõe uma atividade de identificação, seleção e integração das informações relevantes no texto para que a interpretação possa acontecer. Além disso, para o leitor ligar as ideias contidas no texto e proceder à sua compreensão, torna-se necessário que mobilize seu conhecimento geral. Nessa interação, o leitor, além de captar a informação nele contida, traz para o texto suas vivências e experiências anteriores.

Destarte a leitura não se configura apenas como uma atividade cognitiva, mas é também uma atividade social, na qual o contexto do leitor interfere na sua construção. Eliana ressalta que:

Se o ato de ler não é uma mera decodificação de um sistema de sinais (escrito, desenhado, esculpido em pedra, imagem e movimento), não basta uma análise

formal do código em que foi cifrado, para torná-lo legível; se o universo de discurso importa para a significação, há que se considerar o contexto de sua produção; se há ouvidos diferentes em cada homem, há que se pensar nos efeitos que o dizer/grafar tem sobre os sujeitos, isto é, como se dá a recepção por parte do ouvinte/leitor. Cada um recebe a água vertida no receptáculo de que dispõe (...) ³⁰

As abordagens que antecedem à Teoria da Recepção e à do Efeito Estético (desenvolvidas a partir do final dos anos de 1960 por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, respectivamente) centravam sua atenção na intenção do autor e na significação dos textos. Os teóricos raramente levavam em consideração que essas duas premissas só fariam sentido se os textos fossem lidos.

Em “Preliminares para uma teoria da estética do efeito”, Iser destaca a importância do leitor como o verdadeiro receptor no processo da interpretação. Ele lembra que a corrente fenomenológica, que avançava na construção de um novo olhar sobre o texto literário, veio então a destacar que o estudo de uma obra literária não deveria ater-se somente à configuração do texto, mas também em igual intensidade, aos atos de sua apreensão.

(...) pois a obra é mais do que o texto, é só na sua concretização que ela se realiza. (...) a obra literária se realiza na convergência do texto com o leitor. ³¹

A *recepção* em Jauss, que volta seu olhar à resposta coletiva e de época histórica ao texto, destaca Yunes, revela que a intenção do autor “se modifica aos olhos de seus receptores, gerando novos sentidos”. ³²

O conjunto dos pressupostos teóricos que fundamentam o sistema de emissão e recepção e que tiveram repercussão em Umberto Eco, no aprofundamento do efeito estético, e oposição do empirista Stanley Fish, em sua crítica à teoria de Iser, também enriqueceram o baú teórico que norteou a concepção do Proler.

Num outro extremo do campo de discussão sobre a construção de sentidos no ato da leitura, voltou-se a atenção para a abordagem hermenêutica de Paul Ricoeur, que, centrando-se na narrativa, debruça seu olhar sobre o quanto a literatura se avizinha e se distancia da vida humana. Para ele, a leitura permite que os conteúdos narrados sejam interpretados e submetidos a avaliação. E quando se estabelece a identificação do sujeito com a narração, cria-se, de fato, a possibilidade de aplicação da literatura à vida. Para Ricoeur, “narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo”. ³³

A tarefa da hermenêutica – que, segundo ele, é a filosofia da compreensão – é “reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um autor, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir”. ³⁴

A experiência temporal estabelece-se em Ricoeur como uma linha estruturadora da narrativa, pois para ele não existe narrativa que aconteça fora do tempo.

Tudo o que se narra acontece no tempo, desenvolve-se temporalmente; e o que se desenvolve no tempo pode ser contado.³⁵

(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.³⁶

Ainda no complexo mundo da hermenêutica de Ricoeur, há que se ressaltar na importância da estrutura narrativa a sua capacidade de tornar tudo real. O “como se” representa o mundo que pode ser contado como real. Esse processo que decreta a existência do que é narrado extrapola a voz do autor/narrador.

Cada voz narrativa tem seu próprio tempo e seu próprio passado, de onde emergem os acontecimentos recontados.³⁷

Em síntese, depreende-se da hermenêutica de Ricoeur que é pela função narrativa que o tempo se torna tempo humano e o texto traduz-se no meio para se fazer a ponte entre o vivido e o narrado.

Dadas as breves reflexões sobre a leitura, cumpre-nos destacar que na base de toda essa discussão está a linguagem como criadora do mundo onde a leitura se estabelece numa relação em que o leitor traz para o objeto da leitura a sua forma de entendimento deste mundo.

2. Estruturação dos princípios pedagógicos

O ato de ler é uma atividade, de produção de sentidos, que permite as mais variadas leituras epistemológicas, seja no campo da comunicação, da teoria da literatura, da linguística, da filosofia, da sociologia, da psicopedagogia, entre outros. Essa diversidade de correntes forneceu subsídios para a construção de um corpo teórico-epistemológico que possibilitou um amplo projeto pedagógico para o Proler. Eliana Yunes lembra que:

Toda a teoria foi uma montagem, por recorte e colagem, mantido o mesmo horizonte epistemológico, com base em uma hipótese inicial, ajustando-se a cada encontro, a cada experiência concreta de ação. A partida estava de um lado em Iscr

e de outro em Ricoeur. Mas fomos da análise linguística do discurso à filosofia da linguagem. Contornamos os impasses e contradições para aproveitar as bases do que carecia de fundamentação.

As reflexões epistemológicas resultaram num corpo prático-teórico que fizeram do Proler uma “pedagogia em processo”. Mas, sobremaneira, destacava-se que a leitura deveria ser experimentada, no estreitamento da relação *leitor-texto-contexto*, sempre como uma fonte de prazer.

No primeiro item dos princípios pedagógicos do Proler, já se dizia:

Pesquisas apontam que o prazer de ler se constitui desde a mais tenra idade, quando as crianças se familiarizam com narrativas orais. As estruturas narrativas têm efetivamente o poder de organizar sequências temporais, ajudando as crianças a perceberem alterações no fio do tempo. Movem emoções, provocam imagens, suscitam a reflexão e promovem um trânsito permanente entre imaginário e real, ficção e história.³⁸

Para se desenvolver essa relação de prazer, priorizou-se o texto literário. Via-se na literatura, como expressão artística que era, a possibilidade de suscitar no leitor a afetividade e a inteligência e criar laços mais sólidos na relação de aproximação com a leitura. Eliana lembra que:

A literatura comove, instiga a reflexão, reanima ideias e desejos, colocando o leitor em posição de fazer interagir o que lê com o que vive. Sua introdução para o leitor abandona manuais e questionários para empreender caminho novo (...)

A narrativa oral sempre foi valorizada no Programa. A contação de histórias ocupava lugar de destaque na proposta pedagógica. Objetivando a recuperação do contato com a oralidade, investiu-se na formação de contadores de histórias. Através da contação rememoravam-se as histórias ancestrais, trazia-se à tona o folclore e as tradições locais, promovia-se a literatura clássica e divulgavam-se os autores contemporâneos.

Via-se, no trabalho com as linguagens populares, não somente a possibilidade de uma ação de valorização da identidade nacional, mas uma possibilidade de ampliar a relação de comunicação da proposta teórico-pedagógica. Nas atividades, inseriam-se as dramatizações, as brincadeiras de criança – rodas, cirandas –, a contação dos “causos” locais etc.

Das questões teóricas propostas, a valorização das linguagens artísticas era outro ponto de destaque do Programa. Em paralelo com a literatura, também foram inseridas a dança, a dramaturgia e as artes plásticas.

Importante nesse processo foi a presença de Francisco Gregório Filho, coordenador executivo, pois trouxe consigo toda uma bagagem ligada ao teatro. Ele relata:

Acho que minha presença, como eu vinha do meio teatral, de um grupo popular, contribuiu para um desenvolvimento prático, para o exercício (...) na valorização da presença da cultura popular, do folclore, do cantar, do dançar, brincar e sempre contar histórias (...)

Como já foi dito, o Proler realizou ações nos mais diversos segmentos sociais, produzindo atividades as mais variadas. Todavia, foi na criação dos núcleos pedagógicos, em nível nacional, que o Programa teve a sua participação mais rica. A implantação dos comitês possibilitou o exercício de todo o conjunto teórico-pedagógico que fora pensado. Vale aqui dedicar um pouco mais de atenção à estruturação dos módulos.

Para que o Programa fincasse raízes em todo o território, era necessário que se estabelecesse um processo continuado e sistemático de formação de recursos humanos. Somente através de mecanismos que motivassem os mediadores locais a atuarem com autonomia poderia se expandir o ideário do Proler.

Os módulos foram concebidos dentro de um modelo teórico-pedagógico que priorizava a reflexão e a reunião de falas diversas.

As mesas-redondas seguiam na perspectiva de que os participantes estabelecessem contato com pessoas que portavam ideias as mais diversificadas sobre o processo em questão, “a fim de que possam refletir sua própria *praxis* sem direcionamentos que determinem condutas” – teoria e prática se uniam.³⁹

As oficinas, que o Proler tinha o cuidado para que não fossem confundidas com cursos de treinamento, possibilitavam a ampliação do enfoque que poderia ser dado ao processo de formação de leitores. As vivências e trocas de experiências eram fundamentais para se construir novos olhares sobre as aplicações práticas. As oficinas eram concebidas para um número máximo de 25 participantes.

Os módulos foram estruturados levando-se em consideração que o contato do Proler com as comunidades locais deveria passar por cinco estágios pedagógicos diferentes. A periodicidade ideal entre eles deveria ser de seis meses, mas isso, na prática, tinha algumas variações. Os cinco estágios foram denominados de Momento de Sensibilização, Momento de Interação, Momento de Recepção, Momento de Interpretação e Momento de Expressão, nessa ordem. Seus conteúdos teórico-pedagógicos foram organizados da seguinte maneira:

- Módulo 0: linguagem/sociedade/cidadania – leitor/mundo (sensibilização);
- Módulo I: literatura/memória/aprendizagem – leitor/texto (interação);
- Módulo II: discurso/história/interdisciplinaridade – leitor/contexto (recepção);
- Módulo III: significação/enunciação/comunicação – leitor-teoria (interpretação); e
- Módulo IV: intertextualidade/crítica/escrita – leitor/produção (expressão).

No último mapeamento realizado na gestão que implantou o Proler, em dezembro de 1995, o Programa já se estruturava em 96 municípios-sede do território nacional. Desse total, com núcleos pedagógicos implantados e realizando os módulos, havia 32 municípios. O Comitê de Vitória da Conquista, na Bahia, foi o primeiro núcleo do Proler a ser implantado fora do estado do Rio de Janeiro. Em decorrência disso, pôde ter os cinco módulos realizados durante a gestão pioneira do Proler.

Antes de se partir para o trabalho em outros estados, o Proler realizou diversos laboratórios de práticas leitoras no Rio de Janeiro. E, quando já instalados na Casa da Leitura, em Laranjeiras, a partir de agosto de 1993, esses trabalhos puderam ser intensificados.

V – Uma nova sede para o Proler

1. Rumo a Laranjeiras

Em 1991, Eliana Yunes já havia recebido a autorização do Presidente da FBN para começar a procurar uma casa para sediar o Proler e abrigar um centro de referência e estudos sobre a leitura. O caminho natural era realizar uma busca na Secretaria Federal do Patrimônio Público e assim foi feito.

A casa deveria atender a uma série de requisitos. Um deles era localizar-se nas vizinhanças do edifício sede da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Centro do Rio de Janeiro.

Os imóveis que foram encontrados dentro desta condição de proximidade urbana apresentavam graus elevados de deterioração, o que implicaria em gastos excessivos para torná-los adequados.

A busca havia sido bastante divulgada. Em meio à difícil missão, Eliana recebeu um telefonema de Raimundo Romeu, reitor da Universidade Federal Fluminense, informando que haviam oferecido à Universidade uma casa em Laranjeiras que estava vazia e que, se não fosse logo ocupada pelo poder público, iria a leilão.

A casa foi vista e agradou a todos, mas, quando o pedido foi feito ao Patrimônio Federal, a casa já estava incluída na lista publicada de imóveis que iriam a leilão.

Para a sorte dos interessados, a casa não foi vendida nos dois leilões subsequentes em que fora incluída. As negociações foram retomadas e, graças à intervenção do diplomata Carlos Garcia, então ministro da Administração, resultou, através de decreto da Presidência da República, em 5 de setembro de 1992 (publicado no dia seguinte no Diário Oficial da União-Seção I), na sua cessão à FBN. O comodato, assinado após o decreto, concedeu à FBN o direito de utilização da casa por 100 anos, desde que a proposta para a qual foi destinada não fosse modificada.

A casa, que foi construída em 1904, vinha anteriormente abrigando uma entidade de atendimento social para mulheres com problemas de saúde. Sua estrutura original havia sido adaptada para que ali houvesse consultórios e enfermarias. Ao receber destinação diversa da que vinha tendo, o imóvel precisaria ser espacialmente ajustado para atender às novas necessidades. O projeto de reforma primou pela preservação do conjunto arquitetônico original.

Após a cessão da casa, debateu-se com os entraves, por parte do Governo Federal, para a liberação da verba para a reforma. O presidente da FBN, diante do complicado e moroso processo, decidiu alocar da rubrica orçamentária da Presidência a verba necessária para a realização das obras. Affonso Romano destaca:

Fizemos a restauração do prédio até com ajuda gratuita de particulares, como do construtor David Spielberg. Montou-se, sem orçamento previsto, uma equipe operosa coordenada por Francisco Gregório Filho.⁴⁰

2. Organizando a casa

Quando a Casa da Leitura foi inaugurada, em 13 de agosto de 1993, exatamente 15 meses após a assinatura do decreto de criação oficial do Proler, o Programa já dispunha de uma bagagem com grandes projetos realizados dentro e fora do estado.

Passos significativos já haviam sido dados em relação à construção de uma rede nacional de leitura. Vale dizer que, em junho de 1992 e em junho de 1993, foram realizados os primeiros encontros do Proler fora do estado. Aconteceram no sudoeste da Bahia e foram chamados, respectivamente, de “Seminário de Leitura” (Módulo Zero) e “Seminário de Leitura – Módulo I Proler”. Além disso, em maio desse último ano, havia sido realizado o Módulo Zero, no município de Arcozelo, no Rio de Janeiro, que reuniu 250 professores da região. Municípios como Nova Friburgo (RJ), Vitória (ES) e Rio Branco (AC)

também já estavam com datas marcadas para, ainda naquele ano, realizarem seus módulos Zero.

Portanto, a Casa, além de representar o ganho de um equipamento que trazia uma proposta inédita para a vida cultural da cidade, refletia o crescimento do Programa. Urgia a conquista de instalações mais adequadas para abrigar a sede do Proler. Apesar de contar com poucos funcionários, o Programa havia deflagrado, em curto espaço de tempo, um volume grande de atividades. O afluxo de interessados crescia significativamente; a equipe fazia contatos com profissionais e simpatizantes de todo o Brasil. Com o crescimento do projeto na cidade, pessoas que haviam despertado suas atenções para a iniciativa advinham dos mais variados pontos, com a intenção de estabelecer algum vínculo com o Programa. As instalações no prédio-sede da FBN já não comportavam as dimensões que o Proler estava conquistando. Como declara Marília Amaral:

As pessoas escutavam falar que a Biblioteca Nacional estava organizando atividades interessantes para promover a leitura e iam ao nosso encontro.

Com o reforço de Francisco Gregório:

Lembro-me que a procura pelo Proler já se intensificava quando ainda estávamos no prédio da Biblioteca (...) nosso primeiro trabalho fora do estado, na Bahia, em Vitória da Conquista, aconteceu por conta da professora Heleusa Câmara [docente de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia] que foi lá nos procurar para saber mais sobre as ações do Programa.

A criação da Casa da Leitura trouxe consigo a estruturação de três setores básicos: o Centro de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos, o Centro de Produção de Práticas Leitoras e o Centro de Referência sobre Leitura.

O primeiro era responsável pela organização dos módulos e dos encontros. Inicialmente teve como objetivo dinamizar o Centro de Referência sobre Leitura, promovendo palestras, cursos, seminários e publicações a fim de ampliar o universo das reflexões pedagógicas e viabilizar a construção de um acervo temático. Elaborava os projetos e prestava contas aos órgãos parceiros, como o FNDE, financiador parcial dos módulos.

Ao segundo, caberia a missão de promover atividades renovadoras da pedagogia dos atos de ler. Organizava a programação da Casa, que contou com projetos como o “Conversa Fiada”, o “Contadores de História”, o “Encontro com Leitores” e o “Círculo de Leitura”.

O Centro de Referências ficou responsável pela formação de um amplo acervo temático, com registros bibliográficos, documentais, iconográficos, videográficos, entre outros. A ele cabia a função de, além de disponibilizar conteúdos de referência aos interessados na área, dar suporte também ao Programa, viabilizando o acesso a materiais de pesquisa.

No decorrer dos anos seguintes, na medida em que o Programa crescia e a Casa se consolidava como um novo equipamento cultural da cidade, produzindo uma programação bem mais intensa, o Proler passou a ter a seguinte estrutura organizacional: a Assessoria Especial de Política Nacional de Leitura, que era ocupada por Eliana Yunes, a Coordenação, por Francisco Gregório, os setores de Secretaria e Administração, o Centro de Formação de Recursos Humanos, o Centro de Referência e Documentação, o Centro de Atividades de Práticas Leitoras e o Setor de Pesquisa e Avaliação. Na realidade, as modificações foram poucas, voltando-se mais para a nomenclatura dos setores. A novidade, de fato, ficou por conta da criação do Setor de Pesquisa e Avaliação.

Esse Setor foi fruto da necessidade de se criar um suporte técnico que subsidiasse as diversas áreas e fosse responsável pelo aperfeiçoamento de metodologias e técnicas de avaliação. Cabia a esse setor, entre outras funções, a elaboração dos relatórios e publicações internas.

No decorrer dos cinco primeiros anos do Proler, foram elaboradas diversas publicações, entre as quais podemos destacar o jornal *Entreler* (quatro números), o jornal *Ao Pé da Letra* (12 números), a *Folha da Casa* (24 números), a *Coleção Ler e Pensar* (dois números), a *Coleção Ler e Fazer* (sete números), os *Cadernos de Leitura* (dois números), o *Caderno Ler 1*, o *Diário de Viagem 1*, a *Lousa Mágica* e o *Bem que Lê*.

As instalações também tiveram ganhos no decorrer do processo. Além do salão de leituras, da pequena biblioteca – que também foi ampliada – e da sala de exposição, a Casa ganhou uma pequena cafeteria, um auditório e uma sala de projeção.

Considerações finais

É fato concreto que a leitura auxilia o sujeito em sua compreensão de mundo, favorecendo-o não somente no nível de conhecimento, mas facilitando o desenvolvimento de uma retórica bem articulada, enriquecendo o seu vocabulário e possibilitando uma melhor articulação verbal com o mundo.

A atividade de ler se dá de forma silenciosa, trabalha no campo subjetivo do indivíduo, mas é uma ação imprescindível na produção do saber, uma preparação intelectual que auxilia na comunicação entre os sujeitos.

Do ponto de vista sócio-político, a capacidade de fazer uso dos materiais escritos, de processá-los ao bem do crescimento intelectual, tornou-se uma condição básica para se alcançar a cidadania, para se ter acesso aos bens culturais e se manter socialmente incluído. Vale destacar que a aquisição de conhecimento ainda possibilita ascensão e status dentro do grupo social.

A pouca preocupação de boa parte de nossos governantes com as questões sociais contribuiu para o agravamento do desequilíbrio econômico, social e cultural. Alguns, mais sensibilizados e esforçados, até se mobilizaram para modificar essa conjuntura, mas muitos desses esforços foram direcionados apenas para as questões prioritárias da sobrevivência. Pensar o fim da exclusão social sempre demandou ações que interferissem no viver social como um todo, atingindo, principalmente, os aspectos educacionais e culturais.

Como o Proler, em sua gestão inicial, teve o cuidado de não reproduzir as estratégias utilizadas pelas “políticas de gabinete”, que normalmente se sustentam em números, pode parecer, aos menos informados, que a sua implantação não teria produzido resultados expressivos. Apesar de o analfabetismo funcional na década de 1990 atingir cerca de 35 milhões de brasileiros, a primeira etapa do Proler centrou-se em ações que pudessem conduzir a população à compreensão do que era ler. Numa segunda etapa, caso a equipe gestora não tivesse sido afastada, quando a população já compreendesse o valor da leitura, é que se voltaria, de forma mais incisiva, para a erradicação do analfabetismo funcional. Eliana Yunes ressalta que:

(...) o principal, naquele primeiro momento, era mostrar como se poderia proceder à leitura, o que era ler, voltar-se para a leitura social (...) Só partiríamos para a quantificação da leitura quando a população já entendesse o que era leitura, isso seria uma segunda etapa.

O orçamento do Programa sempre foi muito restrito. Era preciso retirar verba da quota da Presidência da Biblioteca para viabilizar o projeto. Foi essencial estabelecer parcerias com várias entidades para se alcançar o mínimo necessário a fim de que o Proler pudesse se expandir. Importante foram as participações da Fundação Lesen (Alemanha) e da Fundação van Leer (Holanda) e as parcerias estabelecidas com o FNDE, CAPES, CNPq, Finep, FAPERJ, prefeituras, Petrobras, Sesi e Sesc, entre outros.

Mas o que se coloca em questão quando analisamos a importância do Proler é o fato de que, da crença de poucos que enfrentaram as muitas dificuldades que se interpuseram, novas práticas para a formação de leitores puderam ser experimentadas. Pela primeira vez, um programa do poder público não adotava os procedimentos pedagógicos que, secularmente, o governo vinha utilizando em seus programas e campanhas em prol da leitura. Corajosos,

os mentores do Proler contextualizaram que a leitura, por ser a base para a compreensão do mundo, não poderia ser tratada como uma questão de escola.

Sempre foi mais fácil para nossos governantes fazer a distribuição de livros e construir bibliotecas. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade leitora, sim, mas de que adianta o livro à mão se não existir vontade para lê-lo e entendê-lo?

E essa vontade não vem do nada, não surge assim só de se olhar para a capa de um livro. Essa vontade reflete algo maior, que é o gosto e, também, o desejo. E aí habitam as vivências, os afetos e os sentimentos.

O desejo vincula-se ao mundo das sensações e sentimentos. Envolve memória, fatores inconscientes e todo o senso de valores que nos são passados no decorrer de nossa vida. No ato de ler, mobilizamos a razão e o sentir, partes da psique humana que se originam no viver cultural.

Assim, para lidarmos com a questão da produção do gosto pela leitura, temos que pensar na relação que o leitor em potencial estabelece com o universo à sua volta. Essa questão que se resume à premissa *leitor-texto-contexto* foi muito bem trabalhada pela equipe que elaborou o Proler.

Valorizar o leitor em formação dentro de seu grupo social, repleto de valores culturais e guiado pelos preceitos de suas tradições, foi um cuidado e, acima de tudo, uma estratégia inteligente para aproximar-lo do texto e das mais variadas formas de ler. No tocante às vivências em culturas mais distantes da vida urbana, Gregório observa:

Seus “causos” eram a porta para se adentrar ricos imaginários de significações. E não é a linguagem produtora de significações? (...) estava ali a chave para se perceber onde o gosto pela leitura se localizava.

Em alguns casos, as portas já estavam abertas. Era necessário apenas o cuidado para não contrariar gostos. E o Proler teve esse cuidado. “Aculturação” não fazia parte de seu vocabulário.

Da metáfora à ciência, o Proler flui na memória. A profusão de relatos, transmissores das relações prazerosas que se davam dentro de seu território, poderia nos conduzir a um olhar parcial, em que tudo no Proler se assemelharia à felicidade de uma ciranda. Não que isso não devesse ser desejado ou que representasse falta de dedicação e seriedade na equipe, muito pelo contrário. Toda ação que busca transformação em estruturas cristalizadas demanda muito esforço e persistência. Affonso Romano lembra que:

Falar disto hoje, uns 20 anos depois, quando o Proler já virou história, e é assunto de teses, parece fácil e óbvio. Mas tive que, constrangido, explicar o que era

“leitura” até para ministros da Cultura. (...) O Proler, e tudo o que fizemos dentro da FBN, só deu certo por teimosia, por idealismo e porque tínhamos (e tenho) um projeto cultural para o Brasil. Não se trata de ideias soltas, mas de um projeto sistêmico.

O Proler tornou-se referência por ser precursor de uma pedagogia inovadora que, ineditamente, levantou a bandeira da desescolarização da leitura, por fazer da contação de histórias uma prática de sedução para envolver o leitor numa trajetória de leituras do mundo e, também, pela forma como se estruturou.

Sempre ressaltando que tudo dependeria de uma ação coletiva em prol da leitura, foi somando esforços que o Programa alcançou os seus objetivos, em um período de grandes dificuldades econômicas e político-administrativas.

Apesar de Affonso Romano gozar de grande autonomia, naquele momento, à frente da Biblioteca, Eliana lembra que o programa só sobreviveu à governança caótica da gestão Collor de Mello:

(...) por ter sido estruturado de baixo para cima, organizando a sociedade civil, os organismos municipais e locais. Assim os efeitos dos problemas federais não atingiram as camadas menos oficiais (pense nos tsunamis, que cinco metros abaixo nem movem os peixes!) e pudemos trabalhar a contrapelo mostrando que havia esperança e qualidade na ação de brasileiros atuantes na vida local.

Apesar de ainda nos debatermos com um baixo índice de leitores, como revela a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, promovida pelo Instituto Pró-livro, divulgada em maio de 2008, que registrou o índice de leitura espontânea entre os brasileiros como 1,3 livro ao ano por pessoa,⁴¹ as coisas poderiam ser bem piores se não houvesse os esforços que foram empreendidos no último século e, ao contrário do que possa parecer, se o Proler não tivesse a abrangência que teve, a leitura talvez ainda estivesse sendo vista como uma prática restrita aos bancos escolares e ao silêncio das bibliotecas.

Hoje, quase duas décadas depois do início do Proler, o tema *responsabilidade social* vem sendo amplamente discutido. Já não cabe mais unicamente ao governo a tarefa de eliminar as distâncias sociais, mas a toda a sociedade. Nesse momento, revela-se então o caráter precursor do Proler, que, há duas décadas, já convidava a todos para realizarem uma nova leitura sobre como poderíamos, somando esforços, solucionar o problema histórico da falta do hábito de ler em nosso país.

Terminamos, então, esse registro com o relato de quem acreditou e ainda acredita no potencial transformador da leitura – Affonso Romano de Sant’Anna:

Não há lugar neste país onde eu vá que não me apareça alguém cuja vida foi transformada pelo Proler. Isto do Acre a Passo Fundo. Hoje o que se faz no Ceará (mediadores de leitura) ou no Acre (120 casas de leitura na floresta) e até mesmo a política de leitura do MinC, tudo isto veio confessadamente do Proler. Conseguimos aglutinar, somar. E o mais sintomático: os que nos sucederam, embora se esforçassem, não conseguiram destruir o que foi plantado, pois como diziam Guimarães Rosa e Clarice Lispector: o que tem que ser tem muita força.

Lista de entrevistados

Affonso Romano de Sant'Ana (escritor e poeta): entrevista escrita respondida em 29 de setembro de 2010.

Eliana Yunes (coordenadora geral da cátedra de Leitura da UNESCO na PUC-Rio): entrevista oral concedida em 16 de junho de 2010 e entrevista escrita respondida em 29 de setembro de 2010.

Francisco Gregório Filho (secretário municipal de Leitura de Nova Friburgo): entrevista oral concedida em 17 de junho de 2010.

Maria Helena Ribeiro (assessora de projetos da cátedra de Leitura da UNESCO na PUC - Rio): entrevista oral concedida em 23 de agosto de 2010.

Marília Amaral (docente do curso de Biblioteconomia da Unirio): entrevista oral concedida em 24 de maio de 2010.

Mônica Carneiro (servidora da Divisão de Iconografia da FBN): entrevista oral concedida em 12 de maio de 2010.

Notas

1. GRILLO, 2005.
2. ALBERTI, 2004.
3. SANT'ANNA, [no prelo].
4. YUNES, 1992, p.6.
5. Uma grande profusão de autores, que se tornariam ícones de nossa literatura infantil, despontou na década de 1970, tais como Lygia Bojunga, Ana Maria Machado, Marina Colasanti, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Roseana Murray, Ziraldo, Pedro Bloch, entre

outros, tendo alguns, inclusive, conquistado reconhecimento internacional. O mercado editorial nesse segmento cresceu como nunca registrado anteriormente. A modernização pedagógica nas escolas, decorrente da lei nº 5692 de 1971, que transformou o ensino da Língua Portuguesa em Comunicação e Expressão, priorizando a leitura, a escrita e a comunicação oral, passando a valorizar a nova literatura infantil nas salas de aula, contribuiu, em muito, para o crescimento da produção editorial que despontava, assim como possibilitou a inserção de novos estilos e valores estéticos no imaginário infantil.

6. ABREU, 1995, p. 48.
7. UNESCO. “Carta do livro” apud PEREIRA; BENITES, 2004.
8. IBGE, dados de 1984.
9. IBGE.
10. BOMENY, 2009, n.60, p.19.
11. SANT'ANNA, [no prelo].
12. OLIVEIRA, 1994.
13. LOBATO, 1959, p. 193-195.
14. BRAGANÇA, 2009, v. 2, n. 2, p. 221-246.
15. SANT'ANNA, [no prelo].
16. Trecho de depoimento oral de Eliana Yunes, colhido em 16 jun. 2010.
17. Trecho de depoimento oral de Francisco Gregório, colhido 17 jun. 2010.
18. Trecho de depoimento oral de Marília Amaral, colhido em 24 maio 2010.
19. IFLA. <<http://archive.ifla.org/vii/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>.
20. FREIRE, 1982.
21. HOUAISS, 2001.
22. Trecho de depoimento oral de Marília Amaral, colhido em 24 maio 2010.
23. Trecho de depoimento oral de Eliana Yunes, colhido em 16 jun. 2010.
24. Trecho de depoimento oral de Francisco Gregório, colhido 17 jun. 2010.
25. SANT'ANNA, [no prelo].
26. Ibidem.
27. Ibidem.
28. MORAIS, 1996.
29. YUNES, 2002.
30. Ibidem.
31. ISER, 1996.
32. YUNES, 2002.

33. RICOEUR apud BARBOSA, 2006, v. 5, n. 9, p. 140.
34. RICOEUR, 1994, tomo I, tomo 3, 1994.
- 35 RICOEUR apud BARBOSA, 2006, p. 140.
36. RICOEUR, 1994.
37. RICOEUR apud BARBOSA, 2006, p. 145.
38. YUNES, 1992.
39. PROLER, 1995.
40. SANT'ANNA, [no prelo].
41. CUNHA, 2008.

Bibliografia

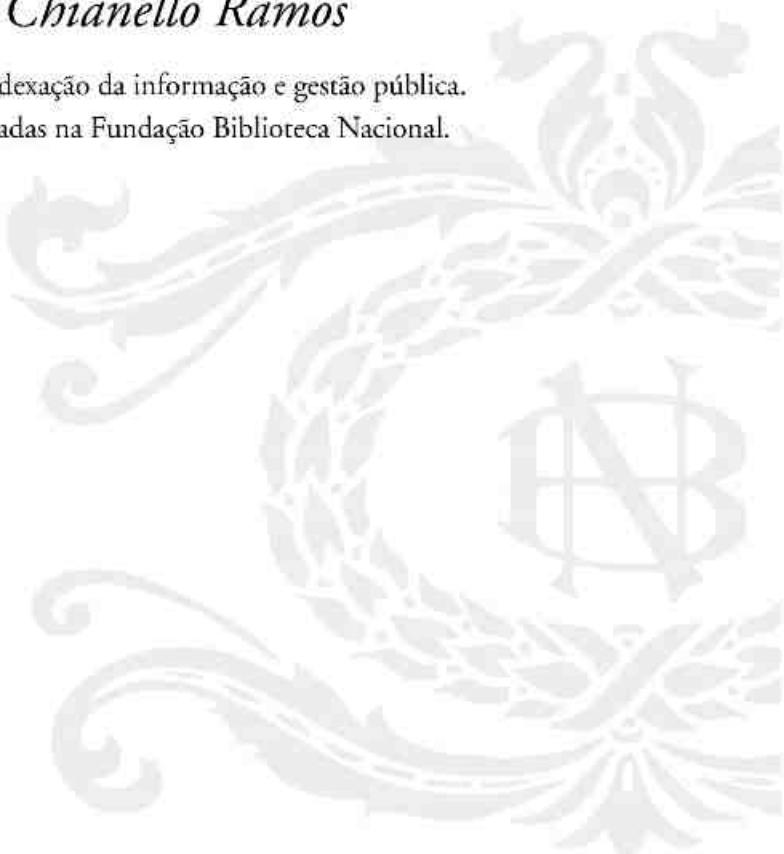
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.
- BARBOSA, Marialva. “Conexão”. *Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul: UCS, v. 5, n. 9, 2006.
- BOMENY, Helena. *Sociologia, problemas e práticas*. Portugal: Editora Mundos Sociais, 2009, n.60, p.19. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n60/n60a02.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2010.
- BRAGANÇA, Aníbal. “As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967)”. *Matrizes*. São Paulo: USP, v. 2, n. 2, 2009, pp. 221-246.
- CUNHA, Maria Antonieta da. “Acesso à leitura no Brasil: considerações a partir da pesquisa”. *Retratos da leitura no Brasil*. Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2009.
- GRILLO, Marlene Correro. *Estudo de Caso*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.campus2.br/-jiani/gap/docencia2008/ESTUDODECASO.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2009.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2010.
- IFLA. Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/vii/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LOBATO, J. B. Monteiro. *Cartas escolhidas*. 1. tomo. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MORAIS, José. *A arte de ler*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca fora do tempo: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989*. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>. Acesso em: 2 jun. 2005.
- PROLER. *Ação programática do PROLER*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I e tomo 3. Campinas: Papirus, 1994.
- SANT'ANNA, Affonso R de. *Ler o mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Global, [no prelo].
- YUNES, Eliana. *Para entender a proposta do Programa Nacional de Incentivo à Leitura*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1992.
- YUNES, Eliana. *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2002.
- UNESCO apud PEREIRA, Rony Farto; BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *À roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

As políticas para a biblioteca,
o livro e a leitura nos governos
Fernando Henrique Cardoso
e Luiz Inácio Lula da Silva:
breve estudo comparativo

Carla Rossana Chianello Ramos

Bibliotecária. Especialista em indexação da informação e gestão pública.
Coordenadora de Publicações Seriadas na Fundação Biblioteca Nacional.





Resumo

Este estudo compara as políticas culturais desenvolvidas, na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), durante as gestões dos presidentes da República Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, para as áreas da biblioteca, do livro e da leitura, esses importantes alicerces da cultura brasileira. Os focos são as diretrizes estabelecidas para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e para o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler).

Palavras-chave: *biblioteca; livro; leitura; Fundação Biblioteca Nacional; Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, SNBP; Programa Nacional de Incentivo à Leitura, Proler.*

Abstract

This study compares the cultural policies developed in National Library Foundation (FBN), during the administrations of the republic presidents Fernando Henrique Cardoso, and Luiz Inácio Lula da Silva, for the areas of library, books, and reading, these important bases of the Brazilian culture. It focuses on the guidelines established for the National System of Public Libraries (SNBP), and the Reading Incentive National Program (Proler).

Keywords: *library; book, reading; National Library Foundation; National System of Public Libraries, SNBP; Reading Incentive National Program, Proler.*



Introdução

A escolha do tema deste trabalho partiu da curiosidade em fazer uma breve leitura das ações dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), no que tange a segmentos – a biblioteca, o livro e a leitura – que são importantes alicerces da política cultura brasileira. Comparo as políticas culturais desenvolvida pelos dois presidentes – um intelectual e um ex-sindicalista, ambos tendo governado por dois mandatos consecutivos – para esses segmentos por intermédio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), concentrando a atenção no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e no Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler).

Ao lado do interesse em analisar um período da história da Biblioteca Nacional, soma-se ainda outro fator para a escolha desta pesquisa: o resgate de uma trajetória pessoal nesta instituição secular, a Biblioteca Nacional, da estagiária que começou em 1982 e hoje é uma servidora pública ocupando o cargo de bibliotecária. Durante esse período vivi momentos de muito desânimo e outros extremamente instigantes e desafiadores, trabalhando sempre para que um dia a cultura brasileira chegue ao patamar daquela de um país desenvolvido.

No início do governo FHC, em 1995, dois fatores importantes contribuíram para que o Ministério da Cultura se beneficiasse em nível administrativo: a estabilidade econômica do país com o Plano Real e a permanência de Francisco Weffort, ministro da Cultura, ao longo dos oito anos de governo. Nestas circunstâncias, o Ministério pôde reestruturar-se após o desmonte sofrido na gestão Collor, aumentar sua verba, retomar e revitalizar projetos iniciados em épocas anteriores, implementar novos projetos e aprimorar as leis de incentivo à cultura.¹

A política cultural de FHC se baseia nas leis de incentivos fiscais para a cultura: a chamada Lei Sarney, de 1986, reformada em 1991 pela denominada Lei Rouanet, bem como a Lei do Audiovisual, de 1993. Em 1995, FHC assinava as primeiras alterações na lei Rouanet, que se transformou, assim, no principal instrumento da política cultural do governo, aumentando de 2% para 5% o percentual de abatimento no imposto de renda de pessoas jurídicas que patrocinasse projetos culturais.

Em julho de 1996, o governo federal publicou uma portaria aumentando de 1% para 3% a dedução do imposto de renda de pessoas jurídicas que investissem em cinema por meio da lei do Audiovisual. Esta se transformou, de fato, no instrumento mais ambicioso da política cultural do presidente FHC.

Basta ver que, em 1994, só dois filmes foram produzidos, enquanto, em 1995, esse número saltou para 40.²

Na virada do primeiro para o segundo mandato, uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, indicava que 40% das cidades brasileiras não tinham bibliotecas. Outra distorção apontada pela pesquisa: a região Sudeste fora contemplada com 97% dos projetos, o que indicava que as duas leis não vinham ajudando a quebrar a concentração cultural e a força dos produtores culturais mais influentes.

A área do cinema toma sempre a linha de frente. O livro ficou em segundo plano, e os editores de livros usaram muito pouco as leis de incentivo. Em abril de 2000, o ministro Weffort decidiu que o foco principal do governo seria uma política de bibliotecas. Buscando minimizar as deficiências no acesso ao livro e na promoção da leitura, Weffort criou programas voltados para o livro, a leitura e as bibliotecas e ampliou programas anteriores à sua gestão, como o Proler, o Paixão de Ler e Uma Biblioteca em Cada Município, que, mediante convênio com municípios, objetivavam ampliar o acesso ao livro através da abertura e revitalização de bibliotecas públicas por todo o Brasil.³

A proposta do governo Lula se diferencia justamente pela intenção de implantar um modelo de gestão que torna o Estado mais presente e participativo na sociedade, especialmente quando comparado à política de “Estado mínimo”, defendida pelos governos anteriores, influenciados pela perspectiva neoliberal dos anos 1980 e 1990.⁴

Essa nova intenção pode ser observada no documento elaborado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante a campanha eleitoral de 2002 para a Presidência da República, “A Imaginação a serviço do Brasil”, cujo conteúdo é dividido em seis eixos temáticos: “Cultura como política de Estado”; “Economia da cultura”; “Direito à memória”; “Cultura e comunicação”; “Transversalidades das políticas públicas de cultura”; e “Gestão democrática”. Este documento constitui o compromisso mais importante que o PT assumiu com a sociedade brasileira no âmbito da cultura.⁵

No dia 1º de janeiro de 2003, quando o presidente Lula assumiu o governo federal, nomeou Gilberto Gil como o novo ministro da Cultura. A escolha de Gil para ministro pode estar ligada a uma estratégia cujo objetivo seria dar uma maior dimensão ao Ministério da Cultura, pois sua carreira de músico, com reconhecimento nacional e internacional, facilitaria articulações e negociações políticas.⁶

Segundo o antropólogo Márcio Augusto Freitas de Meira, o Ministério precisava reativar suas energias internas, desgastadas nos últimos 20 anos, com a reorganização e o fortalecimento de sua estrutura interna e a necessária articulação entre administração direta e instituições e servidores subordinados. Seria um esforço de “arrumar a casa”, de tal forma que o Ministério pudesse

assumir seu papel constitucional de dirigente da política cultural do país. Esta tarefa teve avanços significativos nos primeiros quinze meses de governo.

O Ministério assume novo papel, deixa de estar circunscrito à cultura erudita e abre suas fronteiras para outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; da mídia audiovisual; das redes informáticas etc. A abertura conceitual e de atuação significa não só o abandono de uma visão elitista e discriminadora de cultura, mas representa também um contraponto ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais.⁷

1. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP

Ah, esses livros que nos vêm às mãos, na Biblioteca Pública,
e que nos enchem os dedos de poeira. Não reclames, não.
A poeira das bibliotecas é a verdadeira poeira dos séculos.

Mário Quintana (1906-1994)

O SNBP passou a funcionar, no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional, pelo decreto presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, “com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas rationalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento de desenvolvimento sócio-cultural do País”, conforme definido no artigo 1º. Os objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas são explicitados no artigo 2º do decreto:

- I. Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo território nacional;
- II. Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III. Desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV. Manter atualizado o cadastro de todas as bibliotecas brasileiras;
- V. Incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI. Proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII. Favorecer a atuação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII. Assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;

IX. Firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e bibliotecas.¹⁴

1.1 – SNBP no governo FHC

Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Cultura criou a Secretaria do Livro e Leitura, tendo como secretário Ottaviano De Fiore, e através dela concebeu, no ano de 1995, o projeto Uma Biblioteca em Cada Município, destinado a ampliar a rede de bibliotecas públicas pelo país. O projeto entendia a biblioteca como equipamento essencial para o acesso democrático ao livro e a difusão cultural. Segundo De Fiore,

(...) [o] MinC, que não existia, tinha acabado de ser recriado, pois era uma secretaria. O Collor tinha afundado o Ministério, tinha destruído as instituições. Uma parte da nossa função era reconstruir o MinC. (...) Os outros Ministérios tinham continuidade, nós chegamos lá e não tínhamos números, não tínhamos mapa, não sabíamos nada! Nós não tínhamos nem Ministério, na verdade, [pois] as pessoas tinham sido dispersas, o *know-how* do Ministério tinha sido disperso.

(...) Ele [Weffort, o ministro da Cultura] me deu carta branca no Ministério. De início ele me nomeou Secretário de Políticas Culturais, (...), aí eu decidi que no PPA o que nós tínhamos que fazer eram bibliotecas, que biblioteca é questão séria. (...) nós tínhamos que fazer num programa de governo.

(...) nós sabíamos uma coisa básica, que o problema da cultura no Brasil não era a produção, mas a distribuição, isto é, que não tem teatro, não tem cinema, não tem centro de cultura. E, no Brasil, bastava olhar em volta para saber que não tinha bibliotecas. A população não tinha a tradição, não é só a tradição literária, mas tudo aquilo que a informação escrita traz para a cultura de um povo era praticamente inacessível à nossa população. Então nós precisávamos ter um programa de bibliotecas. E nós inventamos esse programa, chamando-o de Uma Biblioteca em Cada Município.¹⁵

O projeto Uma Biblioteca em Cada Município tinha como objetivo ampliar o acesso ao livro através da implantação de bibliotecas públicas nas cidades que não as possuísem ou revitalizar as bibliotecas com serviços deficitários, por todo o Brasil, mediante convênio com municípios.¹⁶ O orçamento, em nível federal, era garantido pela inserção do projeto como ação permanente do governo, previsto pelo Plano Plurianual (PPA). Contava com o valor fixo de 2 milhões de reais por ano. No total, segundo De Fiore, foram gastos entre 65 e 70 milhões de reais com o projeto, sendo uma parte captada por meio da lei Rouanet e o resto proveniente do orçamento federal.

O Relatório Anual de Avaliação – Plano Plurianual, Exercício 2002¹⁷ de fato registrou um aumento do número de bibliotecas públicas, passando de 57% dos municípios brasileiros com bibliotecas públicas em 2000, para 78% em 2002, em decorrência do Programa Livro Aberto, notadamente por sua ação Uma Biblioteca em Cada Município. Segundo o relatório, o motivo que impediu resultados ainda melhores foi o contingenciamento do Orçamento Geral da União para o MinC/Secretaria do Livro e da Leitura. O mesmo documento registra a implantação de 979 bibliotecas públicas pelo Programa Livro Aberto, entre 2000 e 2002.¹⁸

O Ministério da Cultura, após convênio firmado com os municípios, disponibilizaria verba para a aquisição de livros, equipamentos e mobiliário; em contrapartida, os municípios entrariam com toda a infraestrutura necessária, como o prédio a ser utilizado, linhas telefônicas, funcionários etc. Deveriam, ainda, efetivar a criação da biblioteca por lei municipal, para assegurar sua inclusão no orçamento municipal e garantir os recursos para sua manutenção e desenvolvimento.¹⁹

No início do projeto, a verba repassada aos municípios era de 40 mil reais em dinheiro, que deveriam ser distribuídos entre formação de acervo e mobiliário. O acervo compreendia cerca de 2.500 títulos, entre os quais uma enciclopédia, dicionários e obras de referência, literatura infanto-juvenil, livros paradidáticos de vários tipos, literatura nacional e estrangeira, clássica e recreativa, e obras de cultura geral.²⁰

Após dois anos de funcionamento do projeto, no entanto, houve mudança na modalidade de repasse de verbas. Os motivos se fundamentavam em suspeitas de fraude, por parte das prefeituras, na compra do acervo, além das dificuldades do próprio Ministério em obter a prestação de contas dos municípios. Com fiscalização insuficiente, a Secretaria do Livro e Leitura decidiu mudar a operacionalização do projeto. O repasse em dinheiro foi substituído pelo envio de um kit contendo livros, mobiliário e equipamentos. O kit, como já dito, incluía, além do acervo e mobiliário, um curso de capacitação para o funcionário responsável pela biblioteca, com o objetivo de informar o profissional sobre o funcionamento básico da biblioteca. O kit continha noções de processamento técnico e indicações sobre como se relacionar com o usuário e a comunidade, como elaborar atividades de incentivo à leitura e como participar da Sociedade Amigos da Biblioteca.

1.1.1 – Situação das bibliotecas públicas no período 1995-2002

Segundo os relatórios da presidência da FBN, durante o governo FHC, apesar dos poucos recursos e cortes orçamentários, foram deflagradas ações e projetos com o propósito de consolidar um atuante e efetivo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) no país. Sua coordenadoria, embora

não dispusesse de uma estrutura compatível com a amplitude da missão proposta e atuação gerencial, procurou consolidar o SNBP no país, sobretudo, articulando-o com os sistemas estaduais e as bibliotecas municipais e estaduais. Suas ações buscaram fortalecer e divulgar o conceito atual de biblioteca pública, que deixa de ser mero “armazém de livros”, para, através de acesso à informação e fomento do hábito de ler, assumir uma função social, que é, em última análise, contribuir para a formação da consciência crítica do indivíduo, tornando-o capaz de exercer plenamente sua cidadania e construir um país democrático.

Para a plena atuação do SNBP, era necessária a “implantação de um processo sistêmico, baseado em ações voltadas para a interação dessas bibliotecas em âmbito nacional”.²¹ A consolidação dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas era fundamental para o gerenciamento operacional do Sistema Nacional, pois é o que daria capilaridade a ele, que, de outro modo, ficaria gigante e centralizado, com as consequências já vistas no período do INL.²²

Verifica-se que todas as regiões cadastradas no sistema demonstraram crescimento no número de bibliotecas. As evoluções foram mais significativas nas regiões Sudeste e Nordeste, conforme as tabelas abaixo:

BIBLIOTECAS PÚBLICAS CADASTRADAS NO SNBP

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
2.910	3.045	3.332	3.423	3.454	3.518	4.665	5.029

BIBLIOTECAS PÚBLICAS POR REGIÃO

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sudeste	1.149	---	---	1.340	1.342	1.385	1.695	---
Nordeste	686	---	---	767	785	790	1.221	---
Sul	582	---	---	717	724	726	996	---
Centro-Oeste	257	---	---	330	332	339	377	---
Norte	234	---	---	269	271	278	376	---

Os anos de 1996-1997 e 2002 não foram informados.

1.2 – SNBP no governo Lula

Na gestão do ministro Gilberto Gil, iniciada em janeiro de 2003, o Ministério da Cultura sofreu algumas alterações. A Secretaria do Livro e Leitura deixou de existir e suas atribuições foram assumidas pela FBN. Para garantir a continuidade da abertura de bibliotecas, em 2004 foi lançado o Programa Livro Aberto, dentro do Programa Fome de Livro. O objetivo era dar continuidade à abertura de bibliotecas através de convênios com municípios, nos moldes iniciados pelo projeto Uma Biblioteca em Cada Município.²³ Entretanto, Galeno Amorim, então coordenador do programa, afirma ser esta uma ação completamente diferente da anterior:

A primeira coisa importante a destacar é que são coisas completamente distintas [os projetos Uma Biblioteca em Cada Município e Programa do Livro e Leitura]. Uma Biblioteca em Cada Município é um projeto de implantação de bibliotecas públicas. O Plano Nacional do Livro e Leitura, que está em gestação e elaboração e de alguma forma já vem sendo executado, na verdade, é a materialização de todas as visões e estratégias que compõem as diretrizes básicas da política nacional do livro e leitura e bibliotecas no período de vinte anos. Dentro desse plano, inclusive, há programas de implantação de bibliotecas públicas. Poderia haver certa similaridade, digamos, entre um desses projetos ou programas que compõe o plano. Esse plano, já na sua primeira edição, é composto por mais de 70/80 programas e projetos, cada um deles com dimensões de todos os tipos: coisas um pouco menores e programas que, um único deles, significa, por exemplo, R\$ 600 milhões por ano. São ações muito distintas entre si e de comparação impossível. Deixe-me dar algumas informações para ajudar a clarear isso que eu acabo de dizer. Uma das primeiras iniciativas foi buscar criar um projeto para implantação de mil bibliotecas públicas no país. E aí este projeto de implantação de mil teria sim alguma similaridade com o programa Uma Biblioteca em Cada Município. Só que, à medida que nós começamos a dialogar com os vários setores da sociedade, percorrer todas as regiões do país para expor aquilo que começaria a ser feito, uma coisa ficou muito clara: a grande prioridade da sociedade brasileira na verdade não era este ou aquele projeto, a grande demanda era para se ter uma política de médio a longo prazo, uma política que pudesse dar rumo, pudesse dizer quem é que executa, quem formula, quem financia, o papel de cada um dos atores da sociedade. E ganhou uma condição de concretude na forma de um documento chamado Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas – 2005-2022. Como que isso se torna real, como sai do campo das diretrizes estratégicas e básicas para ganhar materialidade? A materialidade é o Plano Nacional do Livro e Leitura. Esse plano tem periodicidade trienal e é formado por ações do Estado (governos federal, estaduais e municipais), do setor privado e de organizações do terceiro setor. Retomando o que eu disse no início, na sua primeira versão ele já é

composto por 70 a 80 projetos e programas. Um desses programas é o Programa Livro Aberto e, este sim, prevê a instalação de bibliotecas.

Então, o Fome de Livro é um nome, nesse primeiro período, do Plano Nacional do Livro e Leitura. Algo que vem com a incumbência de ser permanente dentro do Estado brasileiro, ou seja, ter a condição ou status de uma *política de Estado*, não de um programa de governo. O Livro Aberto ou o Uma Biblioteca em Cada Município são ações de governo, enquanto o Plano Nacional do Livro e Leitura é uma política de Estado, onde se encaixam os diversos projetos e programas. Só queria começar fazendo essa distinção pra justificar o porquê de eu dizer que é impossível comparar coisas muito distintas (Fome de Livro e Uma Biblioteca em Cada Município).²⁴

Fernando Modesto (bibliotecário e pesquisador da Universidade de São Paulo) levanta outros pontos de desconfiança em relação aos conceitos nos quais se baseiam os programas federais:

(...) o grande interesse no Ministério [sobre o projeto Uma Biblioteca em Cada Município] não era financiar as bibliotecas já existentes, mas criar novas bibliotecas, o mesmo defeito que tem o atual projeto do governo Lula [sobre o programa Fome de Livro], porque quer criar bibliotecas, mas não há mecanismos [de melhoria] dentro dos programas para as bibliotecas já existentes, que também carecem de recursos (...) passa a ser apenas um interesse político; é por quantidade e não por qualidade. Então vamos criar, criar, criar... Cria-se um monte [de bibliotecas] da noite para o dia, você tem aí milhares de cidades com bibliotecas e, depois de um ano, dois, você volta lá e essas bibliotecas ... o acervo você não sabe onde está, o imóvel de repente desapareceu e virou qualquer outra coisa. Então, são essas as fragilidades desse tipo de sistema, porque você precisa ter uma estrutura de fiscalização dos recursos, de acompanhamento e também planejamento de consolidação, o grande problema do Brasil. Porque teve projetos maravilhosos, Uma Biblioteca em Cada Município é um projeto lindíssimo, mas no papel, porque na hora da aplicação bate com uma realidade nacional muito distinta. Hoje (...) há a questão da automação, a questão dos recursos (...) pessoal capacitado, aliás, pessoal qualificado, para mim, é gente que entenda do ramo e que não transforme livro ou qualquer material de informação em uma pilha de nada, mas [em] um serviço que efetivamente mude, desenvolva a comunidade local. (...) Sei que foram criadas algumas bibliotecas, milhares, aliás, (...) mas em termos de contratação de bibliotecários, nada, em termos de consolidação da biblioteca pública, nada, do fortalecimento dos sistemas estaduais, nada! Não ficou pedra sobre pedra, e isso é que me deixa um pouco cético em relação à própria política atual [depoimento prestado em março de 2006], desse Fome de Livro (...)²⁵

1.2.1 – Implantação de bibliotecas públicas

O quadro apresenta um demonstrativo das implantações realizadas no período 2004-2010, onde se constata que a região com maior índice de municípios contemplados foi o Nordeste:

Região	IMPLANTAÇÃO					Total
	2004/2005	2005/2006	2007/2008	2008/2009	2009/2010	
Norte	9	26	42	50	51	178
Nordeste	53	187	200	248	161	849
Centro-Oeste	9	31	19	32	37	128
Sudeste	17	83	1	12	104	217
Sul	39	76	38	19	67	239

Para a implantação dessas bibliotecas, conforme já explanado, os municípios recebem um conjunto de bens patrimoniais composto de material bibliográfico, mobiliário e equipamentos. Este material bibliográfico é adquirido pela modalidade de pregão, seguindo as orientações das Comissões de Seleção, instituídas pela presidência da FBN. Os materiais que compõem os kits²⁶ são:

- 2 mil títulos de material bibliográfico (livros, CDs e DVDs);
- 1 computador com software de catalogação e empréstimo;
- 1 impressora;
- 1 no-break;
- 1 TV 29 pol;
- 1 circulador de ar;
- 1 mini system;
- 1 aparelho de DVD;
- 6 mesas para leitor com 4 cadeiras cada;
- 1 mesa de trabalho com cadeira giratória;
- 5 estantes com 5 prateleiras;
- 3 estantes com 3 prateleiras.

Orçamento

Embora o orçamento do projeto fosse maior em 2007, o maior número de bibliotecas implantadas ocorreu em 2009:

IMPLEMENTAÇÃO

Período	Nº de bibliotecas	Valor unitário do kit (R\$)	Livros (R\$)	Equipamentos, mixagem e transporte (R\$)	Total (R\$)
2004	127	41.857,70	4.419.837,71	1.021.660,00	5.441.497,71
2005	403	54.538,92	14.410.561,00	7.023.229,71	21.433.790,71
2006	---	---	---	---	---
2007	300	61.600,00	14.059.139,44	5.784.345,52	19.843.484,96
2008	376	57.303,26	14.930.854,72	3.030.800,00	17.961.654,72
2009	450	45.979,47	---	---	13.885.580,00
Total geral	1.656	261.279,35	47.820.392,87	16.860.035,23	64.680.428,10

Segundo o diretor do programa Livro, Leitura e Literatura do MinC, Fabiano dos Santos Piuba, a ação de modernização de bibliotecas públicas tem por objetivo estimular o gosto pela leitura e tornar as bibliotecas espaços culturais dinâmicos e atrativos. “Não é suficiente ter a biblioteca, é preciso que ela seja um espaço cultural dinâmico, apropriado pela comunidade a que atende”.²⁷

No período destacado, foi prevista igualmente a modernização de grandes bibliotecas públicas estaduais, que atuarão como centros multiuso no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, em Alagoas e no Distrito Federal.

1.2.2 – Quantidade de livros distribuídos no período 2004-2010

No período 2005/2006 constatou-se uma maior distribuição de livros para implantação e modernização de bibliotecas que no período 2008/2009:

Período	Implantação	Modernização	Total geral
2004/2005	254.000	---	254.000
2005/2006	808.000	62.000	870.000
2006/2007	---	---	---
2007/2008	720.000	130.000	850.000
2008/2009	722.000	410.000	1.132.000
2009/2010	494.585	100.000	594.585
Total	2.998.585	702.000	3.700.585

1.2.3 – Pontos de cultura

Considerando-se o território de dimensões continentais e a grande densidade populacional, pode-se afirmar que o Brasil não tem um número de bibliotecas públicas suficiente para atender toda a população. Existem regiões, bairros e comunidades totalmente desprovidos de equipamentos culturais ou com difícil acesso às bibliotecas públicas. Essa carência de bens culturais, principalmente nos locais onde os índices de desenvolvimento humano são menores, motivou o Ministério da Cultura, por meio do Programa Mais Cultura e da ação decorrente Biblioteca Viva, a criar um projeto de baixo custo, o Pontos de Leitura, que fosse uma alternativa à construção de bibliotecas e centros culturais. A proposta da ação é “selecionar até 600 iniciativas que desenvolvam ações de fortalecimento, estímulo e fomento à leitura em bibliotecas comunitárias, hospitais, associações comunitárias, sedes de organizações não governamentais, sindicatos, pontos de cultura, unidades profissionais, entre outros, para receberem kits destinados à renovação de acervos bibliográficos e equipamentos que promovam o uso cultural de computadores e Internet”.²⁸ Através do edital lançado pelo Ministério da Cultura, cada Ponto de Leitura receberá 650 títulos, além de mobiliário e aparelhos microeletrônicos, tudo licitado pela FBN.

Esse projeto objetiva ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural, de forma a qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e expressão cultural.

Segundo Juca Ferreira, ministro da Cultura que sucedeu Gilberto Gil no Governo Lula,

(...) os pontos de cultura beneficiam 8 milhões de pessoas, estamos chegando a 4 mil grupos beneficiados (...). A gente já está fazendo *pontinhos de cultura* dedicados à infância, pontos de leitura para comunidades que precisam de estímulo à leitura. Estamos diversificando os editais para cobrir universos mais abrangentes da realidade. Às vezes é capoeira, às vezes manifestação tradicional como congada, bumba meu boi, às vezes são comunidades de migrantes que querem preservar as tradições dos países de origem, grupos de teatro e de dança, música erudita, às vezes é uma biblioteca em cima de uma palafita.²⁹

Ao final do governo Lula, o SNBP demonstrava capacidade para ocupar o espaço referente à sua temática: biblioteca pública. Em nível nacional, por meio de ações de implantação de bibliotecas públicas e modernização ou atualização de acervos dessas bibliotecas, o Sistema vem atuando junto às

prefeituras municipais, tendo como intermediárias, nas iniciativas locais, as coordenadorias dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas. A iniciativa ainda registra presença na promoção e/ou participação em eventos, nacionais e internacionais, que visam à requalificação do profissional da área, seja ele bibliotecário ou mediador cultural. Em nível internacional, o SNBP busca trazer benefícios para a FBN e para os profissionais dessa área, como revelam os intercâmbios com organismos internacionais, entre os quais o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) e o Ministério da Cultura da Espanha.

A meta do governo federal de zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas públicas está prestes a ser atingida. Deste modo, o MinC vem investindo significativamente no livro e no seu acesso, contando com o braço operacional e logístico da FBN.

2. Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler

“Creio que uma forma de felicidade é a leitura”.

Jorge Luis Borges (1899-1986)

O Proler é o mais antigo programa de incentivo à leitura do Governo Federal ainda em atividade. Foi instituído em 13 de maio de 1992, na gestão do presidente o governo Fernando Collor de Mello, pelo decreto presidencial nº 519, que o vinculou a então recém-criada Fundação Biblioteca Nacional, presidida pelo escritor Affonso Romano de Sant’Anna..

Os objetivos do Programa foram assim definidos: I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras e III - criar condições de acesso ao livro.³⁰ Seus princípios e diretrizes são: a) o respeito à diversidade de concepções e práticas relativas à leitura; b) o reconhecimento às iniciativas autônomas da sociedade civil em favor da leitura; c) a conciliação de aspectos culturais e educacionais ligados à leitura.³¹

As ações do Proler desenvolvem-se por meio de quatro vertentes principais:

- Formação continuada de professores e bibliotecários, como promotores de leitura e escrita, com a finalidade de fazê-los questionar práticas pedagógicas por meio da troca de experiências e conhecimentos, tendo em vista a reflexão crítica e sua permanente recriação a partir de produções já desenvolvidas sobre o que é ser profissional-leitor e promotor de leitura.
- Promoção de ações estratégicas de articulação política e institucional, envolvendo atores sociais variados, capazes de trabalhar pela valorização da

leitura e da escrita junto às esferas de poder e pela consolidação de seu estatuto de prioridade nas políticas públicas de cultura e educação.

- Estímulo à criação de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, considerando-as núcleos difusores de ideias e conhecimentos e centros de formação de leitores em potencial.
- Produção de publicações impressas e gravações em suporte digital como material de apoio ao trabalho pedagógico de profissionais de leitura e escrita, além de divulgação, em rede eletrônica, de reflexões, estudos e pesquisas desenvolvidas em torno de questões ligadas à leitura e à escrita, com o registro de informações e dados de projetos na área.

Para cumprir o que propõem estas quatro vertentes, o programa estabelece as seguintes *ações estratégicas*:

- a) Formação de uma rede nacional de encontros de incentivo à leitura e escrita;
- b) Promoção de cursos de formação continuada de profissionais que realizam práticas de leitura e escrita;
- c) Assessoria para implementação de projetos de leitura;
- d) Implementação de uma política de incentivo à leitura na Casa da Leitura;
- e) Consolidação do Centro de Referência e Documentação em Leitura;
- f) Consolidação das Bibliotecas Demonstrativas na Casa da Leitura;
- g) Consolidação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação.

Comitês

Nacionalmente, o Proler desenvolve ações em parceria com secretarias de cultura e de educação (municipais ou estaduais), universidades, bibliotecas, ONGs e outras instituições, estabelecendo convênios e constituindo os chamados comitês. Os comitês Proler são entidades sem fins lucrativos, compostas por um coordenador e profissionais envolvidos com leitura – professores, pesquisadores, escritores, dirigentes – pertencentes a instituições diversas. Na prática, esses núcleos atuam na implementação das atividades de leitura, na formação de agentes de leitura e na valorização e utilização de bibliotecas públicas e escolares. Os comitês vêm se firmando como presença política atuante, comprometida com a democratização do acesso à leitura. De acordo com a vice-presidente do Conselho Consultivo do Proler, Elizabeth D'Angelo Serra, o projeto entende que

Formar leitores e escritores é uma tarefa que exige tempo, material escrito de qualidade, variado, à disposição, com frequência quase diária, e a prática constante da leitura e da escrita. Ler e escrever não são processos mágicos ou que se

desenvolvem por contatos eventuais. Trata-se de toda uma cultura voltada para o escrito, que poucos brasileiros têm o privilégio de usufruir.³²

Casa da Leitura

A Casa da Leitura, sede do Proler, é um espaço cultural onde a leitura tem uma força motriz que a justifica e impulsiona. Situada no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a Casa da Leitura mobiliza e difunde ações promocionais da leitura através de consultorias, fóruns de discussões, cursos, oficinas e palestras, com o objetivo de formar profissionais mediadores da leitura em todo o país, oferecendo a eles instrumentos pedagógicos, financeiros e políticos para suas práticas.

Além de duas bibliotecas – uma infanto-juvenil e outra destinada a adultos –, a Casa da Leitura dispõe também de um Centro de Referência e Documentação em Leitura (CRDL), acessado em <http://www.bn.br/proler/cndl.htm>, com acervo especializado. Sua função é captar e disponibilizar informações sobre vivências, experiências, práticas, estudos e pesquisas na área da leitura, recolhidas em todo o território nacional e no exterior, constituindo, assim, uma Rede Nacional de Leitura. Já o Centro de Práticas Leitoras (CPL) produz e divulga as atividades de promoção da leitura desenvolvidas pela Casa da Leitura, ao passo que o Centro de Formção do Leitor (CFL) atua na formação de uma sociedade leitora apoiada em uma política de leitura democrática e pública. Suas atividades estendem-se a algumas regiões do país, com o objetivo de contribuir para a formação leitora de adultos, em sua maioria professores, os quais, em ações posteriores, se tornam promotores de leitura em suas comunidades e locais de trabalho. De acordo com Muniz Sodré,

A Casa da Leitura é a sede do Programa Nacional de Incentivo à Leitura, da Fundação Biblioteca Nacional, mas, além de abrigar a Coordenação do Proler, recebe todos os dias a visita da comunidade de leitores do Rio de Janeiro. Trata-se, por certo, de uma comunidade crescente, que congrega professores e estudantes, pais e filhos, gente de variadas idades e formações que, frequentando as bibliotecas, comparecendo aos eventos literários ou participando dos cursos oferecidos na Casa, a tem reconhecido não apenas como reduto aprazível para atividades de leitura, mas, sobretudo, como lugar onde o próprio ato de ler se torna objeto de conhecimento e de transformação.³³

2.1 – *O Proler no governo Fernando Henrique Cardoso*

Assim como o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o Proler faz parte do Programa Livro Aberto. O Proler é resultado do desejo de partilhar saberes, conhecimentos, práticas, acumulados socialmente e produzidos para fortalecer aqueles que acreditam na força da leitura e da escrita como uma ação política e social.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro Weffort, buscando minimizar as deficiências na promoção da leitura, ampliou programas anteriores à sua gestão, como o Proler e o Paixão de Ler. O Proler, proposta pioneira na América, com êxito no desenvolvimento de ações que buscam contemplar a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura, está hoje presente em todo o país. Já o projeto Paixão de Ler, campanha baseada na experiência francesa *La Fureur de Lire*, foi criado e promovido pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro em 1992, sendo, em 1997, incorporado ao Ministério da Cultura.³³ O projeto tem por objetivo multiplicar o acesso aos livros e à literatura, ajudando a população a descobrir o prazer de ler, de modo a proporcionar ao indivíduo um conhecimento maior do mundo, a estimular a criatividade e ampliar repertório, vocabulário, nível de informação e compreensão da realidade.

Em 1996, a abordagem do Proler foi reorientada a partir da constituição de uma comissão coordenadora. A nova comissão buscava, na representatividade de diferentes modos de ver e conceber a leitura, expressos por profissionais e instituições com experiência em programas de leitura, uma composição plural e, ao mesmo tempo, uma forma singular de gestão de programas governamentais. O Proler passava, assim, a ser um programa que contemplava a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura em todo o país, refletindo anos de experiências e de estudo dos profissionais que atuavam na área.

O Proler articulou ações em 300 municípios, promovendo a criação de 94 núcleos regionais. Houve um processo de reestruturação, que possibilitou o aumento expressivo da qualidade do trabalho realizado. Foram desenvolvidas diversas ações, entre cursos para agentes de leitura, leitura e apresentações orais de histórias infantis e adultas, debates abertos com jovens, encontro com leitores, eventos, oficinas, cursos, palestras.

Na década de 1990 foram desenvolvidos diversos projetos e programas, mas o de maior êxito foi o Leia Brasil, programa de bibliotecas volantes patrocinado pela Petrobras. No início, o programa obteve respaldo técnico da FBN. No ano de 1996, o Leia Brasil consolidou as metas estabelecidas no início de suas atividades, em 1993, registrando o empenho dos especialistas do Proler na formação de contadores de histórias locais, que conduziam os trabalhos não só com as técnicas de contar histórias, mas com a preocupação

em formar leitores apaixonados, com bom repertório de leitura e, principalmente, pesquisadores insaciáveis da literatura brasileira. Assim, o projeto acabou tendo reconhecimento da UNESCO e do CERLALC.

Em 1998 o Leia Brasil já acumulava um acervo de 240 mil livros, beneficiando mais de 500 mil jovens e crianças de 515 escolas públicas. No ano de 1999, através da lei Rouanet, a Petrobras investiu nele mais R\$ 2,6 milhões. O programa tinha então 16 veículos, rodando por 78 municípios de seis estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, onde é forte a presença da estatal petroleira.

O sucesso do Programa Leia Brasil, além do patrocínio da Petrobras, está nas parcerias com quase 100 entidades, da UNESCO às prefeituras de todos os municípios visitados; do Ministério da Cultura ao Museu do Índio.

O quadro abaixo apresenta um demonstrativo dos números do Programa Leia Brasil no período 1995-1999:

Patrocínio Petrobras	Caminhões	Público atendido	Escolas atendidas	Acervo - nº de exemplares e títulos	Municípios
1,1 milhão	5	180 mil	132	85 mil e 5,1 mil	18
1,2 milhão	9	250 mil	198	140 mil e 6 mil	31
2,0 milhões	12	390 mil	421	193 mil e 8,5 mil	69
2,2 milhões	14	500 mil	515	240 mil e 8,5 mil	78
2,6 milhões	16	600 mil	550	270 mil e 10 mil	110

Em 2001, dada a realização do maior encontro sobre leitura educação do país, um número maior de profissionais da leitura foi favorecido, e também se abriu espaço para professores e/ou pesquisadores de diferentes áreas. Ali, configurou-se um intercâmbio e uma articulação entre as experiências cotidianas na área de ensino e na prática da leitura, com debates firmados entre agentes dessas áreas e profissionais da esfera acadêmica.

2.2 – *O Proler no governo Lula*

Mantido na forma descrita acima até 2002, o Proler sofreu certa ruptura em 2003, por ocasião da mudança de governo e de orientação política na esfera federal. Seguiu-se um período difícil, de conturbações institucionais, em que a falta de recursos pôs sob ameaça a permanência das ações do Programa. As três coordenações que atravessaram essa conjuntura desfavorável empreenderam esforços para implantar projetos de formação de leitores, mas a escassez de meios materiais e de financiamento comprometia a continuidade dessas iniciativas e, não raro, afetava a própria manutenção da infraestrutura e dos

equipamentos da sede do programa. Embora breves e sujeitas a inflexões políticas adversas, essas coordenações foram, todavia, importantes para assegurar a sobrevivência institucional do Proler.

Após esse período de instabilidade, o programa tornou a se assentar em bases mais sólidas e pôde reengendar sua política de ação. Em 2006, uma nova coordenação foi instalada, acompanhada pela designação de um Conselho Consultivo. Reconduzido às suas funções em novembro de 2007, vinculando-se diretamente à Presidência da FBN, o Conselho atualmente reúne especialistas em leitura e tem, por definição da decisão executiva nº 29, que o nomeou, a incumbência de sugerir e formular as metas e os indicadores culturais de ação anual do Proler, além de buscar recursos e esforços que venham a conferir maior eficácia às políticas públicas no campo do livro e da leitura. Essa conjunção de esforços exprime o empenho que se tem feito para restituir ao programa a importância política e social que sua história reflete. Com o firme propósito de reforçar a concepção de rede de parcerias, reativando-a, o Proler buscava aproximar-se de outros programas e instituições, formalizando novos vínculos de cooperação para ampliar sua representação em municípios e comunidades de todo o país.

Segundo Muniz Sodré,

O Proler tem uma trajetória particular no campo das ações governamentais ligadas à cultura: seu êxito e sua longevidade devem-se à cooperação que se estabeleceu entre a instituição pública que o mantém ativo – a Biblioteca Nacional – e setores da sociedade organizada que, na forma dos comitês conveniados ao programa, desenvolvem iniciativas autônomas em favor da leitura.³⁵

No entanto, apesar do empenho de seu reduzido quadro de funcionários, os resultados obtidos estiveram bem abaixo do desejado e do registrado em anos anteriores. Talvez isso tenha ocorrido pelo fato das ações do Proler não haverem sido consideradas prioritárias pela gestão no período avaliado. Até então, o programa vinha se expandindo, com comitês em todo o país, graças à credibilidade conquistada desde sua criação em 1992.

Conclusão

O cenário da cultura brasileira passou por grande transformação no governo Lula. Enquanto no governo FHC foi implementada uma política de transferência, para a iniciativa privada, de responsabilidade das decisões sobre a cultura, através das leis de fomento e incentivos fiscais, a proposta do governo Lula se diferencia justamente pela intenção de implantar um modelo de

gestão com maior presença e participação do Estado na sociedade. Grandes avanços foram obtidos durante o governo Fernando Henrique, por meio das leis de incentivo, mas a gestão desse período não foi capaz de democratizar o acesso à cultura, que permaneceu muito restrito aos grandes centros urbanos. No governo mais recente, as políticas culturais passaram a abranger, além da cultura erudita, as culturas populares, as de minorias marginalizadas e as desenvolvidas no cotidiano urbano da contemporaneidade.

Com o que foi possível reunir de conhecimento sobre o tema deste trabalho, levando-se em conta a conjuntura dos dois períodos históricos do país e analisando o contexto dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, chega-se à conclusão de que, no âmbito da política cultural aplicada à FBN, o projeto Uma Biblioteca em Cada Município, concebido e implementado pelo Ministério da Cultura no governo primeiro, teve seu maior êxito no governo do segundo, o de Lula. Deve-se deixar registrado que o exaustivo uso das ferramentas de marketing, aliado ao grande investimento orçamentário, contribuiu para o sucesso do projeto. Por outro lado, o Proler foi mais atuante no país durante o governo Fernando Henrique. A análise dos dados possibilita inferir que passos importantes foram dados rumo à democratização da leitura. Hoje o número de pessoas conscientes da importância da leitura em suas vidas aumentou e, consequentemente, cresceu a busca por livros e bibliotecas. O Proler e o SNBP, sem dúvida, contribuíram para isso.

No momento atual, com o Ministério da Cultura mais consolidado, espera-se que o governo sucessor dê continuidade ao SNBP e ao Proler, visto que foram anos de energia, recursos gastos e conhecimentos acumulados. É necessário que o SNBP acompanhe o desenvolvimento das bibliotecas, implantadas e modernizadas nos municípios brasileiros durante o governo Lula, em respeito aos anseios da sociedade. Espera-se que o Proler, por sua vez, hoje presente em boa parte do país, continue a formar leitores, tarefa que exige dedicação e tempo.

Apesar da ampliação do conceito de cultura no âmbito do Ministério da Cultura, que não se restringe à cultura clássica, o futuro governo, os intelectuais e a sociedade em geral enfrentam o desafio de promover e dar continuidade ao debate sobre as políticas públicas culturais, para que a cultura possa atingir a importância e o lugar merecidos. Do contrário, a cultura brasileira será sempre vista como supérflua, quando não limitada aos interesses dos mandatários de cada governo. Essa crítica se repete a cada novo governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, refletindo a insatisfação da sociedade brasileira com a conduta ética no serviço público de uma forma geral. A falta de ética encontra terreno fértil para se reproduzir na administração pública, onde o comportamento das autoridades nem sempre segue os melhores valores e

princípios. A responsabilidade de melhorar a imagem da cultura no Brasil está nas mãos da nova geração de gestores públicos.

Notas

1. MOZER, 2006.
2. CASTELLO, 2002, p.627-656.
3. Ibidem.
4. REIS, 2008.
5. SILVA, 2007. 220p.
6. REIS, 2008.
7. RUBIM, 2007.
8. BRASIL, 2004.
9. CARVALHO, 1994, 222p.
10. Ibidem.
11. BRASIL, 2004.
12. ACERVO da FBN na World Digital Library, 2009.
13. BRASIL, 1992.
14. Ibidem.
15. Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004 apud MOZER, 2006, p.66.
16. MOZER, 2006.
17. BRASIL. <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/default.htm>.
18. PAIVA, 2008.
19. MOZER, 2006.
20. Ibidem.
21. CESARINO, 2008.
22. PAIVA, 2008.
23. MOZER, 2006.
24. Entrevista com Galeno Amorim em 20 set. 2005 apud MOZER, 2006.
25. Entrevista com Fernando Modesto em mar. 2006 apud MOZER, 2006.
26. CAVALCANTI, 2010.
27. BRASIL, 2010.
28. BRASIL, 2008, 41p.

29. RODRIGUES, 2010, ano 14, n.157, p. 12-16.
30. BRASIL, 1992.
31. Ibidem.
32. CASA da Leitura, [2009], 52p.
33. Ibidem.
34. MOZER, 2006.
35. CASA da Leitura, [2009], 52p.

Bibliografia

- ACERVO da FBN na World Digital Library. Brasília: MinC, 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/04/24/obras-raras/>>. Acesso em: 18 maio 2010.
- AMORIM, Galeno. Apresentação do programa Fome de Livro. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 5., 2004, Salvador. *Anais*.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). About The National Library of Brazil. Disponível em: <http://international.loc.gov/intldl/brhtml/about/partners_fbn.html#track1> Acesso em: 21 maio 2010.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Biblioteca Nacional-Mec / Banco Safra, 2004. 351p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). “Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional 1995”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.115, 1995. 340p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). “Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional 1996”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.116, 1996. 364p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). “Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional 1997”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.117, 1997. 362p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). “Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional 1998”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.118, 1998. 362p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). “Relatório da Presidência da Fundação Biblioteca Nacional 1999”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v.119, 1999. 369p.
- BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, n. 2, abr.-jun., 2001. v.15. p.73-83. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/estetica/wp-content/uploads/2011/04/IsauraBotelho.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2011.
- BRANT, Leonardo (org.). *Políticas culturais*. São Paulo: Manole, 2003. vol. I, 142p.
- BRASIL. Decreto n. 519 de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 1992.

- BRASIL. Decreto n. 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 1992.
- BRASIL. Decreto n. 5.038 de 7 de abril de 2004. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional - BN, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Executiva. Coordenação-Geral de Livro e Leitura. Concurso Pontos de Leitura 2008 – Edição Machado de Assis. Brasília, 2008. 41p.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Cultura é um bom negócio. Brasília, 1995.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Governo Federal lança edital para modernizar bibliotecas. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://mais.cultura.gov.br/2010/01/19/governo-federal-lanca-edital-para-modernizar-bibliotecas/>>. Acesso em: 5 maio 2010.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Livro Aberto. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/17/programa-livro-aberto-amplia-atuacao-no-nordeste/>> Acesso em 22 maio 2010.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano plurianual 2002-2003. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/default.htm>>. Acesso em 12 maio 2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei de revisão. Brasília, 2004. 448p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Relatório de avaliação do plano plurianual 2004-2007: exercício 2008 – ano base 2007*. Brasília, 2008. 135p. (Ministério da Cultura. Caderno 4).
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222p.
- CASA da Leitura: presença de uma ação: filosofia e perfil da Casa da Leitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura/PROLER. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Casa da Leitura, [2009]. 52p.
- CASTELLO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p.627-656.
- CAVALCANTI, Ilce G. M. Recomendações – Plano Municipal de Leitura e Biblioteca. In: ENCONTRO DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, 3., 2010, Belo Horizonte.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (org.) *Bibliotecas públicas municipais: orientações básicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007. 223p.

- CINTRA, Flaviane. *O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER): concepções e perspectivas*. Goiás: UFC, s.d. 22p. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem18/COLE_4101.pdf> Acesso em: 21 maio 2010.
- COLEÇÃO de fotografias do Imperador D. Pedro II. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/terezacristina/apresentacao.htm>>. Acesso em: 18 maio 2010.
- COSTA, Maria Ione Caser. “O Sistema Nacional de Arquivos e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: um estudo comparativo”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 125, 2005. 290p.
- FEIJÓ, Cezar Martin. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 79p.
- FERNANDES, Priscila. A Política Cultural Brasileira em Balanço. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=253>>. Acesso em: 21 maio 2010.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/wdl.htm>>. Acesso em: 21 maio 2010.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. 160p. (Documentos técnicos; 6). Disponível em: <http://www.bn.br/snbp/Textos/ArquivoFinal28_08.pdf>. Acesso em: 6 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Histórico – Releitura da biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acesso em: 18 maio 2010.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Prestação de contas ordinárias anual: relatório de gestão do exercício de 2009. Rio de Janeiro: FBN, 2010. 200p.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). O Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/projeto.html>>. Acesso em: 21 maio 2010.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2000. Rio de Janeiro, 2000. 113p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2001. Rio de Janeiro, 2001. 113p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2002. Rio de Janeiro, 2002. 139p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2003. Rio de Janeiro, 2003. 110p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2004. Rio de Janeiro, 2004. 137p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.

- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2005. Rio de Janeiro, 2005. 115p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Atividades 2006. Rio de Janeiro, 2006. 148p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Gestão no Ano de 2007: segundo os programas e ações previstos nos documentos de planejamento do Governo Federal. Rio de Janeiro, 2008. 200p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Relatório de Gestão 2008: segundo os programas e ações previstos nos documentos de planejamento do Governo Federal. Rio de Janeiro, 2009. 196p. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=10>. Acesso em: 10 maio 2011.
- GIL, Gilberto. “Leia a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 11 maio 2011.
- MEIRA, Márcio Augusto Freitas de. Para uma política pública de cultura no Brasil. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/07/01/para-uma-politica-publica-de-cultura-no-brasil-por-marcio-augusto-freitas-de-meira/>>. Acesso em: 21 maio 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. “Perguntas e resposta (oficiais) sobre a MP da Cultura”. *Revista Marketing Cultural*. São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, ano 1, n. 5, nov. 1997. p.54-55.
- MOZER, Josiane Aparecida. *Gestão pública em livro e leitura: revisitando o projeto Uma Biblioteca em Cada Município*. 2006, 179p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2006.
- PAIVA, Marília de Abreu Martins de. *Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006*. 2008, 140p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura. São Paulo: PT, 2002. 26p.
- PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA. *Folha Proler*. Rio de Janeiro, ano 2, n.4, jul.1998.
- PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA. PROLER: concepção, diretrizes e ações: 10 anos: 1992-2002. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: PROLER, 2002. 20p.
- PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA. PROLER: concepções, e diretrizes. Rio de Janeiro: PROLER, [2009]. 44p.

- REIS, Paula Félix dos. *Políticas culturais do Governo Lula: análise do sistema e do Plano Nacional de Cultura*. 2008. 138p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- REVISTA Marketing Cultura. "País da biblioteca ambulante". São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, n. 21, mar. 1999. p.16-19.
- RODRIGUES, Lúcia. "A qualidade da TV brasileira é muito baixa". *Caros Amigos*. São Paulo: Ed. Casa Amarela, ano 14, n.157, p. 12-16, abr. 2010.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p. (Cult; 2)
- SILVA, Frederico; A. Barbosa (Coord.). *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília: MinC; IPEA, 2007. 220p. (Coleção cadernos de políticas culturais, v.2).
- IBGE. Diretoria de Pesquisas. *Sistema de informações e indicadores culturais 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2006. 121p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica; v.18).
- SOARES, I. C. G. *Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o PRÓ-Leitura (1995-2000)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- WEFFORT, Francisco. "A Cultura precisa de dinheiro". *Revista Marketing Cultural*. São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, ano 1, n. 1, jul. 1997. p.12-15.
- WEFFORT, Francisco. "Em busca da indústria cultural". *Revista Marketing Cultural*. São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, n. 20, fev. 1999. p.10-13.
- WEFFORT, Francisco. "O paraíso ainda está longe". *Revista Marketing Cultural*. São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, n. 48, jun. 2001. p.24-29. Entrevista.
- WEFFORT, Francisco. "Tem que combinar incentivo e subsídio". In: "Marketing é tarefa de profissional: no seminário de lançamento de Marketing Cultural, especialistas orientam produtores e empresas". *Revista Marketing Cultural*. São Paulo: Ed. Baluarte Cultura & Marketing, ano 1, n. 2, ago. 1997. p.27.

O livro de horas dito de D. Fernando Maravilha para ver e rezar

Vânia Leite Fróes

Professora titular de História Medieval no Departamento de História
da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do *Scriptorium-Laboratório*
de Estudos Medievais e Ibéricos





Resumo

O principal objeto deste ensaio é o dito *Livro de horas de D. Fernando*, códice existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que integrou o acervo da biblioteca régia portuguesa, transferida para o Brasil logo após a vinda da corte. O estudo inclui, além de problemas e polêmicas sobre a identificação, a produção e a destinação desse manuscrito ricamente iluminado, questões sobre as funções da imagem na Idade Média, enfatizando-se as percepções de tempo e de trabalho a partir do estudo do calendário deste códice.

Palavras-chave: *livros de horas; manuscritos medievais; manuscritos illuminados; calendário litúrgico.*

Abstract

The main object of this essay is the so-called *Book of hours of D. Fernando*, a codex in the National Library of Rio de Janeiro, which took part of the Portuguese royal library, which was transferred to Brazil soon after the royal court arrival. The study includes, besides problems and controversies on identification, making and destination of this richly illuminated manuscript, issues about the roles of image in Middle Age, stressing the perception of time and work by studying this codex's calendar.

Keywords: *book of hours; medieval manuscripts; illuminated manuscripts; liturgical calendar.*



1. Apresentação

O leitor certamente já experimentou a sensação plena de deleite diante de uma imagem arrebatadora, como se o real superasse em grandiosidade e beleza qualquer fantasia. Este foi o sentimento que tive quando vi pela primeira vez um livro de horas medieval.

Pequenas joias da iconografia, esses códices expressam um momento de grandes transformações no mundo medieval, em que a imagem desempenha papel de importância na estruturação de novos padrões mentais. São verdadeiras enciclopédias que contêm as representações do espaço, do tempo e dos valores básicos que organizam a cultura cristã. Muitos destes padrões inscrevem-se em longa duração, ultrapassando os tempos do medievo, chegando até hoje e dando-nos uma sensação de familiaridade. São expressões da própria ocidentalidade que o renascimento posteriormente refinou e consolidou.

O tema aqui proposto é um estudo crítico preliminar do *Livro de horas de D. Fernando*, códice cuja procedência é, inegavelmente, da Biblioteca Régia de Portugal e que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Este estudo aborda inicialmente o que chamei de “Primeiras questões”, uma reflexão sobre as relações do historiador com as imagens, situando a singularidade das percepções daquilo que Jean-Claude Schmitt propôs chamar de *Imago*¹ na Idade Média.

A sensação de *dejà-vu* a que me refiri anteriormente não pode ser levada a extremos. Os processos de aproximação e identificação do medievo devem ser relativizados e permeados pela consciência de alteridade que orienta grande parte do “fazer histórico”. Pareceu-me, portanto pertinente refletir sobre duas questões: uma sobre as relações do historiador com as imagens e a outra sobre o estatuto dos padrões de visualidade no mundo cristão medieval.

O estudo da imagem não pode ser destituído de sua materialidade, incluindo-se obrigatoriamente questões como os mecanismos de produção, uso e destinação deste tipo de códice na Idade Média. Pretendi situar estas questões em “Os livros de horas, um tesouro para ver e rezar”, caracterizando também nesta parte, o conceito de *thesaurus* que norteou muitas de minhas indagações.

Em seguida, na parte intitulada “O livro de horas dito de D. Fernando”, descrevi o códice apresentando seu conteúdo básico, as imagens e miniaturas. Não me preocupei aqui com os dados textuais, assunto do qual, ocupar-me-ei posteriormente, em outra publicação. Nesta apresentação do códice descrevo o calendário,

identificando nos fólios apenas as imagens, deixando, para posterior trabalho, a transcrição dos santos e do diagrama temporal que acompanha cada fólio.

Antes de abordar os problemas de datação e identificação do *Livro de horas de D. Fernando* foi necessário recuperar o seu percurso, mostrando como se constituiu o acervo da Biblioteca Régia portuguesa, que dará origem no século XIX (1810) à biblioteca brasileira.

O conjunto dos chamados “manuscritos portugueses” que chegou ao Brasil tem origens muito diversas e não parecem aproximar-se dos principais livros de horas hoje existentes nas bibliotecas e arquivos de Portugal. Esta e outras perguntas norteiam o que abordei na parte sobre “A procedência – As bibliotecas régias e o *Livro de horas de D. Fernando*”.

Estas questões de procedência parecem-me bem mais consolidadas que outras indagações. Em “Problemas de identificação, datação e destinatário”, abordo detalhadamente a questão, situando as polêmicas, os estudos comparativos, atualizando discussões e expressando minhas conclusões preliminares em “Velhos problemas e novas questões: conclusões parciais”.

O riquíssimo material iconográfico desses códices reúne em seus calendários temas do cotidiano e do trabalho e relembra nas outras partes o sacrifício divino, a história do povo eleito e as passagens das vidas de santos. Num livro de horas as funções de texto e imagem não aparecem isoladamente, mas se articulam como um todo ao universo do sagrado, da memória e da própria ética cristã. Procurei exemplificar essas questões em “Uma reflexão: tempo de oração, tempo do mundo no calendário do *Livro de horas de D. Fernando*”. Esclareço, no entanto, que o material apresentado é mais descriptivo, não pretendendo neste momento qualquer análise iconográfica, o que seria impossível sem outros procedimentos de identificação das tabelas temporais, dos santos e de aprofundamentos da pesquisa empírica de outras tantas questões. Não me propus a isto neste ensaio.

O estudo aqui apresentado é o resultado de pesquisa realizada com o suporte institucional e de bolsa da Biblioteca Nacional, a qual agradeço por esta oportunidade. Do mesmo modo, devo mencionar a inestimável participação do professor doutor Clílio Amaral e das doutorandas da Universidade Federal Fluminense Ana Carolina Lima e Tereza Renata Rocha, que integram o grupo de pesquisa sobre imagem e história que coordeno, desenvolvido no Scriptorium-Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense.²

Sou grata a Jean-Claude Schmitt que propiciou, juntamente com pesquisadores do GAHOM (Groupe d’anthropologie historique de l’Occident médiéval – École des Hautes Études en Sciences Sociales) um interessante debate a partir da exposição que lá realizei sobre os temas que vinha desenvolvendo acerca do códice fernandino.

Agradeço finalmente à generosa colaboração e o frutífero diálogo expresso nas cartas e no material que me enviou deste grande especialista da iconografia medieval, James Marrow, professor da Princeton University e curador de museus que hoje são depositários de códices cuja estrutura é muito próxima do *Livro de horas de D. Fernando*.

2. Primeiras questões

2.1 O historiador e as imagens

O uso da imagem como fonte para o “fazer histórico” é assunto que tem merecido atenção por parte desses estudiosos, particularmente, após as grandes mudanças trazidas pela nova história e pelo crescimento da exploração historiográfica no campo do imaginário, das mentalidades e da antropologia visual. Um mapeamento dos principais problemas de cunho teórico poderia ser resumido em três grandes vetores:

- O primeiro refere-se ao estatuto qualitativo da imagem no universo da construção do saber histórico;
- O segundo, diretamente decorrente do primeiro, diz respeito ao tipo de construção que se deseja com o uso da imagem;
- O terceiro, à especificidade do código visual e às necessidades técnicas específicas que ele impõe ao historiador.

Analisemos a primeira questão – a que diz respeito ao estatuto qualitativo da imagem. Há uma visão bastante ambígua a esse respeito. Ou a imagem é vista como algo que traz diretamente o vívido, e o senso comum consagrou essa visão na expressão “uma imagem vale por mil palavras” ou, ao contrário, confere a ela um lugar que relaciona imagem/imaginário, como aquilo que é construção ficcional e, portanto não confiável.

Por trás desta questão está certamente a ideia de documento/monumento que delega à construção textual a única confiabilidade possível. O uso da imagem só seria assim aceitável com o apoio do texto que a explicaria. É claro que tal visão tem sido duramente combatida redefinindo-se sob muitos aspectos o que se deseja de uma história construída a partir de imagens entendidas em seu universo próprio.

Não se trata de fazer uma história da arte (cuja importância é indiscutível) ou algo do gênero, mas uma história que integraria também elementos da antropologia e que permitiria a reconstrução dos padrões de uma determinada cultura visual existentes nas diferentes formações históricas.

Com este tipo de propósito, sob a liderança de Jacques Le Goff, criou-se junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales, o GAHOM (Groupe d’anthropologie historique de l’Occident medieval), que durante muitos anos

tem abrigado historiadores medievalistas, de algum modo engajados nesta questão. Além do próprio Le Goff, Jean-Claude Schmitt, Michel Pastourcau, Jérôme Bashet, para mencionar apenas alguns dentre os mais atuantes.

Do grupo, como decorrência das discussões, surgiram vários seminários que, além de discutir questões de cunho teórico-metodológico, têm tido forte atuação em políticas de pesquisa que disponibilizam (particularmente na internet) o material iconográfico de várias partes do Ocidente cristão, possibilitando assim o acesso dos pesquisadores a muitas fontes antes inacessíveis para a maioria dos historiadores.

Além do grupo francês, vale ainda ressaltar a importância do Warburg Institute, em Londres que, continuando a tradição de Panofsky e Gombrich, opera hoje com grandes contribuições no campo das discussões das representações,³ mormente no que tange à psicologia social.

A questão das relações do historiador com o campo das imagens precisa, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses,⁴ ser melhor aprofundada. Não se trata de fazer uma história pela imagem, muito menos uma história das imagens ou da arte. Para além de uma iconografia, deve-se interrogar a percepção do potencial cognitivo da imagem. É equivocado pensar uma história artística e outra social, comenta ainda Meneses. E acrescenta que Baxandall, referindo-se ao *olho do quattrocento* aconselha procurar como os fatores sociais conduzem, pela experiência do cotidiano, ao desenvolvimento de certos hábitos e mecanismos visuais que se convertem em elementos identificáveis na produção e no consumo de pinturas.⁵

Em síntese, deveria haver por parte do historiador uma tentativa de identificar as estruturas históricas perceptivas.⁶ Tratar-se-ia assim de trabalhar com o campo da visualidade,⁷ isto é, como, em determinado contexto ou experiência histórica, o tempo e o espaço, por exemplo, seriam apreendidos por padrões visuais disponíveis em determinada sociedade, quer estivessem eles institucionalizados ou não.

É necessário pensar a materialidade das representações. A pintura, por exemplo, é também um objeto, um artefato tridimensional. Aconselha-nos ainda Meneses que se perceba o artefato no quadro de uma iconosfera,⁸ conjunto de imagens que num dado contexto está socialmente disponível.

Necessário, portanto, situar a imagem medieval no seu aspecto material, não relegando a análise da produção do códice e da própria produção da imagem e das iluminuras dentro dele. Recuperar os mecanismos de produção e do produtor como um dos agentes sociais, a destinação (não apenas o destinatário) do manuscrito, seu uso, sua função seria assim imprescindível.

Uma vez definido com clareza o estatuto da imagem, destituindo-a dos preconceitos a que me referi, e recortando com precisão o que se pretende com o material iconográfico, é necessário falar da singularidade da linguagem

visual na Idade Média, mais especificamente de suas relações com a memória, as representações do tempo, da narrativa cristã e das estreitas ligações da imagem/sacralidade no mundo medieval.

2. 2. A imagem espelho do mundo – percepções na Idade Média

Não se pode entender a imagem na Idade Média com as referências e valores atuais. Uma possível familiaridade do observador contemporâneo deve ser vista com respeito. Expressando os perigos de um anacronismo, Schmitt ressalta de forma pertinente que

O historiador deve sobretudo convencer-se da especificidade das imagens medievais com relação às nossas próprias imagens atuais: primeiro porque vivemos há um século no tempo das imagens móveis (cinema, televisão e computador), ao passo que as imagens medievais (miniaturas, pinturas murais, etc.) eram imagens fixas que, é verdade, não ignoravam os problemas ligados à representação do tempo, do movimento, da *história* ou representação de uma narrativa. Uma segunda questão que deve ser levada em consideração é a relação profunda da imagem com as práticas religiosas – muito mais que qualquer função estética, a imagem medieval é um objeto de culto e dos rituais cristãos. Ela presentifica a própria obra divina da criação.⁹

Reforçando a singularidade da imagem na Idade Média, o medievalista comenta ainda que

A noção de imagem diz respeito, enfim, à antropologia cristã como um todo, pois é o homem – nada menos que isso – que a Bíblia desde suas primeiras palavras, qualifica como ‘imagem’: Iavé diz que modela o homem ‘*ad imaginem et similitudinem nostrum*’ (Gênesis 1, 26). Segundo o Novo Testamento, a Encarnação completou esta relação de imagem entre homem, Deus e Cristo.¹⁰

No cristianismo a forma é, portanto, em última instância, expressão de Deus, expressão maior do verbo. A arte figurativa medieval, num sentido amplo, pertence ao universo do sagrado, mesmo quando representa cenas do universo laico.¹¹ Remetendo ao princípio da criação, tem primordialmente função simbólica de transcendência, de salvação, de epifania.

O estudo das funções da imagem na Idade Média é questão complexa e difícil, impossível fazer generalizações. Dois aspectos parecem importantes para esta reflexão: uma é a de presentificação de elementos não visíveis e outra a de constituir uma espécie de chave de memória, noção ligada a padrões cognitivos disponíveis e observáveis nesta formação histórica.

No primeiro caso, a imagem poderia ter função similar à dos sonhos na própria Idade Média, isto é, seria uma forma de ultrapassar as fronteiras da experiência sensível e da própria contingência humana.¹²

O sonho figura a ausência [...] Como as imagens materiais, ele participa de um mundo visual, de um mundo imaginário, cujos poderes e condições ultrapassam de longe o plano único do visível e do sensível. É por isso que os modos de funcionamento das imagens materiais e das imagens oníricas apresentam várias analogias: umas e outras cultivam a ambivalência (um gesto, uma figura, raramente são unívocas, na maioria das vezes apresentam vários sentidos simultaneamente), prestam-se aos mesmos fenômenos de condensação (quando duas imagens se combinam para produzir uma terceira) e de descontinuidade (cada elemento concentrando uma sequência narrativa completa).¹³

Uma segunda função da imagem medieval está ligada diretamente a determinados processos cognitivos vinculados aos propósitos éticos da criação, que em última instância seria uma via possível da salvação. Neste sentido, o livro (texto) tem papel decisivo no universo simbólico do cristianismo. É ele a expressão de Deus que falou com Moisés através da letra, é ele que também trouxe a boa nova.

A leitura era assim um mecanismo diretamente envolvido com o sagrado na Idade Média. O conteúdo do texto deveria ser mastigado, ruminado (*ruminatio*) e só depois integrado aos conhecimentos já existentes na memória da cada leitor. Mais do que isto, deveria ser guardado de forma ordenada – há uma espécie de topologização das informações e do saber. Finalmente, esse saber deveria ser transformado em imagens (padrões visuais) e estas, disponibilizadas numa espécie de arca.¹⁴

A memória, estreitamente ligada a este processo de uso do texto, não remete a uma listagem formal, mas seria uma espécie de inventário, onde estaria disponível material para a criação, para o fabrico (*fabrica*) do saber.

A leitura não está, como se viu, de forma alguma desvinculada da imagem – *pictura et litteratura* estão intimamente ligadas. Comenta Carruthers¹⁵ que Richard de Fournival em seu *Li responde du bestiaire*, explica que Deus deu ao homem a faculdade da memória e que há duas portas de acesso a ela: a pintura e a palavra

*Toutes deux donnent également accès à la 'maison de la mémoire', qui contient toute la connaissance humaine du passé, et, d'un point de vue cognitif, elles ont la même efficacité. Mais la "peinture d'un texte" ne se réduit pas aux illustrations d'une page, comme le précise Richard de Gournival. Elle inclut aussi les images mentales que le texte évoque dans l'esprit des lecteurs ou auditeurs.*¹⁶

A memória tem papel decisivo no processo de aprendizagem e criação na Idade Média. É, juntamente com a meditação, uma via para o saber e para a própria salvação, razão pela qual há tanto empenho em seu treinamento.

Remontando cronologicamente à influência monacal, Mary Carruthers¹⁷ mostra ainda como os caminhos da meditação estão ligados, não apenas aos processos de leitura (seja ela em voz alta, a mais comum, ou a silenciosa), mas à forma como ela se dá. A imagem seria, assim como determinadas sinalizações do texto, uma espécie de chave de acesso à memória. Esta memória não seria uma listagem repetitiva (mímesis), mas um grande inventário constituído dos conteúdos de leitura e de todas as representações deles originados. Mais do que tudo, um acervo, um patrimônio, onde estariam os grandes textos cristãos – um tesouro, o *Thesaurus* do saber cristão.

A imagem como o texto, dá acesso à meditação, à oração e às diversas práticas da espiritualidade. Mas a meditação, não é só o caminho para uma ascensão formal, é também uma fábrica, um lugar de criação.

A memória na Idade Média não é apenas o ato de relembrar o passado. É parte substancial da ética de salvação que dá sentido e direção à Cristandade. Articula-se ao campo semântico da prudência, da sabedoria, da perfeição e até mesmo do profetismo.

Mary Carruthers comenta em seu *Book of memory* que Hugues de Saint-Victor (*De Tribus maximis circumstantiis gestorum* – c.1135) nos diz que as artes da memória devem ser cultivadas seriamente, pois constituem uma pedagogia para preservar o passado em suas múltiplas hierarquias e formas. Este cultivo é, em última instância, um projeto de futuro (não propriamente no sentido do devir, mas, no sentido de conduzir o cristão em sua atitude reta diante da vida, à salvação, propósito maior da existência da sociedade dos homens).

Depois de expor longamente os caminhos mneumônicos para o exercício da memória, H. de Saint-Victor¹⁸ informa que existem certos fundamentos do saber que, firmemente impressos na memória, servem de base a todo o resto.

Carruthers chama ainda a atenção para a articulação entre os mecanismos de leitura, memória e imagem. A imagem tem uma função textual de pontuar o escrito, sinalizando as formas diversas de como se deve ler e interiorizar o texto. É uma intermediária entre a oralidade e a escrita. Uma palavra escrita tem uma espécie de forma visual, a sua pintura, que era considerada, ao menos entre os instruídos, como parte integrante de sua significação, completa ainda a autora.

É no campo da rememoração, da presentificação dos tempos, da história do povo eleito que se manifesta explicitamente a ética cristã. Os livros de horas medievais podem ser tomados como um exemplo que reúne essas funções.

Ao pensar, portanto, o papel da imagem nos códices iluminados, particularmente nos livros de horas, pareceu-me pertinente levar em consideração esses pressupostos.

3. Os livros de horas, um tesouro para ver e rezar

3.1. Um livro de horas – um tesouro

A noção de tesouro (*thesaurus*) na Idade Média associa-se à ideia de arca, uma espécie de “cofre forte” onde estão guardados todos os grandes valores cristãos. O *thesaurus*, neste sentido, não se refere especificamente a bens materiais, mas àqueles que fazem parte do acervo doado por Deus aos homens: a Sua própria história, a Sua vinda ao mundo dos homens, o Seu sacrifício-morte, a Sua ressurreição e a esperança da salvação. O Livro¹⁹, que deu a todos os cristãos a ordem social pela graça da Lei,²⁰ deu também aos homens exemplos a serem seguidos pelo cultivo da caridade e das virtudes.

Um livro de horas é, assim, um tesouro, uma arca²¹ (na tradição bíblica guarda a lei, o decálogo) no sentido mais exato da palavra na Idade Média. Poderá esta ideia também ser associada à sua beleza e preciosidade, riqueza, variedade da composição e valor artístico, a uma maravilha – a *mirabilia* – para fruição dos sentidos da visão.

No entanto, esses códices contêm bem mais do que isso. São verdadeiras encyclopédias medievais que se organizam em torno do *tema central da salvação* e contêm todas as histórias bíblicas (Figuras 3 e 4) para se rememorar como garantia da salvação e para contar, sobretudo através de imagens, as histórias dos santos que atestam a viabilidade dessa salvação.

Esse *thesaurus* cuja contemplação rememora o sacrifício de Deus é suporte para conduzir os homens a um tempo novo e eterno, aquele da salvação num futuro pleno, anterior ao pecado.²²

Desde a Alta Idade Média até o século XII, a produção do manuscrito estava quase toda reduzida aos *scriptoria* dos mosteiros. O trabalho de confecção de um códice era penoso e lento. Do preparo do pergaminho, seu corte e enquadramento, até o planejamento do fólio, levava-se um tempo razoável.

A escrita era muitas vezes vivenciada como verdadeira penitência. A necessidade de apontar os instrumentos a todo momento, de molhá-los na tinta e de escrever por horas a fio em lugares pouco aquecidos e em posição incômoda, fatigava o escriba. Muitos deles registraram no final do texto o seu cansaço e o alívio por acabar.

O final do século XII marcou uma grande transformação no fabrico dos códices. O crescimento urbano, com um público mais letrado e a demanda das universidades, acabou por provocar mudanças expressivas, e a produção

do “livro” manuscrito não fugiu à regra da nova organização corporativa do trabalho. Surgiram as oficinas com artesãos especializados nessa produção e, muito cedo, as funções foram se dividindo – os escribas, os pintores e desenhistas, os iluminadores, os vendedores.

Os ateliês urbanos atendiam não somente às demandas dos religiosos e dos leigos. Um público rico, constituído pelos membros das casas régias ou grandes nobres passou a encomendar luxuosos códices iluminados nas oficinas mais prestigiadas da Itália, da França, da Borgonha, de Gand e Bruges.²³

Quanto maior a riqueza, maior a piedade e maior as possibilidades de salvação. Muitos desses tesouros eram usados individualmente e de seu fabrico temos diversas notícias. Vários deles chegaram até hoje quase intactos e apreciá-los é, como já se falou, uma fruição a que não nos devemos furtar. Nesses conjuntos estão os livros de horas.

3.2. O que é um livro de horas

Seria difícil falar de um livro de horas anteriormente ao final do século XII e início do XIII. Embora sejam livros de oração cuja estrutura é claramente demarcada pelas horas canônicas (tradição próxima à marcação do tempo proposta pela estrutura monacal), eles se constituem em material utilizado por leigos, personalizados, cujo aparecimento coincide com o desenvolvimento da piedade individual e com as modificações a partir de Latrão e do movimento franciscano. É preciso, portanto não confundi-los com breviários, missais, saltérios ou outros do gênero, embora estes livros estejam na base de seu aparecimento.

Os livros de horas constituem instrumento de devoção pessoal, lindamente ornados e trabalhados com esmero por grandes artistas do baixo medievo. O material iconográfico apresentado é rico em temas do cotidiano, das sensibilidades religiosas, da organização das temporalidades e das diferentes representações dos espaços cristãos.

O aparecimento desses códices coincide com um momento de grande desenvolvimento da arte miniaturista e de sofisticação no colorido e iluminação, mas também corresponde a profundas mudanças na produção de manuscritos. É um momento em que esta produção sai dos *scriptoria* e vai para os ateliês, as oficinas especializadas.

3.3. A produção de um manuscrito e de um livro de horas

O *scriptorium* é quase sempre uma grande sala ou compartimento de um mosteiro para uso dos escribas e copistas destas comunidades. A ideia de lugar fechado e solitário destinado a guardar os “tesouros do saber” aparece em muitas obras de caráter historiográfico e até mesmo no clássico *O nome da rosa*, de Umberto Eco.²⁴

Na verdade, os *scriptoria*, desde cedo, constituíram-se em lugares de trocas humanas importantes, agregando monges e não monges que se colocavam a serviço da produção, preservação, circulação e venda de manuscritos. Esta atividade, intensa em muitos mosteiros, aglutinava os *antiquarii*, *librarii*, *scriptores*, *illuminatores* que foram responsáveis pela produção de códices em boa parte da Idade Média.

O crescimento da vida urbana e o surgimento das universidades e do ofício de intelectual trouxeram novas necessidades à sociedade. Multiplicaram-se as cópias simplificadas e baratas, manuscritos destinados aos estudantes e aos habitantes da cidade que liam ou ouviam as narrativas de cavalaria ou as hagiografias. Ampliou-se um público rico oriundo em boa parte da corte régia ou da rica aristocracia urbana, que demandou produção sofisticada de códices iluminados e ricamente ilustrados. Eram eles em grande parte que encomendavam os livros de horas.

Neste momento, o termo *scriptorium* confunde-se muitas vezes com a oficina de produção de livros e códices que também agregava copistas desenhistas, iluminadores, livreiros e, até mesmo, bibliófilos. Ampliaram-se suas funções e, muitas vezes, o *scriptorium*-atelé é centro de uma rede de relações de empréstimos, de trocas e de vendas que aumentaram socialmente o universo da leitura. É neste novo universo de produção que são, em grande parte, produzidos os livros de horas. Já é hora de apresentar o *Livro de horas de D. Fernando*, principal objeto deste estudo.

4. O livro de horas dito de D. Fernando

4.1. Descrição do códice

O códice tem 200 folhas (no geral, de 20 linhas) de pergaminho, ilustradas em cores; com dimensões de 250 x 180 mm. Texto em latim. Caracteres góticos, alternados em vermelho e preto. Iniciais iluminadas a ouro e a cores, com bordaduras, tarjas e finais de linha ornamentados em arabescos com motivos fitomórficos e zoomórficos, estes com a predominância de aves. Contém assinaturas manuscritas às margens nos fólios 71r, 138v, 151v e 154v. Antiga localização manuscrita no fólio 2r: 46-5-47 (escrita em cima de 47-5-57). Faltam os fólios 22 e 23. Carimbo da Real Biblioteca – Casa do Infantado nos fólios 16v e 164v.²⁵

O colofão (Figura 5) menciona o ano de 1378 como referência da encomenda deste códice, que teria sido iluminado por Spinello Spinelli. James Marrow²⁶ refuta a autenticidade da data e do artista mencionados, propondo c.1460 e a procedência flamenga (Bruges?) para provável destinatário inglês. O códice pertenceria a um grupo raro e ainda pouco conhecido, os Pembroke

Psalter-Hours, usados no rito católico inglês (*Sarum use*). A argumentação abalizada do especialista deve ser levada em consideração para uma possível mudança na classificação desse manuscrito.²⁷

4. 2. Conteúdo

ff. 2r-7v – Calendário em preto, vermelho e ouro, com inclusão, segundo Marrow²⁸ de santos ingleses como Wulstan, Cedd, King Edward, Cuthbert, Guthlac, Elphege, John of Beverly (7 de maio), Dunstan, Augustine of Canterbury (26 de maio), Alban (22 de junho), Grimbald (8 de julho), Translação de St. Swithun (15 de julho), Kenelm (17 de julho), Oswald, Translação de St. Cuthbert (4 de setembro), Transladação de Str. Hugh de Lincoln (em vermelho, 6 de outubro), Osyth, Wilfrid (12 de outubro) Transladação de St. Etheldred (17 de outubro), Frideswide, Macchud (15 de novembro), Edmund (16 de novembro), Hugh of Lincoln (em vermelho, 17 de novembro) e S. Birinus (Figuras 6 a 17).

ff. 10r-16v – Quinze orações a Nossa Senhor Jesus Cristo *Incipiunt quindecim orationes ad Christum [...] O Domine ihesu christe eterna dulcedo te amancium [...] The Fifteen Oes of Christ.*²⁹

ff. 18r-37v – Santíssima Trindade [*Commemoratio de Sancta Trinitate, Domine deus omnipotens pater ET filius et spiritus sanctus da michi famulo tuo N. victoriam*] seguido das *Commemorationes* ou *Memoriae*;³⁰ Comemoração a são João Batista; ff. 25r-25v Memória a são Jorge; ff. 27r-27v Memória a são Cristóvão; ff. 29r-29v Comemoração a Santana; ff. 31r-31v Memória de santa Catarina; ff. 33r-33v Memória de santa Maria Madalena; ff. 35r-35v Memória de santa Margarida; ff. 37r-37v Memória de santa Bárbara.

ff. 39r-89v – Horas da Virgem Maria, *Incipiunt horæ Beatae Mariæ Virginis.*³¹

ff. 90r-93v – Variações da Salve Rainha, *Has Videas laudes, qui sacra Virgine gaudes...*

ff. 93v-99r – Quatro Orações a Nossa Senhora; 97-102v Ofício dos Prazeres de Nossa Senhora; o uso da “oração a Maria” que começa com “*Salve virgo virginum*” ff. 88r-91v e as Orações a Cristo e suas chagas ff. 102r-110.³²

f. 93v – *O intemerata...*

f. 95v – *Obsecro te...*

ff. 104r-107r – Ofício das Cinco Chagas de Nossa Senhor Jesus Cristo, de Nossa Senhora e de são João Evangelista.

ff. 107v-109r – Oração de são Beda.

ff. 109r-112r – Sete Orações a Nossa Senhor.

ff. 112r-112v – Cinco Prazeres de Nossa Senhora. *Incipiunt quinque gaudia Beatae Mariæ Virginis.*

ff. 114r-121r – Sete Salmos Penitenciais.

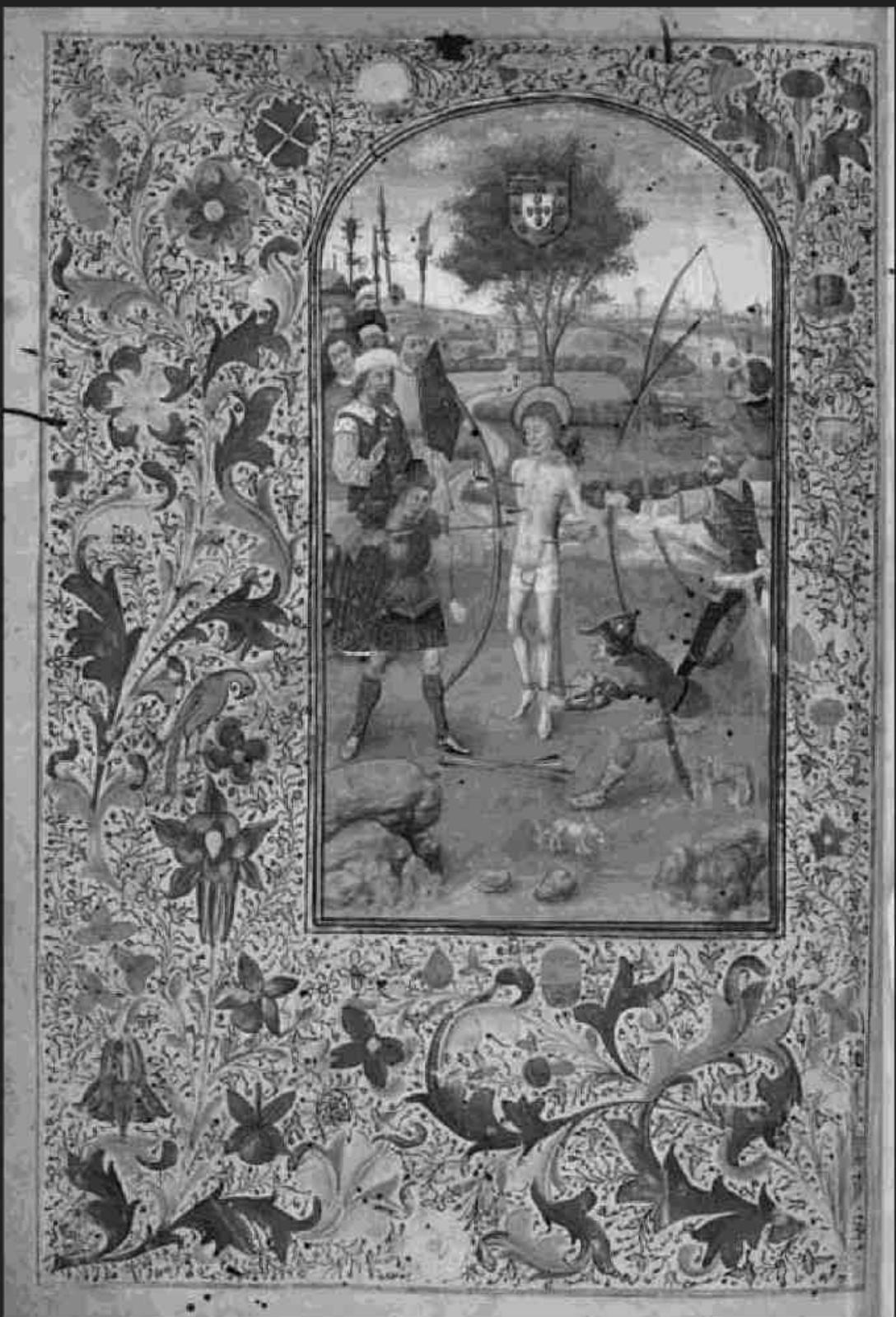
ff. 121r-127r – Quinze Salmos Graduais.

- ff. 127r-135r – Litania de Todos os Santos.³³
 ff. 136r-164v – Ofício dos Defuntos seguido de *Commendatones animarum*
 ff. 163r-174v 17.³⁴
 ff. 178r-186v – Saltério da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo.
 ff. 187r-199v – Saltério de são Jerônimo.³⁵
 f. 188v – Em branco.
 f. 199 – Glória:
Ne reminiscaris... //Oremus //Omnipotens sempiternus deus clementiam tuam suppliciter deprecor ut //me, famulum tuum. N. tibi fideliter //servire concedas et perseverantiam bonam et felicem consummationem mihi //largiri digneris ut hoc psalterium //quod in conspectu tuo decantavi fiat //ad salutem et remedium animae omniumque meorum vel/niam ac //vivis et defunctis ad itam //proficiat sempiternam. Amen.
 f. 199v – Colofão³⁶ (Figura 5)
 Ipse dipicture que conti//net hoc libro fuerunt manufacte //per Spinello Spinelli et illas deri//gebat Rmo. P. Ioachinus desa ora//tor amplissimus in oratório Re//gis D. Ferdinandi Portugalie et //pro ipso Rege Menistrus Lusitanie //apud Sanc-tissimum P. Gregoriu //XI. Anno 1378.
 f. 200 – Em branco.

4.3. Descrição das Imagens

4.3.1. Miniaturas a pleno fólio

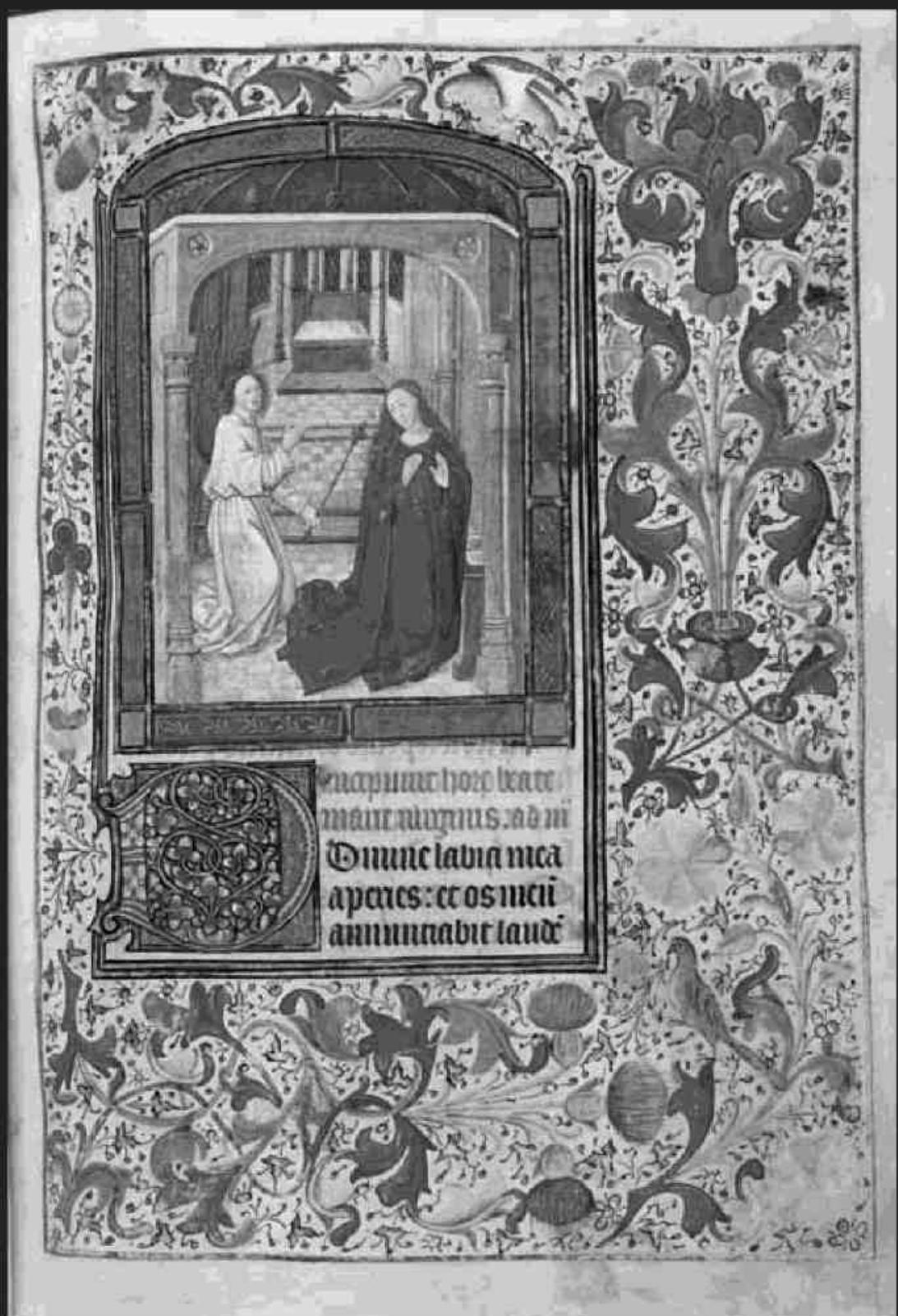
- Muitas delas com medalhões circulares com nomes de santos vários de devoção inglesa.³⁷ (Figura 2)
- f. 1v – O martírio de são Sebastião, fólio possivelmente acrescentado *a posteriori*. (Figura 1)
- f. 9v – Salvator Mundi – Cristo sobre o orbe terrestre com quatro medalhões circulares (são Gregório, são Leão, são Jerônimo e são Ambrósio). (Figura 2)
- f. 17v – A Santíssima Trindade com quatro medalhões circulares (são Francisco de Assis, são Domingos de Gusmão, são Pedro de Verona e são Ludovico).
- f. 20v – São João Batista com quatro medalhões circulares (santo Antão, são Paulo, santo Egídio e santo Efrem).
- f. 24v – São Jorge com quatro medalhões circulares (são Sebastião, são Vitor, santo Adriano e são Maurício).
- f. 26v – São Cristóvão com quatro medalhões circulares (são Julião e santa Basilissa, são Lourenço, são Vicente e são Quintino).
- f. 28v – Santana com quatro medalhões circulares (santo Aleixo, santa Isabel, santa Marta e os dez mil mártires).
- f. 30v – Santa Catarina com quatro medalhões circulares (santa Úrsula, santa Ontcomer, santa Cunera e santa Doroteia).



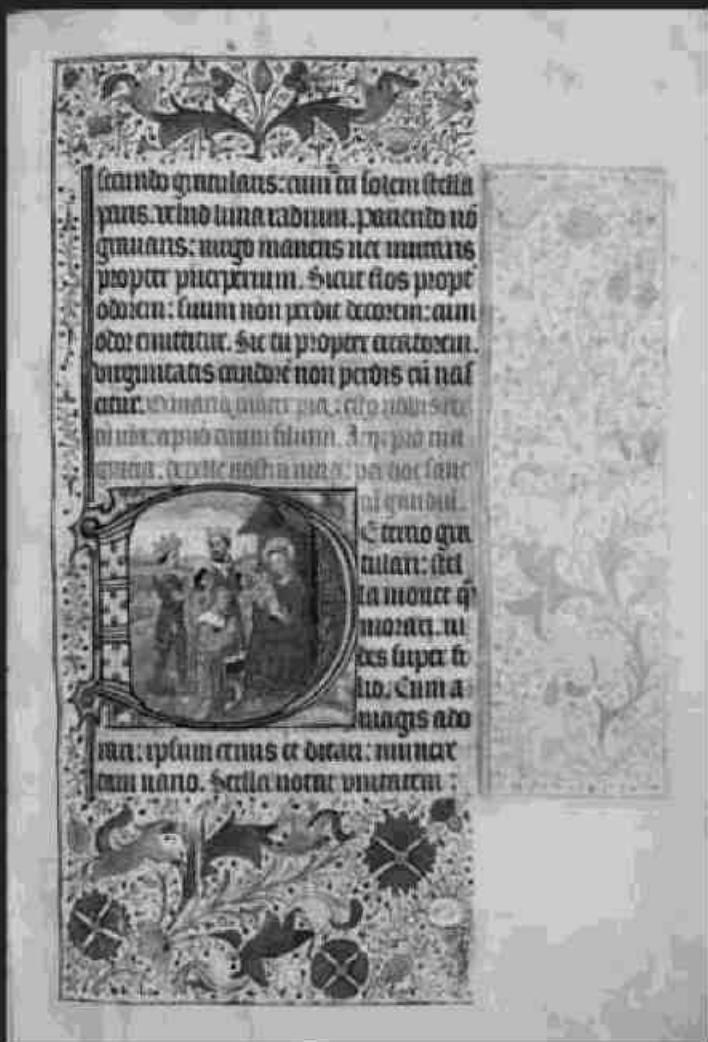
F. 1v. – O Martírio de São Sebastião. O fólio deve ter sido acrescentado posteriormente. [Fig. 1]



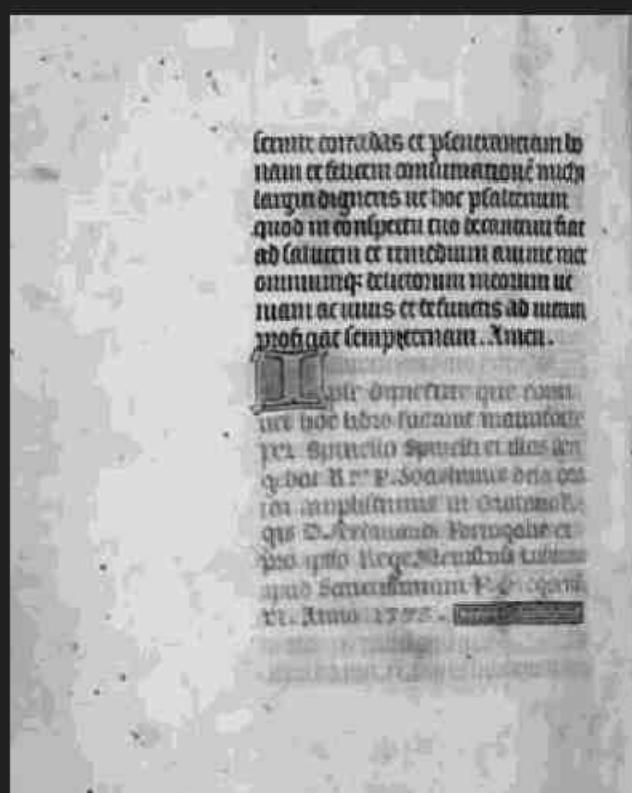
F. 9v. – Salvator Mundi – Cristo sobre o orbe terrestre com quatro medalhões circulares (S. Gregório, S. Leão, S. Jerônimo e S. Ambrósio). [Fig. 2]



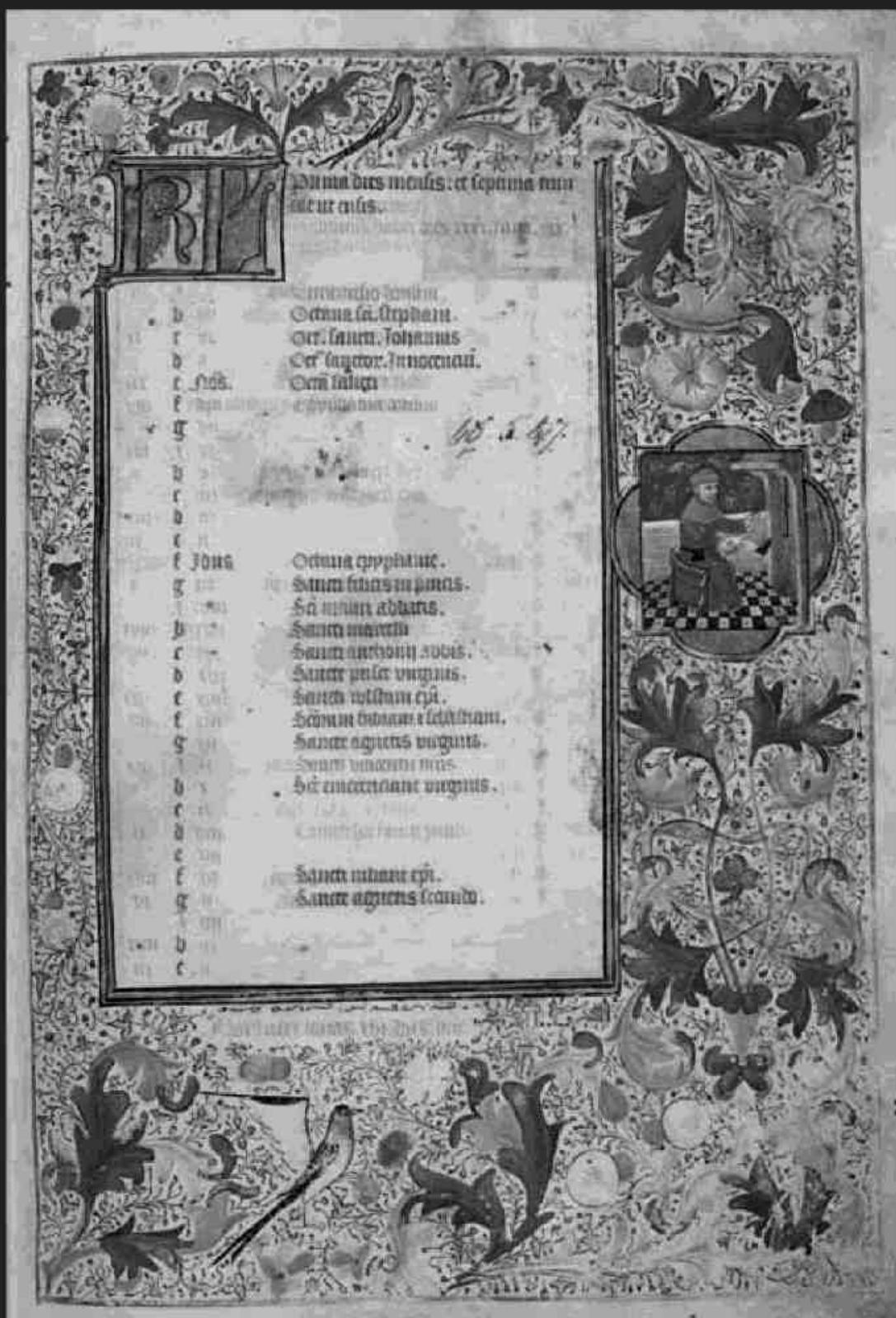
F. 39 – A Anunciação. [Fig. 3]



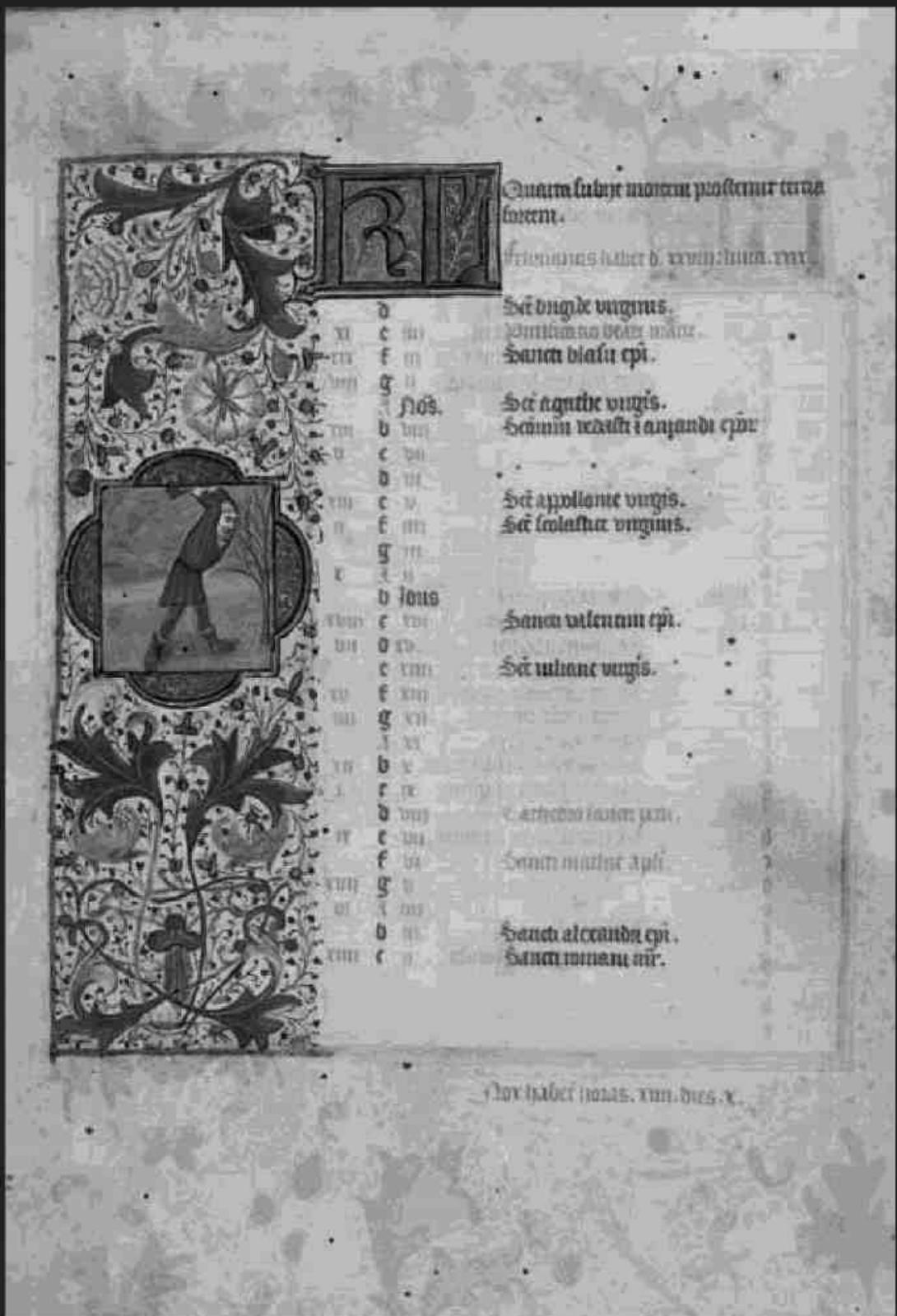
F. 100 – Inicial. Adoração
dos reis magos. [Fig. 4]



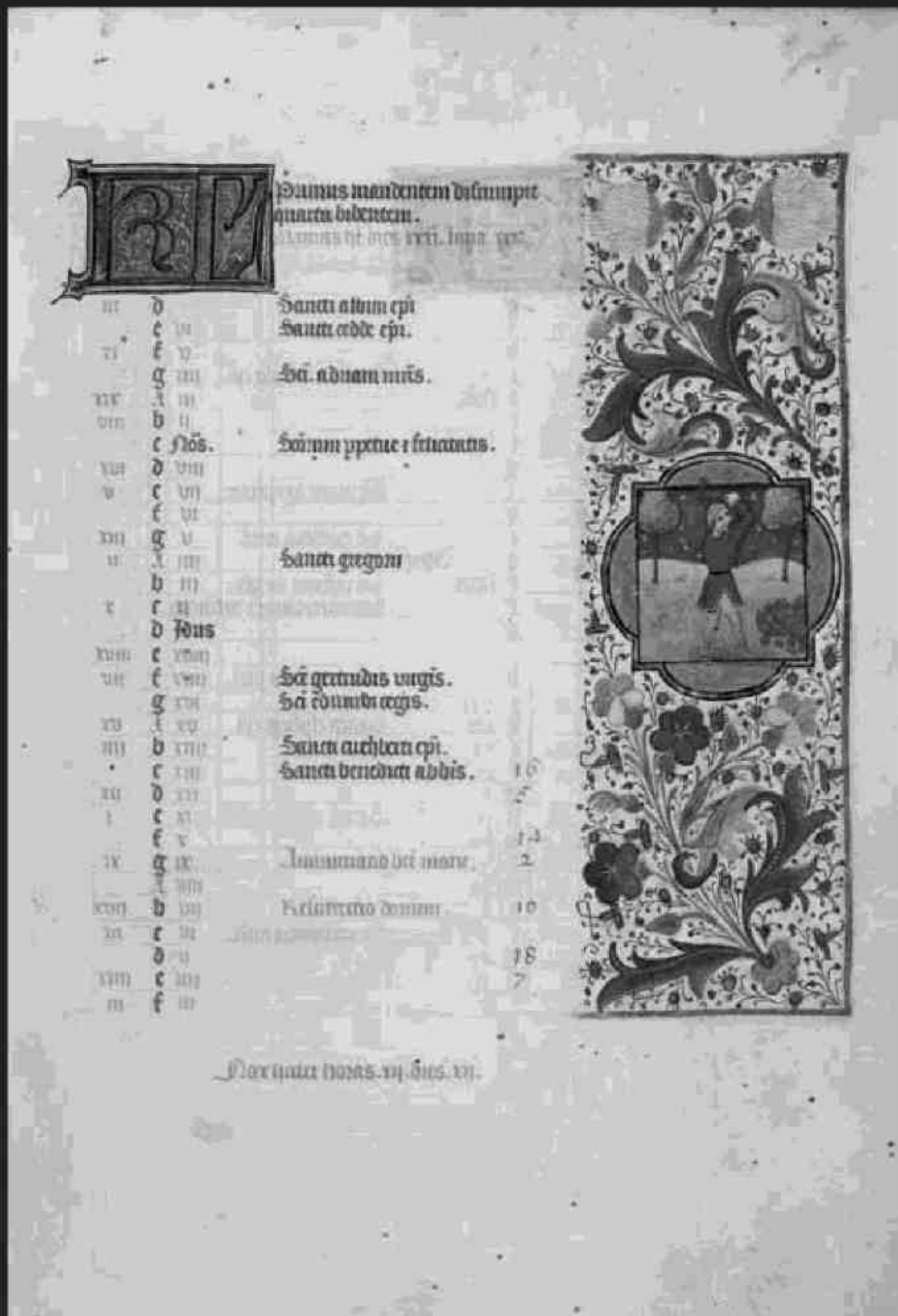
F. 199v – Colofão. [Fig. 5]



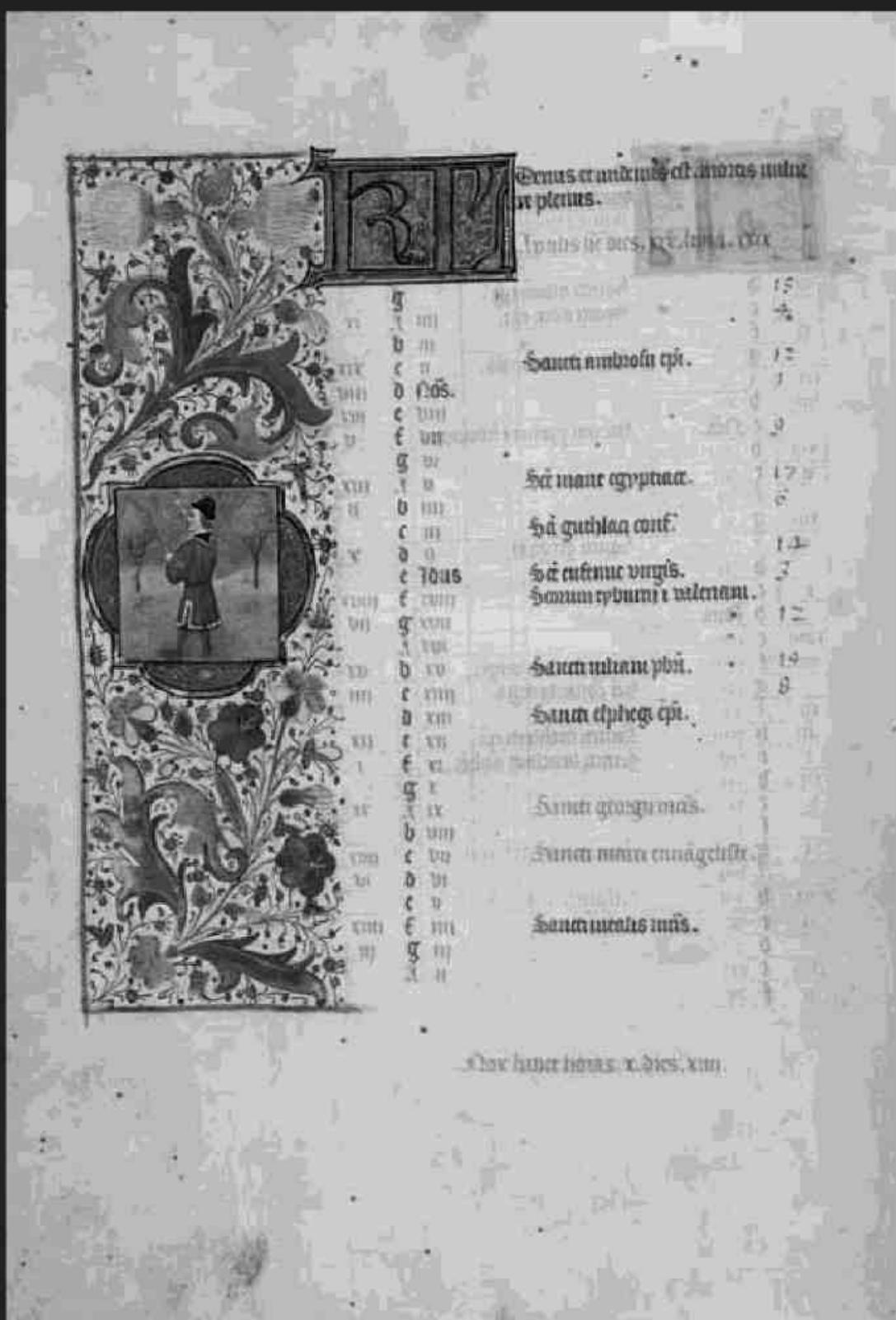
Fólio [F] 2 – Janeiro. *Homem aquecendo-se diante da lareira*. A cena é típica das representações de inverno e bastante comum nos livros de horas flamengos. O homem com a bolsa é uma referência à atividade do burguês. [Fig. 6]



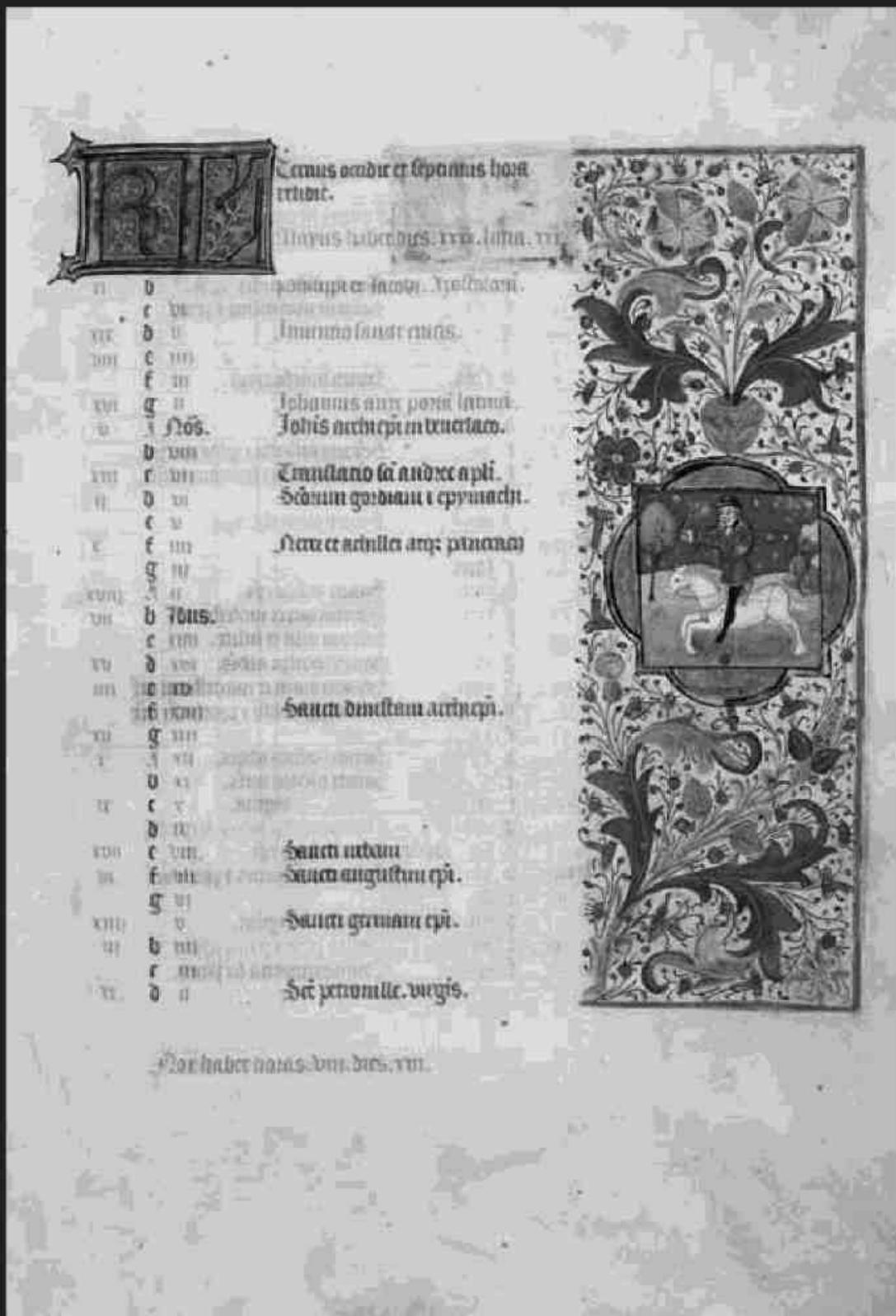
F. 2v – Fevereiro. *Podagem das vinhas*. O camponês está prestes a realizar a atividade da podagem. Este códice, como alguns outros na mesma época, antecipa a atividade, que deverá ser feita enquanto a “seiva acha-se adormecida”. Em muitos calendários a morte das vinhas era associada à morte de Cristo. [Fig. 7]



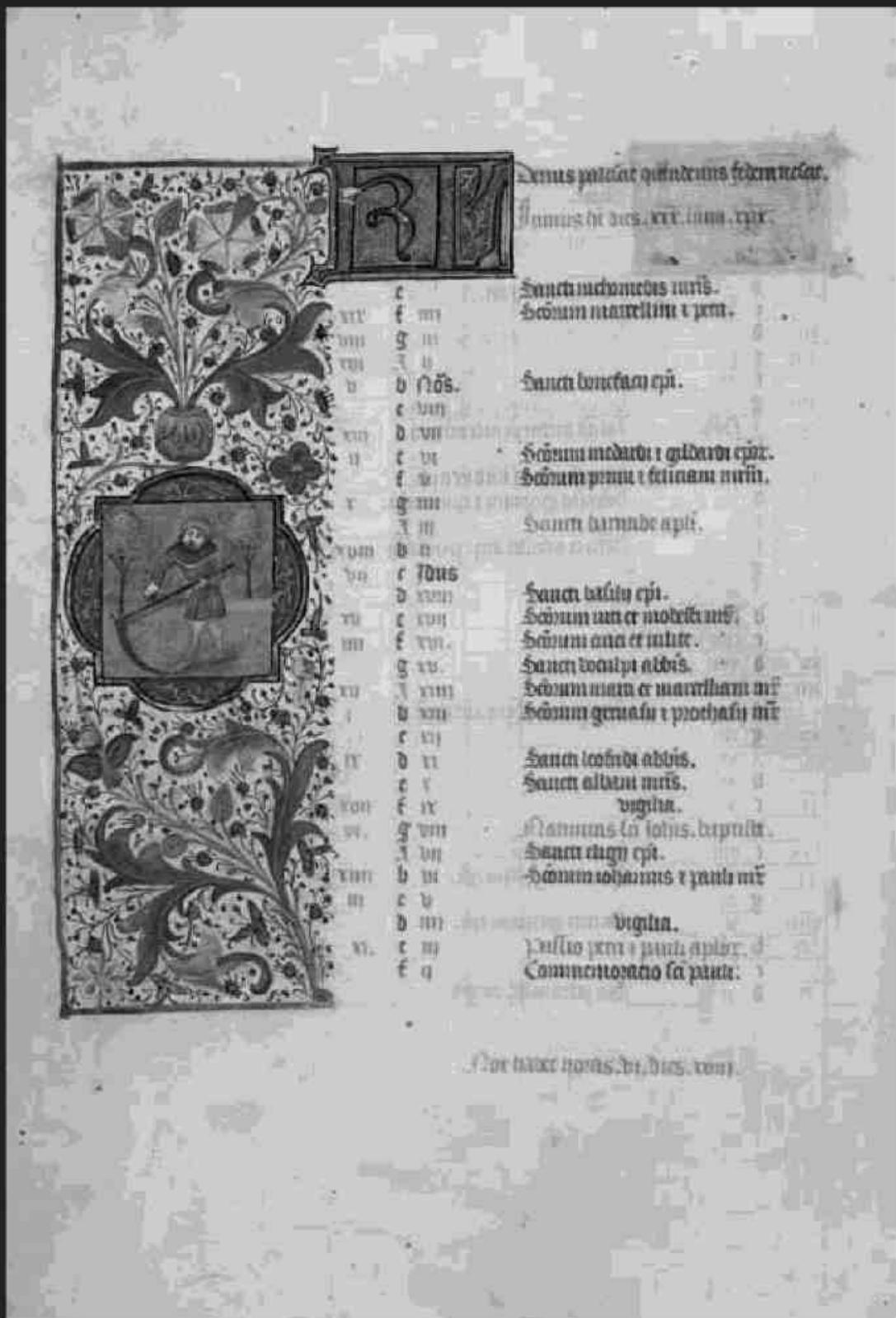
F. 3 – Março. *Lenhagem das árvores.* A lenhagem é feita durante o inverno e pode ser representada também em fevereiro. Constitui um árduo trabalho e pode ser associada à confecção de mudas para o plantio no final do frio. [Fig. 8]



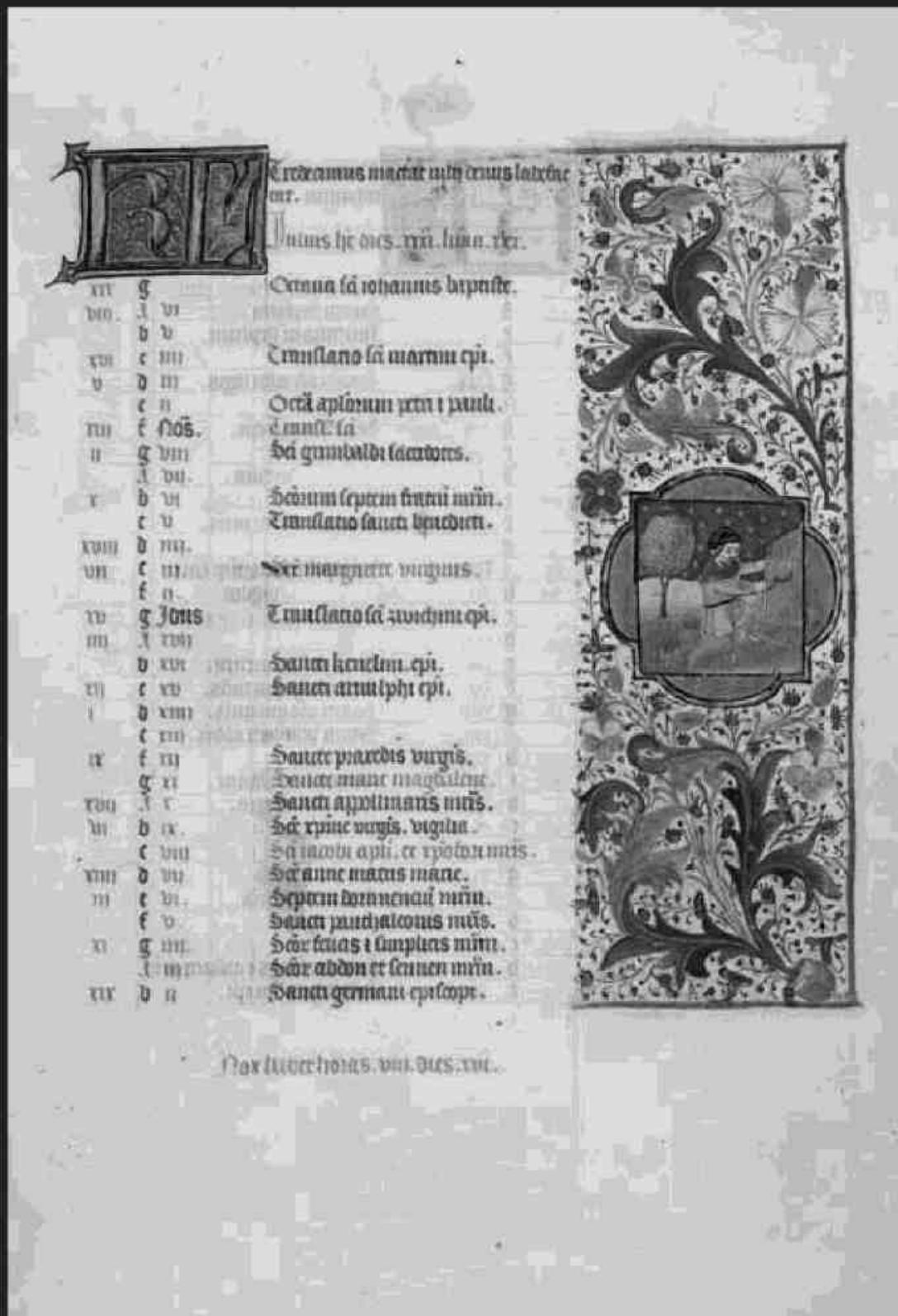
F. 3v – Abril. *Homem com flores celebra a entrada da primavera.* O ciclo das estações na Idade Média tem forte conotação simbólica. A chegada da primavera traz a ressurreição da vida e a torna mais amena; em algumas representações de calendários há cenas que lembram pastorelas e amores bucólicos. A ressurreição é entendida também no sentido religioso – a ressurreição de Cristo. [Fig. 9]



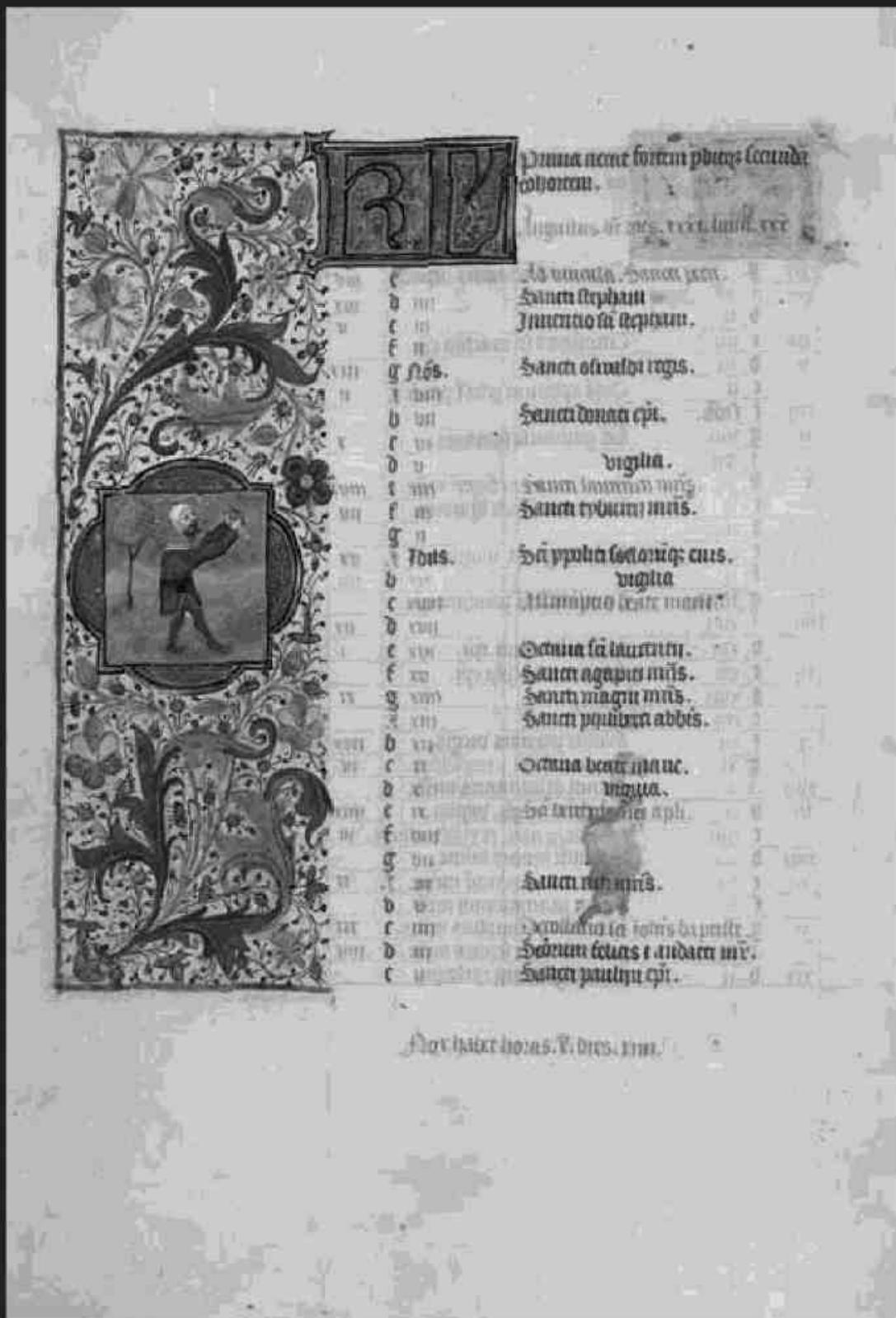
F. 4 – Maio. *Cena cortesã de caça*. Maio é o mês representado por cenas cortesãs de falcoaria, festas e bodas. É o tempo que se opõe ao trabalho, o tempo da nobreza. [Fig. 10]



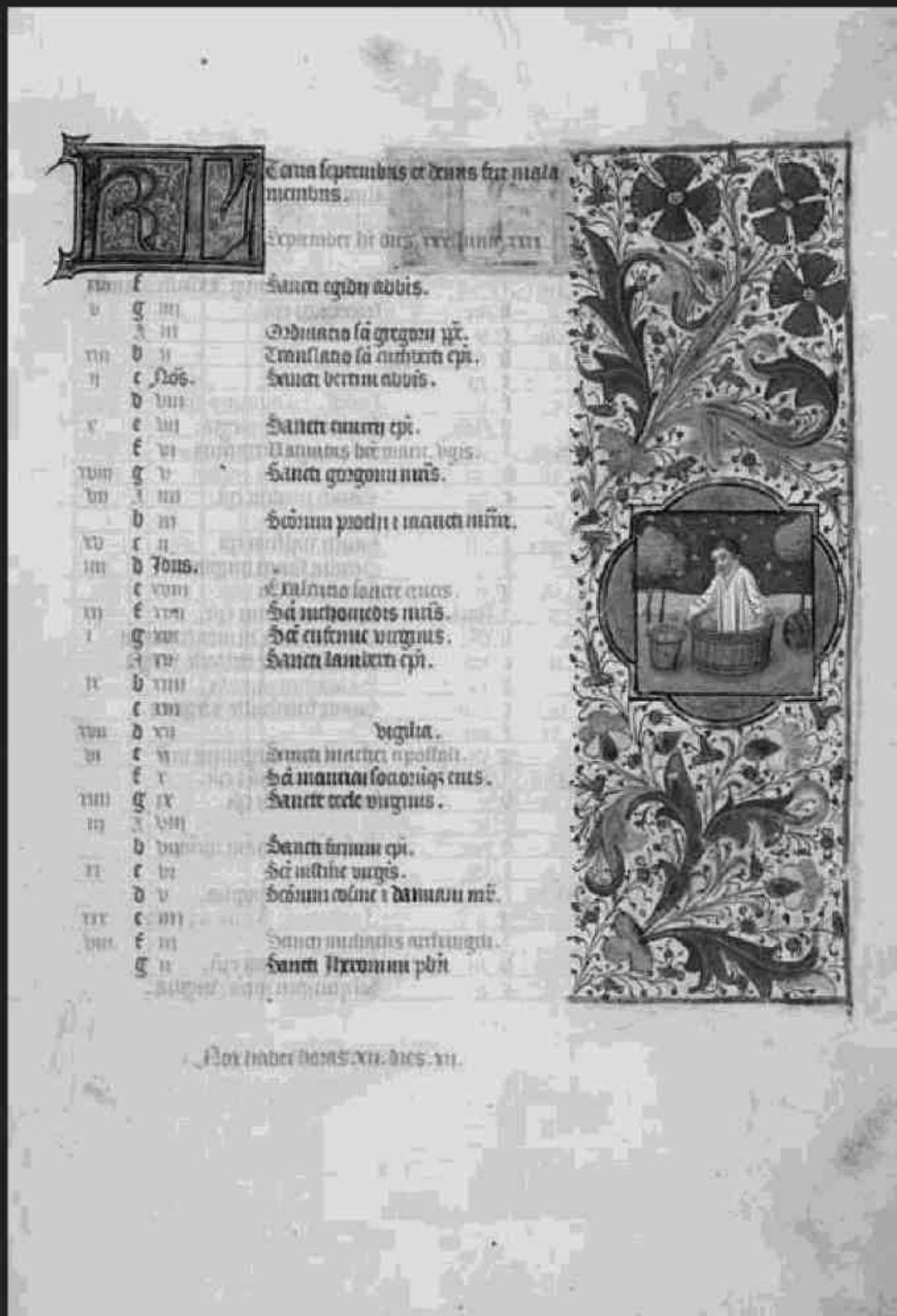
F. 4v – Junho. *Corte do feno e de cereais*. As atividades árduas do verão eram representadas de junho a julho. Na Idade Média, o trabalho era entendido sobretudo como consequência do pecado original. [Fig. 11]



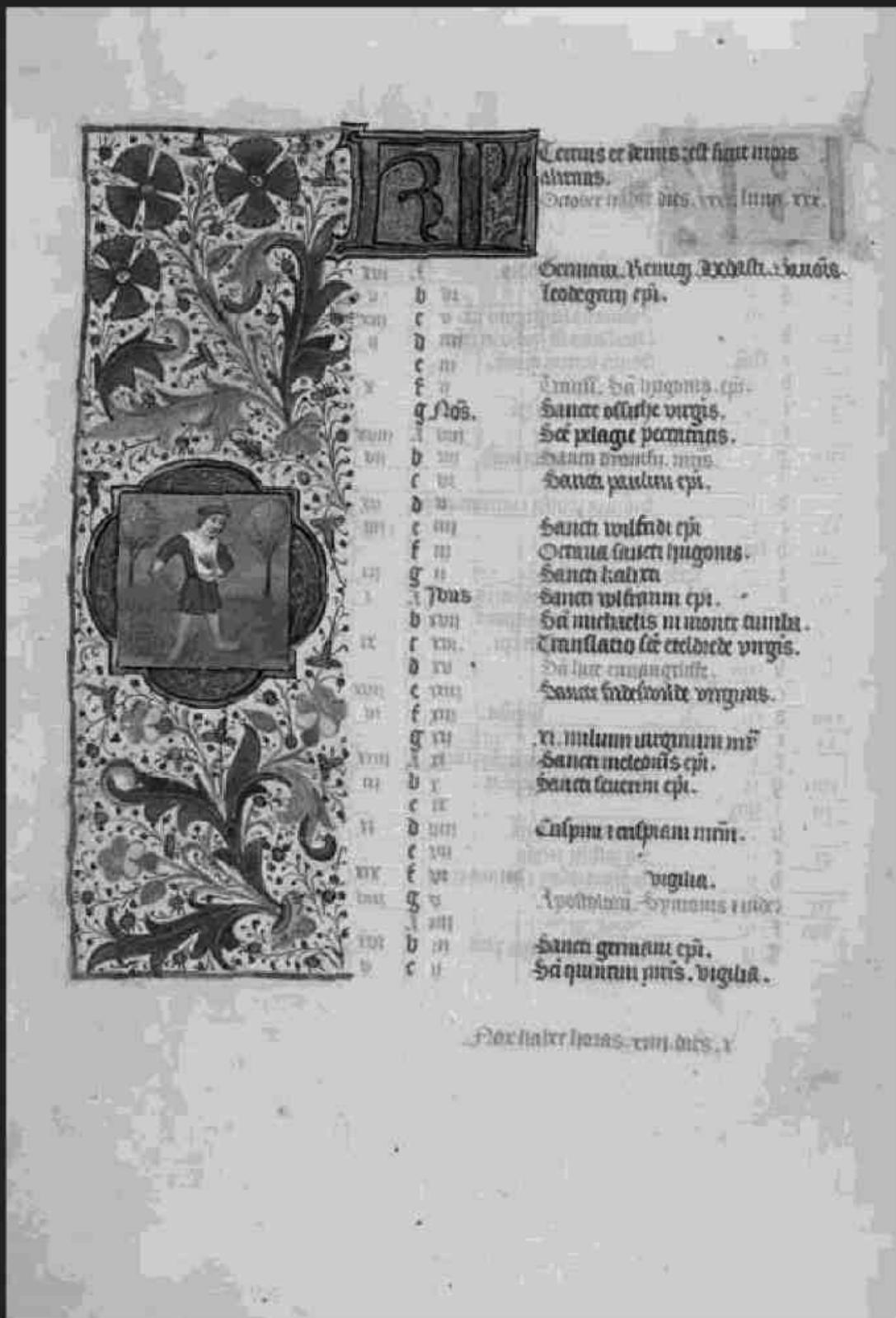
F. 5 – Julho. *Ceifa do trigo e cereais*. Após a ceifa e o corte do feno, é preciso juntar o cereal e fazer os molhos na medida de uma braçada para serem transportados. Do mesmo modo que no mês anterior, o trabalho é visto como forma de expiar as culpas. [Fig. 12]



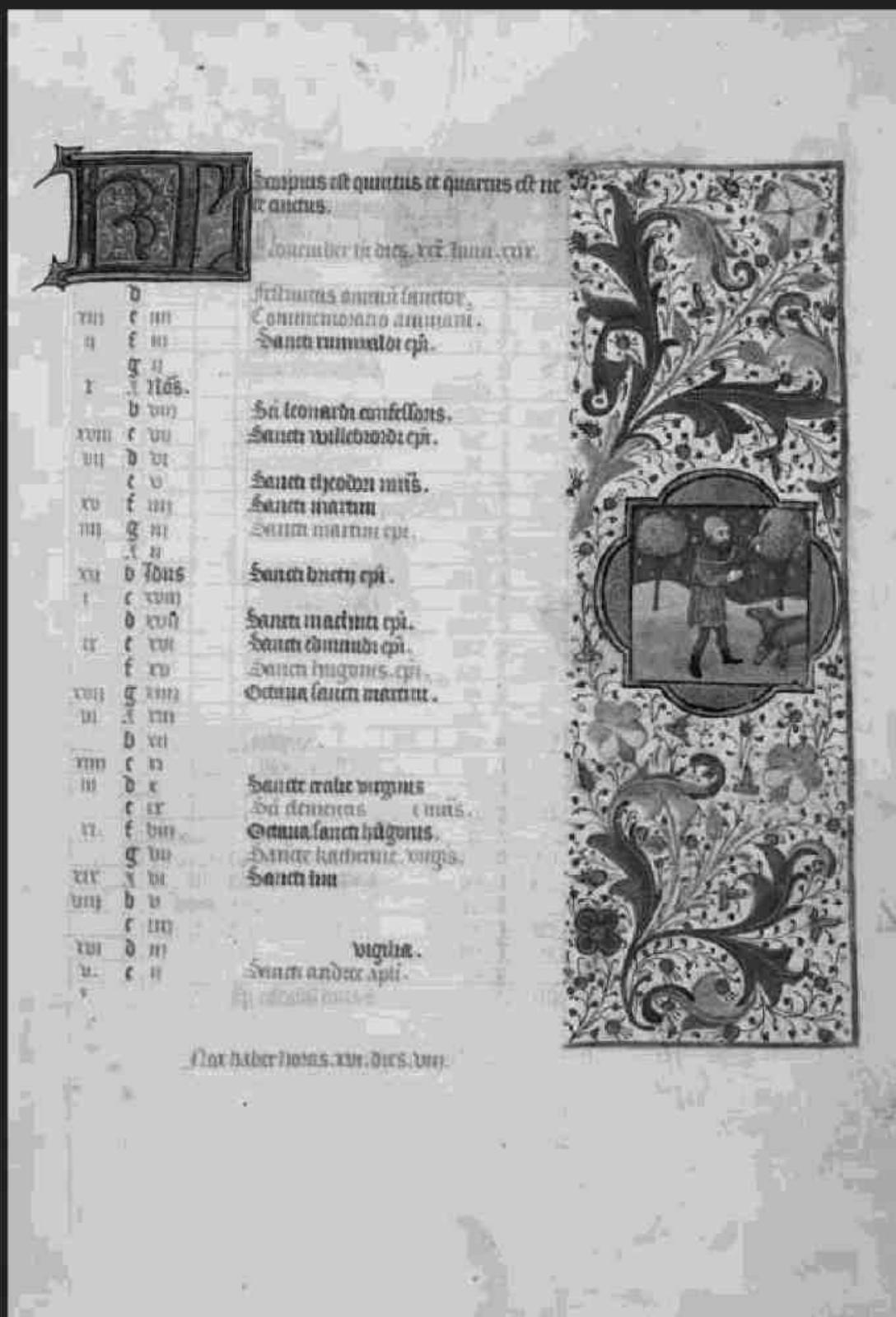
F. 5v – Agosto. *Debulha e joeiragem do trigo*. O grão precisa ser solto das espigas e das palhas. Este trabalho pode ser feito pelos animais que pisoteiam os grãos ou à mangualada, realizada quase sempre em dupla. [Fig. 13]



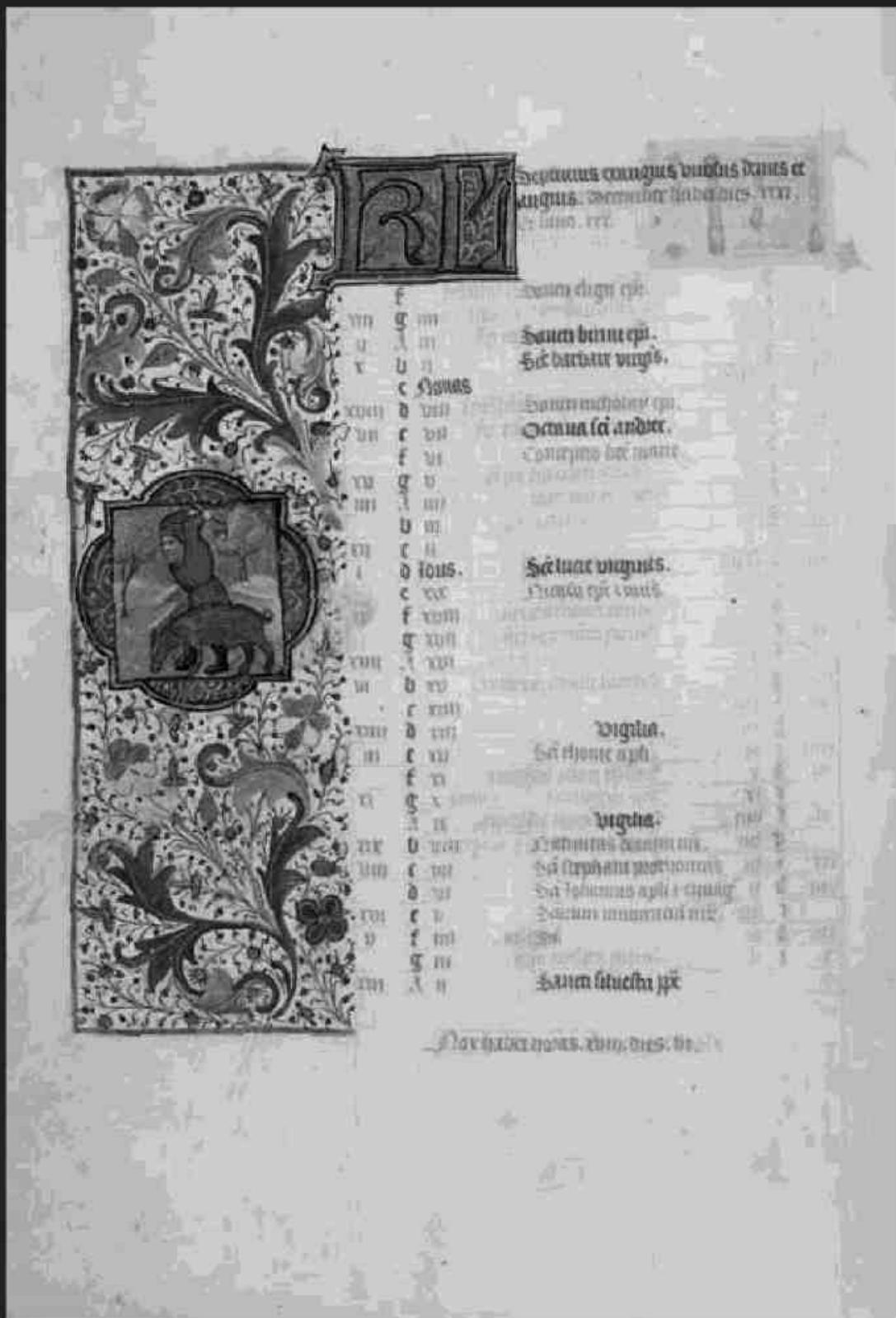
F. 6 – Setembro. *Vindima*. A vindima é uma das principais atividades agrícolas do meioevo. Depois de colhida, a uva é transportada em cestos e colocada em grandes tinas, onde se realiza a pisa, sendo depois prensada. O vinho é então envasado em barris. O simbolismo da vindima é muito forte, pois há estreita relação do vinho com o sacrifício de Cristo. [Fig. 14]



F. 6v – Outubro. *Semeadura*. Revolvida a terra pela aragem ou pela enxada, inicia-se a semeadura, que é feita por vários camponeses. Enquanto um semeia, outros cobrem a semente com a terra, e um outro espanta as aves. [Fig. 15]



F. 7 – Novembro. *Engorda dos porcos com bolotas*. O inverno se aproxima e as bolotas caem das árvores ou são derrubadas pelo camponês. É hora do trabalhador engordar os porcos ou do senhor ir à caça enquanto o inverno não chega. [Fig. 16]



E. 7v – Dezembro. *Abate dos porcos ou javalis*. A chegada do inverno exige preparos grandes, entre os quais o de garantir a reserva de carnes para o longo período de frio. A matança dos porcos e a preparação das carnes constituem cenas recorrentes em quase todos os livros de horas. [Fig. 17]

- f. 32v – Santa Maria Madalena com quatro medalhões circulares (as onze mil virgens, santa Águeda, santa Apolônia e santa Clara de Assis).
- f. 34v – Santa Margarida com quatro medalhões circulares (santa Eutrópia, santa Zita, santa Benigna e santa Godeleva).
- f. 36v – Santa Bárbara com quatro medalhões circulares (uma abadessa, santa Inês, santa Brígida e uma outra santa não identificada).
- f. 38v – Jesus Cristo no horto das oliveiras com quatro medalhões circulares (santo André, são Tomé, são Barnabé e são Tiago Maior).
- f. 39r – A anunciação. (Figura 3)
- f. 46v – A traição de Judas e a prisão de Jesus com quatro medalhões circulares (são Pedro, são Paulo, são Felipe e são Tiago Menor).
- f. 47r – A Visitação.
- f. 60v – Jesus Cristo diante de Pilatos com quatro medalhões circulares (são Simão, são Judas Tadeu, são Bartolomeu e são Mateus).
- f. 61r – A natividade.
- f. 65v – A flagelação com quatro medalhões circulares (santo Odulfo, santo Henrique, são Lázaro e são Jodoco).
- f. 66r – O anúncio aos pastores.
- f. 70v – Jesus Cristo a caminho do calvário, com quatro medalhões circulares (são Dimas, são Longino e mais dois abades).
- f. 71r – Adoração dos Reis Magos.
- f. 74v – Jesus Cristo crucificado, com quatro medalhões circulares (são João, são Mateus, são Marcos e são Lucas).
- f. 75r – A apresentação do menino Jesus no templo.
- f. 78v – A descida da cruz, com quatro medalhões circulares (são Crispim, são Crispiniano, santa Gertrudes e santa Petronilha).
- f. 79r – O massacre dos inocentes.
- f. 84v – A deposição de Jesus Cristo da cruz com quatro medalhões circulares (um bispo, são Laudelino, são Cosme e são Damião).
- f. 85r – A Fuga para o Egito.
- f. 103v – A crucificação, com quatro medalhões circulares (são Ludovico, são Bayon, uma santa não identificada e santa Luzia).
- f. 113v – O Juízo Final, com quatro medalhões circulares (são Basílio, santo Humberto, santo Helvécio e são Leonardo).
- f. 135v – A Ressurreição de Lázaro, com quatro medalhões (celebração de uma missa, um túmulo e duas monjas).
- f. 177v – Jesus Cristo tendo à sua esquerda, sua Mãe, e à direita, são João Evangelista, entre os instrumentos de seu martírio, com quatro medalhões circulares (são Daniel, são Bento, são Bernardo e são Bernardino).

f. 188v – São Jerônimo, sentado, retirando um espinho da pata direita de um leão, com quatro medalhões (são Gervásio, são Clemente, são Cornélio e são Silvestre).

4.3.2 Miniaturas a meio fólio

Estão intercaladas no texto quase todas as letras iniciais das Horas da Virgem Maria e Ofício de Nossa Senhor, representando cenas da vida de Cristo, da Virgem Maria e de diversos santos, incluindo-se aqui também várias iniciais.³⁸

- f. 53v Inicial – Memória do Espírito Santo.
- f. 54v Inicial – Memória de são Miguel.
- f. 55v Inicial – Memória de Pedro e Paulo.
- f. 56r Inicial (acima) – Memória de santo Andrea.
- f. 56r Inicial (abaixo) – Memória de santo Stefano.
- f. 56v Inicial – Memória de são Lourenço com a grelha.
- f. 57r Inicial – Memória de são Tomás (de Canterbury?).
- f. 57v Inicial – Memória de são Nicolau.
- f. 58v Inicial – Memória de todos os santos.
- f. 59v Inicial – Tentação de Adão e Eva pelo demônio.
- f. 64v Inicial (acima) – Letra T com o sudário.
- f. 64v Inicial (abaixo) – Imagem rasurada.
- f. 69r Inicial – A letra T e os símbolos da Paixão.
- f. 73v Inicial – Jesus sendo posto na cruz.
- f. 77v Inicial – A deposição da cruz.
- f. 83r – Maria Madalena com Cristo.
- f. 88v – O enterramento.
- f. 90r Inicial – Anunciação do Anjo a Maria.
- f. 93v Inicial – A Pietà.
- f. 99v Inicial (acima) – Ingresso de Nossa Senhora no templo, acompanhada de são Joaquim e santa Ana.
- f. 99v Inicial (abaixo) – Maria Santíssima no céu com o menino Jesus nos braços, adorado por rei e rainha.
- f. 100r Inicial – Adoração dos reis magos. (Figura 4)
- f. 100v Inicial – A Ressurreição de Cristo com três guardas romanos.
- f. 101r Inicial (acima) – Ascensão de Jesus assistido por Maria Santíssima e os apóstolos.
- f. 101r Inicial – Nossa Senhora rodeada pelos apóstolos recebendo com eles o Espírito Santo.
- f. 101v – A natividade. Jesus na relva é adorado por Nossa Senhora.
- f. 104r – A inicial em formato de cruz no ofício das Cinco Chagas de Cristo.
- f. 104v Inicial (acima) – Sudário de Cristo.

- f. 104v Inicial (abaixo) – A mão direita com a chaga.
 f. 105r Inicial – Mão esquerda de Cristo com a chaga.
 f. 105v Inicial (acima) – Sagrado coração de Jesus. Os quatro pequenos discos representam os rios do Paraíso.
 f. 105v Inicial (abaixo) – Pé direito com trespasso de espinho.
 f. 106r – Pé esquerdo com trespasso de espinho.
 f. 106v – São João Evangelista.
 f. 107v Inicial – Cristo na cruz com os três ladrões.

5. O calendário

5.1. Descrição do calendário

O calendário do *Livro de horas de D. Fernando* está completo e em bom estado de conservação. Os elementos decorativos que aparecem nas tarjas e nas cenas de cada mês revelam influência marcante das oficinas brugenses, particularmente daquelas que estavam em atividade em meados do século XV. A devoção dos santos traz a marca desta região e, segundo Marrow,³⁹ do *Sarum use* corrente na Inglaterra do baixo medievo.

Contém a tábua calendarial e as miniaturas referentes às atividades de cada mês, em medalhões quadrilobados, de tamanho uniforme, com contorno de fundo nas cores rosa e azul, alternando-se a cada fólio.

O mês de janeiro (Figura 6) estende-se a plena página, com toda a sua quadratura cercada por elementos decorativos, enquanto nos outros meses apenas uma das laterais a contorna. A decoração das margens apresenta bordaduras diversas, motivos zoomórficos (pássaros na tarja superior e no *bas-de-page*) e fitomórficos (folhas de acanto, pequenos frutos e flores em quadrifólio e pentafólio, rosáceas e pequenas flores), com predominância das cores vermelha, azul e preta. O ouro aparece nas margens de todos os fólios.

O texto do calendário propriamente dito está enquadrado e justificado, encimado por inicial recoberta em cores e decorada em ouro. As letras capitais alternam-se ora nas laterais, ora no centro e o texto está em latim. Escrito em caracteres góticos, com numeração em romanos vermelho e preto. Em alguns fólios, o texto apresenta-se um pouco apagado. As letras indicam os dias da semana (de A a G) e os números permitem localizar os ciclos lunares, os domingos a cada ano, bem como auxiliar os cálculos do calendário móvel. À direita aparece sempre a relação das festas e dos santos, com iniciais secundárias em cada linha, sendo que os mais importantes estão quase sempre destacados em vermelho. Algumas rubricas extemporâneas, bem mais recentes, com notação em arábicos aparecem no calendário nos fólios 2r (janeiro), 3r (março), 3 v (abril), indicando um uso bem posterior do manuscrito.

5.2. Identificação dos folios do calendário (Figuras 6 a 17)

- f. 2r – Mês de janeiro: homem aquecendo-se diante da lareira.
- f. 2v – Mês de fevereiro: podagem das vinhas.
- f. 3r – Mês de março: lenhagem das árvores.
- f. 3v – Mês de abril: homem com flores celebra a entrada da primavera.
- f. 4r – Mês de maio: cena cortesã de caça.
- f. 4v – Mês de junho: corte do feno e de cereais.
- f. 5r – Mês de julho: ceifa do trigo e de cercais.
- f. 5v – Mês de agosto: debulha e joeiragem do trigo.
- f. 6r – Mês de setembro: vindima.
- f. 6v – Mês de outubro: semeadura.
- f. 7r – Mês de novembro: engorda dos porcos com bolotas.
- f. 7v – Mês de dezembro: abate dos porcos ou javalis.

6. As bibliotecas régias e o *Livro de horas de D. Fernando*

6.1. A procedência

O carimbo da Real Biblioteca – Casa do Infantado, estampado nos fólios 16v e 164v do *Livro de horas de D. Fernando*, não deixa dúvida quanto à procedência deste códice. Por outro lado, há também vários registros e listas existentes nos arquivos da Biblioteca Nacional do Brasil referentes ao acervo régio e àqueles outros transportados de Portugal para o Brasil à época da vinda de D. João VI.

O setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil registra claramente no *Índex das obras do Infantado, e Inventário dos caixões de livros que vieram no dia sete de setembro, que diziam pertencer à sereníssima Casa do Infantado (...)* se colige serem a maior parte dos Livros (...) no Gabinete do (...) rei D. José I a referência a

Um livro em pergaminho feito em 1378 governando a Igreja de Deus Gregório XI e adornado de estampas. Estampas feitas por Spinello Spineli e dirigidas pelo padre Joaquim Desa pregador da Capella ao Gov. D. Fernando de Portugal e ministro do mesmo Gov. em Roma. Contém este livro escrito em letra gótica orações e antifonas.⁴⁰

Se, por um lado, a procedência e os atropelos da viagem para o Brasil do códice fernandino são relativamente conhecidos e documentados, o mesmo não se dá com a questão das *origens*, da *produção* e do *destinatário* do manuscrito. Deste tema ocupar-me-ei mais adiante. Assim, antes de abordar

os problemas de datação e identificação do *Livro de horas de D. Fernando*, é preciso recuperar o seu percurso, mostrando como se constituiu o acervo e a própria Biblioteca Régia portuguesa que originará, no século XIX (1810), a biblioteca brasileira. Por ora, caberia encaminhar algumas questões que parecem bastante pertinentes:

1. Quais as possíveis ligações entre as livrarias (bibliotecas) dos reis portugueses medievais e o códice fernandino? De que forma constituíram ou mesmo produziram estes conjuntos os reis bibliófilos da dinastia de Avis?
2. Qual o destino desses acervos até a constituição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro?
3. Como relacionar o manuscrito fernandino com o conjunto dos outros manuscritos medievais existentes atualmente nas bibliotecas portuguesas?
4. Quais os estudos diretamente relacionados com o *Livro de horas de D. Fernando* no momento em que integra o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro?

6.2. A produção de livros de horas em Portugal nos séculos XV e XVI

Nos últimos séculos do medievo quase todos os grandes ateliês de artistas europeus ocuparam-se do fabrico de livros de horas, apresentando, a par de certos padrões comuns, uma variedade e riqueza muito grande, particularmente nos calendários iluminados que se multiplicaram em grande parte de Flandres e da França e, sobretudo, em livros destinados aos clérigos (saltérios, missais, martirológios) e, mais raramente, nos sacramentais.

O século XV pode ser considerado a época de ouro dos calendários e dos livros de horas, quando se produziu, por exemplo, as *Très riches heures du duc de Berry*, espécie de padrão estético desses códices. Os ateliês de Bruges e de todo o ducado de Borgonha encheram-se de grandes artistas sob o patrocínio dos duques Felipe e Isabel.

Nesta época dos mais belos códices medievais, o aumento da demanda ocasionada pela ampliação da riqueza dos grandes comerciantes e da aristocracia urbana, fez com que muitas oficinas começassem a produzir os códices com modelos padronizados, diminuindo em muitos casos, sua qualidade estética. No entanto, é preciso também considerar, a grande diversidade e riqueza temática das imagens que variaram muito de região para região, de oficina para oficina e de artista para artista.

Embora a produção em grande quantidade fosse uma singularidade do período que antecede à imprensa (ou mesmo no momento imediato a seu surgimento), as bibliotecas dos reis e grandes nobres ou dos comanditários enriquecidos pelas novas rotas e tratos de comércio jamais deixaram de produzir, encomendar ou adquirir os códices mais ricos e exclusivos dos grandes artistas do final do medievo.

Em Portugal, a produção de manuscritos iluminados foi, por longo tempo, prerrogativa dos mosteiros, destacando-se entre eles, como grandes centros, Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra. No entanto, parece ter sido tardia a produção de códices feitos nos ateliês. O advento da dinastia de Avis (1385) trouxe modificações expressivas nessa produção. Esses reis, grandes bibliófilos, como boa parte dos governantes europeus da época, associam seu nome ao mecenato, constituindo livrarias (bibliotecas) régias e patrocinando, no próprio paço, oficinas de iluminadores e fabricantes de códices ricos.

Francisco Hollanda, filho do não menos famoso iluminador e autor Antônio Hollanda em seu tratado *Da pintura antiga*,⁴¹ arrolando, à moda de Vasari,⁴² os grandes iluminadores e pintores de sua época, menciona que no reinado de D. João I (1385-1433) havia em Portugal um artista de nome Antonio Florentim, mandado vir de Florença pelo próprio rei. As chancelarias régias também mencionam pagamentos a artesãos estrangeiros, sobretudo italianos.

À época de D. Duarte e de D. Afonso V, a influência dos artistas de Bruges é fartamente referenciada. Lembre-se que o grande centro de produção de códices iluminados, livros de horas e outras maravilhas da Idade Média estava em Flandres. Isabel, duquesa de Borgonha, traz a Portugal artistas de renome, ou faz das feitorias portuguesas em Flandres um centro de trocas e compras de livros que abastecem o paço régio. Ainda em meados do século XV, ou pouco mais adiante, convém lembrar os contatos do cardeal D. Jaime com Bisticci, que teve papel decisivo na construção da Biblioteca Laurenziana e que iria mais tarde constituir o núcleo inicial da biblioteca Vaticana.

O mais antigo livro de horas português (se não considerarmos como português o *Livro de horas de D. Fernando*) parece ser o *Livro de horas de D. Duarte*. Tem quase duzentos fólios ricamente iluminados, segundo o uso de Roma, e foi presente de Isabel de Borgonha, irmã do rei D. Duarte. Vale a pena ressaltar a beleza do calendário deste códice, ou mesmo da Anunciação (f. 96v) ou do Anúncio aos Pastores (f. 120v).

Longe de esgotar a rede que de uma forma ou de outra envolve o paço português até o reinado de D. Afonso V, gostaria de mencionar a importância da produção de manuscritos e de material iluminado de grande valor artístico que envolve o período final do reinado de D. João II. É, no entanto, no período manuelino, quando já a invenção da imprensa havia definitivamente se firmado, que a produção de códices iluminados e especificamente os livros de horas atingem seu maior nível em quantidade e perfeição artística. Falo da presença de grandes iluminadores que trabalharam para a casa régia e que estiveram sob a proteção e o mecenato do rei D. Manuel, enriquecido pelas recentes descobertas nas Índias e no Brasil. As tendas dos irmãos Benning e de Antonio Hollanda, enchem a Ribeira à época manuelina.

São desta época, além de outros, dois grandes exemplares de livros de horas portugueses: o *Livro de horas da rainha D. Leonor* e o *Livro de horas de D. Manuel*, cujo iluminador, Antonio Hollanda, é também o executor da obra monumental dos frontispícios dos *Livros de leitura nova*.

Importante agora ressaltar outro aspecto da questão: a construção de bibliotecas e das práticas de leitura que acontecem no paço. Deixo de lado muitas outras questões, como o impacto da imprensa e as grandes bibliotecas particulares, para fixar-me no período de D. Duarte e sua famosa livraria.

É o momento da introdução dos clássicos e da tradução para a *linguagem do claro* (português) de Cícero, dentre outros. Portugal integra-se através de D. Duarte e de seu irmão D. Pedro ao nascente humanismo das cortes de Borgonha, Florença, Flandres e França.

As crônicas que relatam os primeiros anos da dinastia da Avis (é o caso da *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes) referem-se a um *núcleo inicial de livraria* que teria sido formado por D. João I. No entanto, poucas e vagas referências temos dela.

Tal não é o caso da livraria (biblioteca) de D. Duarte, filho e sucessor do primeiro monarca de Avis. Dele possuímos uma listagem de 84 livros em seu testamento e a referência explícita da existência de uma livraria régia de uso privado dos reis.⁴³

Os monarcas que o sucederam, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel ampliaram aquele núcleo e deste último temos notícia, através do seu *Livro de receitas e do guarda-roupa*,⁴⁴ da existência de mais de uma centena e meia de livros, o que é expressivo para a época.

A biblioteca régia foi se ampliando à época de D. Manuel e dos reis dos séculos XVI. O gosto de D. João III pelos livros iluminados fez com que sustentasse um verdadeiro exército de livreiros a seu serviço em diferentes pontos da Europa.

A ligação dos reis com a produção de livros manuscritos, a tradução e a construção de grandes coleções, as livrarias (bibliotecas), foi prática em toda a Europa. O mecenato e a utilização da imagem do rei vinculado à escrita e à leitura têm sido estudados por muitos historiadores da medievalidade. As práticas de leitura e fabrico dos códices, e depois dos livros impressos, consolidaram, de certo modo, o poder régio.

Ao produzirem códices e livros, os reis portugueses da dinastia de Avis agem coerentemente com o propósito de consolidar seu poder. Constroem redes especializadas de trabalho nas oficinas régias, trazendo artesãos de várias partes da Europa, bem como inauguram sociabilidades ligadas às práticas da leitura e da escrita na corte e nos segmentos abastados das cidades portuguesas.

6.3. *O destino das livrarias régias medievais portuguesas*

O domínio espanhol em Portugal de 1580 a 1640 deixou abandonado grande parte do acervo e muita coisa foi levada de Lisboa para a Espanha.

Restaurada a monarquia portuguesa, reorganiza-se a biblioteca à época de D. João V, transferindo-se a livraria para o terceiro andar do paço da Ribeira, então sede do poder monárquico. O rei enviou a várias partes da Europa emissários para a compra de livros, manuscritos, mapas e gravuras.⁴⁵ Vários catálogos foram produzidos nesta recuperação da livraria régia, mas nunca foram encontrados em qualquer parte do que restou do acervo. Isto porque, em 1º de novembro de 1755, um terremoto seguido de incêndio, tomou toda Lisboa de surpresa e destruiu quase toda a biblioteca.

A nova reconstrução de Lisboa e da biblioteca foi tarefa a que se empenhou D. José I, reunindo o que restou da antiga livraria da Ribeira, adquirindo valiosas coleções e, sobretudo, adotando uma política de aquisição de códices e de livros raros, através de compras, doações e confiscos, particularmente dos bens da Companhia de Jesus, cujo poder econômico e político havia sido limitado por ação do marquês de Pombal, ministro de D. José I. Conhecemos hoje, através dos atos de nomeação de bibliotecários e arquivistas e das listagens e catálogos por eles produzidos, boa parte deste acervo.

No Palácio da Ajuda foram reunidas duas coleções distintas: a Livraria Real (ou Real Biblioteca, que era a biblioteca privativa dos monarcas) e a Livraria da Casa do Infantado (destinada à formação dos príncipes reais). Entre 1755 a 1777, a nova biblioteca real foi restaurada.

A invasão napoleônica em Portugal trouxe novos rumos para a história da biblioteca régia portuguesa. Aliado dos ingleses, o rei português muda-se com toda a família real para o Brasil, fazendo neste momento, do Vice-Reino, a sede do poder monárquico. Com o rei, transfere-se pouco tempo depois a biblioteca, transportando para os trópicos um dos grandes acervos europeus naquele momento.

Para a longa viagem rumo ao Brasil, o acervo da Real Biblioteca foi dividido em 3 lotes e acondicionado em caixotes. Na correria para embarcar em 1807 os caixotes foram esquecidos no porto, permanecendo, por algum tempo, debaixo de sol e chuva, até retornarem para o Palácio da Ajuda. Sua transferência começou a ser feita em 1810. O primeiro lote – que trouxe também, em segredo, os 6.000 manuscritos da coroa – veio acompanhado pelo servente da Real Biblioteca, Joaquim José de Oliveira. O segundo saiu de Lisboa em março de 1811, na fragata Princesa Carlota. Trazia a Biblioteca Real em 66 caixotes e aportou no Rio de Janeiro em junho, sendo acompanhada pelo bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. O terceiro e último lote saiu de Lisboa em setembro de 1811, com 87 caixotes de livros. Foram embarcados na charrua São João Magnânimo, sob a guarda do

servente José Lopes Saraiva. Em novembro de 1811 estava reunida toda a biblioteca real em terras brasileiras.⁴⁶

Numa destas viagens veio certamente o *Livro de horas de D. Fernando*, conforme documentação existente nos arquivos brasileiros a que já me referi anteriormente.

Para acomodar o acervo, foi requisitado através do decreto real de 27 de junho de 1810, o andar superior do Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, próximo ao palácio e à capela reais. Como o espaço era insuficiente, um novo decreto foi assinado, revogando o primeiro, para que o acervo ocupasse também os porões e as catacumbas do mesmo hospital. A data da assinatura deste novo decreto, 29 de outubro de 1810, tornou-se a data oficial de fundação da Biblioteca Nacional brasileira.

6.4. A Biblioteca Nacional e o acervo de livros de horas

O *Livro de horas de D. Fernando* tem uma história bem diversa dos outros códices portugueses a que me referi anteriormente. O estudo do percurso deste códice é de fundamental importância para entender melhor sua origem e datação. Trata-se, porém, de questão complexa, porque procedendo da Real Biblioteca portuguesa, passou pelos percalços que marcaram a longa história dessa instituição.

O conjunto dos chamados “manuscritos portugueses” que chegou ao Brasil tem origens muito diversas e não parece aproximar-se dos principais livros de horas hoje existentes em bibliotecas e arquivos de Portugal.

Os livros de horas que integram a coleção dos manuscritos iluminados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são em número de nove.⁴⁷ Datados entre os séculos XIV, XV e XVI, têm diversas proveniências. Quatro vieram da Real Biblioteca – Casa do Infantado, outros dois de coleções que foram doadas à Biblioteca Nacional, como a do marquês de Pombal e a coleção José Antônio Marques, doada em 1889, e os três restantes foram adquiridos por compras nos séculos XIX e XX.

6.5. Principais estudos sobre o *Livro de horas de D. Fernando*

O *Livro de horas de D. Fernando* tem sido até agora muito pouco estudado, como, aliás, os da mesma categoria que existem na Biblioteca Nacional do Brasil e em arquivos e bibliotecas brasileiras, dos quais temos notícias esparsas e ainda pouco sistematizadas.

Mencionado quase sempre como um tesouro, assunto que já anteriormente discuti, tem sido exposto eventualmente pelo seu depositário (iniciativas bastante louváveis), mas as pesquisas específicas ainda são escassas. Há, porém

dois pesquisadores que merecem um destaque especial, por terem feito os únicos ensaios específicos sobre o códice.

O primeiro deles, um trabalho erudito de meados do século passado com pesquisa de peso que descreve o manuscrito.⁴⁸ Frei Damião Berge em dois importantes trabalhos analisa questões específicas do códice fernandino e de outros livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil, o segundo estudo continua inédito e mereceria uma publicação, ainda que com atualizações, para que o público interessado pudesse ter acesso a este valioso trabalho.

O *Livro de horas de D. Fernando* consta na Biblioteca Nacional como um breviário. Com esta classificação, Berge não concorda. Numa erudita tentativa de tipologizar o manuscrito com base em grandes clássicos, conclui que se trata de um livro de horas com pequenas variações e que o códice apresenta a estrutura e as partes essenciais desses manuscritos.

Uma segunda investigação, de grande importância, foi desenvolvida por James Marrow, grande especialista da Princeton University que contesta os estudos de Berge, feitos com base nos dados fornecidos pelo colofão do códice fernandino. As principais questões e a tese sustentada por Marrow serão desenvolvidas adiante.

No âmbito das obras de referência, vale mencionar a iniciativa do *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil* realizado por Vera Faillace,⁴⁹ chefe da seção de manuscritos desta instituição, que é certamente um instrumento de grande utilidade para os especialistas interessados.

Algumas outras menções poderiam também ser arroladas, como guias e catálogos que referenciam o *Livro de horas de D. Fernando*. No entanto, não são estudos específicos.

7. Problemas de identificação, datação e destinatário do *Livro de horas de D. Fernando*

A descontinuidade e a tumultuada trajetória do códice fernandino cria questões de grande dificuldade para a identificação e datação deste manuscrito. A estas, agregam-se outras, referentes ao comanditário e ao destinatário deste livro de horas.

Tanto Berge quanto Marrow, estudiosos aqui mencionados anteriormente, trataram destes temas. Frei Damião Berge preocupou-se inicialmente com a *tipologia* do códice. Seus argumentos e conclusões partem quase sempre do colofão, pouco analisando a rica iconografia contida no códice. Tomo as informações que aparecem nesta parte das Horas fernandinas, mostrando de forma breve, como Berge as trabalhou. O colofão, escrito, nas palavras do

próprio Berge, num “latim grosseiro”, apresenta-se em letra diferenciada das outras do códice, em vermelho, com o seguinte enunciado

*Ipse dipicture que conti//net hoc libro fuerunt manufacte //per Spinello Spinelli et illas der //gebat Rmo. P. Ioachinus desa oral//tor amplissimus in oratório Re//gis D. Ferdinandi Portugalie et //pro ipso Rege Menistrus Lusitanie //apud Sanctissimum P. Gregoriū //XI. Anno 1378.*⁵⁰

A primeira informação relevante do colofão é que teria sido manufaturado nas oficinas do grande pintor aretino Spinello Spinello (“*Ipse dipicture que conti//net hoc libro fuerunt manufacte //per Spinello Spinelli*”) a mando do próprio rei de Portugal (“*Re//gis D. Ferdinandi Portugalie*”), e encomendado pelo padre Joaquim de Sá, ministro português junto ao papa Gregório XI (“*pro ipso Rege Menistrus Lusitanie //apud Sanctissimum P. Gregoriū //XI*”), que teria feito a encomenda em 1378.

O registro no colofão (f. 199v) menciona portanto como *destinatário*, D. Fernando, último rei português da dinastia de Borgonha. Berge faz ressalvas importantes a ser este o destinatário. Considerando sobretudo, que a letra do colofão é muito diferente da do resto do manuscrito e observando que apresenta erros no latim, inadequados para um códice destinado à casa real, levanta a hipótese de o colofão ser um acréscimo posterior a este manuscrito.

Numa análise profundamente erudita sobre a *tipologia* do códice, com base em vários estudiosos (Leroquais e Batiffol, entre outros) situa a presença de diferentes orações, invocações e ritos, concluindo por uma forte influência beneditina, dos monges olivetanos de San Miniato, em Florença, para quem Spinelli Spinello (1346-c.1410) teria trabalhado por longo tempo.

Por sua vez, porém há numerosas miniaturas, em medalhões de santos beneditinos, comemorados no calendário, assim como dos santos da clássica tradição eclesiástica [...] Parece certo que o calendário remonta, não para Roma, mas para a Itália mais setentrional ou central. Ali provém uma das ramificações da grande família beneditina; não da congregação de Cluny, apesar da larga difusão que ela tinha no continente; mas segundo veremos[sic] dos beneditinos olivetanos.⁵¹

Ressalta porém Berge que há muito pouca referência aos santos portugueses e estranha mesmo a ausência de alguns deles.

O que talvez possa causar espécie é o fato de, num livro encomendado por um padre português, destinado à real família de Portugal e desenhado por um artista italiano, não haver nenhuma miniatura de Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua

(canonizado 1232), quando não falta S. Bernardino de Sena, que pouco podia interessar a Portugal.⁵²

Após analisar em detalhes sua estrutura a partir dos textos das orações e das imagens, concluiu, com base em vários especialistas, que se trata de um *livro de horas* e não de um *breviário*, conforme está erroneamente classificado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Baseando-se ainda fortemente nos argumentos do colofão, após analisar a *tipologia e a estrutura textual*, não chega a criticar a questão do *lugar de produção do códice* nas oficinas de Spinelli, embora faça considerações importantes sobre a *datação* de 1378 referenciada no texto.

Em relação à *data*, pondera que, como nos medalhões de santos aparece a figura de São Bernardino de Siena, que teria sido canonizado após a morte do pintor Spinello Spinelli, seria impossível que este iluminador o representasse no manuscrito. O argumento do estudioso é que muito provavelmente, o filho de Spinello, Parri Spinelli (1387-c.1453), poderia ter terminado o manuscrito nas mesmas oficinas de seu pai.

Ambos os pintores são biografados por Vasari⁵³ que discorre longamente sobre eles, tecendo elogios enormes aos Spinelli, chegando mesmo a compará-los a Giotto.⁵⁴ Vasari ainda expõe longamente a ligação de Spinelli Spinello com os olivetanos de San Miniato. Citando, por exemplo, a bela obra da sacristia deste mosteiro comenta que

[...] *Don Iacopo d'Arezzo, abate di S. Miniato in Monte dell'Ordine di Monte Oliveto, dipinse nella volta e nelle quattro facciate della sagrestia di quel monasterio, oltre la tavola de 'l altare a tempera, molte storie della vite di S. Benedetto a fresco con molta pratica e con una gran vivacità di colori, imparata da lui mediante um lungo esercizo et un continuo lavorare con studio e diligenza, como invero bisogna a chi vuole acquistar un'arte perfettamente.*⁵⁵

Berge mapeia as possibilidades de ter havido efetivamente a encomenda do códice a Spinelli, especulando quem, além do rei D. Fernando, poderia ter sido, na família real, o proprietário deste belo manuscrito. Sugere um aprofundamento dessas pesquisas nos inventários dos príncipes e princesas portuguesas. No que pese seus sólidos argumentos e sondagens, as questões de *datação* e de *identificação* continuaram ainda a esperar por maiores investigações.

Teria sido, efetivamente, o códice iluminado por Spinelli, este grande artista pré-renascentista que trabalhou por muitos anos para os monges olivetanos em San Miniato e cuja atuação circulou principalmente entre Arezzo, Siena e Florença?

Marrow⁵⁶ é bem mais cético quanto a esta questão. Nega veementemente que a produção do códice tenha sido feita nas oficinas de Spinelli. Mais do que isso, *refuta a sua própria realização na Itália*.

Para esse especialista, a *data* também deve ser revista e propõe a provável realização em c.1460. Segundo ele, a confecção teria sido feita em *oficina flamenga*, provavelmente em Bruges, para um destinatário inglês, já que a análise do *calendário e da própria estrutura* do livro estaria explicitamente vinculada ao rito *Sarum*, usual na Inglaterra e não na Europa continental.

Os argumentos de James Marrow são bastante convincentes. Tinha-os já exposto há vários anos, em carta à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, onde esteve examinando o códice fernandino. Encaminha de forma bastante diversa dos estudos de Berge as questões referentes às *origens e identificação* do manuscrito. Enumera com maior fundamento a *estrutura e tipologia* do *Livro de horas de D. Fernando*, comprovando a sua filiação ao rito *Sarum* e a um destinatário inglês com fortes argumentos

As proof that this manuscript was made for export to England – and thus presumably for an English patron or buyer – I note the following:

The liturgical use of the Hours of the Virgin and of the Office of the Dead in the manuscript are those of Sarum (= the rite of the English church). In the Hours of the Virgin, this is indicated by the Antiphons and Capitula that follow the Psalms at Prime and None, which begin:

Prime: Antiphon: O admirabile...

Capitulum: In omnibus...

None: Antiphon: Germinavit radix...

Capitulum: Et radicavi...

In the Office of the Dead, Sarum Use is indicated by the incipits of the responses to each of the nine lessons, which are:

Credo quod...

Qui lazarus...

Domine quando...

Heu michi...

Ne recorderis...

Domine secundum...

Peccantem me...

Requiem eternam...

Libera me domine de morte...⁵⁷

Um segundo argumento referente ao *calendário* reforça sua análise, pois este apresenta um grande número de santos de procedência inglesa

*The Calendar and the Litany of Saints in the manuscript both contain numerous entries of saints venerated in England. In the Calendar these include saints Wulstan, Cedd, King Edward, Cuthbert, Guthlac, Elphege, John of Beverley (May 7), Dunstan, Augustine of Canterbury (May 26), Alban (June 22), Grimbald (July 8), Translation of St. Swithun (July 15), Kenelm (July 17), Oswald, Translation of St. Cuthbert (September 4), Translation of St. Hugh of Lincoln (in red, October 6), Osyth, Wilfrid (October 12), Translation of St. Etheldred (October 17), Frideswide, Macchud (November 15), Edmund (November 16), Hugh of Lincoln (in red, November 17), and Birinus. In the Litany these include such entries as Edward, Oswald, Botulph, Sexburga, Mlburga, and Osyth.*⁵⁸

Comenta ainda em relação à estrutura que a escolha e a sequência dos textos são essencialmente características das horas feitas para algum comanditário inglês

The choice and sequence of the texts in the manuscript are also characteristic of Books of Hours made for use in England. Among the textual features in Ms. 50.1.1. that are characteristic of English horae I mention: The first prayer in the manuscript, the so-called "Fifteen Oes of Christ" (fols. 10r-16v); the location of the Suffrages of Saints before the Hours of the Virgin (in Ms. 50.1.1 on fols. 18r-35v) instead of at the end of the manuscript (as in most manuscripts made on the continent of Europe); the "farced" prayer to Mary beginning "Salve virgo virginum" on fols. 88r-91v; and such texts as the "Joys of the Virgin" on fols. 97v-100v, the Prayers to Christ and his wounds on fols. 102r-110; the "Commendatones animarum" on fols. 163r-174v, the Psalms of the Passion on fols. 176r-184v, and the "Psalter of St. Jerome" on fols. 185r-196v – ALL these texts are entirely characteristic of Books of Hours made for use in England.

Concluindo seus fundamentos sobre a estrutura e procedência inglesa de uso *Sarum* do *Livro de horas de D. Fernando*, o autor identifica a iconografia aos ciclos de Flandres no século XV, ressaltando como as miniaturas e decorações desse manuscrito estão ligadas a esta região.

*Many elements of the cycle of miniatures are also characteristic of manuscripts made in Flanders for use in England, but rather than list those subjects it is simpler to comment on the style of the illumination (miniatures and decoration). Ms. 50.1.1 is closely related to a small subgroup of de luxe Books of Hours produced in Bruges for English clients...*⁵⁹

Acrescenta, ainda o Professor que o Livro é do grupo dos Pembroke-Psalters, *raríssimos* nos acervos europeus e americanos, só existindo deste grupo mais dois exemplares conhecidos, um em Cambridge (Cambridge, England,

Fitzwilliam Museum, Ms. 53) e outro em Philadelphia (Philadelphia Museum of Art, Philip S. Collins Collection, 1945-65-2, 53).⁶⁰

O pesquisador supõe que o códice fernandino possa ter sido feito nas oficinas de mestre Antônio da Borgonha (Antoine de Bruges), conhecido por produzir livros de horas destinados à Inglaterra. Muitas das miniaturas têm também acentuada influência dos estilos de Willem Vrelant.⁶¹

Willem Vrelant foi um dos mais férteis e influentes iluminadores de Bruges, com grande sucesso comercial. Conhece-se a cronologia de grande parte de seus trabalhos produzidos no último terço do século XV, e sabe-se que foi um atuante membro das guildas das gentes do livro em Flandres, que incluíam não só iluminadores, escribas, pergaminheiros e comerciantes diretamente envolvidos no trato dos livros.

Trabalhou em Bruges para o duque de Borgonha e há farta documentação que comprova a realização de trabalhos de sua oficina nesta poderosa casa em 1468. Embora muitas das suas miniaturas e iluminação sejam verdadeiras obras-primas, sabe-se que Vrelant também produziu em grande escala para exportação e para altos senhores diretamente ligados à Casa de Borgonha. Certamente o estilo inconfundível de Vrelant, com os contornos em preto de suas figuras estáticas, recheadas com fortes cores e muito uso do ouro, o aproxima do iluminador do *Livro de horas de D. Fernando* – supostamente *maître Antoine de Bruges*.

Embora mestre Antonio seja conhecido, tal como Vrelant, por fazer horas em larga escala, no caso dos Pembroke Psalter-Hours,⁶² as miniaturas parecem ser exclusivas, feitas com a participação de muitos pintores. Para Marrow, poderia ter havido no *Livro de horas de D. Fernando* a participação de, até doze pintores, o que nos possibilita supor que os comanditários destes livros seriam de alto poder aquisitivo, provavelmente das casas régias.

Quanto à *procedência portuguesa*, no período fernandino ou mesmo no de outro rei português, Marrow,⁶³ em resposta a uma pergunta que lhe enviei por carta, sobre a presença do escudo português no fólio inicial do códice foi bastante taxativo: “o fólio que inicia o livro é posterior e falsificado e o escudo português, de má qualidade artística não poderia designar um proprietário régio”.

Among the many things that are inauthentic about the location and execution of this coat of arms I mention: Illustrations of saints, such as the full-page depiction of St. Sebastian on fol. 1v, are not normally found before Calendars in Books of Hours. Such an illustration makes little sense as the frontispiece to a Book of Hours.

The placement of the coat of arms is also non-sensical, as coats of arms do not normally appear in tress in the landscapes of narrative depictions. This contradicts all normal rules of heraldic placement and function.

The pigments used for the coat of arms differ from those found elsewhere in the manuscript, which by itself indicates that the arms were added after the book was finished. The painting of the coat of arms is unrefined and notably clumsy, which one would not expect if the arms were intended to glorify an important owner. In short, the coat of arms on fol. 1v is NOT original and does not appear to be an authentic indication of ownership.⁶⁴

8. Velhos problemas, novas questões: conclusões parciais

Os problemas referentes ao uso da imagem pelo historiador no âmbito deste ensaio foram mais enunciados que resolvidos. Trata-se de longo trabalho que envolve procedimentos comparativos, com base em construção de banco de dados e acesso a um extenso campo empírico, ao qual tive acesso parcial.

Beneficiei-me até aqui de alguns procedimentos previstos no *Thesaurus* (GAHOM), que permitiram parte (ainda limitada) da indexação dos elementos figurativos da documentação que delimitei: livros de horas do rito *Sarum* realizados em Bruges e Inglaterra e material das oficinas próximas aos iluminadores relacionados à corte de Borgonha.

Conforme já disse anteriormente, o problema da *procedência* parece estar mais esclarecido e documentado, mas carece ainda de consulta a inúmeras listagens das bibliotecas medievais antes do terremoto que destruiu o Paço da Ribeira.

A questão da *tipologização* do códice está muito bem fundamentada nos argumentos apresentados por Marrow e não me parece haver dúvida quanto a sua tese no que se refere à *datação* e *identificação* da oficina produtora do códice. A estrutura do códice de uso *Sarum* é indubitável e a produção em oficinas flamengas parece de fato um argumento muito consolidado.

Gostaria de acrescentar, no entanto, algumas questões que endossam este argumento.⁶⁵ Vasari é bastante detalhista no que se refere à atuação dos Spinelli e em nenhum momento menciona qualquer trabalho deste pintor ligado à miniatura. Spinelli é mencionado nos arquivos de Florença mais pela sua participação como pintor de igrejas. Não encontrei ainda referências à sua ação como miniaturista. De fato, a estrutura das horas segundo os usos italianos é muito diferente da apontada por Marrow, embora isto não impedissem que se fizesse lá um livro deste tipo sob encomenda, para outros usos, como, aliás, se fazia em Flandres. Mas não acho que esse seja o caso deste códice.

Gostaria, no entanto, de ressaltar a relação entre o mosteiro dos oliveiros em Florença, onde trabalharam durante grande parte de sua vida os Spinelli e os príncipes de Avis. Menciono as relações do infante D. Pedro em suas viagens com esta casa monacal, as da duquesa de Borgonha, cuja

origem portuguesa fez com que fosse o grande elo entre a casa de Borgonha e Portugal, e finalmente o rei D. Afonso V e sua mulher. Estes últimos financiaram um dos mais belos túmulos renascentistas, onde foi enterrado o filho do infante D. Pedro, o cardeal D. Jaime. Íntimo dos grandes bibliófilos e dos intelectuais de Florença, como Bisticci e Picolomini que viria a ser mais tarde o papa Pio II, este cardeal, sobrinho da duquesa de Borgonha, tinha relações estreitas com os artesãos e intelectuais flamengos.

Não acredito que os Spinelli sejam os produtores do *Livro de horas de D. Fernando*, mas é preciso levar em conta as relações da Casa de Borgonha de Portugal e da Itália florentina, com os olivetanos de San Miniato, em cujos arquivos apenas iniciei minhas explorações.

A exploração dos arquivos portugueses ainda terá que ser aprofundada nos testamentos dos príncipes da casa real portuguesa, bem como as relações de Portugal com a corte de Borgonha, no que tange às encomendas e trocas comerciais de manuscritos. Nos índices de nomes portugueses não há menção de nenhum ministro de D. Fernando, nem de outro rei posterior, como Joaquim Sá.

No entanto é importante que não sejam esquecidas as relações estreitas de Isabel, princesa portuguesa da ínclita geração (como a chamou o grande historiador Oliveira Martins)⁶⁶ e duquesa de Borgonha no momento de um dos mais expressivos centros de produção de códices iluminados em toda a cristandade. A duquesa (e obviamente seus irmãos) é filha de D. João I e de D. Filipa de Lancaster, inglesa que tanta influência teve na corte portuguesa dos primeiros momentos da dinastia de Avis.

As crônicas portuguesas são recorrentes ao falar das desavenças de Filipa, que durante toda a sua vida rezou suas horas pelo rito *Sarum* e encheu o paço régio da liturgia inglesa. Não é também desconhecida dos historiadores a estreita ligação religiosa da rainha com seus filhos e filhas. Não poderia ser um deles o venturado *destinatário* deste belo códice que aqui veio ter, pelas voltas do destino, do outro lado do Atlântico?

9. Uma reflexão: tempo de oração, tempo do mundo no calendário do *Livro de horas de D. Fernando*

9.1. *Tempo, imagem e devoção nos calendários*

Os calendários constituem uma das mais belas partes dos livros de horas e variam em relação a tempo e espaço, a região e clima e a procedência dos ateliês com seus programas iconográficos. São objetos preciosos para os estudiosos da arte e para os historiadores medievalistas.

A análise dos calendários permite-nos muitas vezes datar, localizar a procedência e o destinatário de um livro de horas. Estão diretamente ligados à organização do espaço, das hierarquias sociais e das experiências cotidianas da sociedade. Mostram, sobretudo, como as relações tempo-trabalho-devoção organizam-se a partir das imagens (imago, no sentido medieval do termo). Construir calendários é, de certo modo, domesticar o tempo.

Caberia perguntar inicialmente como, quando e por que um calendário faz parte de um livro de orações. Embora o primeiro calendário impresso seja de 1455 (Alemanha), assistimos desde a Idade Média uma verdadeira “cultura de calendários”, muitos dos quais nos chegaram através dos livros de horas.

Muitas e complexas são as maneiras com que os homens lidaram com o tempo. Para medi-lo e controlá-lo, criou sistemas diversos de usos e de representação, dos quais o calendário é uma das mais antigas expressões. Ao analisar a sua função nas sociedades, Jacques Le Goff comenta que

O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural. Ligado a crenças, além de a [sic] observações astronômicas (as quais dependem mais das primeiras que o contrário), e não obstante a laicização de muitas sociedades, ele é manifestamente um objeto religioso. Mas enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e quotidiana, o calendário é, sobretudo um objeto social.⁶⁷

A construção de um calendário, lembra ainda o autor, está claramente relacionada com o tempo cósmico,

[...] que se impõe a todas as sociedades humanas; mas estas o captam, medem-no e transformam-no em calendário segundo as suas estruturas sociais e políticas, os seus sistemas econômicos e culturais, os seus instrumentos científicos e tecnológicos.⁶⁸

Um dos principais instrumentos de poder na sociedade, o calendário tem função de controle do tempo do trabalho e do ócio, das festas e dos rituais religiosos, da construção das eras, utopias e escatologias. Mais do que isso, “o calendário conduz à instituição da história cronológica dos acontecimentos”.⁶⁹

O calendário usado na Europa na Idade Média seguiu o sistema desenvolvido originalmente pelos romanos, mas o uso deles é uma herança clássica grega.⁷⁰ Na Antiguidade romana os meses eram representados por festas religiosas populares e quase sempre acompanhados dos signos do zodíaco. Muitos mosaicos romanos representavam, segundo Perrine Mane,⁷¹ os temas das estações. Em alguns casos, por exemplo, (Saint-Romain-en-Gaul, século III) são associados a 28 festas ou atividades rurais divididas nas estações.

No sistema romano, o ano é dividido em 12 meses, como no nosso calendário moderno, mas os dias do mês não são numerados como os nossos. Há uma espécie de três dias chaves identificados como calendas (o primeiro), ides (o 13º ou 15º, dependendo do mês) e nono (o nono dia após ides). Todos os outros dias são relatados como esses dois. Assim falamos: hoje é o segundo dia antes de ides de março.⁷²

O calendário cristão medieval superpõe ao romano uma lista de festas cristãs. Trouxe pouco a pouco grandes mudanças na vivência temporal que passou a ter uma nova direção e estruturou-se em torno de dois polos: a tradição vétero- e neo-testamentária, respectivamente o passado e o presente cristãos: o mundo que o nascimento de Cristo inaugurou é um tempo novo, da renovação do pacto de Deus com os homens.

Ser cristão era pertencer à comunidade de Deus por conhecer a salvação – a nova evangélica da chegada do messias redentor. Era acreditar num tempo que viria, num futuro regenerador, capaz de garantir a sobrevivência da alma, operando a ressurreição de cada homem à imagem de Cristo. O futuro projetava-se num *reino* celeste para além dos limites do vivido, num tempo escatológico que se realizaria com a morte.

O passado e o futuro estavam escritos numa multiplicidade de livros que constituíam uma referência básica na reprodução do grupo e na transmissão cultural: a Bíblia. Ela organizava e direcionava a expansão evangélica, conferindo aos grupos cristãos uma *memória*. A narrativa de uma experiência temporal comum garantia um sentimento de continuidade pela presença de um texto escrito que “cristalizava” o passado e criava uma direção obrigatória da História: a salvação.

A sucessão do tempo relida pela ação da Igreja católica organizou-se em função dos parâmetros socioculturais que o cristianismo trouxera, hierarquizando-o por um lado, através da história sagrada e por outro pela sucessão dos trabalhos, sobretudo os do campo que garantiam a sobrevivência deste mundo. Os pagamentos dos tributos, por exemplo, faziam-se sempre nos dias de determinadas festas ou santos (são Miguel, são Martinho, por exemplo).

A construção do calendário cristão envolveu (como, aliás, envolve a de outros calendários), muitas questões.

a dependência da natureza, o papel do poder dominante (religioso ou sacerdotal), o peso da história, a força do enraizamento econômico-social, o prevalecer ocasional do fenômeno agrícola, as consequências da insuficiência de um instrumental científico que não permita a previsão.⁷³

Agregaram-se ao calendário romano e à tradição bíblica a memória do sofrimento dos mártires cristãos e as comemorações dos santos. O tempo

sacralizou-se. Os ciclos sazonais e a sucessão das mudanças cósmicas repetiam a história do sacrifício de Cristo. A sucessão dos dias da semana relembrava a criação do mundo. A inserção do domingo pelo cristianismo relacionava-se ao descanso divino.

No século IV, começaram a aparecer os calendários sobre pergaminho. Nestes casos, quase sempre, um único personagem simbolizava cada mês acompanhado das festas religiosas, como uma espécie de hesitação entre o sagrado e o profano. Dois ciclos ocidentais representam estes antigos calendários:

1. o modelo carolíngio, que provém em grande parte dos ateliês franceses e alemães;
2. o modelo de Salzburg, o mais antigo dos ciclos medievais que representam os trabalhos agrícolas pelos objetos.⁷⁴

Os calendários dos livros de horas dividiam o dia no ritmo e sucessão dos *tempos da igreja* e representavam o ciclo sazonal a partir da leitura cristã sacrificial que ordenava o ano litúrgico. Mas os tempos, embora se repetissem, organizavam-se linearmente na direção escatológica da salvação.

Ao longo da Idade Média, uma nova divisão do tempo, feita sob inspiração monacal, segmentava os dias segundo as orações: *matinas, laudes, prima, terça, sexta, nona, vésperas e completas*. A estrutura dos calendários dos livros de horas é idêntica às usadas pelos missais ou breviários monásticos.

A partir dos séculos XI e, sobretudo XII e XIII, há uma espécie de monumentalização dos calendários e eles aparecem nos mosaicos das catedrais, nos pórticos e, no século XIII, até mesmo nas construções laicas, associados aos trabalhos dos meses.

Nos últimos séculos do medievo os calendários iluminados multiplicaram-se em grande parte em Flandres e na França, sobretudo em livros destinados aos clérigos: saltérios, missais, martirológios e, mais raramente, nos sacramentais. Há uma produção importante nesta época nos Países Baixos e na Alemanha, mas são mais raros na Itália e na Espanha. Os temas profanos dos trabalhos dos meses aparecem quase sempre ao lado das festas dos santos do mesmo mês nas margens laterais e se inscrevem como nas esculturas, em medalhões circulares, quadrilobados ou retangulares que, por vezes, se prolongam em pequenos arcos.

Nos séculos XIV e XV, quando o uso dos calendários já declina nos monumentos, as representações dos trabalhos tomam as formas mais diversas, não mais se limitando apenas às margens, mas prolongando-se para os frontispícios, o *bas-de-page*, sobretudo nos ciclos flamengos. Muitas vezes os medalhões aparecem nas representações calendariais associados aos temas laicos e da natureza. Irão aparecer em grande parte nos manuscritos iluminados, particularmente nos livros de horas, muitas vezes no *bas-de-page* e outras vezes, nas cenas centrais dos fólios.

É a época de ouro dos calendários e dos livros de horas, quando se produziu, por exemplo, as *Très riches heures du duc de Berry* (LHB) espécie de padrão estético destes códices. Os ateliês de Bruges e de todo o ducado de Borgonha têm também um papel decisivo na concepção de calendários ornados de maneira muito rica e trazendo às vezes temas burgueses.⁷⁵

Embora se tenha nesta época os mais belos códices medievais, o aumento da demanda fez com que muitas oficinas começassem a produzir os calendários com modelos padronizados, diminuindo a sua qualidade estética.

Marlow comenta a grande importância dos Pembroke *Psalters-Hours* exatamente por fugirem aos esquemas padronizados de representação, comuns na época em boa parte das oficinas flamengas. Também refletindo sobre a necessidade de se considerar estas singularidades, Schmitt pondera que

*La temporalité des images ne peut se décliner qu'au pluriel: pluriel des temps sociaux et des représentations du temps, qui varient selon les époques, les intérêts, les niveaux de culture et les occasions de parler et de "vivre" les temps; pluriel des images, qui ne sauraient exprimer le temps et le mettre en œuvre dans leurs propres séries que de manière toujours spécifique.*⁷⁶

Um exemplo interessante é o caso do *Livro de horas de D. Manuel* (LHM), produzido nas oficinas dos irmãos Hollanda, que tiveram forte influência flamenga. Ao representarem moinhos ora o fizeram com os padrões setentrionais (f. 6v), ora o fizeram como as azenhas (f. 9v), modelo tipicamente ibérico de influência árabe, transpondo, portanto, uma experiência regional para um quadro rural tipicamente português.

Os calendários integram as grandes transformações que aconteceram na sociedade no final da Idade Média. São mudanças nas devoções, na religiosidade laica cada vez mais intimista, na inserção dos temas junto aos religiosos, mas sobretudo nas imagens e na forma de representar.

Um novo tempo se anunciaava. Ao lado do velho *tempo da Igreja*,⁷⁷ tempo monacal do badalar dos sinos que chamavam à oração surgiu um novo tempo, o *tempo do mercador*,⁷⁸ egresso das necessidades urbanas, impulsionadas por um novo ator social, o burguês, que modificaria lentamente o monopólio do tempo sacralizado. Os calendários integraram as temáticas profanas, burguesas e até mesmo aquelas mais populares em que os tempos se contam como nestes versos:

Janeiro, olha para o ano passado e para o que está para vir.
 Fevereiro, o mês mais duro em que a vida parece parar.
 Março, em que começam os trabalhos da vinha.
 Abril, colhem-se as primeiras flores.

Maio, “o tempo está belo e amoroso”.
 Junho, os trabalhos das terras.
 Julho, o corte do feno.
 Agosto, a ceifa.
 Setembro, a sementeira.
 Outubro, a vindima.
 Novembro, mandam-se os porcos às bolotas.
 Dezembro, mata-se o porco.⁷⁹

9.2. *Tempos de Deus, tempos das estações no Livro de horas de D. Fernando*

Ms. 50.1.1, f. 2r, MÊS DE JANEIRO (Figura 6)

A miniatura apresenta-se em medalhão quadrilobado, com cena única. A linha do horizonte é demarcada pelo fundo azul (com pequena douração superposta), contrapondo-se ao quadriculado do chão e intermediada por muro ou parede. As cores vermelha, verde e azul dominam o quadro.

A cena principal, claramente interiorizada, é composta por figura humana sentada, aquecendo-se diante de uma lareira acesa. Voltadas para ela estão as mãos e a perna erguida de um homem, em gesto descontraído. No traje masculino, a bolsa e o sapato aparecem em destaque, na mesma linha dos olhos. As bordas da lareira limitam um dos lados da quadratura, terminando em movimento arredondado tal como o banco que serve de assento à figura principal da cena.

A representação do aquecimento diante da lareira é recorrente em muitos livros de horas do baixo medievo. Em boa parte destes manuscritos do século XV ela aparece associada à refeição. Nas Horas de D. Fernando temos apenas a primeira cena. Segundo Markl,⁸⁰ poderia ser a caccia comemorativa de São Silvestre.⁸¹ Tanto num caso, como no outro, podemos encontrar maneiras diversas de ambientação: ou a ambientação nobre, ligada diretamente à influência das Horas do duque de Berry ou aquelas que refletiam a influência da burguesia nórdica de Flandres.⁸²

A principal figura da miniatura fernandina parece enquadrar-se no segundo caso. A bolsa representada em destaque é um verdadeiro *topos* nos programas iconográficos medievais para a representação do burguês. Aquecido num interior bem construído, este personagem era, sem dúvida, um importante ator na construção histórica de um universo intimista, além de inovador na forma de habitar. Muitas vezes era também destinatário de livros de horas ou um grande mecenas que viabilizava sua confecção ou comercialização.

A cena de um velho aquecendo-se diante da lareira é comum nos breviários mais antigos – referia-se quase sempre à entrada do inverno. Esta figura re-

lembra as antigas representações romanas ou paleocristãs. Mane observa bem a questão dessa figuração das estações

Dans un exemplaire enluminé à la fin du XIV siècle par l'atelier de Giovannino de Grassi, l'hiver est symbolisé par un vieil homme en train de se chauffer, le printemps et l'été par des jeunes gens couronnés de fleurs, un bouquet ou des fruits dans les mains; enfin, l'automne est invoquée par deux vigneron, l'un cercle un tonneau, l'autre vendage.⁸³

É importante lembrar que as temporalidades nos livros de horas não remetiam somente ao ano litúrgico ou aos dias, mas também às estações de cada ano e estavam muitas vezes associadas às imagens do zodíaco. Marrow⁸⁴ mostra este mesmo tipo de representação do mês de janeiro em outro livro de horas⁸⁵ do mesmo grupo do LHF, o *Pembroke Psalter-Hours* (Bruges, c.1465-70), hoje no Philadelphia Museum of Art. No *bas-de-page* deste manuscrito, dois círculos figuravam o mês de janeiro: a mesma cena do aquecimento que aparece no manuscrito abrigado no Rio de Janeiro, acrescida do símbolo do zodíaco (Aquário) referente ao mês.

Ms. 50.1.1, f. 2v, MÊS DE FEVEREIRO (Figura 7)

A miniatura apresenta-se em medalhão quadrilobado, contornado em ouro. Também em ouro, como nos outros meses, estão a inicial e alguns elementos de decoração da tarja, com bordaduras e motivos fitomórficos.

A linha do horizonte está demarcada pelo fundo rosáceo, bastante esmacerado, contrapondo-se diretamente ao verde do chão. Diferentemente do mês anterior, a cena principal é externa, composta por figura humana em pé, segurando instrumento de trabalho que ultrapassa a quadratura (provavelmente uma machadinha ou similar). A gestualidade sugere atividade de podagem, já que os galhos despidos apontam ainda para o tempo de desfolhamento. A cena refere-se muito provavelmente ao desbaste e trato das vinhas que em alguns livros de horas é representado neste mês.

As atividades agrícolas de inverno aparecem geralmente representadas nos meses de fevereiro e março e, quase sempre, se referem à podagem dos arbustos e da vinha. Na grande maioria dos livros de horas este desbaste é colocado no mês de março, já no final do inverno. Apenas uma minoria destes manuscritos antecipava esta atividade para o mês de fevereiro.⁸⁶

Têm-se discutido bastante as razões desta variação nas representações, atribuindo-as muitas vezes ao ritmo diferenciado das mudanças climáticas ou às diferenças das técnicas agrícolas de cada região. Embora não se deva desprezar estas explicações, é preciso sobretudo levar em consideração as diferenças dos

programas iconográficos das oficinas e dos mestres em torno dos quais muitos ateliês se organizavam.

Os livros de horas dedicavam vários fólios às atividades da vinicultura, pois o plantio e a exploração das vinhas era uma das mais importantes atividades econômicas da Idade Média, quer por seu caráter lucrativo, quer pelo seu uso variado em todos os segmentos da sociedade.

A podagem das vinhas era feita de diferentes formas, mas não poderia ultrapassar o tempo em que a seiva está menos ativa. Feita normalmente com machadinha, foice curta ou até mesmo tesoura, o tipo de corte variava naturalmente conforme a casta da uva, o local em que estivesse plantada e mesmo a forma de plantio.

Muitas vezes, como neste caso, a figura do camponês aparecia em pé, outras vezes sentado, quando fazia a poda baixa ou enxertos e algumas vezes em escadas, quando trabalhava com as vinhas mais altas, acopladas em árvores nas áreas de cultivo ou até nos bosques e florestas. O trabalho era feito por uma pessoa (em alguns casos também representado por um velho) ou poucas mais, que recolhiam os galhos que serviriam para aquecimento ou escora.

O *Livro de horas de Rohan*⁸⁷ (LHR) traz uma bela miniatura referente ao mês de março, em que um camponês poda um arbusto com uma pequena foice. No mesmo mês, aparece nas *Horas de Nuremberg*⁸⁸ (LHN) uma representação em cena única, muito próxima da que aqui vemos em fevereiro.

No *Livro de horas de D. Manuel*⁸⁹ o trabalho das vinhas (tanto a podagem quanto o preparo das mudas e enxertos) é retratado de maneira minuciosa em janeiro e em março. Em muitas cenas o camponês aparece abaixado ou ajoelhado, cortando os galhos mais baixos. Outras vezes numa escada para alcançar os mais altos.

Convém destacar a forte *carga simbólica* que desde a Antiguidade era conferida à vinha pela sua capacidade de “morrer” no inverno e “renascer” em brotação na primavera. Morte e ressurreição são certamente temas caros ao mundo cristão, e a Idade Média não se furtou à exploração deste forte simbolismo. A liturgia cristã rememora até hoje, a cada missa, a morte de Cristo, utilizando-se para isso do vinho que expressa o sacrifício divino.

Ms. 50.1.1, f. 3r, MÊS DE MARÇO (Figura 8)

Também em medalhão quadrilobado, contornado em dourado, a atividade é representada em cena única no mesmo padrão das anteriores. As cores verde, vermelha e azul dominam o quadro e o fundo azul repete a alternância de cores que se verifica em todo este calendário. A vegetação mais densa, com duas árvores com folhagem verde denuncia a chegada da primavera.

Na cena principal uma figura masculina centralizada entre as duas árvores remete às atividades campestres, em gestualidade muito semelhante à da

miniatura anterior. O homem de braços erguidos segura uma machadinha, seu instrumento de trabalho.

O trabalho de lenhar parece ser a atividade a que se refere o fólio. Nem sempre retratada nos livros de horas mais antigos, é cena comum nos do final da Idade Média.

A representação da atividade de lenhagem em março é tardia, embora muitos códices também a tragam neste mês. A impossibilidade de realizar os trabalhos de cultivo e o crescimento da necessidade da lenha no inverno faziam crescer a demanda por este serviço. Além das prestações obrigatórias que o camponês devia ao senhor, muitas vezes, ele realizava trabalhos pagos de corte das árvores ou o fazia para o seu próprio consumo. Nos últimos séculos do medievo não era incomum que fornecesse para a cidade, a madeira de que ela necessitava.

O corte da lenha é quase sempre atividade realizada nos bosques próximos às áreas de cultivo, mas na sua maioria fazia-se nas florestas mais fechadas, onde as árvores de maior porte eram derrubadas. O crescimento do poder senhorial estendeu-se em boa parte às florestas e, nos últimos séculos da Idade Média, o corte das árvores ou era proibido ou necessitava para realizá-lo de concessões e privilégios por parte do senhor ou do poder régio.

A madeira de todos os tipos, tamanhos ou procedência constituiu material de grande importância em todo o medievo. Empregada para o aquecimento, a construção de casas, móveis, cercas e proteção para as plantas servia também para o cozimento e inúmeras outras atividades, inclusive para o fabrico de instrumentos de trabalho. Em toda a Idade Média ainda podemos encontrar a madeira usada não só no fabrico de cabos ou proteção de instrumentos de trabalho, mas também, nas regiões em que o metal era escasso, até mesmo no corpo destes instrumentos.

A floresta e as atividades que nela eram desenvolvidas sempre tiveram uma forte conotação simbólica, e era bastante comum que sua referência estivesse presente no material hagiográfico. Este espaço, como disse Le Goff,⁹⁰ é o espaço de provas do cavaleiro, mas é também lugar de retiro dos eremitas e de tentação de muitos santos. O grande medievalista chama também a atenção para a associação que se fazia da floresta ao deserto, com referências destes lugares à tradição vétero-testamentária. Monstros e demônios em grande parte habitavam a floresta e assombravam os que nela trabalhavam. É, pois, no seu sentido figurado como lugar-limite de reflexão, adequado a um livro de orações.

O *Livro de horas de D. Manuel* representa a atividade de lenhagem no mês de janeiro enquanto em março apresenta como principal cena, a tosquia. Nas *Très riches heures du duc de Berry*,⁹¹ tal como nas horas fernandinas, a atividade de podagem, com a mesma gestualidade, aparece em destaque em fevereiro, ao fundo da miniatura.

Ms. 50.1.1, f. 3v, MÊS DE ABRIL (Figura 9)

A cena única apresenta um homem em pé, segurando flores numa das mãos, em gestualidade corporal de quem caminha. A vegetação bem verde e mais densa que nas miniaturas dos outros fólios referencia juntamente com as flores, os tempos primaveris. Esta representação é bastante comum nos livros de horas flamengos e franceses. Em alguns deles aparece no mês de abril e em outros (mas bem mais raramente), em maio.

A jardinagem e a horticultura eram atividades normalmente exercidas nos primeiros meses primaveris, quando o clima ameno favorecia a brotação das plantas mais frágeis e a intensidade das chuvas era bem menos rigorosa, o que permitia crescimento harmônico.

A saída dos rigores do inverno era marcada por trabalhos que exigiam menos do camponês do que os pesados trabalhos da colheita que se iniciavam no verão. O plantio de leguminosas, raízes e ervas garantia um importante complemento na alimentação dos rudes que muitas vezes tinham dificuldades para obter as cotas de proteína e de carboidrato suficientes para seu sustento.

O cultivo das ervas medicinais, feito desde a alta Idade Média ampliou-se e sofisticou-se com o crescimento dos mosteiros e com as novas técnicas agrícolas que marcaram os séculos XI e XII. A partir dessa época até o final da Idade Média, cultivavam-se também ervas e temperos de todos os gostos para atender aos hábitos alimentares mais exigentes dos cidadãos.

A cidade e o campo se transformaram muito nos três últimos séculos do medievo. Os velhos castelos, antes apenas praças de guerra, serviam de habitação, enchiam-se de tapeçaria, arcas trabalhadas, objetos sofisticados e jardins. A eles deveriam atender os trabalhadores do campo, tanto no final do inverno quanto na abertura da primavera.

A cidade também se integrou a essas mudanças no habitar e no viver – o jardim é parte do urbanismo no final da Idade Média e o burguês da cidade quer um campo domesticado para circundar seus *palazzos*. Lírios, miosótis, trepadeiras, pequenas rosas, lavandas e flores perfumadas, juntamente com fontes e águas furtivas, compunham os quadros bucólicos do campo e da cidade.

Era natural que muito pouco desse trabalho estivesse efetivamente representado nos livros de horas. Na construção idealizada das temporalidades na Idade Média, os meses de abril e maio estavam sempre associados à diversão, aos jogos e, principalmente, à nobreza e ao ambiente cortesão.

No seu sentido simbólico, a horta, o horto ou o jardim tinham forte sentido edênico, eram uma espécie de réplica do paraíso terreal, lugar das pastorelas e dos amores, muitas vezes também associados à tradição bucólica pagã.

No *Livro de horas do duque de Berry* o mês de abril é representado por uma cena cortesã, ao ar livre, tendo ao fundo um castelo, um jardim amuralhado e

vinhas. *O Livro de horas de Rohan* mostra na cena principal um cavaleiro com lírios nas mãos, em bela montaria num bosque, seguido por cães.

No século XVI, o iluminador do *Livro de horas de D. Manuel*⁹² apresenta no mês de abril, uma cena quase trovadoresca, construída em torno de uma fonte. No *bas-de-page*, um moinho tipo azenha ladeado de cisnes em águas tranquilas.

Ms. 50.1.1, f. 4r, MÊS DE MAIO (Figura 10)

A miniatura apresenta imagem de homem em cavalgada, em cena única, com a mesma alternância de fundo dos outros folios. Marrow⁹³ chama a atenção para a presença no calendário deste mês de muitos santos de devoção inglesa, enumerando-os exaustivamente. “In the Calendar these include saints Wulstan, Cedd, King Edward, Cuthbert, Guthlac, Elphege, John of Beverley (May 7), Dunstan, Augustine of Canterbury (May 26)”. Isto confirmaria sua tese sobre um possível destinatário inglês deste códice e de sua ligação com o *Sarum use*.

A cena é típica do mês de maio em grande parte dos livros de horas e, de certo modo, continua a mesma temática cortesã apresentada no mês de abril. Cavalo e cavaleiro, este com mão enluvada segurando um pássaro de falcoaria apresenta-se em figuração típica da nobreza, quer por sua ação, quer pelos trajes e paramentos que porta.

Os livros de horas representam quase sempre a caça praticada pelos nobres, em ambientes suntuosos, belas paisagens em bosques floridos, lembrando rituais pagãos. Embora o camponês exercesse também a caça, não é ela que aqui está representada nos meses primaveris de abril e maio. Ele o faz geralmente para complementar sua dieta, assim mesmo quando existiam espaços deixados pelo poder senhorial nos bosques e florestas.

A caça ao javali ou ao cervo era a caça nobre, praticada com grande ritual, que envolvia desde a música das charangas até um farto número de campões, armas próprias para a caça e toda a falcoaria adequada a esta atividade. A temática das festas ao ar livre, de grandes comemorações em procissões pelos rios, até as bodas era geralmente representada em maio.

Os jogos primaveris e a caça realizavam-se de acordo com determinadas regras de conduta. Eis uma corte civilizada, como nos diz Norbert Elias.⁹⁴ Simbolicamente, este era o tempo do ócio e das comemorações, era o tempo da nobreza.

Uma das mais belas representações de maio nos calendários medievais é certamente o *Très riches heures du duc de Berry*, em que aparecem damas e cavaleiros, luxuosamente paramentados, em montaria sofisticada, tendo ao fundo um grandioso castelo.

A cena principal do mês de maio do *Livro de horas de D. Manuel*⁹⁵ traz uma bela festa de núpcias, realizada ao ar livre. No *bas-de-page*, a festa fluvial retrata com perfeição o “*joli mois de mai*”.

Ms. 50.1.1, MESES DE JUNHO (f. 4v), JULHO (f. 5r) E AGOSTO (f. 5v) (Figuras 11, 12 e 13)

Os fólios de junho, julho e agosto apresentam miniaturas como as descritas anteriormente, quer na composição das cores e dos elementos figurativos, quer na organização visual da temática desses meses. Mostram-nos a sequência do principal trabalho agrícola na Europa cristã: aquele relativo à cultura dos cereais, base do regime alimentar da população. Logo que terminam as atividades primaveris, figuradas nos livros de horas entre março e maio, iniciavam-se os trabalhos de campo relativos a colheita e preparo dos cereais. Os meses de junho, julho e agosto eram representados, com algumas variações, pela labuta pesada da colheita, com a fenação, a ceifa e a confecção dos molhos de trigo ou de outros cereais e finalmente da debulha.

O fólio de junho (f. 4v) representa um camponês descalço, em pé, com foice de cabo longo nas mãos, em gestualidade de quem trabalha neste labor do campo. A atividade da ceifa com foice curta é a miniatura do mês de julho (f. 5r). Nela, o camponês ajoelhado realizava seu trabalho com a mão direita, de modo a deixar a mão esquerda livre para pegar o feixe cortado.

Em agosto (f. 5v) é a atividade da debulha que é representada. O camponês com o mangual em suas mãos, os braços erguidos, prepara-se para liberar o grão de espiga e em seguida retirar-lhe a casca.

Marrow⁹⁶ faz referência à presença de vários santos da devoção inglesa nestes meses, o que novamente reforça seus argumentos quanto ao destinatário e provável uso deste códice. Muitos dos calendários ingleses e flamengos retardam a ceifa para julho, mas os do ciclo mais ativo de Bruges coincidem com a representação destas horas “fernandinas”.

O corte do trigo maduro, da aveia, da cevada, do centeio e de vários outros cereais devia ser feito longe dos períodos das grandes chuvas e não podia durar muito tempo para que as espigas colhidas fossem imediatamente amontoadas e abrigadas para o final da secagem. Obedecia assim a uma sequência temporal relativa ao amadurecimento ou à maior ou menor resistência do cereal.

A foice de cabo longo era o instrumento mais comum para o desbaste e corte, mas a foice de cabo curto e outros instrumentos, também podiam ser utilizados nestes trabalhos, quase sempre associados nas miniaturas a uma atividade masculina e árdua. Muitas são as representações da sede, da fome e do calor que elas provocavam. Trabalhando em pé, no período de verão, o camponês quase sempre era figurado com um lenço em torno do pescoço que

usava para limpar o suor. Em sua grande parte as miniaturas mostram este trabalho como uma atividade coletiva.

Ao contrário dos trabalhos de corte, a recolha e a confecção dos feixes aparecem muitas vezes nas miniaturas realizadas por mulheres ou ajudando aos homens nessas tarefas. Para juntar as palhas e espigas usavam o ancinho ou um garfo longo, amarrando-as em molhos que deviam ser feitos à largura dos braços para que pudesse ser levados até o transporte, feito por carretas, carros de bois (no caso do *Livro de horas de D. Manuel*) ou no lombo dos burricos. Muitas vezes no campo existiam pequenas choças que abrigavam o material da colheita que podia esperar aí algum tempo (não longo) até irem à debulha.

A debulha era uma das atividades mais representadas nos livros de horas. Ela era feita muitas vezes pelas patas dos animais que, em círculos, pisoteavam a espiga e o grão, ou pelo mangual, golpeado por trabalhadores, quase sempre em dupla. Os camponeses batiam em ritmo alternado: enquanto um levantava o mangual, o outro batia nos grãos. A debulha variava segundo a região e os cereais a serem trabalhados, e na maioria dos livros de influência ganto-brugense era representada em agosto.

A ceifa, a recolha das espigas, a confecção dos feixes, o transporte, a estocagem e a debulha estavam incluídos, em boa parte da Europa, entre os trabalhos obrigatórios e de prestação de serviços compulsórios do camponês.

A presença dos mercados no final da Idade Média e o crescimento da produtividade com as grandes transformações agrícolas trouxeram um eventual uso, em algumas regiões, do assalariamento destas atividades.

No *Livro de horas de Rohan* (ff. 8v e 9r) a ceifa é representada em agosto por um camponês em atividade, enquanto que nas cenas marginais aparece a figura de Deus com a árvore da sabedoria, a criação de Eva e, em agosto, a tentação do demônio (com duas cabeças). Ao mesmo tempo representa-se a debulha a mangual e a separação do joio do trigo. Nas *Horas de Nuremberg*, a representação, também em cena única dentro de medalhão, é muito semelhante ao da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em *Très riches heures du duc de Berry*, o mês de junho, tendo ao fundo o castelo do duque de Paris e a Chapelle Royal, apresenta o trabalho de ceifa feito por três homens com a foice longa, enquanto em primeiro plano duas mulheres juntam com um ancinho o que foi cortado. Em julho, a ceifa aparece conjugada à atividade de tosquia, enquanto, em agosto, pouco se tem das cenas já aqui referenciadas. O fólio apresenta em primeiro plano uma verdadeira cena cortesã, enquanto à direita camponeses banham-se no rio. Ao fundo pequenas cenas de transporte de grãos.

No *Livro de horas de D. Manuel*, temos, para o período, três belas miniaturas a plena página. Segundo Markl, a de junho difere muito das suas “congéneres flamengas”.⁹⁷ A cena principal apresenta um castelo mal desenhado,

enquanto “no *bas-de-page* reencontramos a delicadeza do tratamento de toda a cena da ceifa e da semeadura”.⁹⁸ No mês de julho, a debulha é feita pelos pés de bois na cena principal, representação rara que, segundo o mesmo autor, revela o aportuguesamento da cena.

No final da colheita, com os grãos estocados para o outono que se aproximava e o temido inverno que irremediavelmente chegaria, o camponês havia obtido uma grande vitória contra seu pior inimigo – a fome. Os trabalhos do eito têm na Idade Média uma forte *carga simbólica*. A relação do trabalho com o pecado original é recorrente em toda a cristandade. A expulsão do Paraíso fez com que Adão fosse obrigado a cultivar a terra e Eva, a tecer e parir entre dores. Através do trabalho o camponês purgava os pecados e garantia, mesmo que temporariamente, a sua salvação.

Ms. 50.1.1, f. 6r, MÊS DE SETEMBRO (Figura 14)

O fólio apresenta na miniatura a atividade relativa ao mês de setembro em medalhão quadrilobado, com predominância das cores verde e azul, com douração. A cena única refere-se às atividades da vindima em suas várias etapas. Numa tina ao centro, um homem trajando grande camisa branca faz a pisa da uva. À sua esquerda, o cesto com as frutas a serem amassadas. No lado esquerdo desta mesma tina, um barril presumivelmente já fechado, onde o vinho é estocado. Aqui também a mesma referência de Marrow sobre a presença de santos cultuados na Inglaterra que aparecem neste mês no calendário “fernandino”.

A colheita da uva e o conjunto das atividades que se referem ao preparo do vinho eram, em sua maioria, representados em setembro, mas em alguns códices essa atividade chegava a ser representada um pouco antes. A colheita era feita com uma faca ou uma pequena foice e as uvas colocadas em cestos. Cuidadosamente transportados nas costas dos vindimeiros, eram levados à tina, onde antes mesmo da pisa, obtinha-se a grapa.

A pisa feita com os pés com o auxílio de um bastão iniciava o processo de fermentação ao liberar leveduras no momento em que a polpa da uva desprendia-se da casca. O vinho era prensado e a prensa era um dos mais importantes instrumentos de trabalho na produção do vinho. O envelhecimento fazia-se, ainda como hoje em muitas regiões, em tonéis bem fechados. Na Idade Média, o vinho tinha pouca durabilidade. Segundo Mane,⁹⁹ o vinho na Idade Média é imperfeito e em grande parte era consumido verde, tendo duração máxima de um ano.

As diferentes etapas da colheita e produção do vinho estão belamente representadas no *Livro de horas de D. Manuel*, que reproduz com perfeição no *bas-de-page* à direita, num pequeno abrigo, uma prensa, enquanto que à esquerda e ao fundo estão, respectivamente, o envasamento do vinho em tonéis e a pisa. Na cena principal, a vindima que ultrapassa o seu enquadramento.

Em Très riches heures du duc de Berry, vê-se a belíssima cena¹⁰⁰ da vindima feita por homens e mulheres e do transporte das uvas em carretos puxados por animais tendo ao fundo o Chateau de Saumur.

Para além de seu valor de uso e de troca, convém lembrar o aspecto simbólico do vinho que se referia claramente ao sacrifício de Cristo, pelos homens. Em algumas representações, a prensa era apresentada em forma de balança e o vinhateiro é o próprio Cristo. A prensa mística aparece em alguns manuscritos bastante conhecidos. Entre estes o do Apocalipse de Lorvão, iluminado em Portugal em 1189.¹⁰¹

Ms. 50.1.1, f. 6v, MÊS DE OUTUBRO (Figura 15)

A miniatura do mês de outubro, enquadrada também em medalhão, refere-se à atividade de semeadura, tendo ao centro uma figura masculina, de pé, em gesto de marcha, com um pequeno bornal, onde estão as sementes que espalha na terra já preparada. O efeito das cores e do ouro nas sementes bem como o detalhamento da ação do camponês revelam o cuidado especial que o iluminador teve na confecção desta bela iluminura.

Muitos livros de horas apresentam no mês de outubro (ou mesmo antes, em setembro) o preparo da terra feito com a enxada, a charrua, ou o arado. Nos sulcos deixados, ou no mesmo momento em que era feito, o camponês depositava a semente. Uma mão, cheia na medida certa para evitar o desperdício, deixava o grão escapar por entre os dedos, enquanto a outra quase sempre sustentava o pequeno bornal em que o grão precioso estava depositado.

Eram muitos os cuidados que deviam ser tomados pelo agricultor nesta fase, sobretudo precisavam estar atentos às aves que ficavam à espreita para roubarem os grãos. Era preciso protegê-los de imediato e quase sempre o trabalhador que semeava era seguido por outro que recobria os grãos com o auxílio de um ancinho. Ao longo dos meses seguintes era preciso cuidar do plantio, controlando as ervas daninhas e os pássaros para que, quando o inverno chegassem, a planta pudesse resistir aos rigores do frio.

O trabalho nos campos de cereais está presente em quase todos os calendários de livros de horas e de outros manuscritos. Nas pinturas das igrejas, nos relevos dos pórticos estão representadas as cenas do plantio, da semeadura e do crescimento das plantas.

Nas *Très riches heures du duc de Berry*, o mês de outubro apresenta miniatura a plena página, em que um camponês montado em um cavalo puxa a grade de aragem preparando a terra, enquanto num primeiro plano está outro camponês com trajes e gestualidade muito semelhantes ao da miniatura “fernandina”.

O enraizamento dessas atividades na tradição e no imaginário cristão era muito forte. Já foi dito aqui que a expulsão do paraíso como consequência do

pecado original foi associada ao trabalho, mas é também pelo trabalho que o pecador poderia se salvar. Durante grande parte da Idade Média, trabalhar era sinônimo de arar, lavrar, semear, colher.¹⁰²

Muitos textos bíblicos referenciam as atividades de plantio como sinônimo do trabalho. A Idade Média utilizou a metáfora dessas atividades para condenar o ócio e a preguiça, vícios que todo cristão deveria evitar. A força desse símbolo constituiu forte construção ideológica que ajudou a sustentar o trabalho compulsório e o poderio do senhorio laico e eclesiástico.

Ms. 50.1.1, ff. 7r e 7v, MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO

Em meados do outono, era preciso ultimar a engorda dos porcos e preparar as carnes para o inverno. A caça ao javali, ainda era objeto dos jogos cortesãos. Mais um pouco e não seria possível fazê-la, porque o frio e a neve impediriam estas atividades.

O fólio de novembro¹⁰³ (7r), em medalhão com as mesmas características dos anteriores, apresenta cena comum nos calendários dos livros de horas: a engorda dos porcos feita nos bosques e florestas. Nesta época as bolotas caíam no chão ou eram facilmente derrubadas das árvores com varas compridas que os rudes utilizavam para este fim.

O porco que hoje conhecemos era bastante diferente daqueles representados e conhecidos na Europa medieval.¹⁰⁴ Assemelhava-se mais ao javali ou ao porco selvagem, por seu porte grande com crina dura no meio do lombo e sua cor escura.

A cena do fólio de dezembro (7v) mostra um homem de pé, com os braços levantados, machadinha na mão prestes a realizar a matança do porco.

Feita a engorda, o animal, muitas vezes criado à solta, precisava ser caçado e algumas vezes perseguido como o javali. Um golpe de percussão e o animal era estonteado, morto e sangrado.

Recolhido o sangue em alguidar, cena quase sempre representada como atividade feminina, é o caso do mês de dezembro no LHM. Sapecado a fogo e despelado, o porco é aberto e geralmente pendurado. Preparava-se, então, a carne que seria conservada pela salga ou pela defumação. O sacrifício de um animal, mal visto pela Bíblia, garantia o alimento proteico para todo o inverno.

9.3. *Os trabalhos e os dias*

Parafraseando Hesíodo, que certamente não era desconhecido da tradição do baixo medievo, convém lembrar que a sucessão das atividades agrícolas representadas nos calendários dos livros de horas medievais constitui uma narrativa altamente expressiva.

De um lado, a representação de tudo aquilo que se desenvolve no cotidiano, no tempo profano, tempo que segue os ritmos da natureza, das estações, do frio e do calor, da luz e da neve. Tempo que em última instância, marcha para garantir a sobrevivência social dos homens.

Há, porém, como tenho assinalado, um outro tempo nessa narrativa: o tempo cristão que vai do inverno ao verão, do sacrifício de Deus à salvação dos homens. Tempo que oferece para os rústicos a possibilidade de salvação pelo trabalho e para os nobres, os tempos primaveris dos quais se apropriaram, ao menos nas imagens desses livros de horas, dos quais o de dom Fernando, não foge a regra.

Finalmente, convém relembrar nestas palavras finais, o que foi dito no início deste ensaio sobre a complexidade do estudo das imagens na Idade Média, tempo que organiza e justifica sua existência numa direção ético-política que garante a salvação.

10. Abreviaturas

f. fólio

ff. fólios

Ms. Manuscrito

LHF *Livro de horas de D. Fernando*

LHM *Livro de horas de D. Manuel*

LHB *Livro de horas do Duque de Berry*

LHR *Livro de horas de Rohan*

LHN *Livro de horas de Nuremberg*

10.2 Relação das figuras

Figura 1 – O martírio de são Sebastião. LHF, f. 1v

Figura 2 – Salvator Mundi – Cristo sobre o orbe terrestre com quatro medalhões circulares (são Grgório, são Lcão, são Jerônimo e santo Ambrósio). LHF, f. 9v

Figura 3 – A Anunciação. LHF, f. 39r

Figura 4 – Inicial. Adoração dos reis magos. LHF, f. 100r

Figura 5 – Colofão. LHF, f. 199 v

Figura 6 – Homem aquecendo-se diante da lareira . Janeiro. LHF, f. 2r

Figura 7 – Podagem das vinhas. Fevereiro. LHF, f. 2 v

Figura 8 – Lenhagem das árvores. Março. LHF, f. 3r

Figura 9 – Homem com flores celebra a entrada da primavera . Abril. LHF, f. 3v

Figura 10 – Cena cortesã de caça. Maio. LHF, f. 4r

- Figura 11 – Corte do feno e de cereais. Junho. LHF, f. 4v
- Figura 12 – Ceifa do trigo e cereais. Julho. LHF, f. 5r
- Figura 13 – Debulha e joeiragem do trigo. Agosto. LHF, f. 5v
- Figura 14 – Vindima. Setembro. LHF, f. 6r
- Figura 15 – Semeadura. Outubro. LHF, f. 6v
- Figura 16 – Engorda dos porcos com bolotas. Novembro. LHF, f. 7r
- Figura 17 – Abate dos porcos ou javalis. Dezembro. LHF, f. 7v

Notas

1. SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. V. I, p. 594 e seg.
2. Os pesquisadores mencionados participaram na identificação dos fólios (comemorações de santos) e medalhões através de narrativas hagiográficas.
3. Sobre a questão veja importante contribuição de CARDOSO, Ciro. Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição para um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
4. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.
5. Ibidem.
6. Ibidem.
7. Ibidem.
8. Ibidem.
9. SCHMITT, op. cit., v. I, p. 594.
10. Ibidem, v. I, p. 593.
11. Nem sempre foram tranquilas as relações das imagens com a Igreja. O tema foi objeto de muitas polêmicas ao longo do medievo, mas a questão foge aos propósitos deste texto. Sobre isto consultar SCHMITT, Jean-Claude. *Les corps des images: essais sur la culture visuelle au Moyen Age*. Paris: Gallimard, 2002; e BASHET, Jerome. *L'Iconographie médiéval*. Paris: Gallimard, 2008.
12. SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, 2002, op.cit., v. I, p. 596.
13. idem.
14. A representação da arca como reservatório ordenado do saber, como acervo da sabedoria que vem de Deus, é recorrente na literatura medieval. Cf: CARRUTHERS, Mary. *La Mémoire et le livre: peinture et parole*. In: CARRUTHERS, Mary. *Le Livre de la mémoire: la mémoire dans la culture médiévale*. Paris: Macula, 2002. p. 321-371.

15. Ibidem, p. 324.

16. Ibidem, p. 324-325.

Todas as duas dão igualmente acesso à ‘casa da memória’, que contém todo o conhecimento humano do passado, e, do ponto de vista cognitivo, elas têm a mesma eficácia. Mas a “pintura de um texto” não se reduz às ilustrações de uma página, como o precisa Richard de Gournival. Ela inclui também as imagens mentais que o texto evoca no espírito de seus leitores ou auditores. [Tradução minha.]

17. CARRUTHERS, Mary. *Machina memorialis: méditation, rhétorique et fabrication des images au Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 2002. p. 252-257.

18. H. DE SAINT-VICTOR, *De Tribus*, apud CARRUTHERS, op. cit., p. 376-377.

19. Refiro-me à Bíblia, chamada pelos cristão de Livro.

20. Refiro-me à lei mosaica, o Decálogo, que ordenou, segundo a tradição cristã, a sociedade dos homens pela Lei da Graça.

21. A arca, na tradição bíblica, guarda o tesouro. É tema recorrente na iconografia medieval, mormente nas narrativas bíblicas figurativas que aparecem nos livros de horas.

22. O tema será melhor desenvolvido mais adiante em “Tempo de oração, tempo do mundo no calendário do *Livro de horas de D. Fernando*”.

23. A produção de códices e a arte da iluminura, na forma como se caracterizou a partir do século XII, foi tardia na península Ibérica. Em compensação, ela se prolonga em Portugal por todo o século XVI.

24. ECO, Umberto. *O nome da rosa*. São Paulo: Record, 1990.

25. FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) –Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

26. MARROW, James. The *Pembroke Psalter-Hours*. In: CARDON, Bert; VAN DER STOCK, Jan; VANWIJNSBERGHE, Dominique (Ed.). “Als ich kan”: liber amicorum in memory of professor Dr. Maurits Smeyers. Louvain: Peeters, 2002. p. 882-883, 889 para Ms. 50.1.1; TANIS, James R. (Ed.). *Leaves of gold: manuscript illumination from Philadelphia collections*. Philadelphia: Philadelphia Museum of Art, 2001. p. 60-64, esp. p. 61 e 64 nota 6; BINSKI, Paul; PANAYOTOVA, Stella (Ed.). *The Cambridge illuminations: ten centuries of book production in the Medieval west*. London: Harvey Miller, 2005. p. 212-213.

27. Esta que julgo mais convincente, melhor fundamentada e que sem dúvida aceito.

28. MARROW, James. *Re: About Book of Hours Biblioteca Rio de Janeiro* [mensagem pesssoal]. Mensagem recebida por <vaniafrocs@terra.com.br> em 29 jul 2009.

29. Ibidem.

“A escolha e a sequência dos textos no manuscrito são também características dos livros de horas feitos para uso na Inglaterra. Na construção textual do Ms. 50.1.1. menciono aquelas que são características das horas inglesas: a primeira oração no manuscrito, a chamada ‘Fifteen Oes of Christ’ (fols. 10r-16v); A escolha e sequência dos textos no manuscrito são

também características dos livros de horas feitos para uso na Inglaterra. Do mesmo modo, a localização do Sufrágio dos Santos, antes das Horas da Virgem, ao invés de ser no final como a maioria dos livros da Europa continental.” [Tradução minha.]

30. “Em cada Comemoração e Memória o recto do primeiro fólio está em branco e o verso contém uma miniatura de página inteira representando o santo comemorado.” (FAILLACE, op. cit.)

31. MARROW, jul. 2009, op. cit.

“O uso litúrgico das Horas da Virgem e do Ofício dos Mortos no manuscrito são aqueles do Sarum (= o rito da Igreja Inglesa). Nas horas da Virgem, isto [está] indicado pelas Antífona e Capítula que seguem os Salmos na Prima e Nona, que começa:

Prima: Antifona: O admirable...

Capitula: In omnibus...

Nona: Antifona: Germinavit radix...

Capitula: Et radicavi...” [Tradução minha.]

32. Ibidem.

“a oração (farsa) para Maria começando com “Salve virgo virginum” on fols. 88r-91v; e os textos como “Joys of the Virgin” nos fólios 97v-100v, as orações para Cristo e suas feridas nos fólios 102r-110 [...] TODOS estes textos são inteiramente característicos dos livros de horas feitos para uso na Inglaterra” [Tradução minha.]

33. Ibidem.

“Na litania estes estão incluídos nas entradas como Edward, Oswald, Botulph, Sexburga, Mlburga, and Osyth”. [Tradução minha.]

34. Ibidem.

“No Ofício dos Mortos, o uso Sarum é indicado pelos *incipits* dos responsos para cada uma das nove lições, que são:

Credo quod...

Qui lazarus...

Domine quando...

Heu michi...

Ne recorderis...

Domine secundum...

Peccantem me...

Requiem eternam...

Libera me domine de morte...” [Tradução minha.]

35. Ibidem. Referência ao Saltério de São Jerônimo nos fólios 185r-196v como forte indício do Sarum use.

36. O colofão, ao que tudo indica, é um acréscimo bem posterior ao códice, escrito com letras vermelhas, diferentes da escrita do texto, com erros de latim, o que ratifica uma intervenção posterior no códice. Cf. BERGE, Damião. Um livro de horas do século XIV na Biblioteca Nacional. *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, tomo II, n. 1, p. 49-99, mar. 1945.

37. Os medalhões circulares com nomes de santos são bastante raros, segundo MARROW, 2002, op. cit., vol. I, p. 882-883.
38. Aqui desdobrou-se as miniaturas de um mesmo fólio em acima e abaixo.
39. MARROW, 2002, op. cit., vol. I, p. 882-883.
40. ÍNDEX das obras do Infantado, e Inventário dos caixões de livros que vieram no dia sete de setembro, que diziam pertencer à sereníssima Casa do Infantado (...) se colige serem a maior parte dos Livros (...) no Gabinete do (...) rei D. José I. (Biblioteca Nacional-Brasil, Divisão de Manuscritos, localização: 65,2,002 n. 004); e INVENTÁRIO dos caixões de livros que vieram para a Real Biblioteca, pertencentes à Coroa (Biblioteca Nacional-Brasil, Divisão de Manuscritos, localização 65,2,002, n. 003).
41. HOLLANDA, Francisco de. *Da pintura antiga*. Edição comentada por Joaquim de Vasconcelos. 2. ed. Porto: Renascença Portuguesa, 1930.
42. VASARI, Giorgio. *Le vite de' piu eccelenti pittori, scultori et architettori*. Fiorenza: apresso i Giunti, 1568.
43. DIAS, João José Alves. *Livros dos conselhos de el-rei D. Duarte*: livro da cartuxa. Lisboa: Estampa, 1982.
44. FREIRE, Anselmo Braamcamp. Inventário da Guarda-roupa de D. Manuel. *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, n. 2, 1904.
45. FAILLACE, op. cit.
46. Ibidem.
47. Ibidem.
48. BERGE, Damião. Um livro de horas do século XIV na Biblioteca Nacional. *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, tomo II, n. 1, p. 49-99, mar. 1945; e BERGE, Damião. *Livros de horas manuscritos iluminados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro, 1973?]. [609] f. Original. Dat. Capítulo VI, n. 4, mencionado por FAILLACE, op. cit.
49. FAILLACE, op. cit.
50. Livro de horas de D. Fernando, f. 199v.
51. BERGE, 1945, op. cit., p. 63.
52. Ibidem.
53. VASARI, op. cit., p. 281 e seg.
- Vasari, além de grande artista é também biógrafo, constituindo uma das principais fontes para o estudo das biografias dos artistas de sua época, ou anterior a ela.
54. Segundo Vasari, ninguém, depois de Giotto, teria sido tão perfeito nas cores e desenho quanto o velho Spinelli.
55. VASARI, op. cit., p. 282.
56. MARROW, jul. 2009, op. cit.
57. Ibidem.
58. Ibidem.

59. Estas informações e várias outras foram-me gentilmente fornecidas em correspondência que mantive com este grande especialista, a quem sou grata pela generosidade deste diálogo.
60. MARROW, James H. *About D. Fernando's Book of Hours* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vaniafroes@terra.com.br> em 18 ago. 2009.
61. MARROW, 2002, op. cit., p. 897.
62. Subgrupo a que pertenceria, segundo Marrow, o códice fernandino.
63. MARROW, jul. 2009, op. cit.
64. MARROW, ago. 2009, op. cit. [Grifo meu.]
65. Tais argumentos têm como base pesquisas que realizei em Florença, Arezzo e Portugal.
66. MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *Filhos de D. João I*. Disponível em <<http://www.tecnet.pt/portugal/68997.html>>. Acesso em 20 jan. 2010.
67. LE GOFF, Jacques. Calendário. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 260.
68. Ibidem, p. 266-267.
69. Ibidem, p. 286.
70. MANE, Perrine. *Le Travail à la campagne au Moyen Age: étude iconographique*. Paris: A. et J. Picard, 2006, p. 41-46.
71. Ibidem,
72. Ibidem.
73. LE GOFF, 1984, op. cit., p. 268.
74. MANE, op. cit., p. 41-42.
75. Refiro-me ao uso medieval do termo: habitante do burgo, da cidade.
76. SCHMITT, Jean-Claude. Quand la lune nourrissait le temps avec du lait: le temps du cosmos et des images chez Hildegarde de Bingen. In: CARERI, G. et allii. *Traditions et temporalités des images*. Paris: Éditions de L'Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales, 2009. p. 73
77. LE GOFF, Jacques. Tempo da Igreja, tempo do mercador. In: _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1972.
78. Ibidem,
79. GLAUVILLE, Barthélemy de. Le Propriétés des chose. [Incunáculo de Lyon 1485.] In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 284.
80. MARKL, Dagoberto. Estudo introdutório. In: _____. *Livro de horas de D. Manuel*. Edição fac-símile. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1983.
81. Ibidem, p. 70.

82. *Ibidem*, p. 71-72
83. Num exemplar iluminado no fim do século XIV pelo ateliê de Giovannino de Grassi, o inverno é simbolizado por um velho homem se aquecendo, a primavera e o verão por jovens com flores na cabeça, um buquê ou frutas nas mãos; enfim, o outono é invocado por dois vinhateiros, um em torno de um tonel, e o outro, na vindima. MANE, op.cit., p. 40.
84. MARROW, op.cit., p. 863.
85. *Pembroke Psalter-Hours*. Bruges, c.1465-70 – Philadelphia, Philadelphia Museum of Art, The Philip S. Collins Collection, acc.no. 45-65-2, f. 21.
86. MANE, op.cit., p. 187-190.
87. Bibliothèque Nationale de France, Ms. latin 9471, f. 4r.
88. *Livro de horas de Nuremberg* (f. 10v)
89. MARKL, op. cit., ff. 5r e 8r.
90. LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1985.
91. *Livro de horas do duque de Berry* (LHB).
92. MARKL, op. cit.
93. MARROW, 2002, op. cit., referindo-se ao mês de maio.
94. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 1 e 2; e ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
95. MARKL, op. cit.
96. MARROW, James. *Re: About Book of Hours Biblioteca Rio de Janeiro* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vaniafroes@terra.com.br> em 29 jul 2009. Refere-se a Alban (June 22), Grimbald (July 8), Translation of St. Swithun (July 15), Kenelm (July 17)
97. MARKL, op. cit.
98. *Ibidem*.
99. MANE, op. cit., p. 239.
100. MARROW, jul. 2009, op. cit. Translation of Str. Hugh of Lincoln (in red, October 6), Osyth, Wilfrid (October 12), Translation of St. Etheldred (October 17).
101. MANE, op. cit., p. 126.
102. Sobre o tema ver “Tempo e trabalho”; “Tempo da Igreja”; “Tempo do mercador”, em LE GOFF, 1972, op. cit.
103. MARROW, jul. 2009, op. cit. Frideswide, Macchud (November 15), Edmund (November 16), Hugh of Lincoln (in red, November 17), and Birinus.
104. MANE, op. cit.

O livro no Ocidente Medieval

Ana Lúcia Merege

Mestre em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ/ECO)
Bibliotecária do Setor de Manuscritos / Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

Este trabalho narra a evolução do livro no Ocidente durante a Idade Média, tratando de diversos temas, entre os quais podemos citar o formato e o material de suporte; os locais e as etapas de produção; as transformações na escrita; as pinturas e iluminuras; e a circulação na sociedade.

Palavras-chave: *livros medievais no ocidente; suportes; produção; pinturas e iluminuras; circulação na sociedade.*

Abstract

This work tells the evolution of the book in the West during the Middle Age, dealing with several themes among which we can mention the support format and material; the places and stages of production; the transformations in writing; the paintings and illuminations; and the circulation in the society.

Keywords: *medieval Western books; supports; production; paintings and illuminations, circulation in society.*



Trabalho desenvolvido com base no acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e apresentado como conclusão do curso de Biblioteconomia na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Introdução

Em seu ensaio sobre a cultura no período das chamadas “invasões bárbaras” – ou seja, das migrações de povos germânicos para as regiões dominadas por Roma, nos primeiros séculos de nossa era – Heather afirma que “o triunfo do cristianismo é por vezes visto como a raiz da causa do desaparecimento da cultura escrita clássica romana”.¹

A realidade por trás dessa afirmação é muito mais complexa. Na verdade, o fortalecimento do cristianismo ocorreu juntamente com a crise nas estruturas do Império Romano que vinha causando uma diminuição no número de pessoas letradas ou mesmo alfabetizadas.² Nos primitivos Estados medievais, influenciados pela cultura germânica, a burocracia era praticamente inexistente; o *status* era adquirido através do serviço militar, criando-se uma aristocracia de guerreiros, ao passo que os únicos homens de estudo eram os ligados ao clero. Assim, embora se possam admitir exceções, houve uma ruptura, no que diz respeito à cultura letrada, entre o mundo laico e o religioso.

Dentro da visão de mundo e de moral preconizada pela Igreja havia, por certo, hostilidade a tudo que proviesse do período pré-cristão, já que este se achava associado ao paganismo e à licenciosidade. Entretanto, certos aspectos da cultura clássica, em especial a retórica, foram favorecidos por autores da importância de Agostinho, Ambrósio de Milão e Jerônimo, com isso propiciando o surgimento de “uma nova forma de cultura escrita cristã, que combinava a herança clássica com um estilo homilético modelado na Bíblia”.³

A figura de Jerônimo se destaca entre as demais, não apenas pelo material que seus escritos fornecem para a história do livro, mas por sua própria obra, em especial a Vulgata, Bíblia latina cuja produção foi um marco decisivo para a cultura cristã. Dos textos de Jerônimo, além de informações sobre o suporte, o material empregado e as formas de produção do livro, podem-se obter subsídios para debater questões como a da autoria, autenticidade, edição e difusão das obras, o que em muito facilita a compreensão do que eram e do que representavam os livros nesse período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média.

Partindo deste ponto, iremos acompanhar a trajetória do livro ocidental até o momento que antecedeu a revolução da imprensa, apontando as principais transformações, desde os materiais – como a adoção do formato códice e do pergaminho – até a mudança nos meios de circulação do livro na sociedade.

Inovações: códice, pergaminho, papel de trapo

O livro que circulou no Ocidente durante o período clássico era quase sempre escrito sobre folhas de papiro, e estas reunidas de maneira a obter um rolo. Esse formato foi o mais utilizado até o século I de nossa era, servindo inclusive às primeiras comunidades cristãs.

O surgimento do formato códice (do latim *codex*, “bloco de madeira”) representa para alguns autores a mais importante revolução da história do livro. De fato, o códice apresentava muitas vantagens em relação ao rolo: ocupava menos lugar nas bibliotecas, tinha maior capacidade de armazenamento de texto e melhor legibilidade. Além disso, o novo formato em muito facilitava o trabalho dos estudiosos, uma vez que tornava possível a paginação, a criação de índices, o estabelecimento de concordâncias e, principalmente, o cotejamento de passagens, necessário à comparação de textos ou de versões manuscritas do mesmo texto. A aceitação foi tão grande que, a partir do século II, “todos os manuscritos da Bíblia encontrados são códices de papiro, e 90% dos textos bíblicos e 70% dos textos litúrgicos e hagiográficos dos séculos II-IV apresentam-se dessa forma”.⁴

O predomínio do códice sobre o rolo pode ter acelerado o processo de substituição do material usado como suporte. Embora se prestassem à confecção de rolos, as folhas de papiro eram frágeis e tendiam a se rasgar, ou se soltar das amarras, quando reunidas em livros. Além disso, a produção de papiro estava concentrada em lugares distantes, como o Egito e a Ásia Menor. Assim, tornou-se cada vez mais comum o uso do pergaminho, um suporte bem mais resistente, embora muito mais caro que o papiro.

A escrita sobre peles de animais era conhecida na Antiguidade. No século V a.C. o historiador romano Heródoto afirma que a prática era bastante comum, e existem manuscritos ainda mais antigos, até mesmo com registros do cuneiforme. O termo pergaminho, contudo, se refere a Pérgamo, uma cidade grega localizada na antiga Turquia, que, por volta do século II a.C., mantinha uma grande biblioteca. Para mantê-la, durante uma época em que os papiros se tornaram escassos e caros, foi preciso aperfeiçoar a produção das peles utilizadas como suporte para a escrita, um processo que seria retomado a partir dos primeiros séculos de nossa era.

O pergaminho era geralmente feito da pele de vacas, ovelhas e cabras – estas foram empregadas principalmente na Itália – mas outros animais foram ocasionalmente usados para esse fim, tais como porcos, veados e até mesmo lebres e esquilos. O preparo era demorado, consistindo em várias etapas nas quais a pele não curtida era sucessivamente mergulhada em água corrente, raspada, mergulhada numa solução de óxido de cálcio, lavada, esticada numa armação de madeira, raspada várias vezes com uma ferramenta especial em

forma de foice e, por fim, esfregada com pedra-pomes, pastas à base de cálcio e outras substâncias cujo uso as tornava mais adequadas a receber e fixar a tinta. Esse processo resultava num produto extremamente resistente e durável, fosse qual fosse a sua espessura. No entanto, apesar de todas as vantagens sobre o papiro – que continuou a ser usado, embora de forma cada vez mais esparsa, até os séculos VII-VIII –, o pergaminho, mesmo o mais grosseiro e de pior acabamento, era um material dispendioso, o que obrigava os escribas e estudiosos a se valerem de artifícios como a reutilização. Daí resultam os chamados palimpsestos, pergaminhos em que a escrita original era apagada a fim de receber um segundo registro.

No século XII, o Ocidente cristão passou a se beneficiar de uma inovação conseguida através dos árabes. Trata-se do papel, uma invenção chinesa, data da provavelmente do século II. O segredo da fabricação foi zelosamente guardado até o século VIII, quando os conquistadores mongóis o passaram aos persas em Samarcanda, um dos pontos-chaves de suas rotas de comércio. Não demorou muito até que o papel fosse adotado por todo o mundo muçulmano, incluindo a Hispânia, onde havia grande circulação de livros. A expansão para o resto da Europa demorou um pouco mais, uma vez que, além de ser mais frágil que o pergaminho, o papel era considerado um material menos “nobre”. No entanto, o crescimento das cidades e do comércio demandava cada vez mais suporte para a escrita, o que, aliado ao baixo custo do papel, determinou a multiplicação das fábricas em vários países. O primeiro foi a Espanha, logo seguida pela Itália e, já no século XIV, pela França e pela Alemanha. A Inglaterra só teria fábricas de papel no século XV. Por outro lado, os centros de manufatura exportavam seu produto por toda a Europa, e seu uso se ampliou principalmente em documentos que se destinavam a um uso mais ou menos efêmero, tais como listas e registros comerciais.

O papel que se produzia na Idade Média era obtido a partir de uma pasta feita de trapos de pano, principalmente linho e cânhamo. Os trapos eram deixados de molho durante vários dias, depois batidos, e o processo se repetia até que estivessem desfeitos numa polpa. Esta era derramada num grande tanque no qual se inseria uma espécie de peneira de metal, sobre a qual, ao ser levantada, ficava depositada uma fina camada de fragmentos. Camada após camada, intercalada com feltro, era posta para secar, depois prensada até que toda a água houvesse saído. As folhas resultantes ainda eram mergulhadas numa espécie de cola orgânica que as tornava impermeáveis, e, às vezes, polidas para conferir maior brilho. Por volta de 1300, apareceram as marcas d’água, resultantes dos desenhos vazados que os fabricantes de papel adicionavam às peneiras e que serviam para identificar seus produtos.

Apesar de seu uso crescente, o papel ainda era considerado um material de segunda classe. Os mais belos e sofisticados livros da Idade Média

continuaram a ser produzidos em pergaminho, o mesmo acontecendo com diplomas, cartas régias e outros documentos oficiais. A existência do novo suporte foi, contudo, fundamental para o aumento da produção escrita e o incremento na circulação do livro, o que, sem dúvida, foi um estímulo para experiências como as que resultaram na imprensa de tipos móveis.

Scriptoria e oficinas: a produção dos livros medievais

Ao contrário do que muitos imaginam, nem todos os livros medievais foram escritos por monges, e boa parte deles não possui iluminuras ou qualquer tipo de ornamentação. Nos quinze séculos que transcorreram entre o fim do Império Romano e a Renascença, livros de todos os tipos foram produzidos nas condições mais variáveis de acordo com o estilo em voga naquela época e naquele lugar. Em outras palavras: cada livro tem sua própria história, embora, no que concerne às etapas de sua confecção, seja possível admitir a existência de pontos em comum.

Para falar sobre eles, devemos em primeiro lugar examinar a questão relativa à produção dos livros em mosteiros. De fato, ela foi bastante comum nos primeiros séculos da Idade Média, quando a Igreja figurava como depositária quase exclusiva do saber e do conhecimento. O ensino da leitura e da escrita às crianças era tarefa dos religiosos, e até mesmo as primeiras universidades estavam ligadas à Igreja. Além disso, as bibliotecas monásticas foram praticamente as únicas a preservar seus livros durante e após as chamadas invasões bárbaras. Assim, não é de estranhar que os mosteiros e abadias mantivessem seus próprios centros de produção de manuscritos, comumente chamados de *scriptoria*. Mesmo a chamada escola palaciana de escrita, que se estabeleceu durante o reinado de Carlos Magno (768-814) e que nos legou alguns dos mais belos livros da época, se desenvolveu sob a orientação da Igreja, tendo sempre estado ligada às reformas litúrgicas e escolares. Essas mesmas reformas, porém, deram um novo impulso ao trabalho dos lettrados, fazendo crescer a demanda por novos textos.

Em torno de 1100, a demanda era grande o bastante para que as bibliotecas monásticas passassem a雇用 escribas, iluminadores e outros profissionais a fim de ajudá-los a produzir manuscritos. O número de oficinas laicas foi crescendo cada vez mais, assim como o comércio de livros, principalmente em cidades universitárias. Em contrapartida, a produção dos mosteiros diminuiu até quase desaparecer por volta de 1300,⁵ quando as profundas transformações políticas, econômicas e sociais dos séculos anteriores já prenunciavam o movimento renascentista na Itália.

A preparação do trabalho

Para descrever de forma genérica as etapas de produção de um livro medieval, tomaremos como exemplo hipotético um códice confeccionado nessa época e ornamentado com iluminuras. Ainda que o uso do papel já estivesse bem disseminado, um livro desse tipo seria certamente em pergaminho, material mais durável e de *status* mais elevado. Tal como o papel, o pergaminho era cortado em folhas retangulares, que depois eram dobradas e encartadas umas nas outras, formando cadernos que, mais tarde, seriam costurados juntos. Esse sistema tinha a vantagem de permitir que vários cadernos fossem preparados simultaneamente por uma equipe de artesãos, assim reduzindo o tempo necessário à confecção do livro.

Com as páginas prontas, a primeira coisa a fazer era dotá-las de linhas que serviriam de guia para o escriba. Numa obra mais sofisticada, a diagramação devia prever espaços livres que conteriam as ilustrações, as letras capitais e, ainda, uma cuidadosa distribuição do texto em uma, duas ou mais colunas – o número variava de acordo com a época, o lugar e o tipo de livro. Até o século XII, as linhas eram feitas com um estilete, marcando e às vezes chegando a cortar a folha de pergaminho; mais tarde, os artesãos passariam a usar um pó metálico ou mesmo tinta colorida.⁶

Concluída a diagramação, as páginas podiam receber o registro escrito, o que era feito por meio de hastes de juncos (cálamos) ou penas resistentes de aves. As mais comuns eram as de ganso ou cisne, retiradas da parte externa das asas. A ponta do instrumento de escrita era cortada e aparada de forma a obter letras mais finas ou mais grossas, processo que devia ser repetido vezes sem conta à medida que a ponta se gastava.

A tinta preta usada para escrever era basicamente feita de duas maneiras: de um modo era obtida a partir de carvão ou fuligem, misturada com cola; e de outra maneira a partir do sulfato ferroso misturado ao ácido tânico. O primeiro tipo era mais comum em manuscritos antigos, enquanto a tinta à base de ferro foi empregada em quase todos os livros a partir do século XII.

Outra cor utilizada com frequência pelos escribas era o vermelho, que servia para grafar títulos, cabeçalhos, iniciais e outros elementos de destaque, além de ser usada nas correções. A tinta vermelha era obtida da mistura de mercúrio com goma arábica e clara de ovo, ou, ainda, feita à base de um pigmento importado da Ásia, proveniente de uma árvore da mesma espécie do pau-brasil. Tintas de escrever azuis e verdes eram também conhecidas, mas seu uso foi muito limitado; pode-se dizer que a imensa maioria dos livros medievais era escrita em preto e vermelho, e, frequentemente, apenas em preto.

Munido do suporte, da pena ou cálamo e do tinteiro, além de uma pequena faca que usava para várias tarefas – firmar o pergaminho, afiar a pena,

raspar uma letra escrita erradamente – o escriba podia começar seu trabalho, que era comumente de cópia ou, às vezes, de transcrição de palavras ditadas. Nas oficinas, tanto monásticas quanto laicas, era comum que vários escribas se ocupassem do mesmo texto, que depois podia ser relido e corrigido por meio de raspagens, rasuras ou inserção de palavras. A variação entre as caligrafias diz mais sobre a mestria do escriba do que sobre a sua identidade, embora, segundo De Hamel, existam mais assinaturas em livros medievais do que seria de supor.⁷ Além disso, alguns escribas se identificavam por meio de *explicit*, um parágrafo adicional ao texto no qual se anuncia a conclusão daquela obra.

Transformações da escrita medieval

Um importante aspecto do estudo do livro medieval diz respeito às transformações no estilo da escrita. Os reinos ocidentais criados a partir das invasões bárbaras adotaram, juntamente com o latim, a escrita romana que tinha então dois tipos de grafia: a chamada “uncial”, cuja etimologia é incerta e que aparece em um grande número de manuscritos dos séculos IV-VIII, e a “comum”, que se desenvolveu em estilos locais nos *scriptoria* monásticos, notadamente nas ilhas Britânicas.

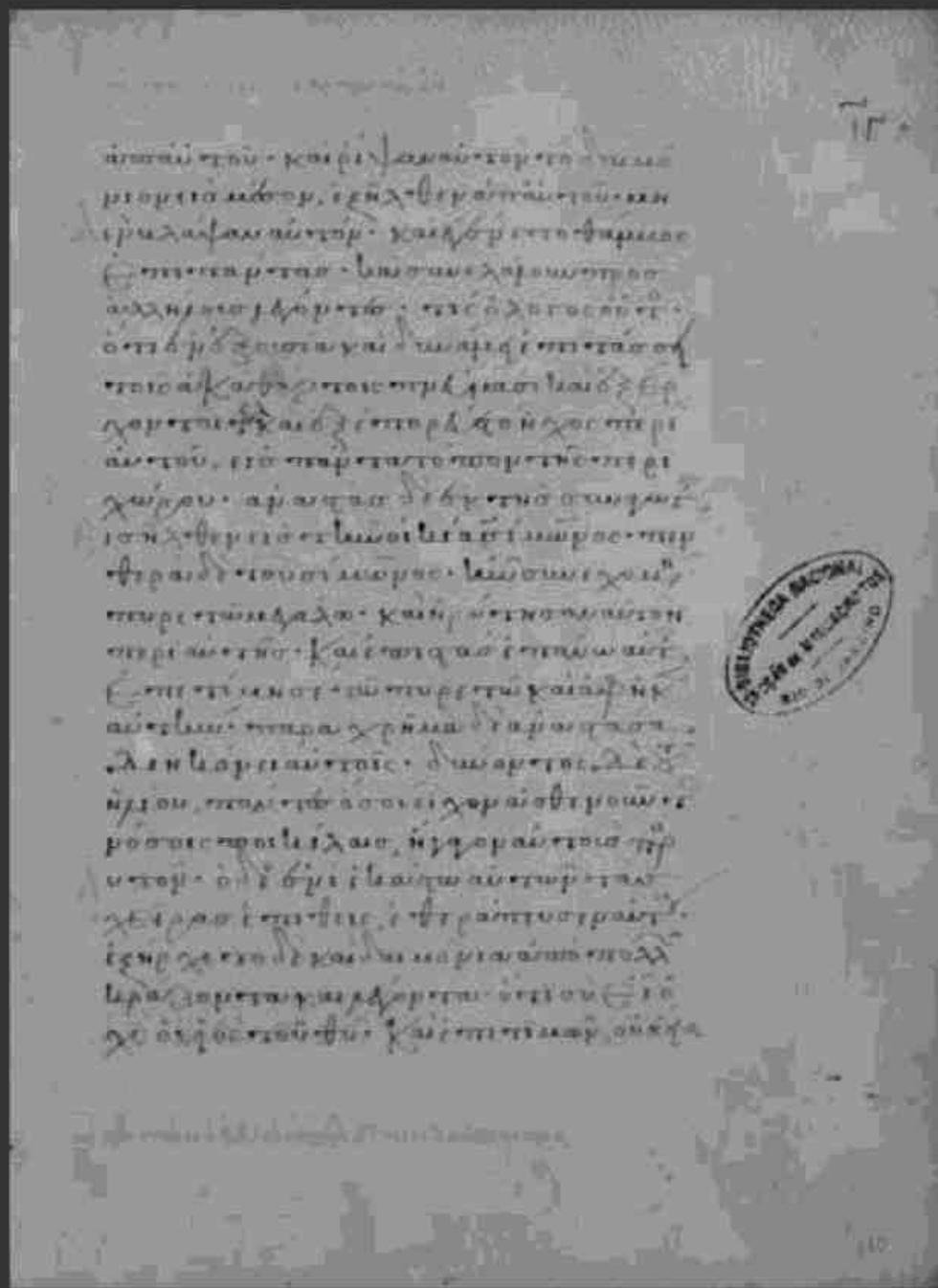
Posicionada no centro da Europa, a França foi possivelmente o lugar onde surgiram mais variações de estilo, destacando-se o que era praticado em Tours, onde os escribas pareciam buscar a perfeição da forma na caligrafia.⁸ Durante o reinado de Carlos Magno, a escrita, assim como o ensino, sofreu uma reforma destinada principalmente à normalização. O novo estilo, adotado em torno de 820-830, mostra influências de vários escribas e *scriptoria*, e tem como característica o uso de “hastes” e “caudas”, em letras de tamanhos iguais e bem espaçadas entre si. É a chamada escrita carolíngia, que se tornou corrente no mundo franco e se propagou para além do seu território entre os séculos X e XII.

Na segunda metade do século XII, quando a arte dos escribas começava a se laicizar, as curvas suaves da escrita carolíngia começaram a ser substituídas por ângulos agudos, com muitas ligaduras que, mais tarde, acabariam por permitir que as palavras fossem traçadas sem erguer a pena. Tal estilo, conhecido como gótico, tem um aspecto mais “pesado” que o da escrita carolíngia. É também aquele que mais comumente se associa à ideia de escrita medieval, uma vez que foi empregado em manuscritos de grande divulgação nos dias de hoje, tais como o *Livro de horas* do Duque de Berry.

Já no século XIV, os italianos da Renascença retomaram a tradição carolíngia, adotando uma grafia de formas mais suaves e arredondadas. Essa escrita, chamada de humanística – por ter se originado do movimento do

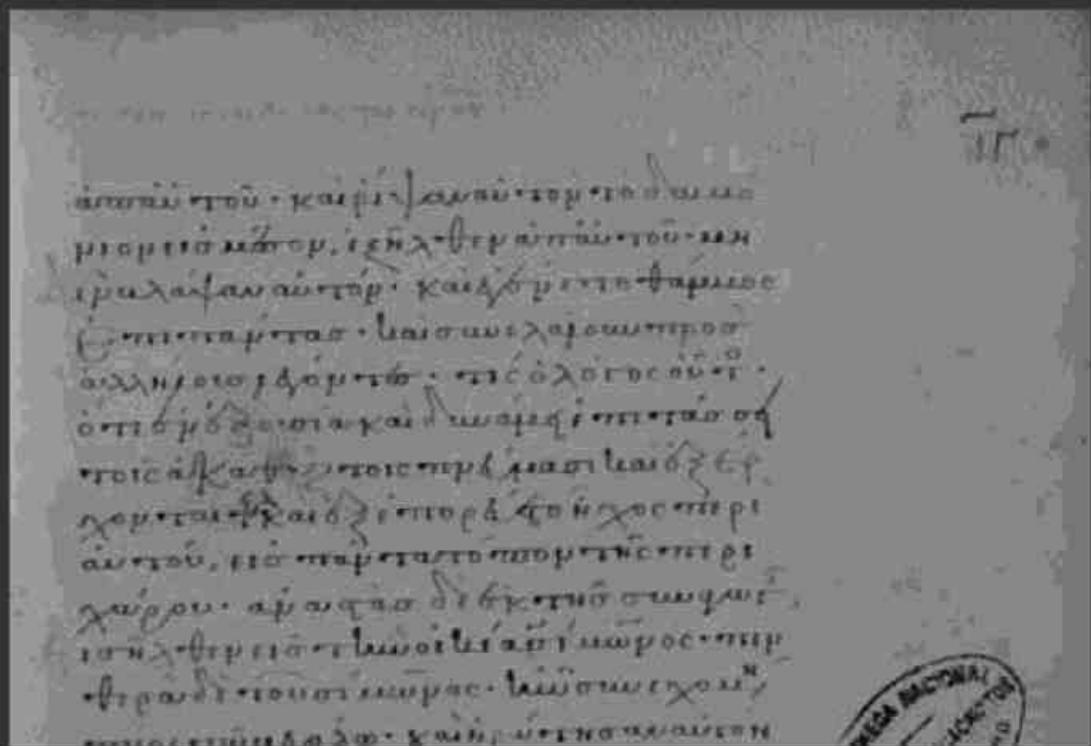


Os saltérios, parte da Bíblia onde estão os 150 salmos do Velho Testamento, podiam ser simples ou ricamente ornamentados, como este, dos séculos XV-XVI, em que a capital iluminada a ouro representa o rei Davi. A escrita, em latim, é do tipo gótico e nas cores preta, vermelha e azul
Divisão de Manuscritos / FBN



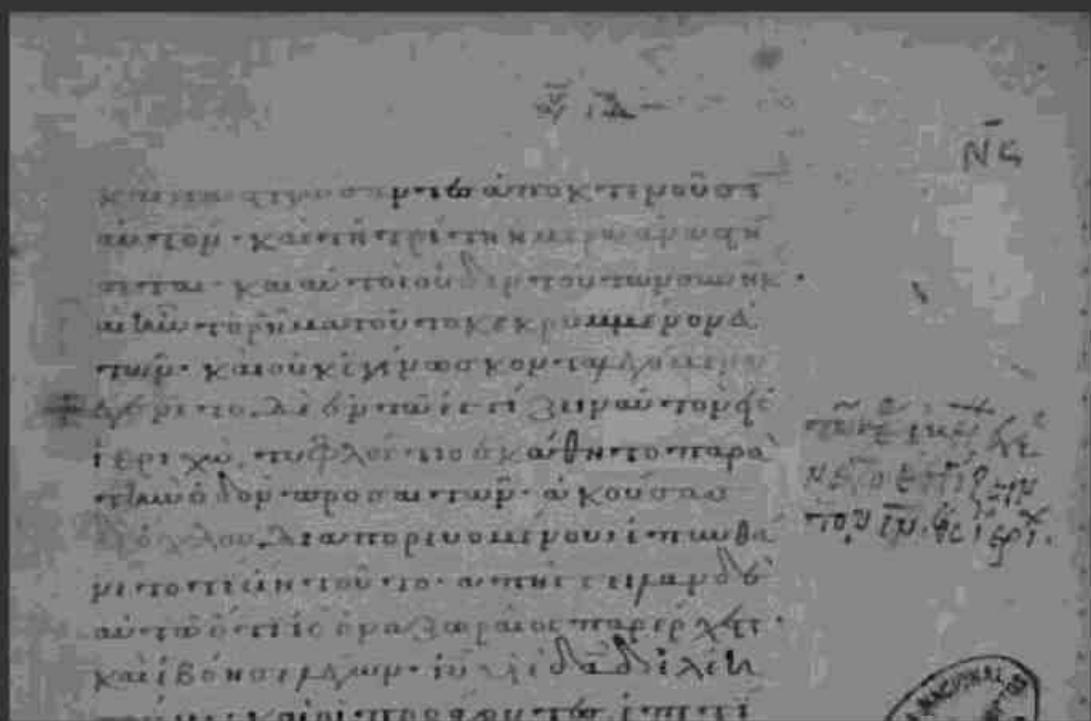
Evangelho grego dos séculos XI-XII. Em muitas de suas páginas, podem-se notar (ver detalhe na página seguinte) as marcas do pelo do animal, sinal de que foi confeccionado em pergaminho de qualidade inferior.

Divisão de Manuscritos / FBN



Detalhe da página ao lado, com marcas do pelo do animal

Detalhe de uma página do Evangelho grego em que figuram anotações à margem. Escrita em letras minúsculas do alfabeto grego, várias de suas páginas revelam também as marcas dos pontos usados para traçar as linhas da pauta, que depois eram apagadas
Divisão de Manuscritos / FBN



deo coronat propter dilectionem
eas quibus auctoritate inservient. Hoc
apud nos depositum fuit, q[uod] inservient
nos adhuc vobis. q[uod] non aliquid
et fortius habebant nos glorificare.
Tunc enim nihil quodplex affi-
cient Namque omnia manu[m] q[uod]
pla plena si sumus h[ab]emus
indulsa libus sonor ut si per
nos mundus se fons granu[m] ferat
et amorem beatitudinis quodlibet
adveniens expressa plenaria in
sustentans confirmat

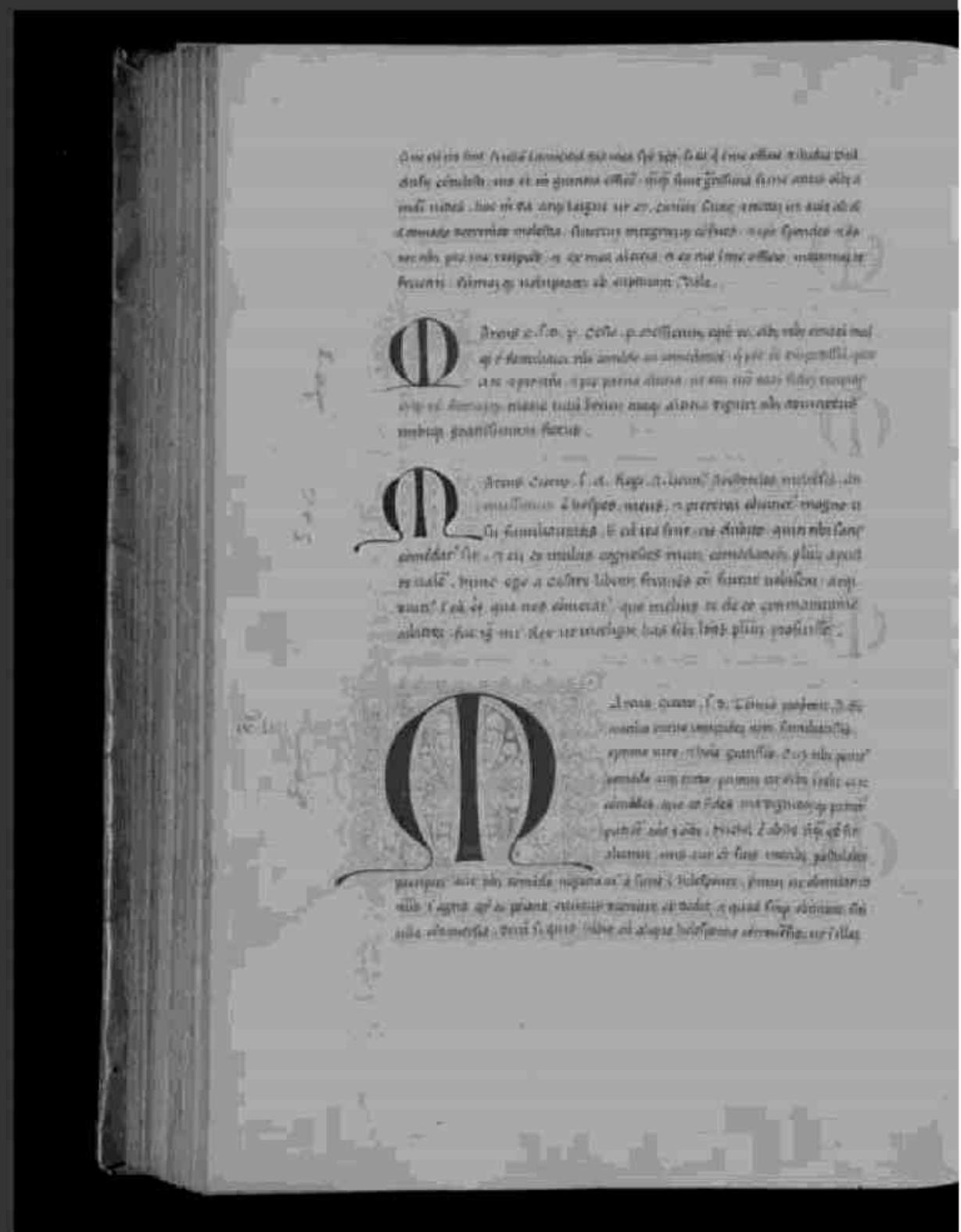
monumento p[ro]digio p[ro]fici
et conditor: ut tanto ardore
amaret conditorem quod non
voluit per alios redire intelligere
Nam ob hoc post quod consilio p[re]
funtur p[ro]digio et a conditore
conservata est, sed et quod ad m[er]ita
et generosum et sumptuosum p[re]sum
quod excedat omnia et meavit quod
nulli aliis exo trecentis donauit
Quia ita magno diligenter op[er]is
h[ab]et nobilium et consideranda
p[ro]mo quidem ut p[ro]sum ducimus
temp[us] ubiq[ue] temis et ad transi-
tum maiorem et gubernandum p[re]
cur apte reformat quod tecum
mea manu[m] et sumit. sic aut
et suo corpo ubiq[ue] tota uiget
uincitans illud manu[m] et gen-
tium illud. Nec autem maiorum
corpo p[ro]sum nobis in manu[m] et in
manu[m] minis. sed etiam minis
tota. et in maiorum tota. Et
hoc et magno uirtutis et p[ro]digio
ut quid uidebas p[ro]p[ter]eum quod
quod est p[ro]p[ter]eum uidebas magis
no. P[ro]mo deo. ip[s]i sicut debet et
deus uinit. Deus et p[ro]p[ter]eum. illi
autem p[ro]p[ter]eum nullum est. uerum
et p[ro]p[ter]eum est quod etiam minis
tota. et in magno p[ro]digio p[ro]digio
p[ro]fecto quidem ut p[ro]sum etiam
ne p[ro]p[ter]eum filio et p[ro]p[ter]eum p[ro]
redire est. Et hoc uentilla uita.

Os textos de São Jerônimo e os de Santo Ambrósio, como este *Liber examineron id est de sex diebus*, 1456, foram muito importantes para a difusão da cultura escrita cristã nos séculos IV-V de nossa era. Nesta cópia do século XV, as várias partes do “Examiner” foram separadas por *implicits* e *explicits*, respectivamente o início e o final de cada texto



Medindo apenas 13 X 8 cm, esta Bíblia latina dos séculos XII-XIV foi confeccionada em velino, finíssimo pergaminho obtido de animais recém-nascidos. Suas iniciais se alongam em arabescos, havendo também ilustrações, a maioria delas no canto da página. A escrita é gótica nas cores preta, vermelha e azul

Divisão de Manuscritos / FBN



Em latim, a *Epistolae ad familiares* de Marco Túlio Cícero, de 1452, traz a escrita conhecida como humanística, uma modificação da escrita gótica, de maior suavidade. O códice tem ornamentação relativamente simples e margens largas, o que torna sua aparência mais próxima da que teriam os primeiros livros impressos

Divisão de Manuscritos / FBN

and the *Journal of the American Academy of Orthopaedic Surgeons* are available online at www.aaos.org and www.jaaos.org.

Tertia etas mundi

Linea pontifici



En quatuor in linea pontificium: non fuerunt summum sacerdotem. sed **Gadobius** de eis descendat: quia si alio modo constituerit summum in pontificium: recessu per abraham de sacerdotio qui fuit ultimus de linea sibyllarum.

Est pro illis patrum principes lamociniant, facit ei dux exercitū a galaxiā tidiū
pugnare contra innocentias, et nullis patrū nasciā. Pepe ad regē Simonem, et
ne occidēt inimicū eos viupare velle terras eis a dno cōcessilas, et nolle eis mi-
dare facit voto de offrendo qd si pugno occidēt et de domo reiēctus ei vitorū
accidēt et a mortuā et de velutā eis. Cui reuertens occidēt filia virgo
tempore: ut vix feruare ymolante eis, stūlū in vōnde, ampiū in ampiō. In
dicavit autem Pepe iraci, vi, annis under septim⁹, post que indicavit, viii, Ebrias
de bethleem iheras, vii, babes, xxx, filios et tunc filias. Post que indicavit, ix,
Abi, et alios iherosolimenses annis dec̄. Judicavit post illum Abdon, viii, annis longis
et filios. Finis decimū.

Carthagino virgo tunc celebratina i affixa a Cartha oppoco telle Sentio no
Clementis triumphat. Et apud grecos. ΚΟΤΡΧΗΔΩΝI scribit. Cestius
ponens a diecidei regis regno cetero filius: annis septuaginta tribus ante regna ipsa
confrater et dux Julianus liber: romanus. Quis per? a bonis corio Viris dux fuit.
quod per illa edicte, tunc tunc loco dedit emerit a rege blasba, quum corio ibi sunt tegi
posset. dicitur virgilio libro Eneid, primo. libet etiam soli faci te nolle brysant
lib. xiiii. quum posse ceterare tingo. Ex auctoritate illius in sensu omnino filio se
sunt fecit, quo loco multo cori dedit vocales illius loci lingua phoenicia brysant. i.
conatur que posse a multo vocabulo Carthagino dicitur et. Cicerio quod est de natura
deorum libro secundo. De linguis tres hercules declarant. Quam? inquit noster? Romani
et ceteris sacerdos latrone que et ceteris illis genitum a quo Romani quia dido ex
dicitur Carthagino vocata est. Hoc tales telle Plautus libro. re. natura alias brylone
corius virginis amita romanae emilia fuit. Plautus enim destruet. Plautus insta
rata, fuit autem bec undita crux et venustate omnibus magnitudine et claritate ante
omnibus aliis et typisque praeponitam erit in memori. id. Plautus enim exodus
Dopio tamquam magis. Scopulam nepos in tercio bello punico consilii facit? fecit
illius dico? se non? illi oppugnans et ultra defensio etiam tamque oculis in de
fensione et arti, prius ut etiam bello quae reliqua fecerit et fratre sibi licet. So I
bello multum virginis dies misa: enim vero multa modicata telle et ceteri. Und
dubius autem est vel utrum fugit et? et utrōque se fugit filius in predicta tempore in
dilectum, quod secundum communem dicitur? Aut. Ceteraliter ut Lauti? aut? etiam vicimus
obum spectatissimi, et tunc Carthagino secesserit in octavo ab et? ediditque anno omnium
miseri et sapientie delectatio. Ceteri postea cuius etiam et ceteris multo anno bello res
morbis. et. Q. Nummo coiulab? repatii sunt illi, qui repata Romani quod
co mili dederunt. Sed ut id hinc? mox intra diecuse ipsa Carthago virtus solita fuit
aliquando tamquam debet? pro. deo anno et decaginta annos. Multas eti? ipsa
Carthago calamitatis onus. Tunc in illis annis multo? ceteris regi fecit, tunc
etiam virgibus abita est. Quae et veritas? tunc? Tunc appellata est.

Cambridge



Incunáculo (*in cuna*, “o berço”) são os primeiros livros impressos na Europa (1455 a 1500) com tipos móveis. Muito assemelhados aos códices manuscritos, suas ilustrações e iniciais em geral eram acrescentadas depois da impressão do texto, como acontece com as xilogravuras deste *Liber Chronicarum*, de Hartmann Schedel, impresso em Nuremberg, 1493

mesmo nome –, se prestou principalmente à confecção de livros, embora, em suas formas mais cursivas, também tenha sido usada em outros tipos de documento.

Pinturas e iluminuras: a ornamentação

Segundo De Hamel, “era incomum que um livro medieval não contivesse nada além da simples escrita”.⁹ A maioria deles, porém, não era iluminada – ou seja, ornamentada com ouro ou prata, que “iluminam” a página ao refletir a luz – e sim decorada com desenhos mais simples, às vezes limitados às iniciais, que desde a Antiguidade costumavam aparecer em destaque, pela cor e pelo tamanho. A ornamentação podia estar também nas margens, ao redor do texto ou entre as colunas escritas. Podia se limitar à primeira página ou estar em todas as páginas. Em suma, desde uma simples capital em vermelho às iluminuras de página inteira, há todo um universo de possibilidades no que concerne à decoração de um livro medieval.

Para fins deste trabalho, vamos retomar o exemplo escolhido: um livro iluminado, produzido por volta dos séculos XIII-XIV. A confecção desse tipo de obra era quase sempre objeto de negociação entre o artífice e o comprador, que tinham de estar de acordo em relação à qualidade do pergaminho, ao tamanho das folhas e a vários outros detalhes. Os contratos da época especificam principalmente a questão da decoração, pois o material utilizado era muito caro, assim como, possivelmente, o delicado trabalho dos artesãos. Assim, ao encomendar um livro era preciso antes estipular a quantidade e tamanho das miniaturas, bem como dos pigmentos e folhas de ouro necessárias.

O trabalho de ornamentação não era feito pelo escriba, mas este devia estar ciente do que ficara combinado a fim de deixar em branco os espaços destinados aos desenhos. Alguns iam além disso e faziam esboços de letras capitais ou inscreviam instruções à margem do espaço, em letra minúscula, como lembretes ao desenhista. Muitos manuscritos inacabados – e uns poucos já concluídos – contêm essas mensagens. A superfície a receber a tinta devia então ser limpa de qualquer resíduo antes que o desenhista pudesse fazer os primeiros esboços, sempre muito leves, frequentemente copiados de outras obras ou, ainda, de álbuns contendo repertórios de figura. Esses modelos eram de grande ajuda para o artista, podendo ser usados em livros ou em quaisquer outras artes pictóricas.¹⁰

Nos manuscritos iluminados, o metal era aplicado ao pergaminho por meio de um dentre três processos básicos. Dois deles utilizavam folhas finíssimas de ouro que podiam ser aplicadas com um pincel mergulhado em cola – um método muito utilizado em manuscritos antigos. Ou, ainda, pela

superposição da folha de ouro a uma camada de material aderente – o que deixava a superfície dourada em relevo –, assim refletindo a luz por vários ângulos de uma só vez. Em ambos os casos o metal era aplicado antes dos demais pigmentos, ao contrário do terceiro método, no qual se utilizava ouro pulverizado, misturado a goma arábica e a um pigmento dourado, obtido da concha de um molusco. Esse último método foi mais usado em manuscritos datados do século XV.

Além do metal, os manuscritos iluminados eram decorados com tintas de várias cores. Um manual escrito por volta de 1455, o *Livro modelo* de Göttingen, fornece uma visão “acadêmica” do que seria esse trabalho: primeiro a área era pintada, depois escurecida para dar o efeito de sombra e clareada no lado oposto. Os detalhes mais delicados eram realçados com branco. Tanto a pena quanto o pincel podiam ser utilizados. Os pigmentos estavam disponíveis em um amplo espectro de cores, podendo ser obtidos de diferentes fontes. Por exemplo, o vermelho, a tinta mais comum, podia ser à base de mercúrio ou de plantas, como o pau-brasil; o azul também podia ser vegetal, mas vinha frequentemente de pedras como a azurita ou do lápis-lázuli. Outras cores incluíam o verde da malaquita, o amarelo extraído do açafrão ou à base de terra vulcânica e os vários tons de terra e ocre, de origem mineral. Várias receitas eram utilizadas para transformar o pigmento em tinta, a maior parte delas empregando gema ou clara de ovo para fazer a liga.

É provável que a tinta usada nos primeiros *scriptoria* fosse produzida nos próprios mosteiros, assim como ocorria com o pergaminho. Com o tempo, no entanto, as atividades foram se tornando mais específicas, e algumas vezes – embora nem sempre – a obra semi-acabada tinha de passar por várias oficinas, incluindo a do encadernador. Os livros medievais eram geralmente encadernados em couro ou em pastas de madeira revestidas com couro e fechadas com garras de metal, mas havia encadernações mais sumptuosas, que exigiam o trabalho de gravadores e joalheiros. Enfim, toda uma gama de artesãos, sem falar nos comerciantes de tinta e pergaminho, participava do processo de produção do livro, um trabalho especializado e de grande complexidade, que, graças à durabilidade do material, continua a ser preservado até os dias de hoje.

A circulação do livro na Idade Média

Durante toda a Idade Média a transmissão da informação e do conhecimento foi feita em sua maior parte por via oral. Isso se verifica principalmente nos primeiros séculos, quando, segundo Zumthor, menos de 1% da população da Europa ocidental era capaz de ler, aí incluindo os religiosos, já

que “pertencer à Igreja não acarreta necessariamente o conhecimento da *ars legendi* (...); na época mais distante, mais de um prelado não se ocupou em aprender a ler ou em dar-se a esse exercício”.¹¹

Uma excelente fonte para a história do livro no início da Idade Média é, como já dissemos, a obra de Jerônimo. Seus textos eram frequentemente escritos em forma de carta – prática comum na época – e, além da matéria religiosa que se constituía no tema principal, tratavam também de assuntos ligados à produção e à circulação do livro. Dentre eles, destaca-se a preocupação de Jerônimo com a fidelidade entre o original e a transcrição, a fim de evitar os erros que poderiam levar à interpretação incorreta do tema pelo leitor. Se isso acontecesse, cabia ao autor se retratar perante o público, tal como fez o próprio Jerônimo, corrigindo, em forma epistolar, sua tradução do *Livro de Salmos*.¹²

A correta atribuição da autoria era também de suma importância, pois garantia que o autor se responsabilizasse pelas ideias divulgadas, o que ocorria bem rápido quando se tratava de uma obra de Jerônimo ou de outro nome conhecido. Isso porque, embora já não existisse a *taberna libraria* – local onde, na Antiguidade, os livros copiados em massa eram postos à venda – os próprios leitores se encarregavam de fazer circular as obras por meio de empréstimos e da confecção de novos exemplares. Assim, não apenas o autor, mas todo um círculo de discípulos, admiradores e, por certo, desafetos, funcionava como depositário e transmissor de sua obra, papel que acabou por se transferir dos membros da comunidade para as próprias ordens e mosteiros a que pertenciam.

As bibliotecas da época se localizavam quase sempre em mosteiros, embora também as houvesse nas cortes, como a de Carlos Magno, frequentemente enriquecida por doações de nobres que conheciam seu amor pelos livros. Outras vezes era ele próprio que encomendava cópias, prática comum também nos mosteiros, cujos escribas podiam viajar e se ausentar durante meses a fim de copiar um livro existente numa biblioteca distante.

Uma exceção ao panorama geral daquele período foi Al-Andalus, ou seja, o território europeu que esteve sob o domínio islâmico a partir do século VIII. Além de ser pioneira na adoção do papel, a Hispânia muçulmana tinha uma população bem mais letrada que os outros países e contava com várias bibliotecas, frequentadas inclusive por estudiosos cristãos.

As bibliotecas de catedrais começaram a crescer a partir do século XII, juntamente com as universidades. Estas contavam com bibliotecas segmentadas, ligadas aos cursos e catedras, onde livros podiam ser emprestados ou alugados aos estudantes. Além disso, havia corporações de “profissionais do livro” subordinadas às universidades. Os livreiros, ou *stationarii* – termo que remonta a Roma – deviam fornecer os livros utilizados nos cursos a um preço

pré-fixado e garantir que houvesse um número razoável de cópias em circulação. Os manuscritos passavam de mão em mão entre mestres e estudantes, às vezes por gerações.

Um sistema interessante utilizado na época era o de *pecia*. Uma *pecia* era uma parte de livro que podia ser alugada para cópia. Isso permitia que os estudantes menos abonados tivessem acesso às obras, já que os livros, mesmo confeccionados em papel, continuavam a ser bastante caros.

O crescimento das universidades viu aumentar o número de obras disponíveis. Além dos livros religiosos, surgiam cada vez mais tratados de leis, ciências, filosofia e, ainda, obras literárias, quer em latim quer em língua vernácula. Estas costumavam ser lidas em público – não é possível dissociar a oralidade da literatura no período medieval – mas, por outro lado, as edições escritas se multiplicavam, muitas vezes com o patrocínio de mecenatas que pagavam copistas e tradutores. Assim é que, antes de ser objeto de edições impressas, um livro como *Voyage de Jean de Manderville*, concluído em 1365, foi difundido sob a forma de manuscrito, conhecendo-se pelo menos 250 cópias em várias línguas diferentes.¹³

Cerca de 70 anos antes da imprensa, a xilogravura – mais uma técnica originária da China – começou a ser utilizada pelos europeus para produzir estampas religiosas. Logo depois surgiram os libretos xilográficos, acessíveis às classes mais populares. No entanto, a demanda pela multiplicação dos livros ainda não tinha sido resolvida, apesar dos esforços dos muitos pesquisadores, inventores e artesãos que, desde o início do século XV, vinham trabalhando nesse sentido.

O nome de Johann Gutenberg está sempre no centro de todas as discussões sobre o surgimento da imprensa de tipos móveis, que, descontados os primeiros anos do seu estabelecimento em Mainz, se difundiria, para além da Renânia, a partir da década de 1460.¹⁴ A revolução na produção e na difusão do livro não foi acompanhada por mudanças no formato, que continuava a ser o códice de cadernos costurados; mesmo em termos estéticos os primeiros livros impressos se assemelhavam em muito aos caligrafados, com grandes iniciais feitas por xilogravura, ou mesmo à mão, depois de impresso o texto. Além disso, a produção de livros manuscritos não foi totalmente interrompida. No entanto, a revolução proporcionada pelo novo artefato foi imensa, e logo se faria sentir não apenas na Europa – onde, ao se tornar mais acessível, o livro passou efetivamente a competir com as formas tradicionais de transmissão oral do saber – como também nas novas terras que mal começavam a ser descobertas.

E nesse novo e vasto mundo os livros desempenhariam um papel fundamental como veículo do conhecimento e da informação.

Notas

1. HEATHER, 1998, p 223.
2. CAVALLO, 1998, p. 93.
3. HEATHER, p. 253.
4. FURTADO, 1995, p. 41.
5. DE HAMEL, 1995, p. 5.
6. Id., *ibid.*, p. 23.
7. Id., *ibid.*, p. 43.
8. HIGOUNET, 2003, p. 120.
9. DE HAMEL, 1995, p. 45.
10. Id., *ibid.*, p. 51.
11. ZUMTHOR, 1993, p. 107.
12. ARNS, 1993, p. 78.
13. FEBVRE, 1992, p. 40.
14. EISENSTEIN, 1998, p. 28.

Bibliografia

- ARNS, Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BOWMAN, Alan; WOOLF, Greg (org.). *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. V. 1. São Paulo: Ática, 1998.
- DE HAMEL, Christopher. *Scribes and Illuminators*. London: British Museum Press, 1995.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da cultura impressa*. São Paulo: Ática, 1998.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP, 1992.
- FURTADO, José Afonso. *O Que é livro*. Lisboa : Difusão Cultural, 1995.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O surgimento da encadernação e da douração

Cida Mársico

Conservadora e restauradora / Fundação Biblioteca Nacional
Mestre em História da Arte pela Universidade Federal do Rio de Janeiro





Resumo

Este trabalho descreve a encadernação desde seu início, destacando os diferentes tipos desenvolvidos ao longo da história – como, por exemplo, as encadernações bizantina e medieval – e incluindo esta atividade no Brasil. Trata também da ornamentação, abrangendo sua origem, estilos e transformações. Ao final, há um glossário de termos relativos aos assuntos aqui contidos.

Palavras-chave: *estilos de encadernação; estilos da ornamentação, glossário.*

Abstract

This work describes binding since its beginning, giving special attention to its different kinds developed throughout the time – as, for example, the Byzantine, and medieval bindings – and including this activity in Brazil. It's also about the ornamentation, encompassing its origin, styles, and transformations. At the end, there is a glossary of terms related to the subjects herein.

Keywords: *binding styles, ornamentation styles, glossary.*



A encadernação: do rolo ao códex

A encadernação, uma das mais antigas práticas de conservação preventiva, surgiu com a passagem do rolo (*volumen*) ao códex (em cadernos), formato que se sistematizou no Império Romano a partir do século I. “A origem da encadernação está na razão direta do aparecimento do livro, como o compreendemos hoje”¹.

Encadernar é a “operação de juntar as folhas de um livro, costurando os cadernos e cobrindo o corpo do volume com uma capa mais grossa e sólida que a folha vulgar”², com a finalidade de protegê-lo e embelezá-lo. Os primeiros livros eram compostos por folhas simples de pergaminho dobradas ao meio, formando cadernos.

Encadernação bizantina (séculos IV a VI)

A difusão do formato códex e o emprego cada vez maior do pergaminho se estabelecem a partir dos primeiros séculos do cristianismo. No século IV, os livros sagrados tornaram-se verdadeiras obras de arte, um meio luxuoso de valorizar a palavra divina. A encadernação bizantina, executada por artistas, era ricamente ornamentada: as capas eram de placas de marfim ou metais, como cobre e prata, encravadas com incrustações de pedras preciosas, pérolas, ouro maciço ou pintura em esmaltes coloridos. Pela riqueza dos materiais empregados, esta encadernação é denominada ourivesaria e era geralmente destinada ao uso litúrgico.

Encadernação medieval

A encadernação medieval teve sua origem nos mosteiros da Idade Média, sendo anterior à descoberta da imprensa. É também denominada de encadernação gótica ou monástica.

A partir do século XII, as placas de marfim, utilizadas na encadernação de ourivesaria, foram substituídas por tábuas muito espessas (10 mm).

O caráter higroscópico do pergaminho, o manuseio e o acondicionamento levavam à degradação das folhas iniciais e finais dos cadernos. A fim de evitar este problema, passou-se a prender as folhas costuradas entre tábuas, criando, assim, o embrião da encadernação como hoje é concebida.

A encadernação medieval estabelece solidariedade com o bloco dos cadernos. O que significa que, enquanto encadernação, não é um simples envelope de revestimento ou capa de proteção³.

As tábua da encadernação medieval não apresentam scixas e encaixe. “Pelo menos até o século XIII/XIV, as tábua são cortadas na medida exata dos fólios dos cadernos e não apresentam margens salientes, nem à cabeça nem ao pé ou ainda na goteira”⁴.

Até o Renascimento, os livros não eram acondicionados na vertical,

mas deitados em prateleiras ou mesas. Suas capas continham espécies de calombos, feitos de metal ou pedra incrustada, que os mantinham erguidos acima da superfície, driblando a umidade. A lombada, pouco visível, não continha o título, sendo este escrito em etiquetas, não raro protegidas por chifre transparente, atadas à capa. Para evitar a ondulação do pergaminho, fechos e broches nas bordas das pranchas de madeira mantinham o livro bem fechado⁵.

O formato plano do livro favorecia a sua ornamentação. Na Idade Média a ornamentação era feita por impressão a seco (gofragem), método que não utilizava tinta ou ouro para a estampagem; a marca deixada sobre as capas era resultado de ferros aquecidos sobre o couro úmido.

A arte de decorar a capa e a lombada com folha de ouro é denominada douração e tem origem árabe, aparecendo no Marrocos a partir do século XII. As primeiras capas decoradas aparecem na Itália a partir de 1460. Na Espanha, elas surgem por volta do fim do século XV. A sua técnica consiste basicamente “em uma impressão a ferro quente e folha de ouro na encadernação”⁶.

Avaliar as primeiras dourações é tarefa muito difícil, pois não sabemos ao certo se o ouro foi realmente impresso sobre o couro, com um instrumento quente, ou pintado depois de feita uma impressão a seco. Isto é, se foi realizada uma impressão a seco com pintura dourada nos sulcos ou se foi feita uma douração com uso de folha de ouro.

Uma forma de estabelecer a diferença é observar as marcas profundas (sulcos) deixadas no couro. Na impressão a seco, com pintura dourada, detectamos as marcas do pincel que comprovam que foi realizada uma pintura e não a impressão. A diferença entre as duas técnicas torna-se difícil de identificar hoje em dia devido à degradação das obras através dos tempos.

A encadernação: do mosteiro ao atelier

A difusão do livro na Renascença é resultado da conjunção de diversos fatores: o advento da imprensa no século XV; o emprego do papel em substituição ao pergaminho, ocasionando custos mais baixos e, portanto, barateamento do livro; e a substituição das pranchas de madeira por papelão, o que conferiu mais leveza às capas.

A passagem da Idade Média para a Era Moderna significou passar da idade corporativa para a da propriedade privada: as encadernações agora deixam os mosteiros e são realizadas em ateliês especializados, que trabalham por encomenda de abastados mecenas, bibliófilos e colecionadores⁷.

A encadernação adquiriu grande importância no Renascimento especialmente na França, Itália e Alemanha. O seu apogeu ocorreu nos séculos XVII e XVIII, sobretudo na França, onde muitas famílias cultivavam o ofício de geração em geração, acompanhando os estilos mais apreciados de cada período e as tendências estéticas gerais.

Principais estilos de encadernação

Espanha

Estilo mudéjar (séculos XII e XVI)

Mudéjar, em árabe, significa “doméstico” ou “domesticado”. O termo é utilizado para designar os muçulmanos espanhóis que permaneceram vivendo em território conquistado pelos cristãos e sob o seu controle político durante o longo processo da chamada Reconquista, que se desenvolveu ao longo da Idade Média, na península Ibérica. Durante a Idade Média foram obrigados a se converterem ao cristianismo, passando assim a serem chamados de mouriscos.

O estilo mudéjar de encadernação floresce na Espanha. Seus ferros têm forma de cordas retorcidas, e permitem infinitas combinações e padrões geométricos. A capa é de cartão muito grosso ou de madeira, forrada de couro de bezerro. O resultado, belíssimo, é uma capa muito adornada, com poucos espaços vazios. A expressão foi cunhada em 1859 por Amador de los Ríos em seu discurso de ingresso na Real Academia de Belas Artes de São Fernando “O estilo mudéjar na arquitetura”.

Itália

Aldo Pio Manuzio (século XV)

A arte de encadernação também floresceu na Itália, país que trouxe do Oriente a técnica da douração. Da península italiana, estendeu-se para outros países europeus. Quem primeiro teve seu nome associado a um estilo foi Aldo Pio Manuzio, o impressor que se tornara célebre pelas inovações que fazia, rompendo definitivamente com os pesados padrões anteriores.

As suas encadernações, chamadas de aldinas, são executadas em

Veneza nos finais do século XV por Aldus Manuzio e seus discípulos. Eram em couro marroquim, caracterizando-se pelo emprego, na sua decoração, de folhas estilizadas terminadas em espiral, filetes a seco, retos e curvos, entrelaçando-se a flores no centro e nos cantos.⁸

O estilo de Aldo Manuzio influenciou profundamente a história da encadernação, ficando este período conhecido como a “era aldina”, pois as inovações introduzida por Manuzio serviram de fonte de inspiração para diversos encadernadores, que difundiram e desdobraram o estilo aldino. Aldo Manuzio utilizava como insígnia um unicórnio envolvido por um delfim, parecendo pela primeira vez em 1502.

França

Jean Grolier, visconde d'Aiguisy (1479-1565)

Era tesoureiro real além de mecenas. Trouxe de suas viagens à Itália seu entusiasmo pelo trabalho de Aldo Manuzio. Começou utilizando os próprios ferros aldinos, mas soube a partir deles chegar a uma infinidade de modelos em forma de folha, que vazou e listrou (fundo raiado), criando belíssimo efeito. Combinava os florões em forma de ramos e unia os filetes com grande preciosismo. Sua divisa era “Io Grolier et Amicorum (de Grolier e de seu amigos).

Thomas Maioli (1549-65)

Embora de provável nacionalidade italiana, viveu na França, onde se tornou um grande bibliófilo e encadernador. Era conhecido também como Tomasso Maioli e Thomas Mahieu.

Foi secretário de Catherine de Medicis (1549-1569) e depois secretário do tesouro da França, como Grolier, que muito provavelmente conheceu.

Sofreu influência de Aldo Manuzio e de Jean Grolier na criação de seu estilo. Maioli modificava os ferros acrescentando pontilhado ao fundo. Os

seus desenhos geométricos apresentavam um grande refinamento e elaboração com o uso de ferros curvos e florões com filete duplo.

Em seus livros, no centro da capa em forma oval, aparecia escrito a divisa “Maioli et Amicorum!” (Maioli e amigos). Ao lado de Grolier, o estilo Maioli passou a constituir um dos estilos universais de encadernação.

Estilo Fanfare (séculos XVI -XVII)

Seus principais artesãos foram “os Éve”, Nicolas e Clovis, pai e filho, encadernadores e douradores do rei. Clovis Éve trabalhou para o rei Henry III, para quem realizava a encadernação “fanfare”.

Esse estilo decorativo, de execução complexa e que exigia grande habilidade do encadernador, consistia em linhas curvas representando flores, folhas e ramos espiralados. Cobrindo a capa por inteiro, davam à obra encadernada uma composição harmônica e requintada. Uma solução muito usada era a do filete duplo ou triplo na cercadura.

O termo “fanfare” surgiu em 1829, quando o escritor e bibliófilo Charles Nodier solicitou ao encadernador Joseph Thovenin uma ornamentação, ao estilo antigo, para o volume *Fanfare et courvées abbadesses des Roule-Bon-temps de la haute et basse cocquaigne* (1613). Thovenin, então, realizou uma douração imitando algumas decorações existentes no final do século XVI e início do século XVII, passando-se, deste então, a utilizar a primeira palavra desta obra para designar este estilo de douração rico em detalhes.

Augustin Du Seuil (1673-1740)

Encadernador do rei Luiz XV, iniciou sua carreira como aprendiz de Philippe Padeloup, trabalhando em seu ateliê.

A encadernação à *Du Seuil* consiste basicamente em duas cercaduras. A primeira cercadura externa é composta de dois ou três filetes dourados próximos ao contorno da capa. Uma outra cercadura é colocada no interior da primeira, também composta de dois ou três filetes; complementando a ornamentação, florões colocados nos quatro cantos da segunda cercadura, dando à encadernação grande beleza e elegância.

Estilo à *Dentelle* (século XVIII)

Nicolas Denis Derôme (Derôme, o Jovem) foi o mais ilustre representante das várias gerações da família Derôme. Os Derôme foram os grandes difusores do estilo *dentelle*, que é um tipo de encadernação no qual os elementos ornamentais imitam as rendas.

Ele utilizava os ferros à *dentelle* em combinação e não em repetição. Uma característica da decoração de Nicolas Derôme é a presença de pequenos

pássaros com as asas abertas, denominado de “dentelle à l’oiseau”. No entanto, não podemos afirmar que todas as dourações que utilizaram o ferro “à l’oiseau” foram realmente encadernadas por Derôme, o Jovem. O ferro “à l’oiseau” foi usado por diversos ateliês no século XVIII.

Estilo pontilhado – Le Gascon (século XVII)

O estilo Le Gascon – conhecido como pontilhado – constitui-se de minúsculos pontos em forma de linhas e de curvas. No início do século XVII, o estilo pontilhado foi utilizado por inúmeros encadernadores franceses – Florimond Badier e Macé Ruelle. Há, no entanto, uma grande controvérsia sobre a verdadeira identidade do encadernador que criou este estilo pontilhado, sendo Le Gascon muito certamente um pseudônimo.

Antoine Michel Padeloup (1685-1758)

Antoine Michel Padeloup, o Jovem, pertencente a uma família tradicional e muito respeitada de encadernadores, por sua arte e habilidade. Foi iniciado no ofício por seu pai Michel (1654-1725).

Encadernador do rei Luís XV em 1733, tinha um gosto eclético e muitas das suas encadernações eram realizadas em diferentes estilos. Geralmente utilizava a decoração “à dentelle”. É atribuída a ele a introdução da repetição de desenhos. Suas capas eram cheias de desenhos e, nos espaços livres, Padeloup aplicava a flor de lis e rosas pequenas; gostava muito dos mosaicos coloridos. Foi também o primeiro a fazer guardas dos livros forradas de seda.

A encadernação no Brasil

Encadernação imperial – Segundo Reinado

A encadernação imperial é um tipo de encadernação armoriada (ou brasonada), de uso muito difundido no Segundo Reinado. Ela se distingue pelas armas do Império em dourado, no centro das capas.

Um livro possuir as armas do Império na encadernação não significa que o exemplar pertenceu ao Imperador. Indica que pertenceu a alguma repartição pública. Eram encadernações oficiais. Nestes casos o couro da encadernação é verde e a combinação do ouro da gravação forma as cores nacionais, verde e amarelo⁹.

No final do século XIX, o veludo foi um material muito utilizado para a cobertura das capas e da lombada das encadernações imperiais. “A preferida

era o verde, mas usava-se também veludo azul e roxo, ou, mais raramente o vermelho”¹⁰. As armas imperiais eram gravadas no centro das capas.

A encadernação imperial se difundiu muito graças à ação de George Leuzinger, que possuía uma oficina de encadernação e douração em sua loja, a Casa Leuzinger, um misto de livraria, papelaria e ponto de venda e difusão de gravuras e fotografias.

Roteiro para descrição de encadernação

Relação das principais características da encadernação que devem ser observadas para a descrição da obra:

CAPAS	De marfim De madeira De papelão De papel
COBERTURA	Couro (cor) Pergaminho Tecido Veludo Cetim Seda Papel
LOMBADA	Nervos Sem nervos Douração Sem douração
FOLHA DE GUARDA	Pergaminho Papel Seda Marmorizada Impressa

CORTES	Dourado Cinzelado Pintado Marmorizado Salpicado
CABECEADO	Manual Industrial
TIPO	Inteira Meia Meia com cantos
DOURAÇÃO	Impressão a seco Impressão com ouro

Conclusão

A importância de fenômenos novos capazes de provocar mudanças significativas em um determinado contexto social e científico é explicada por Thomas Kuhn em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*¹¹.

Mostra que a ideia de “anomalia desempenha um papel importante na emergência de novos tipos de fenômenos”¹². Ao serem assimilados pela sociedade, eles instauram uma ruptura com uma prática cristalizada de um determinado período histórico, dando origem a uma mudança de paradigma. Este último um termo usado mais genericamente para descrever uma modificação profunda em nossos pontos de referência.

A inovação estrutural derivada da passagem do rolo ao códex possibilita o surgimento de uma mudança de paradigma na história do livro: o livro plano e a encadernação, fazendo com que o formato rolo caia em desuso no século V.

Na Idade Média, o livro será o veículo ideal para a propagação da palavra divina, revelando um valor litúrgico e domínio do poder eclesiástico. No Renascimento, seguindo a mudança de paradigma da época, o livro acompanha a secularização da sociedade, surgindo os ateliês particulares de encadernação e douração.

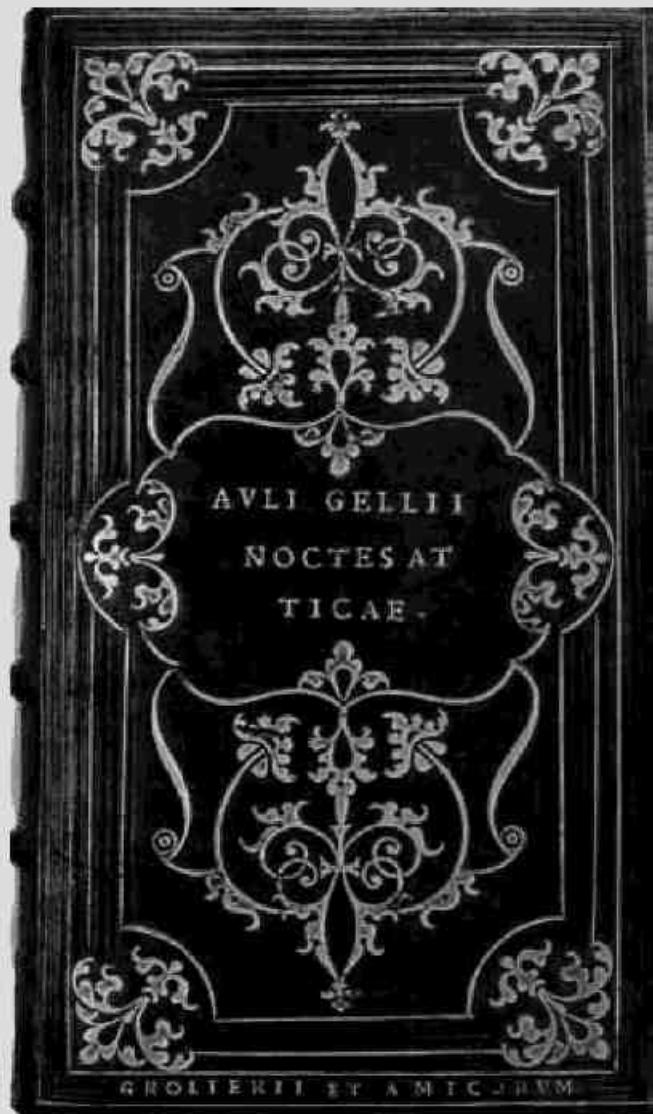
A encadernação e a douração atingem o seu apogeu nos séculos XVII e XVIII, na Itália, França e Alemanha. Os bibliófilos mandavam fazer



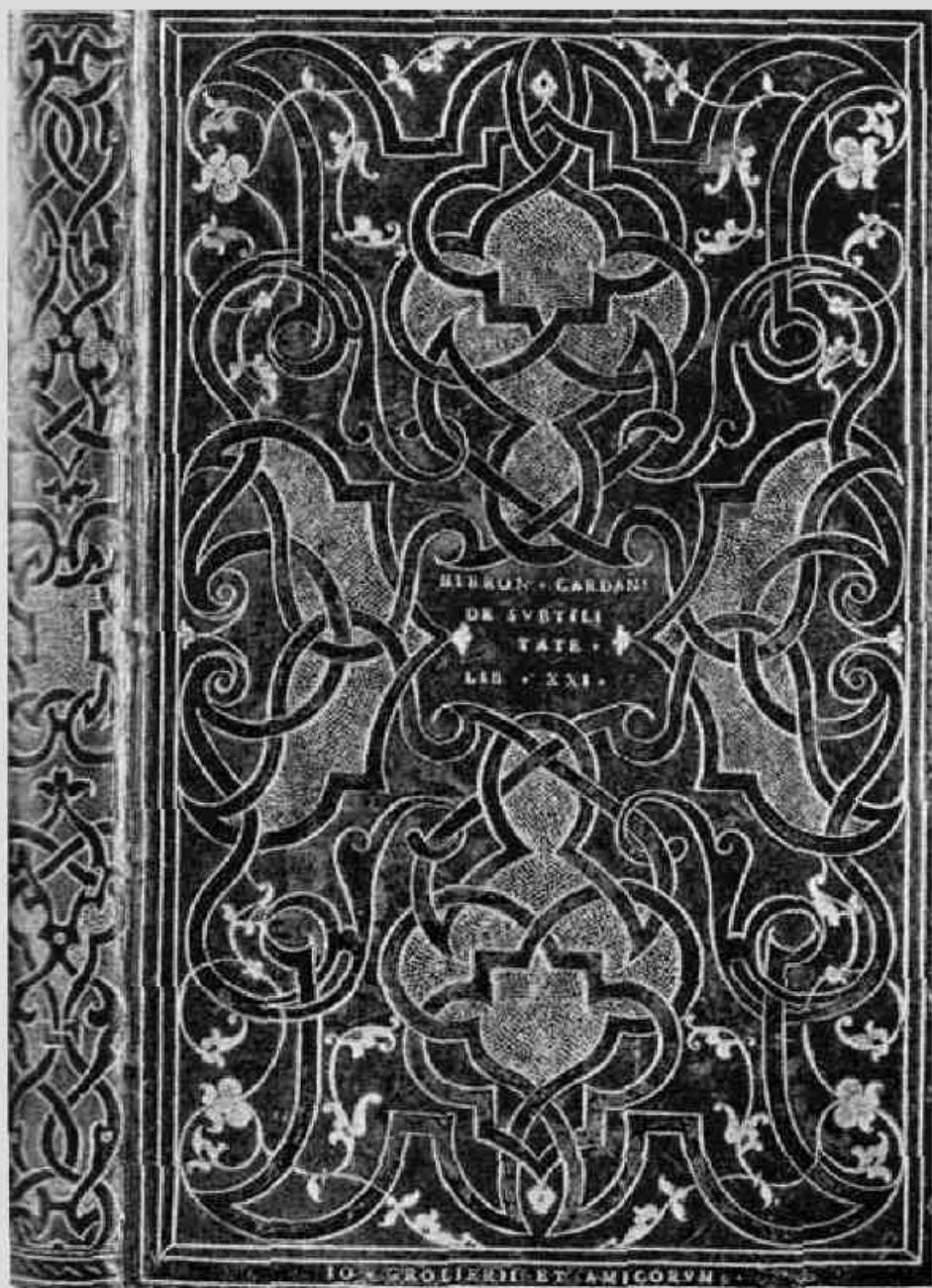
Encadernação de ourivesaria: placa de marfim, incrustada de pedras preciosas. Segunda metade do século VII, Museo Archeologico Nationale – Cividale del Friuli (Itália)



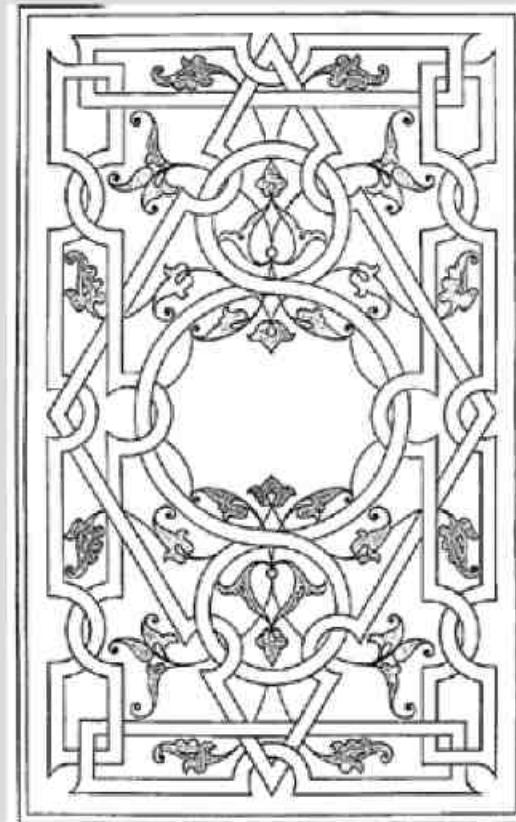
Encadernação medieval: capas de madeira, impressão a seco, cantoneiras de metal e fechos. Confeccionada provavelmente em Utrecht (Países Baixos), c. 1.500



Edição aldina de Aulus Gellius *Noctes Atticae*, confeccionada por Jean Grolier. Veneza, 1515.
Library of Congress (EUA)



Encadernação de Jean Grolier, século XVI



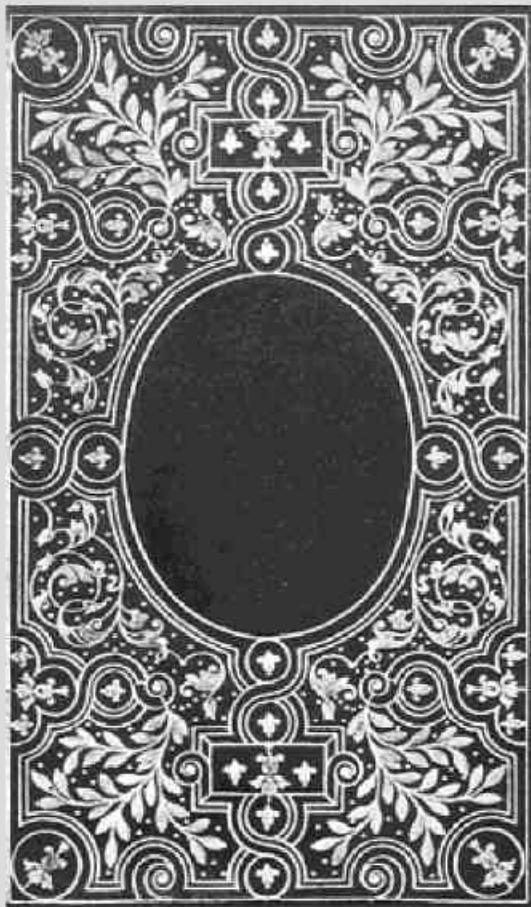
Desenho de decoração aplicada em encadernação com ferros azurados, de Jean Grolier



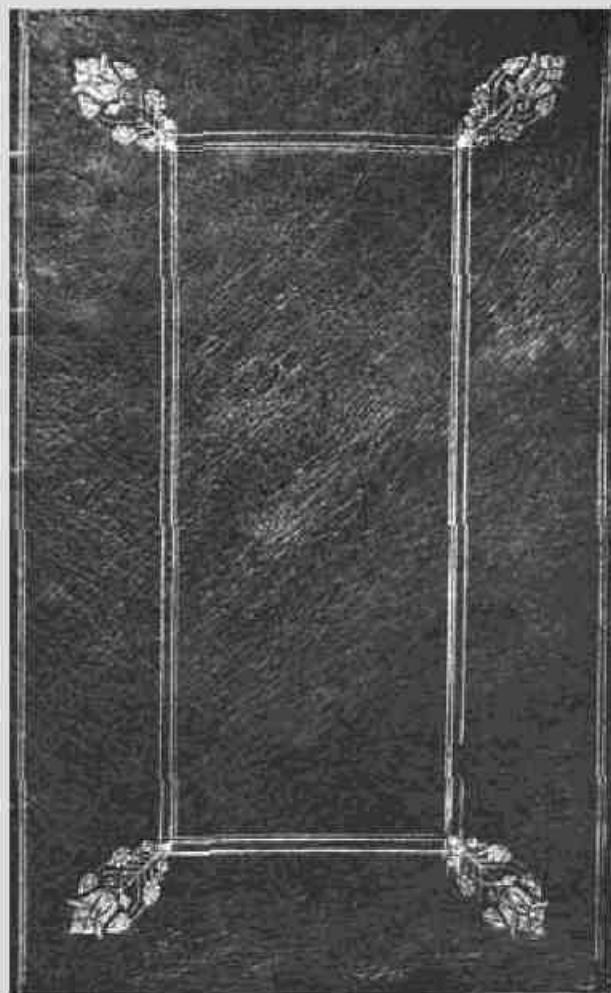
Encadernação de Thomas Maioli para *Il Ragionamento della Nanna et della Antonia*, de Pietro Aretino



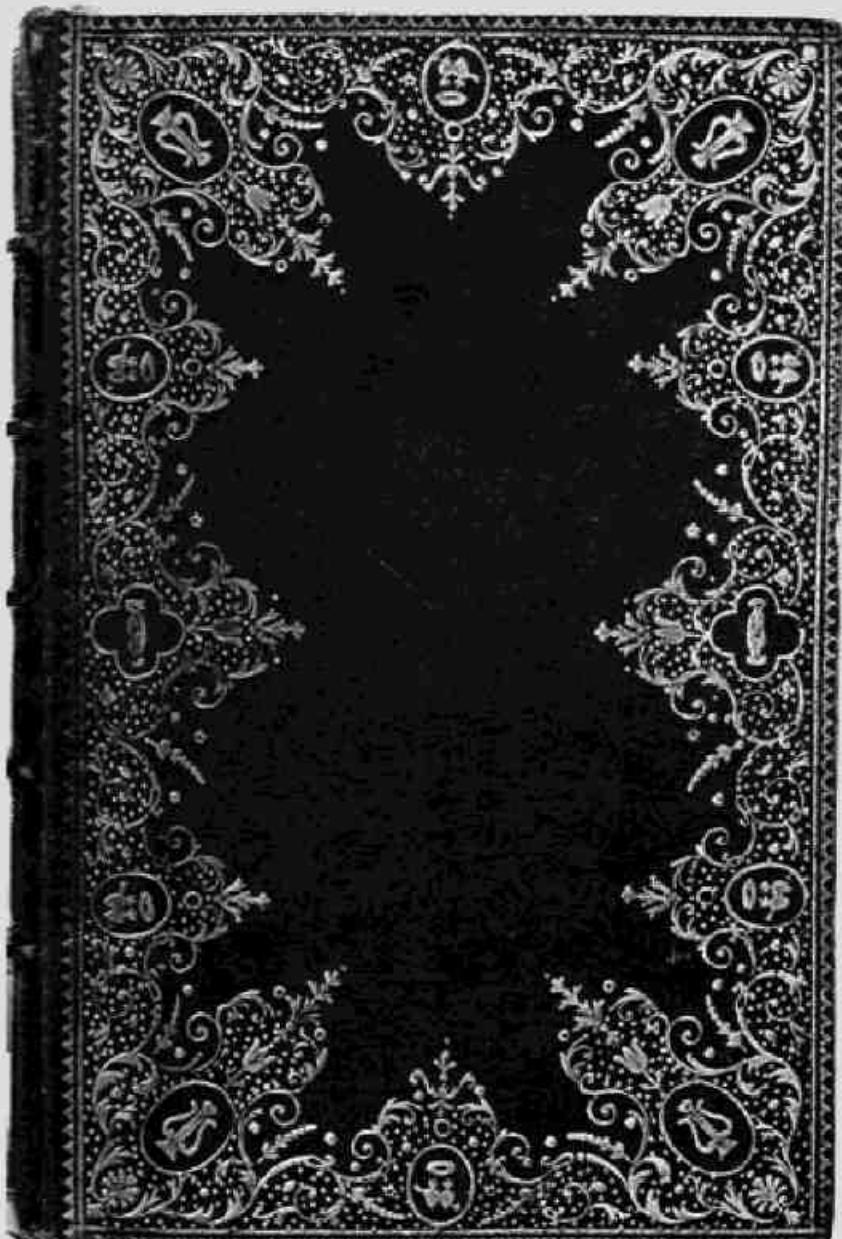
Encadernação estilo fanfare a maneira dos Éves.
Horae beatissimae Virginis Mariae. Library of Congress (EUA)



Encadernação assinada por
Thovenin, cujo estilo, devido ao
título da obra para a qual foi feita,
ficou conhecido como “fanfare”

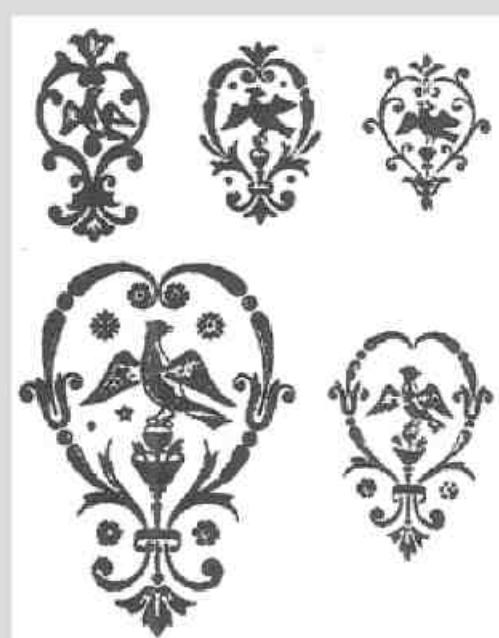


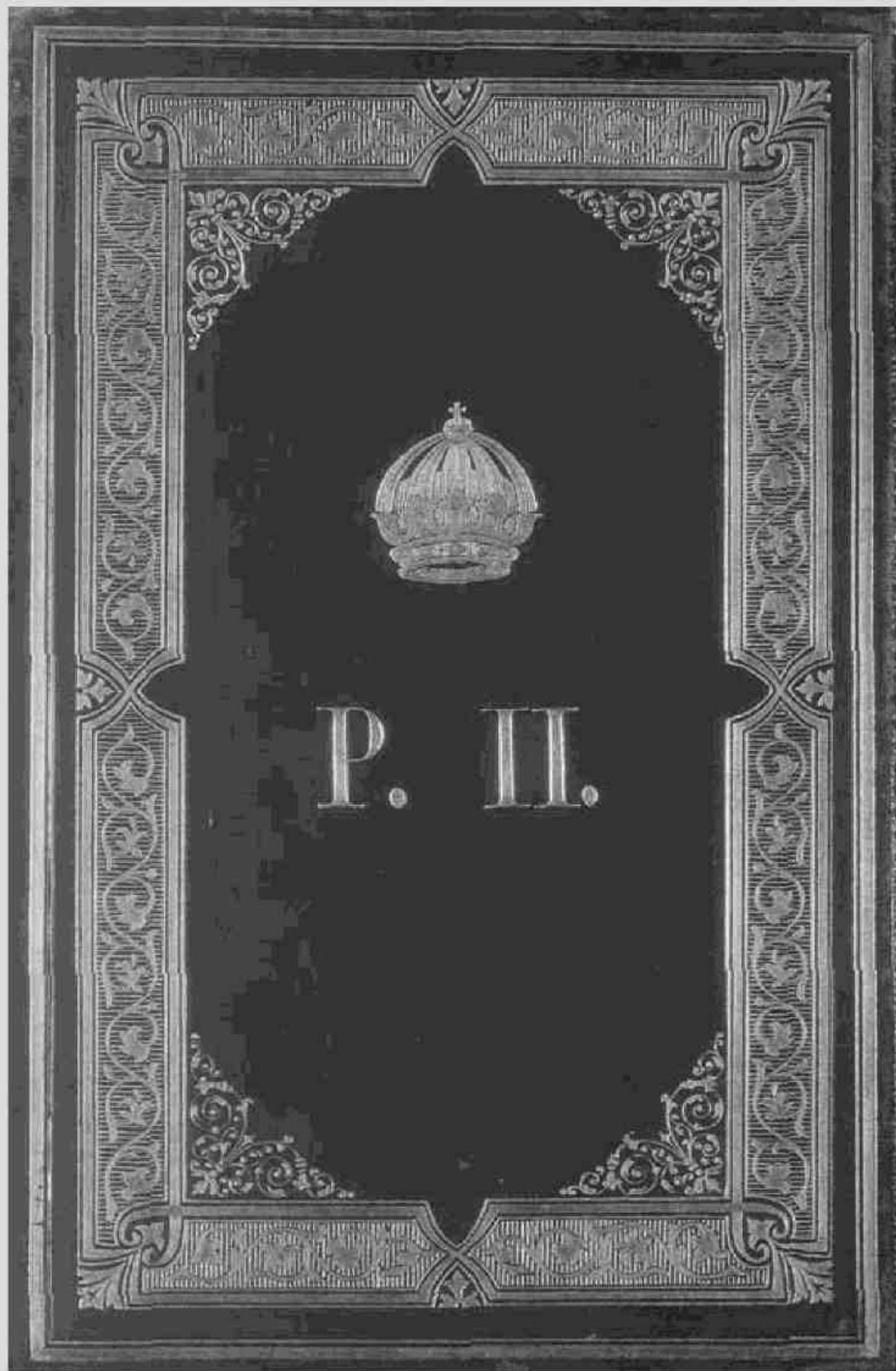
Encadernação à Du Seuil, feita em
1665, para a obra *Natural and political
observations*, de John Graunt



Encadernação à dentelle,
preparada para a obra
*Les amours pastorales de
Daphnis et Clôe*,
século XVIII.
Confeccionada por Antoine
Michel Padeloup

Ferros
à l'oiseau





Típica encadernação “imperial” – couro verde gravado em dourado, compondo as cores nacionais, da Coleção D. Thereza Christina Maria. Do encadernador George Leuzinger para a obra *Dos alcaloides em geral, da química em particular....*, de Artur Fernandes Campos da Paz. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & filhos, 1885

encadernações de luxo para seus volumes, difundindo esta arte de embelezar e proteger uma obra. Testemunhas de uma época, a encadernação e a douração são valores simbólicos agregados ao livro que devem ser sempre muito bem avaliados e cuidados para manter e preservar a identidade de uma determinada arte em uma época.

O estudo da história da encadernação possibilita ao bibliotecário, aos responsáveis por bibliotecas, aos historiadores, aos livreiros e aos colecionadores identificar e dimensionar a importância do objeto “livro raro”. O desconhecimento de estilos e características de época das encadernações representa a perda da memória de uma técnica tão minuciosa e única na história do livro.

Glossário¹³

A seco: expressão para indicar uma decoração em encadernação de pele, pergaminho ou tecido mediante a aplicação de um ferro ou punção muito quente sem dourado ou cor, como, por exemplo, nas encadernações monásticas.

Armas: insignias de quem possui ou possuiu um livro, podendo ser gravadas, douradas ou contornadas de ornamentos e usadas nas encadernações ou como tema decorativo ou comprovação de propriedade.

Armorial: o livro que contém armas e brasões de nobreza.

Azurado: ferro estriado de linhas oblíquas utilizado para a decoração de encadernações.

Bordadura: banda decorativa

Cabeça: parte superior de qualquer forma ou página; parte superior do livro.

Caderno: conjunto de folhas de pergaminho ou papel dobradas ao meio e encartadas umas nas outras que constituem os elementos de um manuscrito ou de um livro antigo.

Capa: parte exterior de um documento, seja de que matéria for, destinada a protegê-lo.

Cercadura: elemento decorativo, formado por quatro bordaduras, utilizado em composição, gravura e encadernação.

Chagrin: (palavra francesa derivada do turco sagri) pele de aspecto granuloso preparada com quarto traseiro do cavalo, do burro, da cabra caracterizada por um grão muito miúdo e regular; empregou-se na encadernação apenas depois da segunda metade do século XIX; alguns dicionários adotam a forma *Chagrém*.

Cinzelado: ornamentação de luxo no corte dos livros.

Cinzelar o corte: operação levada a cabo no corte dos livros, por meio da qual se gravam motivos ornamentais nele.

Cinzelado simples: aquele em que, após a douração do corte do livro, se procedeu à gravação do desenho, mediante instrumentos próprios.

Codex (códice): livro manuscrito organizado em cadernos solidários entre si, por costura e encadernação.

Contracapa: lados internos da capa.

Costura: ato de costurar livros; é uma operação levada a cabo no dorso dos cadernos com linha para unir uns aos outros, segundo a sequência normal da obra.

Cravo (prego): prego de metal colocado nos ângulos das pastas do livro.

Divisa: sentença ou frase que sintetiza a idéia ou sentimento de alguém. Emblema, insígnia, alegoria.

Dourado: impressão a ferro quente e folha de ouro na encadernação.

Dourar: estampar ou revestir com ouro ou outro metal legendas e motivos ornamentais na capa, lombada e corte dos livros.

Dourar o corte: revestir a ouro o corte do livro, só a cabeça ou os três lados.

Encadernação: operação de juntar as folhas de um livro, costurando os cadernos e cobrindo o corpo do volume com uma capa mais grossa e sólida que a folha vulgar.

Encadernação à dentelle (encadernação rendada): tipo de encadernação em que os elementos ornamentais imitam as rendas.

Encadernação à fanfare: tipo de encadernação do século XVII, caracterizada por motivos simples e delicados, formados quase exclusivamente por linhas curvas que representam flores, folhas, ramos espiralados que cobrem a capa por inteiro; é inspirada nos trabalhos de Clóvis e Nicolau Evc.

Encadernação aldina: nome pelo qual são conhecidas as encadernações de marroquim trabalhado executadas em Veneza nos finais do século XV, por Aldus Manutius e seus discípulos; caracterizam-se pelo emprego na sua decoração de folhas estilizadas terminando em espiral, filetes a seco, retos e curvos, entrelaçando-se florões no centro e nos cantos.

Encadernação bizantina: encadernação ornamentada com marfim esculpido, metais dourados e esmaltes de cores vivas, com figuras de santos e outros motivos religiosos.

Encadernação brasonada: encadernação que apresenta, em uma ou em ambas as pastas, um brasão que pode pertencer ao possuidor ou a outro personagem a quem o exemplar é dedicado.

Encadernação em mosaico: designa um tipo de encadernação polícroma. Obtida com lacas e vernizes de cores variadas ou com a aplicação de pedacinhos de peles de várias cores e qualidades.

Encadernação inteira: aquela em que, para a cobertura da lombada e das pastas, emprega-se um único tipo de material, que tanto pode ser o couro (inteira de couro) como o tecido (inteira de tecido).

Encadernação monástica: encadernação anterior à descoberta da imprensa, também conhecida como górica ou medieval; teve origem nos mosteiros e conventos da Idade Média; é caracterizada pela impressão a seco, em couro natural, de motivos severos, muito usados nos séculos XIV e XV; dentre esses motivos destacam-se traços verticais ou em diagonal, losangos, cruzes, figuras humanas ou animais fantásticos, especialmente dragões, flores, folhas; leva em geral cantos e fechos de metal.

Encadernação mudéjar: encadernação do século XV em tábua ou cartão muito forte, forrada de couro de bezerro ou outro, quase sempre repuxada ou gofrada com pequenos ferros de estilo árabe.

Encadernação mourisca: aquela que apresenta na sua decoração filetes entrelaçados que formam figuras geométricas ou arabescos nas pastas e quadrados com diagonais na lombada.

Encadernação padeloup: estilo de decoração de encadernação praticada pela família Padeloup, na França, no século XVIII, caracterizado por embutidos de peles coloridas de formas geométricas simples, desprovidas de floreados.

Estampar a seco: imprimir com ferros de dourador, deixando apenas as marcas de pressão, sem utilizar ouro nem tinta.

Filete: em encadernação, adorno dourado igual e repetido em traços paralelos, que se encontra em alguns livros.

Gofrar: estampar a seco.

Goteira: lado oposto ao lombo quando as folhas à frente têm a forma de meia cana.

Guarda: páginas brancas colocadas no início e no fim do livro que não contam na paginação.

Insígnia: emblema ou marca com o qual o impressor, o editor ou o livreiro assinalavam os livros saídos de sua oficina.

Lombada: parte do livro oposta ao corte de dianteira onde são costurados os cadernos.

Marroquim: pele de cabra curtida a tanino, apresentando um grão irregular, muito brilhante e lustrosa.

Nervo: tira de nervo de boi, couro, tripa enrolada (no livro antigo) ou fio, à qual estão presos, de um lado os fios da costura dos cadernos que compõem um livro e do outro os planos; designa-se igualmente desse modo a saliência que se encontra na lombada do volume.

Nervo falso: pedaço de cordão para imitar o relevo produzido pelos nervos verdadeiros.

Pé: margem inferior do livro oposta à cabeça e à goteira.

Notas

1. CASTELO BRANCO, 1978, p.3.
2. FARIA; PERICÃO, 1988, p. 114.
3. NASCIMENTO, 1984, p. 29.
4. NASCIMENTO, 1984, p.28.
5. BRUCHARD. <http://escritoriodolivro.com.br>.
6. FARIA; PERICÃO, 1988, p. 102.
7. BRUCHARD. <http://escritoriodolivro.com.br>.
8. FARIA; PERICÃO, 1988, p. 115.
9. MORAES, 1975, p. 64.
10. Id., *ibid.*
11. KUHN, 1998.
12. Id., *ibid.*, p. 94.
13. FARIA; PERICÃO, 1988.

Outras fontes de pesquisa

1. www.cyclopaedia.org/16c/1573point.jpg
2. <http://libweb5.princeton.edu/.../images/4.thumb.jpg>
3. <http://www.wlb-stuttgart.de/sammlungen/alte-und-wertvolle-drucke/bestand/einbaende/einbandsammlung/>

Especialistas consultados

Ana Virginia da Paz Pinheiro - Bibliotecária, professora adjunta da Universidade do Rio de Janeiro, Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional.

Carmem Lucia da Costa Albuquerque – Bibliotecária, conservadora e restauradora da Fundação Biblioteca Nacional; especialista em encadernação e restauração de obras raras.

Bibliografia

- ADAM, C. *Restauration des manuscripts et des livres anciens*. Paris: Institut Français de Restauration des Oeuvres d'Art, 1984.
- BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Editora Paulistana, 2008.
- CASTELO BRANCO, Zelina. *Encadernação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- DEVAUX, Yves. *Dix siecles de reliure*. Paris: Éditions Pygmalion, 1981.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*. Lisboa: Guimaraes Editores, 1988.
- FOOT, Mirjam M. *A collection of bookbinding*. Londres: British Library. 1983.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MORAES, Rubens Borba. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2^a edição, revista e aumentada, 1975.
- NASCIMENTO, Aires Augusto; DIOGO, Antonio Dias. *Encadernação portuguesa medieval*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.
- PERSUY, Anne, EVRARD, Sün. *La reliure*. Paris: Editions Denoël, 1983.
- ROBERT, Matt T., ETHERINGTON Don. *Bookbinding and the conservation of books: a dictionary of descriptive terminology*. Washington: Library of Congress, 1982.
- ZAEHNSDORF, Joseph William. *The art of bookbinding: a practical treatise (1890)*. Whitefish: Kessing Publishing, LLC, 2008.

A história da escrita: uma introdução

Ana Lúcia Merege

Mestre em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ/ECO)
Bibliotecária do Setor de Manuscritos / Fundação Biblioteca Nacional





Resumo

Este artigo narra a história da escrita – desde as primeiras tentativas de representação da linguagem oral até a invenção dos alfabetos grego e latino – como uma introdução à história do livro no Ocidente. O texto explica detalhadamente os três grandes sistemas de escrita, que por vezes se combinam para formar uma única escrita.

Palavras-chave: *história da escrita; escrita sintética; escrita analítica; escrita fonética; sistema alfabetico.*

Abstract

This article tells the history of writing – since the first attempts of representing the oral language to the invention of the Greek and Latin alphabets – as an introduction to the history of the book in the West. It explains at length the three big writing systems, which sometimes combine to form one single writing.

Keywords: *history of writing, synthetic writing, analytical writing, phonetic writing; alphabetic system.*



Introdução

Para traçar, ainda que em linhas gerais, a história do livro no Ocidente, é preciso ter em mente que ele não surgiu como um objeto pronto e acabado. Ao contrário, o livro, desde os seus primórdios, passou por uma série de modificações, não apenas no aspecto material, mas também nos mais intrínsecos, ligados ao seu valor simbólico e ao papel decisivo que, ao longo de vários séculos, vem desempenhando nos processos de registro e veiculação do saber.

Assim, antes de falar sobre o livro, é importante refletir sobre as circunstâncias que propiciaram o seu aparecimento, desde as primeiras representações gráficas, de que são exemplo as pinturas rupestres – existentes há aproximadamente 22.000 anos – e os petróglifos, desenhos gravados em pedra, que se encontram praticamente em toda parte, da Europa setentrional às ilhas do Pacífico. Esses sinais ainda não podem ser chamados de escrita, mas já se constituem numa tentativa de traduzir fatos e ocorrências do cotidiano, além, possivelmente, de ideias, crenças e desejos do autor e de seu grupo social. Em outras palavras: constituem-se nos primeiros esboços representativos da linguagem oral, dos quais, ao longo do tempo, se originaram as primeiras escritas.

Segundo Février,¹ toda escrita demanda a existência de um conjunto de sinais estabelecido e utilizado por uma comunidade para reproduzir a fala. Ao longo de milênios, entre as mais diversas civilizações, vimos surgir e se desenvolver inúmeros desses conjuntos, muitos dos quais são empregados até hoje em suas formas modernas. Tais escritas podem ser agrupadas em três grandes sistemas: o sintético, o analítico e o fonético, sendo o alfabeto uma inovação decorrente deste último. As categorias não são excludentes, pois algumas escritas podem combinar mais de um sistema, como ocorre com os hieróglifos; no entanto, a classificação é útil para decifrar essas escritas, bem como, de forma mais ampla, para estudar suas civilizações de origem.

Escrita sintética

A escrita sintética, ou ideografia, é aquela em que um sinal ou grupo de sinais é usado para sugerir uma ideia ou uma frase. O sistema de notação por imagens foi amplamente utilizado pelos inuit e por alguns povos indígenas da América do Norte – como os iroqueses e algonquinos, que usavam o sistema de faixas coloridas, chamadas *wampuns* – e pode também caracterizar a escrita

dos maias e dos astecas. Elementos ideográficos são frequentemente encontrados em escritas analíticas tais como a chinesa – o mais antigo dos sistemas ainda em uso – e os hieróglifos usados pelos egípcios.

Escrita analítica

A escrita analítica é aquela em que não são mais usados sinais para traduzir ideias ou frases, mas sim palavras. Não é possível saber onde a transformação se deu em primeiro lugar, mas as escritas mais antigas que se conhecem nessa categoria surgiram na China, no Egito e na Mesopotâmia, onde o cuneiforme que serviu para notar as línguas dos acádios e sumérios acabou por legar algumas de suas formas básicas aos sinais usados no primeiro alfabeto.

China

A escrita chinesa é o mais perfeito exemplo de escrita de palavras, tendo sofrido muito poucas transformações desde os primeiros registros até os dias de hoje. A tradição atribui sua invenção aos imperadores lendários – ou a funcionários a seu serviço – por volta do terceiro milênio anterior a nossa era.

Os primeiros documentos conhecidos datam do segundo milênio. Trata-se de textos divinatórios escritos sobre ossos e cascos de tartaruga. Mais tarde, surgiram também inscrições em bronze, pedra e outros materiais, como madeira e tiras de bambu. Uma grande revolução ocorreu no século II a. C., ao se generalizar o uso do pincel e da tinta fabricada com goma, fuligem e substâncias aromáticas; a escrita se tornou mais fluida, o que se intensificou no século I de nossa era, com a utilização do papel como suporte da escrita. Produzido a partir de fibras vegetais esmagadas e prensadas, o papel propiciou uma rápida evolução da caligrafia, que culminou no século IV com a escrita clássica, em uso até hoje, chamada de *k'ai chou*.

Apesar da diversidade linguística existente na China, a escrita, com seus mais de 50.000 sinais, serviu como notação para todos os dialetos. Isso certamente foi um fator decisivo para a administração do imenso território, no qual, necessariamente, se empregavam milhares de funcionários letRADOS. Por outro lado, ajudou também a difundir a literatura e a cultura do país, que influenciaram vários povos vizinhos, principalmente o Japão. Ali, a escrita chinesa foi adaptada para servir de notação a uma língua com mais variações, dando origem a um sistema misto que admite o uso de ideogramas (*kanji*) e sinais silábicos (*kana*). Os caracteres chineses também foram usados no Vietnã e na Coreia antes de serem substituídos por uma escrita própria – no

caso coreano – e pelo alfabeto latino, introduzido no Vietnã pelos primeiros missionários cristãos.

Egito

A escrita surgiu no Egito pela primeira vez no final do período conhecido como Pré-Dinástico, no qual, segundo Davies,² a civilização egípcia passou por grandes transformações políticas e sociais. O governo passou a ser cada vez mais centrado na corte e a manter um grande contingente de funcionários, entre os quais inúmeros escribas, que passavam por um longo e árduo treinamento a fim de desempenhar suas funções. A capacidade de decifrar e produzir registros se tornara essencial a qualquer jovem que aspirasse a ascender em sua carreira, fosse ela qual fosse. Assim, a escrita pode ser encarada como uma nova tecnologia que em muito contribuiu para centralizar o controle, tanto administrativo como ideológico, nas mãos do rei e de seus agentes.

A mais antiga e característica forma de escrita egípcia é a hieroglífica. A palavra vem do grego *hyeroglyphica*, que significa “(letras) sagradas esculpidas”. Seus registros mais antigos, datados entre 3.100 e 3.000 a. C., são textos curtos gravados sobre pedra e fragmentos de cerâmica. Os sinais são em grande medida pictóricos, muitas vezes assumindo funções simbólicas – hieróglifos podiam, por exemplo, ser usados para a cura de doenças ou como parte de encantamentos – e evidenciando a relação existente entre a escrita e a arte. Essa característica é tão marcante que, até o início do século XIX, acreditava-se que a escrita hieroglífica era puramente sintética.

A grande revelação a respeito dos hieróglifos foi propiciada por uma descoberta casual. Em 1799, soldados do exército napoleônico que realizavam escavações na cidadezinha de Rashid – antigamente Roseta, situada no delta do Nilo –, desenterraram uma laje de basalto contendo o mesmo texto em três versões. Duas delas eram de escritas egípcias – a hieroglífica e a demótica, de que falaremos adiante – e a terceira era o grego, do qual, ao longo das décadas seguintes, vários estudiosos se valeram como parâmetro para decifrar as duas primeiras. Muitos avanços foram feitos, destacando-se o do inglês Thomas Young, que conseguiu decifrar o nome do rei Ptolomeu em meio ao texto hieroglífico. O maior mérito, porém, coube ao francês Jean-François Champollion, cujos estudos conseguiram provar o valor fonético dos hieróglifos e, posteriormente, decifrar toda a inscrição. A descoberta foi publicada em 1824, quando, nas palavras de Davies, “o antigo mito dos hieróglifos finalmente descansou em paz e nasceu a egiptologia”.³

Foi também a partir da Primeira Dinastia que os egípcios empregaram a escrita simplificada conhecida como hierática. Tal como o nome já diz

– *hyeratikos*, em grego, significa “sagrado” –, essa escrita foi amplamente utilizada pela classe sacerdotal para o registro de natureza religiosa, mas também serviu, por quase dois milênios e meio, como escrita administrativa, comercial e literária.

Ao contrário dos hieróglifos, gravados principalmente em pedra, a escrita hierática é encontrada em todos os tipos de suporte, sendo os mais comuns os cacos de cerâmica, conhecidos como *ostraca*, e as folhas ou rolos de papiro. Obtido a partir do caule de uma espécie de juncos, o papiro era um material bastante frágil, mas seu uso se disseminou por quase todas as civilizações do mundo antigo que o utilizaram largamente até o terceiro século de nossa era. No Egito, usualmente, os registros eram feitos por meio de um pincel de juncos, na maior parte das vezes em cor preta, embora o vermelho fosse utilizado para ressaltar certas passagens ou sinais. As folhas de papiro eram frequentemente coladas umas nas outras, formando rolos que às vezes alcançavam vários metros de comprimento.

No período conhecido como Médio Império (ca. 2135-1785 a. C.) a escrita hierática passou a assumir dois estilos bem diferenciados: um, “elegante”, usado em textos literários e documentos formais, e outro “comercial”, mais cursivo, usado para os documentos do dia a dia. Desse último seria derivada a escrita egípcia a partir do Período Tardio, iniciado por volta de 700 a. C.

Conhecida como demótica – do grego *demotika*, “popular” –, essa escrita era cursiva, com ligaduras e abreviaturas, e não guardava a menor semelhança com os hieróglifos ou com a escrita hierática. Seu uso estava ligado principalmente à matéria legal, comercial e administrativa, mas, a partir do período grego, inclui também composições literárias, textos científicos e religiosos. É dessa época que data a *Pedra de Roseta*, a que já nos referimos, bem como o uso da caneta de juncos, introduzida no Egito pelos gregos, em substituição ao pincel. A escrita demótica parece ter sobrevivido à hieroglífica e à hierática, mantendo-se em uso até o século V de nossa era. A partir daí, a língua egípcia passou a ser representada pelo copta, uma escrita ligada à disseminação do Cristianismo no Egito, que já pertence à categoria dos sistemas alfabéticos.

Mesopotâmia

O mais antigo sistema de escrita de que se tem notícia foi inventado pelos sumérios, habitantes da antiga Mesopotâmia, nos milênios IV e III antes de nossa era. Os testemunhos anteriores a essa data, encontrados em vários pontos do Oriente Médio, são sobretudo pictográficos, embora algumas inscrições se refiram claramente a números, aos quais desde o início foram atribuídas representações. Isso se deu por razões de ordem prática, já que, segundo

a corrente de estudos mais aceita, uma das primeiras funções da escrita foi o registro das atividades comerciais. Com o crescimento das cidades e a centralização do poder, os funcionários dos templos e palácios passaram a se utilizar de um número cada vez maior e mais complexo de sinais, a princípio ideográficos – por exemplo, o sinal relativo a um boi é semelhante à cabeça desse animal – mas que, ao longo do tempo, foram-se tornando mais e mais estilizados.

Nos textos mais antigos, os caracteres eram desenhados sobre argila úmida com uma ferramenta pontiaguda feita de junco ou madeira. Porém, à medida que os sinais se tornavam mais simples – o que também contribuiu para que se padronizassem –, o instrumento de escrita passou a ser mais achatado, deixando uma marca típica em forma de cunha, ou *cuneus* em latim. Foi daí que derivou o nome cuneiforme, pelo qual esse sistema de escrita ficou conhecido.

Em meados do terceiro milênio a. C., o cuneiforme, que até então servia para representar a língua suméria, passou a ser usado também para notar a de um povo vizinho, os acádios, de origem semita. A escrita assim constituída teve uma grande difusão no mundo oriental antigo, principalmente durante a primeira dinastia babilônica (séc. XX-XVIII a. C.), que pode ser considerada a “idade de ouro” da literatura acádica e da escrita sumero-acádica cuneiforme.⁴ Data dessa época o famoso Código de Hamurábi, bem como a maior coleção de textos administrativos da história da Mesopotâmia. A grande maioria deles era escrita sobre tabuínhas de argila, algumas das quais, depois de escritas, eram postas em invólucros do mesmo material, à maneira de envelopes; mas há também inscrições em pedra, marfim e mesmo vidro e metal, sem falar na argila moldada em outros formatos, como os cones, cilindros e, ainda, tijolos utilizados na construção de edifícios públicos. Nestes, a inscrição em geral era feita por meio de um carimbo que estampava centenas ou milhares de tijolos sem perda de tempo ou esforço.⁵

Um ponto muito importante do estudo do cuneiforme se refere aos arquivos e bibliotecas de tabuínhas de argila. Existentes desde os períodos mais antigos, eles se encontram em um número surpreendentemente elevado de casas particulares, embora as coleções dos templos e palácios fossem bem maiores. A mais famosa de todas as bibliotecas foi a do rei Assurbanipal, em Nínive, construída no período da dominação assíria (séc. IX-VII a. C.). Tal como ocorre em nossos dias, as bibliotecas da Mesopotâmia eram organizadas de acordo com normas e sistemas que facilitavam a consulta, ao passo que as tabuínhas eram armazenadas em estantes, caixas ou cestas às quais se amarravam etiquetas – também de argila – que especificavam seu conteúdo.

Ao longo de 3.000 anos de difusão, a escrita cuneiforme acabou por ser usada para notar cerca de quinze línguas diferentes – os primeiros caracteres decifrados, no início do século XIX, registravam um texto em persa antigo. Alguns povos adotaram apenas a ideia da escrita cuneiforme, mas outros se

apropriaram dos sinais e do silabário, que, surgido já nos primeiros estágios da escrita suméria, caracteriza uma fase de transição entre os sistemas analítico e fonético.

Escrita fonética

Um sistema fonético é aquele em que os sinais não são usados para notar ideias ou palavras, mas sons. As escritas fonéticas podem ser silábicas ou alfabeticas.

Em dado ponto de sua evolução, tanto a escrita egípcia quanto a adotada pelos povos da Síria e do Mediterrâneo passaram a adotar sinais que representavam sílabas. O próprio cuneiforme passou por essa transformação, auxiliada pela mudança no instrumento da escrita e pela adoção de procedimentos destinados a simplificá-la. Um exemplo é o uso do “agregado lógico”, justaposição de dois sinais que, unidos, expressam uma ideia nova; outro é o que chamamos de *rēbus*, em que os sinais são reunidos pelo valor fonético. Inovações desse tipo aconteceram em várias escritas, adotadas pelos mais diversos povos em todo o mundo antigo, o que, por sua vez, se constitui num ponto de partida lógico para o surgimento dos primeiros alfabetos.

O sistema alfabetico

O alfabeto pode ser definido como “um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem”.⁶ As primeiras tentativas de representação alfabetica surgiram no Egito, no segundo milênio antes de nossa era, sendo seguidas, ao que tudo indica, por escribas do norte da Síria e da Palestina. Ali surgiu um conjunto de sinais mais simples do que os hieróglifos e a escrita cuneiforme, mas que não chega a se constituir num alfabeto completo. De fato, os sons representados são apenas os das consoantes que constituem as bases das línguas dos povos semitas daquela região.

A linha que une os primeiros alfabetos consonantais ao alfabeto vocalico é sinuosa, passando por vários estágios aos quais, possivelmente, muitos povos e muitos indivíduos deram sua contribuição. No entanto, evidências arqueológicas encontradas em antigas inscrições, notadamente as de Biblos e Ras Shamra (antiga Ugarit), na região da Síria, apontam a Fenícia como o verdadeiro lugar de surgimento do alfabeto.

Habitantes de uma região que corresponde ao atual Líbano, os fenícios foram grandes comerciantes e navegadores, tendo fundado colônias em lugares como a ilha de Chipre e o norte da África. Seu alfabeto se desenvolveu por

volta da segunda metade do segundo milênio a. C. – possivelmente inspirado num amálgama das várias escritas existentes no Oriente e no Mediterrâneo – e compreendia 22 sinais lineares, isto é, dispostos lado a lado, que se gravavam da direita para a esquerda. Muito mais simples que os sistemas predecessores, essa escrita se espalhou por suas colônias e por regiões vizinhas, dando origem, segundo se acredita, às primeiras formas do hebraico e do aramaico.

A própria escrita fenícia não sofreu grandes modificações, vindo a desaparecer num período de poucos séculos. No entanto, ela nos deixou um importante legado cultural: as bases para o desenvolvimento do alfabeto grego, que, por volta do século VIII a. C., promoveu uma verdadeira revolução nos meios de comunicação, registro e transmissão do conhecimento.

Os alfabetos grego e latino

Apesar da oposição de alguns estudiosos, que atribuem a criação do sistema alfabetico exclusivamente aos gregos,⁷ a opinião maia amplamente aceita é a de que o alfabeto foi transmitido aos povos da Grécia pelos que habitavam a costa da Fenícia. Isso é atestado pela comparação entre os sinais, bem como pela tradição histórica: no século V a. C., Heródoto se refere às letras como *phoinikeia grammata*, ou seja, “escrita fenícia”. Já as lendas atribuem a introdução do alfabeto a Cadmo, o mítico fundador de Tebas.

Na escrita grega mais antiga, correspondente aos séculos VIII e VII a. C., o formato das letras varia de região para região, e o mesmo acontece com a direção das inscrições: às vezes da esquerda para a direita, às vezes o contrário, havendo ainda o uso do *bustrófedo* (escrita tortuosa, semelhante aos riscos de um arado). Os sinais eram basicamente os mesmos usados pela Fenícia, admitindo, contudo, várias adaptações, principalmente no que concerne às vogais.

Ao longo do tempo e de acordo com a região, o alfabeto teve muitas variantes. A forma que acabou por prevalecer foi o chamado alfabeto jônico, que chegaria até nós como o alfabeto “clássico”, escrito da esquerda para a direita e composto de 24 sinais. Por outro lado, variantes que hoje se acham em desuso foram desenvolvidas para notar outras línguas, particularmente o etrusco, por intermédio do qual o alfabeto chegou até os romanos.

As primeiras inscrições em escrita latina são monumentais, datando do fim do século VII ou do início do século VI a. C. O alfabeto, porém, só foi fixado no século I a. C., quando os romanos já estavam bem avançados em sua expansão tanto militar quanto cultural. Assim como o latim se tornou a base da língua de muitos dos povos conquistados, também o alfabeto latino de 23 letras foi o precursor de todas as escritas da Europa Ocidental, que viriam a se desenvolver em diferentes estilos ao longo da Idade Média.

Notas

1. FÉVRIER, apud HIGOUNET, 2003.
2. DAVIES. In: HOOKER, 1996, p. 138-139.
3. Id., ibid., p. 163.
4. HIGOUNET, 2003, p. 34.
5. WALKER. In: HOOKER, 1996, p. 19-93.
6. HIGOUNET, 2003, p 59.
7. HAVELOCK, 1996, p. 65-66.

Bibliografia

- HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- HOOKER, J. T. *Lendo o passado*. São Paulo: EDUSP, Melhoramentos, 1996.

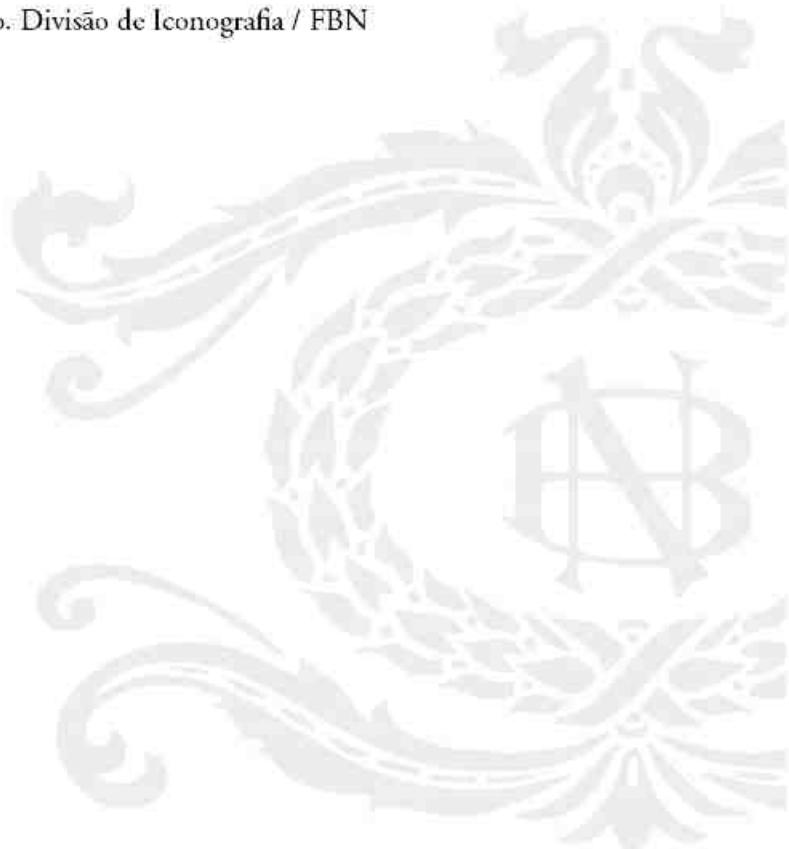
Hortus Nitidissimis

Monica Carneiro

Bibliotecária. Divisão de Iconografia / FBN

Luciana Muniz

Técnica em documentação. Divisão de Iconografia / FBN





Resumo

Hortus Nitidissimis Omnem Per Annum Superbiens Floribus Sive Amoenissimorum. Florum Imagines é considerada uma das mais belas obras ilustradas de botânica do século XVIII, mas raramente é avaliada em sua forma integral. Trabalho nascido da colaboração entre o artista Georg Dionysius Ehret e o horticulturista amador Christoph Jacob Trew e publicado entre 1750 e 1792 na Alemanha, contém gravuras aquareladas de flores ornamentais, compostas exclusivamente para essa publicação. Sua origem é a livraria do conde da Barca (1754-1817), cujo espólio bibliográfico e documental foi arrematado, já no Brasil, pela Real Biblioteca em 1819. Desconhecidos até bem pouco tempo do público, os volumes I e III podem hoje ser consultados na Divisão de Iconografia.

Palavras-chave: *botânica; flores ornamentais; gravuras.*

Abstract

Hortus Nitidissimis Omnem Per Annum Superbiens Floribus Sive Amoenissimorum. Florum Imagines is considered one of the most beautifully illustrated works of botany from the eighteenth Century, but it is rarely regarded in its whole form. A work conceived together by the artist Georg Dionysius Ehret and the amateur horticultor Christoph Jacob Trew, and published between 1750 and 1792 in Germany, it contains watercoloured engravings of ornamental flowers, combined solely to this publishing. Its origin is the library of count da Barca (1754-1817), whose bibliographic and documental legacy was acquired, already in Brazil, by the Real Biblioteca (Royal Library) in 1819. Until recently, unknown by the public, volumes I and III can now be referred to in Divisão de Iconografia (Iconography Section).

Keywords: *botany; ornamental flowers; engraving.*



Hortus Nitidissimis Omnem Per Annum Superbiens Floribus Sive Amoenissimoru. Florum Imagines, ou A year in a brilliant garden of exquisite flowers represente in beautiful pictures – este é o nome, bilíngue, de uma das mais belas e preciosas obras ilustradas encontráveis no acervo da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Em três volumes, foi organizada e escrita pelo médico e horticulturista amador Christoph Jacob Trew (1695-1769), gravada e editada por Johann Michael Seligmann (1720-1762). Este último a havia iniciado com desenhos de artistas como Georg Dyonis Ehret (1710-1770), famoso ilustrador botânico, contratado especialmente para viajar pela Inglaterra, Holanda, França e Suíça a fim de registrar as espécies. Outros desenhos foram realizados nos jardins do doutor Trew.

O título da obra anuncia em sua folha de rosto:

*HORTVS NITIDISSIMIS OMNEM PER ANNVM SVPERBIENS
FLORIBVS
SIVE AMOENISSIMORVM FLORVM IMAGINES...*

ou
“HORTUS

*The garden with most beautiful flowers throughout the year (The flower
garden in most beautiful blossom throughout the year) or
Representations (Illustrations)
Of the most lovely flowers”¹*

As 188 pranchas, gravadas e colorizadas à mão por Seligmann e Wirsing (a maioria), Nikolaus Friedrich Eisenberger (1770-1771), Johann Christoph Keller (1737-1795), entre outros artistas, ilustram diversas florações de espécies ornamentais já populares na Europa no século XVIII, como, por exemplo, o jacinto e a tulipa. Cada prancha acompanha texto explicativo, em latim e alemão, sobre a origem e o cultivo das flores, não apresentando maiores contribuições para seus estudos taxonômicos.²

Quando a Seção de Estampas da Biblioteca Nacional foi criada em 1876, seu primeiro chefe, José Zephyrino de Menezes Brum, alardeava o volume de trabalho que o esperava no exíguo prédio situado na rua do Passio. Muitas caixas, documentos e peças estavam dispersos, as gravuras e desenhos ficavam, conforme seu testemunho, “...espalhadas pelas estantes, armazéns e esconderijos da casa...”³

Menezes Brum iniciou a reunião do acervo em duas pequenas salas destinadas ao setor.⁴ Seus relatórios nos revelam que ele deu prioridade às gravuras e aos desenhos de representação puramente artística, respeitando a divisão clássica das escolas europeias e seus expoentes. Os desenhos científicos, as obras de zoologia e botânica, como, por exemplo, a *Flora fluminense*, ficaram sob a guarda da Seção de Manuscritos. Os livros impressos até o início do século XIX tinham a gravura como suporte para divulgação das imagens. No entanto, se esse critério fosse seguido, todas as obras ilustradas seriam destinadas à Divisão de Iconografia, o que não ocorreu, de modo que o acervo ficou disperso.

Consultando os livros de registro da Divisão de Iconografia e os livros de registros patrimoniais da Biblioteca Nacional, verificamos que os trabalhos de reunião do patrimônio continuaram ao longo desses quase 150 anos, incluindo outros critérios de busca, seleção e resgate das obras. Com o incremento das tecnologias de impressão e reprodução, essas obras ganharam um novo olhar e um novo sentido, e passaram a ser analisadas também pelos seus aspectos históricos e artísticos.

Com a inauguração da nova sede, em 1910, a Divisão de Iconografia veio a ocupar um espaço físico maior, mas o crescimento vertiginoso do acervo e a carência de pessoal dificultaram a sistematização do trabalho de reunião das coleções iconográficas. Durante esse trabalho, que é feito até hoje, uma incursão nos armazéns (espaço onde se guardam os livros), seguida de consulta ao catálogo antigo da Seção de Obras Gerais (o setor mantém dois catálogos manuscritos, organizados por assunto e autor), revelou um conjunto representativo de obras sobre botânica datadas dos séculos XVIII e XIX, entre as quais os volumes I e III da *Hortus Nitidissimis*.

Hoje esses livros estão recebendo tratamento técnico (pesquisa sobre o autor, atribuição de assunto, entrada de informação em nossa base de dados etc.), para ser transferidos e incluídos no acervo da Divisão de Iconografia.

A partir de leituras e transcrições do catálogo da livraria do conde da Barca,⁵ foi constatado que a *Hortus Nitidissimis...* é citada sob o número 440, *título em latim, edição de Adamo Ludovicus Wirsing, Nuremberg em 1772*. Os volumes da Divisão de Iconografia possuem as séries de estampas de 1-58 e a de 127-190. Trata-se das peças publicadas em 1750, 1772 e 1775 a 1792.⁶ Nesse conjunto, algumas gravuras, com data de 1772, foram editadas por Adam Ludwig Wirsing (1733-1797)⁷, conforme atribuição na referência do catálogo. Outro fato diz respeito à forma como as séries foram encadernadas, que não corresponde aos outros volumes conhecidos dessa publicação. A encadernação pode ter sofrido alterações tanto na biblioteca do conde da Barca, quanto após a aquisição do espólio pela Real Biblioteca.

HORTVS
NITIDISSIMIS OMNEM PER ANNVM SUPERBIENS FLORIBVS.
SIVE
AMOENISSIMORVM
FLORVM
IMAGINES

QVAS MAGNIS HUMERIS COLLECTE
VIR. ELLVSTRIS
D. D. CHRISTOPHORVS IACOBVS TREW.
SERENISS. MARGGRAVII BRANDENB. ONOLD. CULMBAC. A CONSILIS
SANCTIORIBVS ET ALCHYMIST. PRIMARIVS. SCIPIONECA. NORIMB.
PHYSICVS SENIOR.
IPSO VERO ANNVENTE
IN AES INCISAS VIVISQUE COLORIBVS PICTAS
ADAMVS LODOVICVS WIRSING.
VOLVMEN III.

NORIMBERGAE, SVNTIBVS ADAMVS LODOVICI WIRSINGI. 1786.

Der das ganze Jahr hindurch
im schönsten Flor stehende Blumengarten
oder
Abbildungen
der
lieblichsten Blumen,

von dem hochberühmten
Herrn Geheimen Rath D. Christoph Jacob Trew,
der Republik Nürnberg ältestem Physice &c.

mit vielen Stichen zusammengetragen,
auf Delichen Beschreibung aber in Kupfer geschnitten, mit ihrem natürlichen Farben verziert
mit Leinwand gezeichnet.

Adam Ludwig Wirsing.
Dritter Band.

Nürnberg, auf Reichen Stein Schlag. 1786.

TULIPA XXV.



L'Perroquet monstre rouge.

146

Wirsing, A. L., *Tulipa XXV: Le Perroquet monstre rouge*, 146. Norimberg, 1780



Wirsing, A. L., *Tulipa XXV: King Georg*, 155. Norimberg, 1783



Wirsing, A. L. *Calla aethiopica* L., 131.
Gravura a partir do desenho de G. D. Ehret. Norimberg, 1777

Com base nessas informações, e no fato de se tratarem de edições únicas, publicadas em períodos definidos, atribuímos a procedência dessas obras à livraria de Antônio de Araújo de Azevedo (o conde da Barca), pois, até o momento, não foi localizado no acervo da instituição nenhum outro exemplar ou registro sobre a sua existência em outras coleções.

Destacado como um dos grandes “florilépios” do século XVIII, raramente encontrado na sua forma completa, o conjunto foi reconstituído virtualmente pelo projeto empreendido pelo Royal Botanic Gardens em Kew e pelo Museu de História Natural de Londres, com patrocínio da W. Mellon Foundation. Resultou em um site,⁸ onde podemos consultar integralmente, com tradução para o inglês, os três volumes da *Hortus Nitidissimis*.

Notas:

1. Tradução para o inglês - [Projeto] Hortus Nitidissimis - Christopher Jacob Trew/ Royal Botanic Gardens, Kew, 2004.
2. TJADEN, W. L. “Taxon 20 (4): 461-466. Agosto, 1971”. In: Hortus Nitidissimis– Royal Botanic Gardens, Kew. Disponível em: <<http://apps.kew.org/hortus/tjaden.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.).
3. Catálogo da Exposição Permanente dos Cimélios, 1876, p.579. In. Anais Biblioteca Nacional vol. 11.
4. “Para acomodação dos fundos da Seção de Estampas, havia, na época... somente duas estantes e duas grandes mesas toscas” . Ob.cit., 1876, p. 580.
5. A transcrição, realizada por Andréa de Souza Pinheiro (PLANOR) e Luciana Muniz (Divisão de Iconografia), ainda está em curso.
6. Segundo Tjaden (1971), como outras obras de história natural do século XVIII, primeiro, eram publicadas as gravuras, sem os textos, de forma esporádica e em poucas levas; por essa razão, o autor não referencia a Hortus Nitidissimis como volumes, e sim pelo número de pranchas, 188 (nominalmente, 190), publicadas entre 1750 e 1792.
7. A.L. Wirsing (1734 -1797) gravador em Dresden que assinou a maior parte das gravuras com Seligmann. Assumiu a casa impressora de J.D. Heumann em 1760 e retomou a publicação da obra Hortus Nitidissimis. Ob.cit., 1971.
8. Royal Botanic Gardens, Kew – Hortus Nitidissimis. <http://apps.kew.org/hortus/home.do>

Esta obra foi composta em Adobe Garamond
e impressa em papel Off-set 90 g/m²
na Editora Progressiva em
Curitiba -PR - Brasil.